Manchete Semanal eletrônica

SINDCONT-SP
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
CASA DO SABER CONTÁBIL 103 anos



Expediente

Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis

nº 22/2023
07 de junho de 2023

Presidente: Rosane Pereira
Vice-Presidente: Denis de Mendonça
1ª Secretária: Mitsuko Kanashiro da Costa
2º Secretário: Josimar Santos Alves
3ª Secretária: Jô Nascimento
4º Secretário: Marcelo Dionizio da Silva
Consultores Jurídicos: Alberto Batista da Silva Júnior; Benedito de Jesus Cavalheiro e Henri Romani Paganini.
Suplente: Alexandre da Rocha Romão

Coordenação em São Bernardo do Campo:
Coordenadora: Marcelo Muzy do Espirito Santo
1ª Secretária: Marly Momesso Oliveira
2ª Secretária: Teresinha Maria de Brito Koide

Coordenação em Taboão da Serra:
Coordenadora: Rose Vilaruel
1º Secretário: Alexandre da Rocha Romão
2º Secretário: João Antunes Alencar
3ª Secretária: Antônia Aparecida Anastácio Neves

Coordenação em São Caetano do Sul:
Coordenadora: Claudete Aparecida Prando Malavasi
Secretário: Rafael Batista da Silva

Coordenação em Diadema:
Coordenadora: Tânia Maria de Farias Lourenço
1ª Secretária: Arlete Vieira Sales
2ª Secretária: Beatriz Aparecida Silva

Coordenação em Guarulhos:
Coordenador: Ricardo Watanabe
Secretário: Mauro André Inocêncio

Sindicato Dos Contabilistas De São Paulo – SINDCONT-SP - Gestão 2023-2025

Diretores Efetivos
Presidente: Claudinei Tonon
Vice-Presidente: José Roberto Soares dos Anjos
Diretor Financeiro: Milton Medeiros de Souza
Vice-Diretor Financeiro: Luis Gustavo de Souza e Oliveira
Diretor Administrativo: Nobuya Yomura
Vice-Diretor Administrativo: Josimar Santos Alves
Diretora de Educação Continuada: Marina Kazue Tanoue Suzuki
Vice-Diretora de Educação Continuada: Ana Maria Costa
Diretora Social e Cultural: Carolina Tancredi De Carvalho

Diretores Suplentes
Denis de Mendonça
Edna Magda Ferreira Goes
Elcio Valente
Fernando Correia da Silva
Francisco Montoia Rocha
João Bacci
José Leonardo de Lacerda
Marcelo Muzy do Espirito Santo
Ricardo Watanabe Ruiz Vasques

Conselho Fiscal - Efetivos
Edmundo José dos Santos
Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Marta Cristina Pelucio Grecco

Conselho Fiscal - Suplentes
Deise Pinheiro
Lucio Francisco da Silva
Marly Momesso Oliveira

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo - Praça Ramos de Azevedo, 202 - Centro - CEP: 01037-010 - São Paulo/SP.
Tel: (11) 3224-5100 WhatsApp

Base Territorial: Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Embu, Embu, Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra.

Sumário

SUMÁRIO **2**

1.00 ASSUNTOS FEDERAIS **7**

1.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA 7
DECRETO N° 11.541, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023 - Edição Extra) 7
Altera o Decreto n° 10.881, de 2 de dezembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei n° 14.237, de 19 de novembro de 2021. 7
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS N° 148, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023) 8
Altera a Instrução Normativa PRES/INSS n° 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS 8
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 007, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 30.05.2023) 10
Dispõe sobre a contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) pelo produtor rural pessoa física que optar pelo recolhimento das contribuições para a seguridade social na forma estabelecida pelos incisos I e II do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991 10
PORTARIA MPS N° 1.573, DE 10 DE MAIO DE 2023 (*) - (DOU de 16.05.2023) 10
CONSIDERANDO a necessidade de conferir celeridade ao atendimento dos segurados no que concerne ao ATESTMED; Considerando o alto número de segurados que possuem dificuldade em inserir os documentos na plataforma do Meu INSS 10
PORTARIA MPS Nº 1.945, DE 30 DE MAIO DE 2023 – (DOU de 01/06/2023) 23
1.02 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS 25
LEI N° 14.592, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 30.05.2023 - Edição Extra) 25
Altera a Lei n° 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse); reduz a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros; reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo; suspende o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações de petróleo efetuadas por refinarias para produção de combustíveis; altera as Leis n°s 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins; e as Leis n°s 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e os Decretos-Lei n°s 9.853, de 13 de setembro de 1946, e 8.621, de 10 de janeiro de 1946; revoga dispositivos da Lei n° 14.148, de 3 de maio de 2021, e das Medidas Provisórias n°s 1.157, de 1° de janeiro de 2023, 1.159, de 12 de janeiro de 2023, e 1.163, de 28 de fevereiro de 2023; e dá outras providências 25
DECRETO N° 11.540, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023) 33
Altera o Decreto n° 10.681, de 20 de abril de 2021, que regulamenta a Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017 33
RESOLUÇÃO BCB N° 320, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023) 34
Altera a Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. 34
RESOLUÇÃO CVM N° 184, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023) 35
Altera a Resolução CVM n° 175, de 23 de dezembro de 2022. 35
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.142, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 26.05.2023) - Edição Extra) 127
Altera a Instrução Normativa RFB n° 2.003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) 127
ATO COTEPE ICMS N° 063, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 29.05.2023) 127
Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022 127
ATO COTEPE ICMS N° 064, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 29.05.2023) 128
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18. 128

ATO COTEPE ICMS N° 065, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 129
Altera o Ato COTEPE ICMS n° 82/22, que divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto. 129
ATO COTEPE ICMS N° 066, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 130
Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022 130
ATO COTEPE ICMS N° 067, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023) 131
Altera o Ato COTEPE ICMS n° 82/22, que divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto. 131
ATO COTEPE/ICMS N° 068, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023) 132
Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022 132
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 006, DE 25 DE MAIO DE 2023 135
(Disponibilizado na página da Receita Federal, em “Agenda Tributária”) 135
Divulga a Agenda Tributária do mês de junho de 2023 135
PORTARIA MGI N° 2.386, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 29.05.2023) 153
Altera a Portaria n° 11.090, de 27 de dezembro de 2022, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional 153
PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB N° 008, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023 - Edição Extra) 154
Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB n° 1, de 12 de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF). 154
PORTARIA PGFN/MF N° 491, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023) 155
Dispõe sobre a Reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária para as Santas Casas, os Hospitais e as Entidades Beneficentes que atuam na área da Saúde (PES) de que trata o art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022, para os débitos inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme previsto pelo art. 8° da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023 155
PORTARIA SUFRAMA N° 858, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023 - Edição Extra) 156
Dispõe sobre o formato, os elementos essenciais e os procedimentos para apresentação dos planos de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I de que trata o art. 20 do Decreto n° 10.521, de 15 de outubro de 2020. 156
PORTARIA PGFN/MF N° 491, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023) 166
Dispõe sobre a Reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária para as Santas Casas, os Hospitais e as Entidades Beneficentes que atuam na área da Saúde (PES) de que trata o art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022, para os débitos inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme previsto pelo art. 8° da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023 166
PORTARIA NORMATIVA MF Nº 504, DE 1º DE JUNHO DE 2023 – (DOU de 02/06/2023) 167
Altera a Portaria MF nº 20, de 17 de fevereiro de 2023, que disciplina o julgamento realizado no âmbito das Delegacias de Julgamento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda 167
1.03 SOLUÇÃO DE CONSULTA 168
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 094, DE 28 DE ABRIL DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 168
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 168
REGIME NÃO CUMULATIVO. CRÉDITO. INSUMO. DESPESAS. VIABILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE. 168
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 169
REGIME NÃO CUMULATIVO. CRÉDITO. INSUMO. DESPESAS. VIABILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE. 169
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 099, DE 15 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023) 169

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 169
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 102, DE 19 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 170
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI 170
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 103, DE 22 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 170
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 170
LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. FONOAUDIOLOGIA. PERCENTUAL PRESUNÇÃO. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL. 170
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 104, DE 22 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 171
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias 171
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.007, DE 04 DE MAIO DE 2023 - 2ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 15.05.2023)..... 171
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF 171
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.009, DE 9 DE MAIO DE 2023 - 2ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 15.05.2023)..... 172
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF 172
Assunto: Normas de Administração Tributária 172
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 4.018, DE 19 DE ABRIL DE 2023 - 4ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 22.05.2023)..... 172
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF 172
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 5.003, DE 25 DE ABRIL DE 2023 - 5ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 26.05.2023)..... 173
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 173
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 5.004, DE 2 DE MAIO DE 2023 - 5ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 26.05.2023)..... 173
Assunto: Simples Nacional 173
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 5.005, DE 11 DE MAIO DE 2023 - 5ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 26.05.2023)..... 174
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 174

2.00 ASSUNTOS ESTADUAIS 175

2.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS 175
DECRETO N° 67.727, DE 29 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 30.05.2023)..... 175
Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, e dá outras providências..... 175
PORTARIA SRE N° 039, DE 29 DE MAIO DE 2023 (*) - (DOE de 30.05.2023)..... 176
Altera a Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS..... 176
PORTARIA SRE N° 040, DE 29 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 30.05.2023) 183
Altera a Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS..... 183
COMUNICADO DICAR N° 042, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023) 190
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de ICMS..... 190
COMUNICADO DICAR N° 043, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023) 191
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS..... 191
2.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS..... 192
ATO DECLARATÓRIO N° 020, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023) 192
Ratifica Convênio ICMS aprovado na 372ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30.05.2023 e publicado no DOU em 31.05.2023..... 192
DESPACHO Nº 33, DE 30 DE MAIO DE 2023 – (DOU de 31/05/2023) 192
Publica Ajuste SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 372ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30/05/2023..... 192
DESPACHO Nº 34, DE 31 DE MAIO DE 2023 – (DOU de 01/06/2023) 193
Publica Protocolos ICMS celebrados entre os Estados e o Distrito Federal. 193
CONVÊNIO ICMS N° 075, DE 30 DE MAIO DE 2023 = (DOU de 31.05.2023)..... 193
Estabelece parâmetros de regime especial para a Feira Hair Brasília and Beauty, que será realizada no Distrito Federal nos dias 16 a 18 de julho de 2023..... 193
CONVÊNIO ICMS N° 076, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) 194
Altera o Convênio ICMS n° 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto..... 194
PROTOCOLO ICMS N° 015, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)..... 199

Estabelece procedimentos para operacionalização do benefício previsto no Convênio ICMS n° 27/23, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder crédito presumido ICMS na saída de óleo diesel para embarcação pesqueira, nas condições que especifica. ... 199
PROTOCOLO ICMS N° 016, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023) ... 201
Altera o Protocolo ICMS n° 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação. ... 201
2.03 AJUSTE SINIEF ... 201
AJUSTE SINIEF N° 015, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023) ... 201
Altera o Ajuste SINIEF n° 1/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica. ... 201
2.04 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS ... 202
PORTARIA SUBG-CTF N° 003, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 31.05.2023) ... 202
Disciplina o oferecimento e a aceitação do seguro garantia e da fiança bancária para créditos tributários e não tributários, inscritos e não inscritos na Dívida Ativa. ... 202
COMUNICADO DIGES N° 005, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 01.06.2023) ... 206
Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. . 206
COMUNICADO DICAR N° 038, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023) ... 207
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de ITCMD e de IPVA. ... 207
COMUNICADO DICAR N° 039, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023) ... 208
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD. ... 208
COMUNICADO DICAR N° 040, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023) ... 210
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Taxas. ... 210
COMUNICADO DICAR N° 041, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023) ... 211
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas ... 211

3.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS ... 212

3.01 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS ... 212
INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 009, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOM de 02.06.2023) ... 212
Altera o Anexo Único da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 9 de maio de 2017 ... 212
3.02 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS ... 212
INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 008, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOM de 02.06.2023) ... 212
Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Informações de Meios de Pagamento - DIMP. ... 212
PORTARIA SF/SUREM N° 027, DE 29 DE MAIO DE 2023 - (DOM de 31.05.2023) ... 215
Dispõe sobre o sorteio de prêmios para tomador de serviço identificado na NFS-e ... 215

4.00 ASSUNTOS DIVERSOS ... 215

4.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS ... 215
Cibercriminosos criam golpe com e-mail falso sobre erro na declaração do Imposto de Renda ... 215
A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. (FENACON) alerta para golpe com e-mail falso sobre erro na declaração do Imposto de Renda 2023. ... 215
Vai à sanção projeto da igualdade salarial entre mulheres e homens ... 216
O Senado aprovou, nesta quinta-feira (1°), o projeto de lei que torna obrigatória a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função. O texto aprovado determina que o governo federal terá que regulamentar a futura lei por meio de decreto. O PL 1.085/2023 segue para sanção. ... 216
Sefaz-SP inicia fiscalização de ITCMD sobre doação de veículos ... 218
A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) inicia, nesta terça-feira (30), a Operação Cruzamento, desencadeada para fiscalizar possível incidência de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) na doação de veículos ... 218
Receita Federal facilita acesso a informações sobre interpretações tributárias vinculantes. ... 219
A disponibilização das informações na internet foi concluída na última sexta-feira. ... 219
Por que a aplicação do Valor Justo é boa para os seus negócios? ... 220
O Fair Value ou Valor Justo é empregado na mensuração dos valores de negociações de ativos e passivos de uma empresa. Sua adoção no Brasil se adéqua aos padrões internacionais de contabilidade determinados pelo IFRS –

International Financial Reporting Standards e pela FASB – Financial Accounting Standards Board, entre outras entidades ... 220
O que são Propriedades para Investimento? ... 223
As Propriedades para Investimento, muitas vezes, são contabilizadas de forma equivocada como Ativo Imobilizado. Isso porque as duas classificações referem-se aos bens de propriedade de uma empresa ... 223
EBITDA: o que é, qual é a sua fórmula e como calcular? ... 225
Um importante indicador financeiro que vem se destacando nas empresas e no mercado financeiro é o chamado EBITDA (lê-se "e-bit-da" ou "e-bi-da"). Em tradução direta para o português, podemos falar em LAJIDA. ... 225
Receita Federal publica portaria que dispõe sobre transparência ativa de benefícios fiscais. ... 229
Medida atende a demandas da sociedade e de órgãos de controle externo, propiciando maior transparência ao Sistema Tributário Nacional ... 229
Acordo que reduz direitos só vale com autorização constitucional, diz TST ... 230
A possibilidade de redução de direitos trabalhistas mediante negociação coletiva só existe nos casos em que há autorização expressa da Constituição, dos tratados e convenções internacionais ou de normas infraconstitucionais que assegurem o patamar mínimo civilizatório. ... 230
Tratamento vexatório a empregada ausente de reunião on-line resulta em indenização. ... 231
Instituída Carteira do Beneficiário para fins de comprovação de recebimento de benefício previdenciário . 232
MP que modifica Código de Trânsito Brasileiro segue para sanção. ... 234
O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (24) a medida provisória que faz várias mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Lei 9.503, de 1997, em temas como exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais, competência para aplicação de multas e descanso de caminhoneiros (MP 1.153/2022). ... 234
Sócio responde por dívidas trabalhistas existentes ANTES MESMO DE SEU INGRESSO NA EMPRESA. ... 236
Diante do insucesso da execução contra o devedor principal, o sócio responde por todas as dívidas da empresa, mesmo as contraídas antes de seu ingresso na sociedade. ... 236
Rendimentos no exterior no IRPF 2023: como funcionam e como declará-los ... 237
Tudo o que você precisa saber sobre as startups. ... 242
Quer saber mais sobre as startups? Tudo o que você precisa saber está nesse artigo ... 242
Ganhos de capital no IRPF 2023: entenda como funcionam e como declará-los ... 244
É fundamental que o contribuinte esteja sempre atualizado em relação às regras e orientações relacionadas aos ganhos de capital e outras questões tributárias. Em 2023, o prazo final para a entrega da declaração é 31 de maio.. 244
Como o RH lida com os dados pessoais dos colaboradores? ... 246
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n° 13.709/2018, estabelece alguns cuidados que devem ser tomados pela gestão de recursos humanos de uma empresa no tratamento de dados dos colaboradores ... 246
Posso doar todo o meu patrimônio para os meus herdeiros? ... 247
Justiça reconhece vínculo de emprego entre rede atacadista e promotora de vendas intermediada por cooperativa. ... 249
Justiça condena empresa que se recusou a tratar empregado trans pelo nome social. ... 250
Empresa é condenada por não homologar rescisões após Reforma Trabalhista ... 252
A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a pagar multa prevista em convenção coletiva por não submeter à homologação sindical as rescisões de contratos de empregados ... 252
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.006, DE 26 DE ABRIL DE 2023 - 2ª REGIÃO FISCAL (DOU de 15.05.2023) ... 253
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF ... 253
PREVIDÊNCIA PRIVADA. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS. INDEDUTIBILIDADE. ... 253
Assunto: Normas de Administração Tributária ... 253
CONSULTA À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA. ... 253
Justiça confirma dispensa por justa causa de porteiro que dormiu em apartamento de morador. ... 254
TRT/SP condena Stefanini a pagar indenização por PLR. Valor pode passar de R$ 3 milhões. ... 255
eSocial: confira 5 dicas para empresas entrarem em conformidade até julho. ... 256
Governo adiou para julho a obrigatoriedade do cadastramento de condenações trabalhistas no eSocial ... 256
4.02 COMUNICADOS ... 256
CONSULTORIA JURIDICA ... 256
Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária ... 256
4.03 ASSUNTOS SOCIAIS ... 257
FUTEBOL ... 257

5.00 ASSUNTOS DE APOIO ... 258

5.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP ... 258

5.02 AGENDA SEMANAL 260
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública 260
Segunda Feira 05-06-2023 260
Live "Como a Administração Planeje suas Receitas e Despesas. 260
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações 260
Terça Feira 06-06-2023 260
Debate Online "Diferencial de alíquotas para contribuições do ICMS. 260
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis 260
Quarta Feira 07-06-2023: Fórum de debate e atualização continua 260
5.03 ENCONTROS VIRTUAIS 260
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública 260
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 260
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações 260
Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 260
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis 260
Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 260
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil 260
Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 260
Grupo de Estudos Perícia 260
Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube) 260
5.04 FACEBOOK 260
Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook 260

Nota: Todos os anexos e textos aqui não publicados na íntegra estão disponíveis na versão eletrônica desta manchete, alguns através de links.

"Um homem que não tem tempo para cuidar da saúde é como um mecânico que não tem tempo para cuidar das ferramentas".

Provérbio Espanhol

1.00 ASSUNTOS FEDERAIS

1.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

DECRETO N° 11.541, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023 - Edição Extra)

Altera o Decreto n° 10.881, de 2 de dezembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei n° 14.237, de 19 de novembro de 2021.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n° 14.237, de 19 de novembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1° O Decreto n° 10.881, de 2 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6° O benefício do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros será pago no limite de um benefício por família beneficiária, de forma bimestral, no valor de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, arredondado ao número inteiro imediatamente superior.

....." (NR)

"Art. 16-A. Na hipótese de não ser mantido o pagamento do Adicional Complementar do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, previsto no inciso II do § 1° do art. 1° da Medida Provisória n° 1.155, de 1° de janeiro de 2023, ou em lei que vier a substituí-la, o benefício do referido Programa será pago, da referência do mês de junho de 2023 até a referência do mês de dezembro de 2023, no valor de cem por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, arredondado ao número inteiro imediatamente superior e observado o disposto no art. 6°." (NR)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1° de junho de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS N° 148, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023)

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS n° 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS.

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 35014.065975/2022-22,

RESOLVE:

Art. 1° A Instrução Normativa PRES/INSS n° 138, de 10 de novembro 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. .....

.....

XII - o valor do saldo remanescente da dívida, quando a modalidade for de desconto em cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício.

..... " (NR)

"Art. 18. .....

.....

IV - taxas de juros mensal e anual;

V - a data do primeiro desconto;

VI - o CET mensal e anual;

VII - valor pago a título de dívida do cliente (saldo devedor original) quando a operação for de portabilidade ou refinanciamento;

VIII - o valor do imposto sobre operações financeiras (IOF), incidente sobre cada operação; e

IX - outras informações definidas em ato complementar pelo INSS e previstas no Termo de Autorização para Acesso a Dados.

.....

§ 5° O INSS validará, por meio da Dataprev e de acordo com requisitos estabelecidos em ato específico, as informações que serão fornecidas pelas instituições financeiras, quando da averbação, refinanciamento e portabilidade de contratos." (NR)

"Art. 34. .....

.....

VI - .....

.....

d) o número de SAC ou Central de Atendimento (CAC) a ser disponibilizado ao beneficiário, por meio do Extrato de Empréstimos, no aplicativo Meu INSS; e

e) a informação diária das taxas de juros ofertadas para as novas operações de empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, a serem disponibilizadas ao beneficiário no aplicativo Meu INSS.

....." (NR)

"Art. 38. .....

.....

§ 6° Em caso de descumprimento do envio da documentação contratual, conforme previsto no inciso II do art. 5° e na alínea "b" do inciso VI do caput do art. 34, por parte das instituições financeiras, nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa e requisitos definidos pelo INSS, por meio da Dataprev, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no inciso II do art. 36, podendo culminar em rescisão do ACT, nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 36.

§ 7° A implementação das obrigações, por parte das instituições consignatárias acordantes, mencionadas no inciso XII do caput do art. 15, nos incisos IV a VIII e § 5° do art. 18, e nas alíneas "d" e "e" do inciso VI do art. 34, ocorrerá em prazo a ser estabelecido em ato próprio, pela DIRBEN, considerando a disponibilização, por parte do INSS, dos manuais e descritores dos serviços, a serem elaborados pela Dataprev." (NR)

Art. 2° Fica revogado o inciso VIII do art. 5° da Instrução Normativa PRES/INSS n° 138, de 2022.

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG
Presidente Interino

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 007, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 30.05.2023)

Dispõe sobre a contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) pelo produtor rural pessoa física que optar pelo recolhimento das contribuições para a seguridade social na forma estabelecida pelos incisos I e II do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 13 do art. 25 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, no art. 3° da Lei n° 8.315, de 23 de dezembro de 1991, no art. 6° da Lei n° 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 3° da Lei n° 11.457, de 16 de março de 2007,

DECLARA:

Art. 1° A contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) pelo produtor rural pessoa física que optar pelo recolhimento das contribuições para a seguridade social na forma estabelecida pelos incisos I e II do art. 22, tendo por base o § 13 do art. 25, ambos da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, deverá ser recolhida mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) emitido por meio do programa gerador da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

Art. 2° As informações sobre a comercialização da produção pelo produtor rural ou a aquisição feita por adquirentes da produção, com base nas quais será gerada a DCTFWeb, devem ser escrituradas por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) ou da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).

Art. 3° O disposto neste Ato Declaratório Executivo aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1° de junho de 2023.

Art. 4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME HENRIQUE DIOGO FERREIRA

PORTARIA MPS N° 1.573, DE 10 DE MAIO DE 2023 (*) - (DOU de 16.05.2023)

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), bem como das competências previstas no art. 43 da Medida Provisória n° 1.154, de 1° de janeiro de 2023, no Decreto n° 11.356, de 1° de janeiro de 2023 e no que consta do Processo Administrativo 10128.103584/2023-96,

CONSIDERANDO a necessidade de conferir celeridade ao atendimento dos segurados no que concerne ao ATESTMED; Considerando o alto número de segurados que possuem dificuldade em inserir os documentos na plataforma do Meu INSS,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1° Esta Portaria estabelece as diretrizes para formalização, gestão e operacionalização dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs do Serviço de Suporte ao Segurado no Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental e seus respectivos Acordos de Cooperação.

Parágrafo único. Os instrumentos de ACTs e de Acordos de Cooperação mencionados no caput devem ter como objeto o treinamento por parte do Ministério da Previdência Social e, incluindo, o apoio da Administração Pública, bem como de Confederações, Federações, Sindicatos, Organizações da Sociedade Civil, Entidades Privadas e representantes dos trabalhadores em geral para divulgar e auxiliar através da disponibilização de local, equipamento eletrônico e colaboradores, na efetivação dos requerimentos no sistema Meu INSS.

Delimitações conceituais

Art. 2° Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I - Administração Pública: aquela formada pela administração direta (entes da Federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;

II - entidade: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública, sem personalidade jurídica própria;

IV - Organização da Sociedade Civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei n° 9.867, de 10 de novembro de 1999: as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; e

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

V - entidades privadas sem fins lucrativos: aquelas de natureza jurídica que se caracterizam por reunirem pessoas associadas com o mesmo objetivo, sem fins de acumulação de capital para o lucro dos seus diretores, incluindo as organizações da sociedade civil de que trata a alínea "a" do inciso IV, as associações, os sindicatos e as entidades fechadas de previdência complementar;

VI - entidades privadas com fins lucrativos: pessoa jurídica que exerça atividade empresarial, organizada com propósito de lucro;

VII - associação: a união de pessoas, natural ou jurídicas, que se organizem para fins não econômicos;

VIII - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre o Ministério da Previdência Social, SRGPS, INSS, DPMF e outros órgãos públicos, entidades da Administração Pública ou entidades privadas, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em ACT;

IX - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados entre o INSS e as entidades acordantes ou associadas;

X - autoridade competente: pessoa responsável pela assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs ou aditivos, observados os limites e competências constantes no Decreto que aprovou a Estrutura do Instituto, no Regimento Interno ou em Portaria de delegação;

XI - Acordo de Cooperação Técnica - ACT: instrumento por meio do qual os parceiros firmam acordo para a execução de projeto, atividade ou serviço de interesse comum dos partícipes, vedado a transferência de recursos financeiros;

XII - segurado: pessoa que busca serviços previdenciários e/ou assistenciais;

XIII - representante legal: é a pessoa natural que tem poderes para representar a entidade administrativamente ou em juízo;

XIV - representante: pessoa vinculada à entidade e designada por esta para operacionalizar os serviços objeto do ACT;

XV - dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

XVI - entidade associada: pessoa jurídica que celebra o ACT formalizado por acordante;

XVII - acordante: entidade que celebra ACT;

XVIII - ACT aderido: ACT formalizado por acordante, que venha a ser aderido por meio de Termo de Adesão;

XIX - termo aditivo: instrumento que tem por objetivo a modificação do ACT já celebrado, formalizado durante sua vigência, vedada a alteração da natureza do objeto aprovado;

XX - rescisão: ato pelo qual um ACT é encerrado devido ao descumprimento de cláusula previamente pactuada; e

XXI - resilição: extinção do ACT por meio de acerto entre os partícipes, por renúncia expressa e livre deliberação, de uma ou ambas as partes.

XXII - o Meu INSS é uma ferramenta criada para dar maior facilidade à vida do cidadão. Pode ser acessada pela internet do seu computador ou pelo seu próprio telefone celular (Android e IOS).

Parágrafo único. No Caso de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com organização da sociedade civil, nos termos do art. 1° da Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, esse ajuste será denominado apenas Acordo de Cooperação.

Disponibilização de material didático e auxílio ao segurado pelas entidades associadas

Art. 3° O Ministério Previdência Social em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e com o Departamento de Perícia Médica Federal - DPMF disponibilizarão material didático para capacitação das entidades associadas, a fim de que auxiliem o segurado no processo administrativo eletrônico para requerimento de benefício por incapacidade temporária documental disponível nos canais remotos de atendimento.

Art. 4° As entidades associadas poderão, mediante celebração de ACT com o Ministério da Previdência Social, encarregar-se, relativamente a seus colaboradores, associados ou beneficiários, em auxiliar o segurado no requerimento de benefícios por incapacidade temporária documental por meio eletrônico, preparando-os e instruindo-os nos termos do ACT, conforme disposto no art. 117 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5° Na execução dos ACTs, as entidades associadas não serão remuneradas, nem ensejará repasse de recursos por parte do Ministério da Previdência Social.

Parágrafo único. É vedada a cobrança, pela entidade associada, de quaisquer valores aos segurados, em razão da prestação dos serviços e orientações objeto do ajuste firmado.

Art. 6° Os ACTs serão operacionalizados fora das unidades do Ministério da Previdência Social, INSS e DPMF, na sede da entidade associada que firmar o acordo de cooperação técnica, mediante a disponibilização de ambiente com equipamento eletrônico que viabilize o acesso ao sistema Meu INSS ou outro sistema que tenha por finalidade o requerimento de benefícios por incapacidade e que possua equipamento digitalizador de documentos, bem como deverá ser disponibilizada representante previamente capacitada para orientar e auxiliar o segurado na formalização do requerimento do benefício no sistema.

Parágrafo único. A operacionalização citada no caput, poderá ser realizada em local distinto da sede, desde que legalmente constituído e previsto no ACT.

Art. 7° A competência para assinatura dos ACTs e dos Termos Aditivos, objeto desta Portaria, será do Ministro da Previdência Social ou por sua delegação.

Art. 8° As minutas-padrão, obrigatoriamente confeccionadas segundo os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU), que constituem anexos desta Portaria, deverão ser adotadas pelos dirigentes e agentes públicos do Ministério da Previdência Social para formalização dos ACTs e Termos Aditivos que objetivem o apoio da expansão do Serviço de Suporte ao Segurado no Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental, por meio da divulgação e auxílio na capacitação para a devida execução do ACT.

Art. 9° As entidades associadas que assinarem ACT não terão acesso aos sistemas corporativos do INSS de uso exclusivo de seus servidores, nem ao resultado do cruzamento de dados cadastrais, sendo que o acesso aos sistemas será realizado exclusivamente pelo próprio segurado com a inserção seus dados e senha para acesso ao Meu INSS, sendo vedado o fornecimento destes dados para utilização posterior pelas entidades, inclusive para acompanhamento do andamento dos requerimentos.

CAPÍTULO III
DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Art. 10. Para os fins dispostos na Lei n° 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei n° 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet, as entidades associadas por seus representantes, em comum acordo, comprometem-se a manter política de conformidade, notadamente em relação àqueles que terão acesso a documentos pessoais gerais de terceiros, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo de Cooperação Técnica, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo único. É dever das entidades associadas manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação, ou ainda, perda acidental ou indevida.

CAPÍTULO IV
DA FORMALIZAÇÃO

Seção I
Do Acordo de Cooperação Técnica com a Administração Pública

Art. 11. Os ACTs, para fins de Suporte no Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental pelo segurado, podem ser celebrados com a Administração Pública Direta ou Indireta, desde que preenchidos os requisitos preceituados nesta Portaria.

§ 1° Os ACTs previstos no caput destinam-se às orientações e instruções a serem prestadas no ato de Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental pelo segurado, nos moldes do art. 124-A da Lei n° 8.213, de 1991.

§ 2° A prestação dos serviços previstos no § 1° serão limitados à abrangência territorial da Entidade Associada, em consonância com a missão institucional do órgão e/ou entidades envolvidas.

§ 3° O reconhecimento do direito aos requerimentos protocolados compete exclusivamente ao INSS, ainda que, tendo em vista a natureza dos benefícios por incapacidade, o Ministério da Previdência Social, a SRGPS e o DPMF sejam partes envolvidas.

Art. 12. A celebração do ACT com a Administração Pública, nos termos desta Portaria, deve ser regularmente instruída, possuindo processo administrativo gerado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro que venha substituí-lo, com atribuição de NUP, devendo constar:

I - Manifestação de Interesse do partícipe acordante (Anexo I);

II - lei ou ato que instituiu a entidade pública acordante;

III - cópia do ato que outorga ou delega competências ao representante legal para firmar o ACT;

IV - cópia de documento pessoal do representante legal;

V - prova da regularidade previdenciária, mediante comprovação de inexistência de débitos relativos às contribuições devidas ao INSS e Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, observado que, no caso dos entes Federativos que possuírem vinculação apenas com o RGPS, estes deverão apresentar somente a comprovação de inexistência de débitos relativos às contribuições devidas ao INSS;

VI - despacho da autoridade competente, quanto à viabilidade do ACT, e aceite formal das minutas de ACT;

VII - ofício do representante legal da entidade pública quanto ao aceite formal das minutas de ACT;

VIII - parecer da CONJUR (Consultoria Jurídica), podendo ser dispensado somente na superveniência de Manifestação Jurídica Referencial - MJR, editada nos termos da Orientação Normativa AGU n° 55, de 2014; e

IX - todos os e-mails, ofícios e demais documentos concernentes ao ACT.

§ 1° Quando se tratar de ente da Federação, caso não seja possível a apresentação da lei ou ato que o instituiu em razão da norma não ter sido digitalizada, deve ser informado o número da lei constitutiva.

§ 2° A prova de regularidade previdenciária, prevista no inciso V do caput, para as entidades da Administração Pública que possuírem vinculação exclusivamente com o RGPS, ocorrerá somente com a comprovação da inexistência de débitos relativos às contribuições devidas ao INSS.

§ 3° A formalização do ACT com a Administração Pública ocorrerá mediante sua subscrição, em conformidade com a minuta-padrão de ACT (Anexo II).

Seção II
Do Acordo de Cooperação Técnica com entidades privadas sem fins lucrativos

Art. 13. Os Acordos de Cooperação e ACTs com entidades privadas sem fins lucrativos, incluindo as associações, as confederações, os sindicatos e as entidades fechadas de previdência complementar, podem ser celebrados, desde que preenchidos os requisitos preceituados nesta Portaria.

Art. 14. A celebração do Acordo de Cooperação com entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos desta Portaria, deve ser regularmente instruída, possuindo processo administrativo gerado no SEI, ou outro que venha substituí-lo, com atribuição de NUP, devendo constar:

I - Manifestação de Interesse do partícipe acordante (Anexo I);

II - comprovação da adequação do objeto do ajuste à missão institucional da acordante, e quando o objeto do Acordo envolver serviços assistenciais deve ser observado o disposto no § 2° do art. 15;

III - cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações;

IV - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

V - comprovante de Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, para o caso de Sindicatos, Federações e Confederações;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com número e órgão expedidor da carteira de identidade, número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, a data de nascimento e o endereço de cada um deles;

VII - cópia de documento pessoal da(s) autoridade(s) competente(s) para assinar o Acordo;

VIII - prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IX - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e com a Previdência Social, na forma da lei;

X - certidão negativa de dívidas trabalhistas;

XI - comprovação de que a entidade privada sem fins lucrativos funciona no endereço por ela declarado;

XII - declaração, sob as penas da lei, de que não incide em nenhuma das vedações do art. 39 da Lei n° 13.019, de 2014 e do art. 27 do Decreto n° 8.726, de 27 de abril de 2016;

XIII - despacho da autoridade competente quanto à viabilidade do Acordo;

XIV - ofício do representante legal da entidade privada sem fins lucrativos quanto ao aceite formal das minutas de Acordo;

XV - parecer da CONJUR (Consultoria Jurídica), podendo ser dispensado somente na superveniência de MJR, editada nos termos da Orientação Normativa AGU n° 55, de 2014; e

XVI - todos os e-mails, ofícios e demais documentos concernentes ao Acordo.

§ 1° A formalização do Acordo com entidades privadas sem fins lucrativos ocorrerá mediante sua subscrição, em conformidade com a minuta-padrão de Acordo de Cooperação (Anexo II).

§ 2° Por se tratar de celebração de parceria que não envolve comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, conforme previsão do inciso I do § 2° do art. 6° do Decreto n° 8.726, de 2016, ficam dispensadas as seguintes consultas:

I - Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM;

II - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV;

III - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

IV - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

V - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal -CADIN;

VI - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

VII - Lista de responsáveis com contas julgadas irregulares, emitida pelo Tribunal de Contas da União-TCU;

VIII - Lista de licitantes inidôneos, emitida pelo TCU;

IX - Lista de inabilitados para função pública, emitida pelo TCU; e

X - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Seção III
Do Acordo de Cooperação Técnica com entidades privadas com fins lucrativos

Art. 15. Os ACTs com entidades privadas com fins lucrativos que tenha em seus quadros a partir de 500 (quinhentos) empregados, incluindo as empresas, podem ser celebrados, desde que preenchidos os requisitos preceituados nesta Portaria.

§ 1° Para fins de cômputo do número de empregados, serão consideradas as filiais e a sede.

§ 2° Os ACTs previstos no caput destinam-se às orientações e instruções referentes ao Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental, em nome dos seus empregados, nos moldes do art. 117 da Lei n° 8.213, de 1991.

Art. 16. A celebração do ACT com entidades privadas com fins lucrativos, nos termos desta Portaria, deve ser regularmente instruída, possuindo processo administrativo gerado no SEI ou outro que venha substituí-lo, com atribuição de NUP, devendo constar:

I - Manifestação de Interesse do partícipe acordante (Anexo I);

II - comprovação da adequação do objeto do ajuste à missão institucional da acordante;

III - cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;

IV - cópia de documento pessoal do(s) representante(s) legal(is) para assinar o ACT;

V - prova de inscrição da entidade no CNPJ;

VI - comprovação de que a acordante funciona no endereço por ela declarado;

VII - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e com a Previdência Social, na forma da lei;

VIII - certidão negativa de dívidas trabalhistas;

IX - comprovação de que a entidade possui o mínimo exigido de 500 (quinhentos) empregados conforme disposto no art. 17;

X - despacho da autoridade competente quanto à viabilidade do ACT e aceite formal das minutas de ACT;

XI - ofício do representante legal da entidade privada com fins lucrativos quanto ao aceite formal da minuta de ACT;

XII - parecer da CONJUR (Consultoria Jurídica), podendo ser dispensado somente na superveniência de MJR, editada nos termos da Orientação Normativa AGU n° 55, de 2014; e

XIII - todos os e-mails, ofícios e demais documentos concernentes ao ACT.

§ 1° A formalização do ACT com entidade privada com fins lucrativos ocorrerá mediante sua subscrição, em conformidade com a minuta-padrão de ACT (Anexo II).

CAPÍTULO V
DA PUBLICAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Art. 17. Após a assinatura do ACT ou do Termo Aditivo, o Ministro ou por delegação de poderes de acordo com a sua abrangência, deverá encaminhar o processo com a minuta do extrato de ACT ou de Termo Aditivo para o Serviço de Publicidade Legal - SEPL para sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, nos termos e prazos do:

I - parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, quando se tratar de ACT com a Administração Pública ou entidades privadas com fins lucrativos; ou

II - art. 38 da Lei n° 13.019, de 2014, quando se tratar de Acordo de Cooperação com entidades privadas sem fins lucrativos.

Parágrafo único. No despacho de encaminhamento a autoridade competente deverá destacar o número do documento SEI correspondente ao termo do ajuste

Art. 18. Estando o ACT publicado e a entidade associada apta para iniciar a operacionalização, a unidade descentralizada do Ministério da Previdência Social, responsável pela celebração do ACT, deve solicitar a ACS, quando for o caso, a sua divulgação no sítio externo do Ministério da Previdência Social, de forma a tornar acessível ao segurado as informações alusivas aos ACTs celebrados entre o Ministério da Previdência Social e as entidades acordantes.

Parágrafo único. A entidade associada deve comunicar ao Ministério da Previdência Social todos os lugares em que implantem este Acordo de Cooperação Técnica, em suas sedes ou distintas dela, para que o Ministério da Previdência Social possa disponibilizar a informação do local de atendimento ao segurado.

CAPÍTULO VI
DA GESTÃO DOS ACORDOS E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 19. Compete ao Ministro ou por sua delegação, observada a respectiva área de abrangência:

I - celebrar ACT ou Termo Aditivo;

II - autorizar alterações nas minutas-padrão; e

III - decidir, por meio de Nota Técnica devidamente fundamentada nos autos, sobre a suspenção, rescisão ou a resilição do ACT ou do Termo Aditivo.

Art. 20. Compete ao Serviço de Gerenciamento de Acordo de Cooperação Técnica - SEGACT:

I - prestar orientações às Entidades Associadas, observadas as respectivas abrangências, quanto ao procedimento necessário para formalização do ACT ou do Termo Aditivo;

II - encaminhar:

a) os representantes da Entidade Associada, após publicação do ACT ou do Termo Aditivo no DOU, para treinamentos específicos disponíveis na Escola Virtual do Programa de Educação Previdenciária - PEP; e

b) quando for o caso, o processo de ACT ou do Termo Aditivo, para que a autoridade competente avalie e decida sobre a suspenção, rescisão ou a resilição contratual;

III - reunir-se a qualquer tempo, mediante convocação ou de forma espontânea, com representantes das Entidades Associadas;

IV - executar atividades necessárias para operacionalização, monitoramento, fiscalização e supervisão do ACT ou do Termo Aditivo, a serem definidas em ato próprio que será publicado pelo Ministério da Previdência Social;

V - cientificar as Entidades Associadas sobre as orientações de boas práticas e recomendações de segurança cibernética, relativas ao uso indevido do acesso aos sistemas corporativos do INSS.

Art. 21. Caberá à entidade associada:

I - apresentar toda a documentação solicitada pelo Ministério da Previdência Social, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

II - atender à convocação do Ministério da Previdência Social;

III - indicar no mínimo 2 (dois) representantes, titular e substituto, inicialmente relacionados no processo, por meio do Formulário para Indicação Inicial de Representantes Responsáveis pela Operacionalização do Suporte objeto do ACT (Anexo III);

IV - cumprir o disposto nesta Portaria e nos ajustes por elas celebrados.

CAPÍTULO VII
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 22. Durante a vigência dos instrumentos de que trata esta Portaria, caberá ao Ministério da Previdência Social, por meio da área técnica responsável:

I - a suspensão, a resilição e a rescisão do ACT; e

II - analisar a solicitação de alteração do ACT, ou por meio de Termo Aditivo.

CAPÍTULO VIII
DA PRORROGAÇÃO, DA SUSPENSÃO, DA RESCISÃO E DA RESILIÇÃO

Art. 23. Após o transcurso do prazo inicial de 60 (sessenta) meses, o ACT poderá ser prorrogado, por meio do Termo Aditivo e de comum acordo entre as partes, por iguais períodos sucessivos.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput está condicionada à:

I - prévia análise da efetividade no cumprimento do objeto do ACT;

II - instrução dos autos com os documentos exigidos para a assinatura do ACT inicial, indicando-se os que possam ser aproveitados e demonstrando-se a manutenção da conveniência do objeto para a Administração Pública.

Art. 24. O ACT ou o Termo Aditivo poderá ser suspenso pelo Ministério da Previdência Social na ocorrência de fato que prejudique a sua operacionalização pelo prazo necessário à solução do problema.

Art. 25. A qualquer tempo, o Ministério da Previdência Social ou a entidade associada poderá propor a suspensão, rescisão ou resilição do ACT ou do Termo Aditivo, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. A resilição deve vir acompanhada de renúncia expressa.

Art. 26. A qualquer tempo, o Ministério da Previdência Social poderá rescindir unilateralmente o ACT ou o Termo Aditivo em razão de descumprimento de cláusulas pactuadas, sem configurar qualquer infração legal ou ônus financeiro para o Ministério da Previdência Social.

Art. 27. O extrato da suspenção, da resilição ou da rescisão deverá ser publicado no DOU (Diário Oficial da União).

CAPÍTULO IX
DOS CASOS OMISSOS

Art. 28. Os casos omissos serão decididos de comum acordo entre os partícipes, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.666, de 1993, na Lei 14.133, de 2021 e na Lei n° 9.784, de 29 de

janeiro de 1999, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, as normas e os princípios gerais dos contratos.

CAPÍTULO X
DO FORO

Art. 29. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal.

Parágrafo único. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os anexos desta Portaria estão disponíveis na página do Ministério da Previdência Social e no Portal gov.br.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

ANEXO I

PORTARIA MPS N° 1573, DE 10 DE MAIO DE 2023
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

RAZÃO SOCIAL (1)		
CNPJ: (2)		
ENDEREÇO: (3)		
CIDADE:	UF:	CEP:
RESPONSÁVEL LEGAL PELO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: (4)		
CPF: (5)		
TELEFONE: (6)		

1. Especificar o tipo de entidade:
( ) Administração pública Direta (união, Estados e Municípios):
( ) qualquer usuário ( ) usuários da área de abrangência da entidade
( ) Administração pública Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista)
( ) Entidade privada sem fins lucrativos (associações, Sindicatos, Organizações da Sociedade Civil - OSC, entidades fechadas de previdência complementar)
( ) Entidade privada com fins lucrativos (empresas)
( ) Entidade privada sem fins lucrativos
A Pessoa Jurídica em referência, por seu representante legal, abaixo assinado, propõe a esse Ministério a celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT para que a Acordante realize a prestação de serviços, informações, orientações, instrução e referente ao requerimento de benefício por incapacidade temporária documental.
_____, de_____ de_____ (8)

_____
NOME DO SIGNATÁRIO/ ENTIDADE (9)
Cargo do Signatário

Nota Explicativa: Os campos que constam em branco devem ser preenchidos de acordo com as informações elencadas abaixo. Essa tabela não faz parte do ACT, deve ser deletada após o preenchimento da minuta padrão e antes do envio à Acordante.
(1) Nome da ACORDANTE.
(2) Número do CNPJ da ACORDANTE.
(3) Endereço completo da ACORDANTE, com CEP, bairro, município e UF.
(4) Responsável legal pelo ACT.
(5) CPF do Responsável legal pelo ACT.
(6) Telefone da área da ACORDANTE responsável pela manutenção do ACT.
(7) E-mail da ACORDANTE responsável pela manutenção do ACT.
(8) Local e data da assinatura.
(9) Nome do responsável pela manifestação de interesse.

ANEXO II

PORTARIA MPS N° 1573, DE 10 DE MAIO DE 2023
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Unidade Gestora: MPS

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério da Previdência Social e a [DIGITE AQUI O NOME DO OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE], referente ao serviço de suporte ao segurado no requerimento de benefícios por incapacidade temporária documental, no âmbito do meu INSS.

O MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, doravante denominado [MPS], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], CNPJ n° [00.000.000/0001-00], representado neste ato por seu Ministro, CARLOS ROBERTO LUPI, CPF n° [000.000.000-00], no uso das atribuições que lhe confere o [CITAR A REFERÊNCIA NORMATIVA COMPLETA QUE LHE DÁ PODERES PARA REPRESENTAR O ÓRGÃO], e a Entidade Associada XXXXXXXXXXXXX, com sede na [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], CNPJ n° [00.000.000/0001-00], representado neste ato por seu representante legal XXXXXXXXXX, celebram o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, doravante denominado apenas ACP, considerando o disposto no Processo Administrativo PMS n° 10128.103584/2023-96, bem como, com base na legislação aplicável, notadamente a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei 14.133 de primeiro de abril de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O MPS em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e com o Departamento de Perícia Médica Federal - DPMF disponibilizará material didático para capacitação das Entidades Associada a fim de que auxiliem o segurado no processo administrativo eletrônico para requerimento de benefício por incapacidade temporária documental disponível nos canais remotos de atendimento. E o apoio das Entidades Associadas para divulgar e auxiliar através da disponibilização de local, equipamento eletrônico e colaboradores, na efetivação dos requerimentos no sistema Meu INSS.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obrigam-se os partícipes do presente ACP a promover ações de interesse comum que visem ao estrito cumprimento aos termos da PORTARIA N° 1573/2023/GM, de 10 de maio de 2023, ficando vinculado às cláusulas e condições previstas no referido Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

O presente ACP não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente ACP vigerá a partir da publicação, pelo Ministério da Previdência Social - MPS, do respectivo extrato no Diário Oficial da União, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei n° 8.666, de 1993, pelo prazo de 60 meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUSPENSÃO, RESCISÃO OU RESILIÇÃO

Este ACP poderá ser suspenso, rescindido ou sofrer resilição por iniciativa de qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Da resilição comporta acerto, renúncia expressa e livre deliberação dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal.

Parágrafo único. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

Local, de de .
Documento assinado eletronicamente
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
MPS
Documento assinado eletronicamente
ENTIDADE ASSOCIADA

ANEXO III

PORTARIA MPS N° 1573, DE 10 DE MAIO DE 2023
FORMULÁRIO PARA INDICAÇÃO INICIAL DE REPRESENTANTES RESPONSÁVEIS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO SUPORTE AO CIDADÃO

NOME DO REPRESENTANTE | CPF N° | E-MAIL | ENDEREÇO | DATA DA INCLUSÃO | TELEFONE | ESCOLARIDADE
,_____ de_____ de ____(1)
_____
NOME DO REPRESENTANTE
Cargo do Signatário (2)
(1) Data de envio do formulário.
(2) Nome e Cargo do representante legal da Acordante.

(*) Retificado no DOU de 02/06/2023, por ter saído com incorreções no original.

PORTARIA MPS Nº 1.945, DE 30 DE MAIO DE 2023 – (DOU de 01/06/2023)

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições previstas no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, Art. 1ª, incisos II e III, 3º, incisos I, III e IV e 6º da Constituição Federal; e

considerando o Decreto Presidencial nº 8727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

considerando o Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023, Art. 4º incisos II e IV;

considerando a Lei Nº 13.460, de 26 de julho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

considerando a Lei nº 14.553, de 20 de abril de 2023, determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho;

considerando os princípios dos direitos humanos consagrados em instrumentos internacionais, especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001);

considerando a Portaria 233, de 18/05/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece o uso do nome social adotado por travestis e transexuais às/aos servidoras/es públicas/os, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e

considerando o compromisso deste Ministério de desenvolver unidades em sua estrutura para o tratamento das questões de educação em direitos humanos, bem como o contido no Processo (Processo nº19955.101981/2023-55) resolve:

Art. 1º - Fica Estabelecida a inclusão dos campos de raça, cor e etnia nos formulários de cadastramento do Ministério da Previdência Social, cabendo às autarquias vinculadas a esta Pasta a regulamentação da matéria dentro da sua esfera de competência.

§ 1º - O campo de raça/etnia deve conter as identificações amarelo, branco, pardo, preto e Indígena;

Art. 2º - Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis, nos termos desta Portaria, o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Previdência Social.

§ 1º - Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade;

§ 2º - Os direitos aqui assegurados abrangem os agentes públicos e usuários do Ministério da Previdência Social, cabendo às autarquias vinculadas a esta Pasta a regulamentação da matéria dentro da sua esfera de competência.

Art. 3º - Fica estabelecida a inclusão do campo de nome social, orientação sexual e identidade de gênero nos formulários de cadastramento do Ministério da Previdência Social, cabendo às autarquias vinculadas a esta Pasta a regulamentação da matéria dentro da sua esfera de competência.

§ 1º - O campo de nome social deve ser inserido acima do nome civil, em destaque, como forma de coibir qualquer ato discriminatório;

§ 2º - Os campos de orientação sexual devem conter as caixas de marcação heterossexual, homossexual, transexual e outros;

§ 3º - O campo identidade de gênero deve conter as identificações mulher cisgênero, homem cisgênero, mulher transgênero, homem transgênero, travesti e outros.

Art. 4º - Fica assegurada a utilização do nome social aos agentes públicos, mediante requerimento da pessoa interessada, nas seguintes situações:

I - cadastro de dados e informações de uso social;

II - comunicações internas de uso social;

III - endereço de correio eletrônico;

IV - identificação funcional de uso interno do órgão (crachá);

V - lista de ramais do órgão; e

VI - nome de usuário em sistemas de informática.

§ 1º - A pessoa interessada indicará, no momento do preenchimento do cadastro ou ao se apresentar para o atendimento, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

§ 2º - Os agentes públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos.

§ 3º - O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.

§ 4º - Em 180 (Cento e oitenta) dias devem ser tomadas as medidas cabíveis para que o nome social passe a ser utilizado em todas as situações previstas nesta Portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

1.02 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS

LEI N° 14.592, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 30.05.2023 - Edição Extra)

Altera a Lei n° 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse); reduz a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros; reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo; suspende o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações de petróleo efetuadas por refinarias para produção de combustíveis; altera as Leis n°s 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins; e as Leis n°s 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e os Decretos-Lei n°s 9.853, de 13 de setembro de 1946, e 8.621, de 10 de janeiro de 1946; revoga dispositivos da Lei n° 14.148, de 3 de maio de 2021, e das Medidas Provisórias n°s 1.157, de 1° de janeiro de 2023, 1.159, de 12 de janeiro de 2023, e 1.163, de 28 de fevereiro de 2023; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° O art. 4° da Lei n° 14.148, de 3 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4° Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); albergues, exceto assistenciais (5590-6/01);campings(5590-6/02), pensões (alojamento) (5590-6/03); outros alojamentos não especificados anteriormente (5590-6/99); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produtora de filmes para publicidade (5911-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos

circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista (4923-0/02); transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal (4929-9/01); transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02); organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal (4929-9/03); organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/04); transporte marítimo de cabotagem - passageiros (5011-4/02); transporte marítimo de longo curso - passageiros (5012-2/02); transporte aquaviário para passeios turísticos (5099-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares (9102-3/01); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00):

.....

§ 1° Para fins de fruição do benefício fiscal previsto no caput deste artigo, a alíquota de 0% (zero por cento) será aplicada sobre os resultados e as receitas obtidos diretamente das atividades do setor de eventos de que trata este artigo.

§ 2° O disposto no art. 17 da Lei n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004, não se aplica aos créditos vinculados às receitas decorrentes das atividades do setor de eventos de que trata este artigo.

§ 3° Fica dispensada a retenção do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins quando o pagamento ou o crédito referir-se a receitas desoneradas na forma deste artigo.

§ 4° Somente as pessoas jurídicas, inclusive as entidades sem fins lucrativos, que já exerciam, em 18 de março de 2022, as atividades econômicas de que trata este artigo poderão usufruir do benefício.

§ 5° Terão direito à fruição de que trata este artigo, condicionada à regularidade, em 18 de março de 2022, de sua situação perante o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), nos termos dos arts. 21 e 22 da Lei n° 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Política Nacional de Turismo), as pessoas jurídicas que exercem as seguintes atividades econômicas: serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista (4923-0/02); transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal (4929-9/01); transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02); organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal (4929-9/03); organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/04); transporte marítimo de cabotagem - passageiros (5011-4/02); transporte marítimo de longo curso - passageiros (5012-2/02); transporte aquaviário para passeios turísticos (5099-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares (9102-3/01); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

§ 6° Ato da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo." (NR)

Art. 2° A partir de 1° de janeiro de 2023, ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros.

§ 1° O disposto no art. 17 da Lei n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004, não se aplica aos créditos vinculados às receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros de que trata este artigo.

§ 2° A redução de alíquotas de que trata o caput deste artigo aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2026.

Art. 3° Ficam reduzidas a 0 (zero), até 31 de dezembro de 2023, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com:

I - óleo diesel e suas correntes, de que tratam o inciso II do caput do art. 4° da Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998, e o inciso II do caput do art. 23 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004;

II - biodiesel, de que tratam os arts. 3° e 4° da Lei n° 11.116, de 18 de maio de 2005; e

III - gás liquefeito de petróleo derivado de petróleo e de gás natural, de que tratam o inciso III do caput do art. 4° da Lei n° 9.718, de 27 de novembro 1998, e o inciso III do caput do art. 23 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004.

Art. 4° A redução de que trata o art. 3° desta Lei alcança também, no prazo respectivo, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (Contribuição para o PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) incidentes sobre a importação de:

I - óleo diesel e suas correntes, de que trata o § 8° do art. 8° da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004;

II - biodiesel, de que trata o art. 7° da Lei n° 11.116, de 18 de maio de 2005; e

III - gás liquefeito de petróleo derivado de petróleo e de gás natural, de que trata o § 8° do art. 8° da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004.

§ 1° Aplicam-se às pessoas jurídicas atuantes na cadeia econômica dos produtos de que trata o art. 3° desta Lei, nos prazos respectivos:

I - em relação à aquisição dos referidos produtos, as vedações estabelecidas:

a) no inciso II do § 2° do art. 3° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e

b) no inciso II do § 2° do art. 3° da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

II - em relação aos créditos de que tratam o art. 3° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o art. 3° da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, distintos do crédito a que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso I deste parágrafo, a autorização de que trata o art. 17 da Lei n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 2° A pessoa jurídica que adquirir os produtos de que trata o art. 3° desta Lei nos prazos respectivos, para utilização como insumo, nos termos do inciso II do caput do art. 3° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do inciso II do caput do art. 3° da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, fará

jus a créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em relação à aquisição no mercado interno ou à importação dos referidos produtos em cada período de apuração.

§ 3° O disposto no § 2° deste artigo não se aplica à aquisição de biodiesel, quando destinado à adição ao diesel.

§ 4° O valor dos créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que trata o § 2° deste artigo, em relação a cada metro cúbico ou tonelada de produto adquirido no mercado interno ou importado, corresponderá aos valores obtidos pela multiplicação das alíquotas das referidas contribuições estabelecidas no caput do art. 2° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2° da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, pelo preço de aquisição dos combustíveis.

§ 5° O crédito presumido de que trata o § 2° deste artigo:

I - ficará sujeito às hipóteses de vinculação mediante apropriação ou rateio e de estorno previstas na legislação aplicável à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins para os créditos de que tratam o art. 3° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro 2002, e o art. 3° da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, especialmente aquelas estabelecidas no § 8° do art. 3° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, bem como no § 8° do art. 3° e no § 3° do art. 6°, combinado com o inciso III do caput do art. 15, da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e

II - somente poderá ser utilizado para desconto de débitos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, exceto se vinculados a receitas de exportação ou na hipótese prevista no art. 16 da Lei n° 11.116, de 18 de maio de 2005.

Art. 5° Fica suspenso, até 31 de dezembro de 2023, o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as aquisições no mercado interno e sobre as importações de petróleo efetuadas por refinarias para a produção de combustíveis.

§ 1° O disposto no caput deste artigo aplica-se aos insumos naftas, com Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado (NCM/SH) 2710.12.49, outras misturas (aromáticos), NCM/SH 2707.99.90, óleo de petróleo parcialmente refinado, NCM/SH 2710.19.99, outros óleos brutos de petróleo ou minerais (condensados), NCM/SH 2709.00.10, e N-Metilanilina, NCM/SH 2921.42.90.

§ 2° A suspensão do pagamento de que tratam o caput e o § 1° deste artigo converte-se em alíquota 0 (zero) após a utilização na produção de combustíveis, hipótese em que se aplica o disposto no art. 22 da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009, à pessoa jurídica que adquire o produto com suspensão.

§ 3° A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá disciplinar o disposto neste artigo, inclusive para exigir que o adquirente informe a parcela da aquisição a ser utilizada na produção de combustíveis referidos no art. 3° desta Lei, mediante declaração a ser entregue ao fornecedor de petróleo.

Art. 6° A Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

.....

§ 3° .....

.....

XII - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1° do art. 19 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977;

XIII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures; e

XIV - relativas ao valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação." (NR)

"Art. 3° .....

.....

§ 2° .....

I - de mão de obra paga a pessoa física;

II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição; e

III - do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição.

....." (NR)

Art. 7° A Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

.....

§ 3° .....

.....

XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1° do art. 19 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977;

XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures; e

XIII - relativas ao valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação." (NR)

"Art. 3° .....

.....

§ 2° .....

I - de mão de obra paga a pessoa física;

II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição; e

III - do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição.

....." (NR)

Art. 8° Fica reaberto pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da regulamentação do disposto neste artigo, o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária para as santas casas, os hospitais e as entidades beneficentes que atuam na área da saúde portadoras da certificação prevista na Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, de que trata o art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022.

§ 1° O programa de que trata ocaputdeste artigo abrange os débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até a publicação desta Lei, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício.

§ 2° A adesão ao programa de que trata ocaputdeste artigo ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado em até 90 (noventa) dias da data de publicação da regulamentação prevista no § 15 deste artigo e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável.

§ 3° O parcelamento no âmbito do programa de que trata ocaputdeste artigo deve ocorrer por meio de 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, exceto os casos regulamentados com base no § 11 do art. 195 da Constituição Federal, que terão prazo máximo de 60 (sessenta) parcelas mensais.

§ 4° A adesão ao programa de que trata ocaputdeste artigo implica:

I - a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, por ele indicados para compor o parcelamento, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

II - a aceitação plena e irretratável pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, das condições estabelecidas nesta Lei;

III - o dever de pagar as parcelas dos débitos consolidados no parcelamento e dos débitos vencidos após a publicação desta Lei, inscritos ou não em dívida ativa da União.

§ 5° É resguardado o direito do contribuinte à quitação, nas mesmas condições de sua adesão original, dos débitos apontados para o parcelamento, em caso de atraso na consolidação dos débitos indicados pelo contribuinte ou de não disponibilização de débitos no sistema para inclusão no programa.

§ 6° Para incluir no parcelamento débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais e, no caso de ações judiciais, protocolar requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 7° Enquanto a dívida não for consolidada, o sujeito passivo deverá calcular e recolher o valor à vista ou o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas, observado o disposto no § 2° deste artigo.

§ 8° O deferimento do requerimento de adesão ao parcelamento é condicionado ao pagamento do valor à vista ou da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

§ 9° O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais,

acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

§ 10. Observado o direito de defesa do contribuinte, implicará exclusão do devedor do parcelamento e a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago:

I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou de 6 (seis) alternadas;

II - a falta de pagamento de 1 (uma) parcela, se todas as demais estiverem pagas;

III - a constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;

IV - a decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante.

§ 11. Na hipótese de exclusão do devedor do parcelamento:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas em espécie, com acréscimos legais até a data da rescisão.

§ 12. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins dos incisos I e II do § 10 deste artigo.

§ 13. Aplicam-se aos parcelamentos de que trata esta Lei o disposto nocaputе nos §§ 2° e 3° do art. 11, no art. 12 e no inciso IX do caput do art. 14 da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 14. Aos parcelamentos de que trata esta Lei, não se aplica o disposto no:

I - art. 15 da Lei n° 9.311, de 24 de outubro de 1996;

II - § 1° do art. 3° da Lei n° 9.964, de 10 de abril de 2000;

III - § 10 do art. 1° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003; e

IV - inciso IV do § 4° do art. 1° da Lei n° 13.496, de 24 de outubro de 2017.

§ 15. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão o regulamento e os demais atos necessários à execução dos procedimentos previstos no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 9° A Lei n° 13.483, de 21 de setembro de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. Os recursos do FAT repassados ao BNDES, para fins do disposto no § 1° do art. 239 da Constituição Federal, ou aplicados nos depósitos especiais de que trata o art. 9° da Lei n° 8.019, de 11 de abril de 1990, destinados a operações de financiamento à inovação e à digitalização apoiadas pelo BNDES poderão ser remunerados pela Taxa Referencial (TR), cabendo ao Conselho Monetário Nacional definir critérios para elegibilidade.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, as aprovações do BNDES destinadas a operações de financiamento à inovação e à digitalização em cada exercício até 2026, remuneradas pela

TR, ficam limitadas a até 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do saldo dos recursos repassados segundo o disposto no § 1° do art. 239 da Constituição Federal, e esse percentual pode ser alterado pelo Conselho Monetário Nacional."

Art. 10. O art. 8° da Lei n° 13.576, de 26 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8° .....

I - .....

.....

c) contratos de fornecimento com prazo superior a 1 (um) ano, firmados com empresa comercializadora de etanol, desde que o produto seja oriundo de produtor de biocombustível detentor do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis;

....." (NR)

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. (VETADO).

Art. 13. Revogam-se os seguintes dispositivos:

I - art. 6° da Lei n° 14.148, de 3 de maio de 2021;

II - arts. 1° e 3° da Medida Provisória n° 1.157, de 1° de janeiro de 2023;

III - arts. 1° e 2° da Medida Provisória n° 1.159, de 12 de janeiro de 2023; e

IV - art. 6° da Medida Provisória n° 1.163, de 28 de fevereiro de 2023.

Art. 14. Ficam convalidados os atos praticados com base:

I - nos arts. 1° e 3° da Medida Provisória n° 1.157, de 1° de janeiro de 2023;

II - nos arts. 1° e 2° da Medida Provisória n° 1.159, de 12 de janeiro de 2023; e

III - no art. 6° da Medida Provisória n° 1.163, de 28 de fevereiro de 2023.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de maio de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

FERNANDO HADDAD

DANIELA MOTE DE SOUZA CARNEIRO

RUI COSTA DOS SANTOS

DECRETO N° 11.540, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Altera o Decreto n° 10.681, de 20 de abril de 2021, que regulamenta a Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, e no art. 21 da Lei Complementar n° 178, de 13 de janeiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1° O Decreto n° 10.681, de 20 de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6° .....

I - de trinta a duzentos e quarenta dias, contado da data de aprovação do pedido de adesão, para as seções previstas nos incisos I a IV do caput do art. 5°;

III - .....

.....

§ 2° O prazo de duzentos e quarenta dias previsto no inciso I do caput será acrescido de sessenta dias para atualização do trabalho previamente realizado, na hipótese de mudança de exercício financeiro.

....." (NR)

"Art. 8° .....

.....

II - observar o prazo de até trinta dias para avaliar as entregas dos Estados relativas às seções previstas nos incisos I a IV do caput do art. 5°; e

.....

§ 1° O prazo previsto no inciso II do caput será aumentado em até trinta dias, na hipótese de existir outra avaliação semelhante em andamento, assegurada a revisão dos prazos estabelecidos para a elaboração das referidas seções do Plano de Recuperação Fiscal.

§ 2° ....." (NR)

"Art. 15. .....

.....

III - regras para apuração da base de cálculo, que observarão as exceções previstas no § 4° do art. 2° da Lei Complementar n° 159, de 2017, e definirão o exercício anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, ou o exercício anterior ao de homologação do Plano de Recuperação Fiscal, como base de cálculo da limitação; e

....." (NR)

"Art. 22. .....

§ 1° Os pareceres dos seguintes órgãos serão elaborados no prazo de trinta dias, contado da data do recebimento por cada órgão:

....." (NR)

"Art. 37. .....

.....

II - deverá ser atualizado a cada vinte e quatro meses da data de homologação do Plano de Recuperação Fiscal pelo Presidente da República, conforme disposto no art. 5° da Lei Complementar n° 159, de 2017, ou do início da vigência da atualização mais recente do Plano de Recuperação Fiscal.

§ 1° Considera-se atualização a revisão conjunta das seções a que se referem os incisos II a V do caput do art. 5°.

....." (NR)

Art. 2° Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto n° 10.681, de 2021:

I - o inciso II do caput do art. 6°; e

II - os incisos I e II do § 1° do art. 8°.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil

FERNANDO HADDAD

RESOLUÇÃO BCB N° 320, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023)

Altera a Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA COLEGIADA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, em sessão realizada em 31 de maio de 2023, com base nos arts. 9° da Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 9°-A, incisos I e II, da Lei n° 4.728, de 14 de julho de 1965, 6° e 7°, inciso III, da Lei n° 11.795, de 8 de outubro de 2008, 9°, incisos II e IX, alínea "b", e 15 da Lei n° 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 12 da Resolução CMN n° 4.858, de 23 de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1° A Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4° O código das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif é formado por, no mínimo, cinco níveis de agregação, sendo:

.....

§ 4° Fica limitada em dez níveis a quantidade máxima de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

§ 5° O ato normativo que criar novos níveis de agregação no elenco de contas do Cosif deve entrar em vigor a partir do exercício seguinte e, no mínimo, seis meses depois de sua data de publicação." (NR)

"Art. 9° .....

I - 1.00.00.00.00 Ativo;

II - 2.00.00.00.00 Passivo;

III - 3.00.00.00.00 Patrimônio Líquido;

IV - 4.00.00.00.00 Resultado Credor;

V - 5.00.00.00.00 Resultado Devedor;

VI - 8.00.00.00.00 Compensação Ativa; e

VII - 9.00.00.00.00 Compensação Passiva." (NR)

Art. 2° Ficam revogados:

I - os §§ 2° e 3° do art. 4° da Resolução BCB n° 92, de 2021; e

II - o art. 1° da Resolução BCB n° 255, de 1° de novembro de 2022, na parte em que altera o art. 9° da Resolução BCB n° 92, de 2021.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor:

I - em 1° de julho de 2023, quanto ao inciso II do art. 2°; e

II - em 1° de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

RESOLUÇÃO CVM N° 184, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023)

Altera a Resolução CVM n° 175, de 23 de dezembro de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 17 de maio de 2023, com fundamento no disposto nos arts. 2°, inciso V, 8°, inciso I, 19 e 23, § 2°, da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei n° 8.167, de 16 de

janeiro de 1991, na Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, na Lei n° 8.668, de 25 de junho de 1993, na Lei n° 9.491, de 9 de setembro de 1997, na Lei n° 9.635, de 15 de maio de 1998, na Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, nos arts. 1.368-C a 1.368-F da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na Lei n° 10.735, de 11 de setembro de 2003, na Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004, na Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, na Lei n° 11.478, de 29 de maio de 2007, na Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, na Resolução CMN n° 1.787, de 1° de fevereiro de 1991, na Resolução CMN n° 2.424, de 1° de outubro de 1997, e na Resolução CMN n° 2.907, de 29 de novembro de 2001, APROVOU a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1° A parte geral da Resolução CVM n° 175, de 23 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. .....

I - regulamento atualizado;

II - descrição da tributação aplicável; e

III - política de voto da classe em assembleia de titulares de valores mobiliários, se for o caso."(NR)

"Art. 49. .....

.....

Parágrafo único. Caso a política de investimento integre fatores ambientais, sociais ou de governança às atividades relacionadas à gestão da carteira, mas não busque originar benefícios ambientais, sociais ou de governança, fica vedada a utilização dos termos referidos no caput, devendo o regulamento dispor acerca da integração dos referidos fatores à política de investimento."(NR)

"Art. 60. .....

I - possui uma política de investimentos que busca originar benefícios ambientais, sociais ou de governança; ou

II - integra os fatores ambientais, sociais ou de governança à política de investimentos, sem, contudo, buscar a originação de benefícios dessa natureza."(NR)

Art. 2° O Anexo Normativo I da Resolução CVM n° 175, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção VIII
Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI

Art. 70-A. Pode ser constituído FIF representativo de Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, nos termos da Lei n° 9.477, de 24 de julho de 1997.

Parágrafo único. Caso o FAPI conte com diferentes classes de cotas, todas as classes devem possuir como finalidade o atendimento à referida lei."(NR)

"Art. 70-B. A denominação da classe de cotas do FAPI deve conter a expressão "Fundo de Aposentadoria Programada Individual", sendo inaplicável o disposto no art. 3° deste Anexo Normativo I."(NR)

Art. 3° A Resolução CVM n° 175, de 2022, fica acrescida:

I - do Anexo Normativo III, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento imobiliário - FII, na forma do disposto no Anexo A desta Resolução;

II - do Anexo Normativo IV, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em participações - FIP, na forma do disposto no Anexo B desta Resolução;

III - do Anexo Normativo V, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em índice de mercado - Fundos de Índice, na forma do disposto no Anexo C desta Resolução;

IV - do Anexo Normativo VII, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos mútuos de privatização - FGTS - FMP-FGTS, na forma do disposto no Anexo D desta Resolução;

V - do Anexo Normativo VIII, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de financiamento da indústria cinematográfica nacional - FUNCINE, na forma do disposto no Anexo E desta Resolução;

VI - do Anexo Normativo IX, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos mútuos de ações incentivadas - FMAI, na forma do disposto no Anexo F desta Resolução;

VII - do Anexo Normativo X, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento cultural e artístico - FICART, na forma do disposto no Anexo G desta Resolução;

VIII - do Anexo Normativo XI, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar ou a seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, estruturados na modalidade de contribuição variável - Fundos Previdenciários, na forma do disposto no Anexo H desta Resolução;

IX - do Anexo Normativo XII, que dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em direitos creditórios constituídos no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - FIDC-PIPS, na forma do disposto no Anexo I desta Resolução;

X - do Suplemento H, que trata do conteúdo informacional mínimo para o laudo de avaliação previsto nas regras específicas sobre FII, na forma do disposto no Anexo J desta Resolução;

XI - do Suplemento I, que trata do conteúdo do informe mensal previsto nas regras específicas sobre FII, na forma do disposto no Anexo K desta Resolução;

XII - do Suplemento J, que trata do conteúdo do informe trimestral previsto nas regras específicas sobre FII, na forma do disposto no Anexo L desta Resolução;

XIII - do Suplemento K, que trata do conteúdo do informe anual previsto nas regras específicas sobre FII, na forma do disposto no Anexo M desta Resolução;

XIV - do Suplemento L, que trata do conteúdo do informe quadrimestral previsto nas regras específicas sobre FIP, na forma do disposto no Anexo N desta Resolução; e

XV - do Suplemento M, que trata do conteúdo do informe diário previsto nas regras específicas sobre FMP-FGTS, na forma do disposto no Anexo O desta Resolução.

Art. 4° Fica revogado o inciso III do art. 13 do Anexo Normativo I da Resolução CVM n° 175, de 23 de dezembro de 2022.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor em 2 de outubro de 2023.

JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO

ANEXO A

"ANEXO NORMATIVO III - FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento imobiliário.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo III à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento imobiliário - FII.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Seção I - Características Gerais

Art. 2° O FII é destinado à aplicação em empreendimentos imobiliários, nos termos do art. 40 deste Anexo Normativo III.

Parágrafo único. O FII deve captar recursos por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Art. 3° As classes de cotas dos FII devem ser constituídas em regime fechado e podem ter prazo de duração indeterminado.

Art. 4° Da denominação do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve constar a expressão "Fundo de Investimento Imobiliário".

Seção II - Constituição

Art. 5° Caso a política de investimentos não permita a aplicação de parcela superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido em valores mobiliários, o fundo e suas classes de cotas podem ser constituídos por deliberação exclusiva do administrador, hipótese na qual o administrador é o único prestador de serviços essenciais, englobando tanto a administração fiduciária quanto a gestão da carteira.

CAPÍTULO III - COTAS

Seção I - Recompra

Art. 6° As recompras que visem à aquisição de parte ou da totalidade das cotas de classe de cotas devem obedecer às regras e procedimentos operacionais estabelecidos pela entidade administradora do mercado organizado em que as cotas estejam admitidas à negociação.

Seção II - Distribuição

Art. 7° O pedido de registro de oferta pública de distribuição deve ser instruído com os documentos exigidos em regulamentação específica, bem como:

I - os documentos e informações exigidos no Suplemento K, no que couber, quando se tratar da primeira oferta pública de distribuição da classe de cotas, contendo as devidas atualizações quando se tratarem de ofertas públicas subsequentes; e

II - o laudo de avaliação de que trata o art. 9° deste Anexo Normativo III, no caso da primeira oferta pública de distribuição da classe de cotas, com exceção das informações mencionadas no item 7 do Suplemento H, quando estiverem protegidas por sigilo ou prejudicarem a estratégia de investimento.

Seção III - Integralização e Subscrição

Art. 8° A integralização das cotas será efetuada em moeda corrente nacional, admitindo-se, desde que prevista no regulamento, a integralização em imóveis, bem como em direitos relativos a imóveis.

Art. 9° A integralização em bens e direitos deve ser feita com base em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada, de acordo com o Suplemento H, e aprovado pela assembleia de cotistas.

§ 1° A aprovação do laudo pela assembleia de cotistas não é requerida quando se tratar do(s) ativo(s) que constitua(m) a destinação de recursos da primeira oferta pública de distribuição de cotas.

§ 2° O administrador deve tomar todas as cautelas e agir com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações constantes do laudo de avaliação sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, respondendo pela omissão nesse seu dever.

§ 3° A integralização em bens e direitos deve ocorrer no prazo estabelecido pelo regulamento ou no documento de aceitação da oferta, aplicando-se, em acréscimo ao art. 78 da parte geral da Resolução, o art. 18 deste Anexo Normativo III e, no que couber, os arts. 8° a 10, 89 e 98, § 2°, da Lei n° 6.404, de 1976.

§ 4° O avaliador deve apresentar declaração de que não possui conflito de interesses que diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções.

§ 5° As avaliações realizadas para fins deste artigo ou do art. 40, § 3°, deste Anexo Normativo III, devem observar, ainda, as regras contábeis que tratam da mensuração do valor justo dos bens e direitos avaliados.

Art. 10. O regulamento pode autorizar a subscrição parcial de cotas das emissões, bem como o cancelamento do saldo não colocado, observadas as disposições da regulamentação específica que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição primária ou secundária de valores mobiliários.

§ 1° Na hipótese do caput, o ato que aprovar a emissão deve estipular um valor mínimo a ser subscrito que, uma vez não atingido, implica o cancelamento da oferta pública, observado que o valor mínimo não pode comprometer a execução da política de investimentos.

§ 2° Caso o valor mínimo referido no § 1° não seja alcançado, o administrador deve, imediatamente, fazer o rateio entre os subscritores dos recursos financeiros recebidos, nas proporções das cotas integralizadas e acrescidos dos rendimentos líquidos porventura auferidos pelas aplicações da carteira.

CAPÍTULO IV - REGULAMENTO

Art. 11. Em acréscimo às matérias previstas no art. 48 da parte geral da Resolução, o regulamento deve dispor sobre:

I - o objeto da classe de cotas, definindo, com clareza, os segmentos em que atuará, se for o caso, assim como a natureza dos investimentos que poderão ser realizados, nos termos do art. 40 deste Anexo Normativo III;

II - a política de investimento, contendo, no mínimo:

a) a descrição do objetivo fundamental dos investimentos a serem realizados (ganho de capital, obtenção de renda ou outros, que podem ser combinados), identificando os aspectos que somente poderão ser alterados com prévia anuência dos cotistas;

b) a especificação do grau de liberdade que o administrador ou gestor possuem no cumprimento da política de investimento, indicando a natureza das operações que ficam autorizados a realizar independentemente de prévia autorização dos cotistas;

c) os ativos que podem compor o patrimônio e os requisitos de diversificação de investimentos;

d) a possibilidade de realizar operações com derivativos para fins de proteção patrimonial, cuja exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido;

e) a possibilidade de aquisição de imóveis gravados com ônus reais; e

f) localização geográfica das áreas em que a classe de cotas pode adquirir imóveis ou direitos a eles relacionados, se for o caso;

III - taxa de performance, se for o caso;

IV - número de cotas a serem emitidas para a constituição do patrimônio inicial e sua divisão em séries, se for o caso;

V - critérios para a subscrição de cotas por um mesmo investidor;

VI - política de distribuição de rendimentos e resultados;

VII - obrigações e responsabilidades do administrador, sem prejuízo daquelas previstas na regulamentação, bem como seus deveres na qualidade de proprietário fiduciário dos imóveis e direitos integrantes da carteira de ativos;

VIII - modo de convocação, competência, quórum de instalação e de deliberação da assembleia de cotistas, assim como as formas de representação dos cotistas;

IX - percentual máximo de cotas que o incorporador, construtor e sócios de um determinado empreendimento que componha o patrimônio da classe de cotas poderão, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, subscrever ou adquirir no mercado, indicando inclusive as consequências tributárias;

X - prazo máximo para a integralização ao patrimônio de bens e direitos oriundos de subscrição de cotas, se for o caso;

XI - descrição das medidas que poderão ser adotadas pelo administrador para evitar alterações no tratamento tributário conferido ao fundo ou aos seus cotistas;

XII - a contratação de formador de mercado para as cotas, se for o caso; e

XIII - número máximo de representantes de cotistas a serem eleitos pela assembleia de cotistas e respectivo prazo de mandato, o qual não pode ser inferior a 1 (um) ano, ressalvado o disposto no § 2° do art. 20 deste Anexo Normativo III.

§ 1° O regulamento pode estabelecer uma taxa de ingresso, nos termos do art. 48, § 2°, inciso XII, da parte geral da Resolução, mas não pode prever a existência de taxa de saída.

§ 2° Caso a classe de cotas seja destinada ao público em geral, o regulamento não pode conter disposições que:

I - limitem o número de votos por cotista em percentuais inferiores a 10% (dez por cento) do total de cotas emitidas; e

II - estabeleçam diferentes limites de exercício do direito de voto para diferentes cotistas.

CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA DE COTISTAS

Seção I - Competência

Art. 12. Em acréscimo às matérias previstas no art. 70 da parte geral da Resolução, compete privativamente à assembleia de cotistas deliberar sobre:

I - salvo quando diversamente previsto em regulamento, a alteração do mercado em que as cotas são admitidas à negociação;

II - apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas;

III - eleição e destituição de representante dos cotistas de que trata o art. 20 deste Anexo Normativo III, fixação de sua remuneração, se houver, e aprovação do valor máximo das despesas que poderão ser incorridas no exercício de sua atividade;

IV - aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses, nos termos do § 1° do art. 27, do art. 31 e do inciso IV do art. 32, todos deste Anexo Normativo III; e

V - alteração de qualquer matéria relacionada à taxa de administração e, caso o fundo conte com um gestor na qualidade de prestador de serviços essenciais, à taxa de gestão.

Seção II - Convocação e Instalação

Art. 13. Compete ao administrador convocar a assembleia de cotistas.

§ 1° A assembleia de cotistas também pode ser convocada diretamente por cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das cotas emitidas pela classe ou pelo representante dos cotistas, observados os requisitos estabelecidos no regulamento.

§ 2° A primeira convocação das assembleias de cotistas deve ocorrer:

I - com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, no caso das assembleias ordinárias; e

II - com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, no caso das assembleias extraordinárias.

§ 3° Por ocasião da assembleia ordinária, os titulares de, no mínimo, 3% (três por cento) das cotas emitidas ou o representante dos cotistas podem solicitar, por meio de requerimento escrito encaminhado ao administrador, a inclusão de matérias na ordem do dia da assembleia, que passa a ser ordinária e extraordinária.

§ 4° O pedido de que trata o § 3° deve vir acompanhado de eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto, inclusive aqueles referidos no § 2° do art. 14 deste Anexo Normativo III, e deve ser encaminhado em até 10 (dez) dias contados da data de convocação da assembleia ordinária.

§ 5° O percentual de que trata o § 3° deve ser calculado com base nas participações constantes do registro de cotistas na data de convocação da assembleia.

Art. 14. O administrador deve disponibilizar, na mesma data da convocação, todas as informações e documentos necessários ao exercício informado do direito de voto em assembleias:

I - em sua página na rede mundial de computadores;

II - na página da CVM na rede mundial de computadores, por meio de sistema eletrônico disponível na rede ou de sistema eletrônico disponibilizado por entidade que tenha formalizado convênio ou instrumento congênere com a CVM para esse fim; e

III - na página da entidade administradora do mercado organizado em que as cotas sejam admitidas à negociação.

§ 1° Nas assembleias ordinárias, as informações de que trata o caput incluem, no mínimo, aquelas referidas no art. 36, inciso III, deste Anexo Normativo III, sendo que as informações referidas no art. 36, inciso IV, devem ser divulgadas até 15 (quinze) dias após a convocação dessa assembleia.

§ 2° Sempre que a assembleia for convocada para eleger representantes de cotistas, as informações de que trata o caput incluem:

I - declaração dos candidatos de que atendem os requisitos previstos no art. 21 deste Anexo Normativo III; e

II - as informações exigidas no item 12.1 do Suplemento K.

§ 3° Caso cotistas ou o representante de cotistas tenham se utilizado da prerrogativa do § 3° do art. 13 deste Anexo Normativo III, o administrador deve divulgar, pelos meios referidos nos incisos I a III do caput, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do encerramento do prazo previsto no § 4° do referido art. 13, o pedido de inclusão de matéria na pauta, bem como os documentos encaminhados pelos solicitantes.

Seção III - Deliberações

Art. 15. Ressalvado o disposto no art. 16 deste Anexo Normativo III, as deliberações da assembleia de cotistas são tomadas por maioria de votos dos cotistas presentes, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Art. 16. As deliberações exclusivamente relativas às matérias previstas nos incisos II, IV e V, do art. 70 da parte geral da Resolução, assim como as matérias previstas nos incisos II, IV e V do art. 12 deste Anexo Normativo III dependem da aprovação por maioria de votos dos cotistas presentes e que representem:

I - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das cotas emitidas, quando a classe de cotas tiver mais de 100 (cem) cotistas; ou

II - metade, no mínimo, das cotas emitidas, quando a classe de cotas tiver até 100 (cem) cotistas.

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos do caput devem ser determinados com base no número de cotistas indicados no registro de cotistas na data de convocação da assembleia, cabendo ao administrador informar no edital de convocação qual será o percentual aplicável nas assembleias que tratem das matérias sujeitas à deliberação por quórum qualificado.

Art. 17. O pedido de representação em assembleia de cotistas, encaminhado pelo administrador mediante correspondência, física ou eletrônica, ou anúncio publicado, deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido;

II - facultar que o cotista exerça o voto contrário à proposta, por meio da mesma procuração; e

III - ser dirigido a todos os cotistas.

§ 1° É facultado a cotistas que detenham, isolada ou conjuntamente, 0,5% (meio por cento) ou mais do total de cotas emitidas solicitar ao administrador o envio de pedido de procuração aos demais cotistas do FII, desde que sejam obedecidos os requisitos do inciso I do caput.

§ 2° O administrador que receber a solicitação de que trata o § 1° deve encaminhar, em nome do cotista solicitante, o pedido de procuração, conforme conteúdo e nos termos determinados pelo cotista solicitante, em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação.

§ 3° Nas hipóteses previstas no § 1°, o administrador pode exigir:

I - reconhecimento da firma do signatário do pedido; e

II - cópia dos documentos que comprovem que o signatário tem poderes para representar os cotistas solicitantes, quando o pedido for assinado por representantes.

§ 4° É vedado ao administrador:

I - exigir quaisquer outras justificativas para o pedido de que trata o § 1°;

II - cobrar pelo fornecimento da relação de cotistas; e

III - condicionar o deferimento do pedido ao cumprimento de quaisquer formalidades ou à apresentação de quaisquer documentos não previstos no § 3°.

§ 5° Os custos incorridos com o envio do pedido de procuração pelo administrador em nome de cotistas devem ser arcados pela classe afetada.

Art. 18. O cotista deve exercer o direito a voto no interesse da classe de cotas.

Art. 19. Além das hipóteses previstas no § 1° do art. 78 da parte geral, quando todos os subscritores de cotas forem condôminos de ativo com que concorreram para a integralização de cotas, estes podem votar na assembleia de cotistas que apreciar o laudo utilizado na avaliação do ativo para fins de integralização de cotas, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6° do art. 8° da Lei n° 6.404, de 1976.

Seção IV - Representante dos Cotistas

Art. 20. A assembleia de cotistas pode eleger um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização dos empreendimentos ou investimentos da classe de cotas, em defesa dos direitos e interesses dos cotistas.

§ 1° A eleição dos representantes dos cotistas pode ser aprovada pela maioria dos cotistas presentes e que representem, no mínimo:

I - 3% (três por cento) do total de cotas emitidas, quando a classe tiver mais de 100 (cem) cotistas; ou

II - 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, quando a classe tiver até 100 (cem) cotistas.

§ 2° Salvo disposição contrária em regulamento, os representantes de cotistas devem ser eleitos com prazo de mandato unificado, a se encerrar na próxima assembleia de cotistas que deliberar sobre as demonstrações contábeis da classe de cotas, permitida a reeleição.

§ 3° A função de representante dos cotistas é indelegável.

Art. 21. Somente pode exercer a função de representante dos cotistas, pessoa natural ou jurídica, que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser cotista da classe de cotas;

II - não exercer cargo ou função no administrador ou no controlador do administrador ou do gestor, em sociedades por eles diretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum, ou prestar-lhes assessoria de qualquer natureza;

III - não exercer cargo ou função no empreendedor do empreendimento imobiliário que constitua objeto da classe de cotas, ou prestar-lhe serviço de qualquer natureza;

IV - não ser administrador, gestor ou consultor especializado de outros fundos de investimento imobiliário;

V - não estar em conflito de interesses com a classe de cotas; e

VI - não estar impedido por lei ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; nem ter sido condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM.

Parágrafo único. Cabe ao representante de cotistas já eleito informar ao administrador e aos cotistas a superveniência de circunstâncias que possam impedi-lo de exercer a sua função.

Art. 22. Compete ao representante dos cotistas exclusivamente:

I - fiscalizar os atos dos prestadores de serviços essenciais e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e regulamentares;

II - emitir opinião sobre as propostas a serem submetidas à assembleia de cotistas relativas à:

a) emissão de novas cotas, exceto se aprovada nos termos do inciso VI do art. 29 deste Anexo Normativo III; e

b) transformação, incorporação, fusão ou cisão;

III - denunciar ao administrador e, se este não tomar as providências necessárias para a proteção dos interesses da classe de cotas, à assembleia de cotistas, os erros, fraudes ou crimes de que tiverem conhecimento, e sugerir providências;

IV - analisar, ao menos trimestralmente, as informações financeiras da classe de cotas;

V - examinar as demonstrações contábeis do exercício social e sobre elas opinar;

VI - elaborar relatório que contenha, no mínimo:

a) descrição das atividades desempenhadas no exercício findo;

b) indicação da quantidade de cotas de emissão da classe de cotas detida por cada um dos representantes de cotistas;

c) despesas incorridas no exercício de suas atividades; e

d) opinião sobre as demonstrações contábeis da classe de cotas e o formulário cujo conteúdo reflita o Suplemento K, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia; e

VII - exercer essas atribuições durante a liquidação da classe de cotas.

§ 1° O administrador é obrigado, por meio de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos representantes dos cotistas em, no máximo, 90 (noventa) dias a contar do encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis e o formulário de que trata a alínea "d" do inciso VI do caput.

§ 2° Os representantes de cotistas podem solicitar ao administrador esclarecimentos ou informações, desde que relativas à sua função fiscalizadora.

§ 3° Os pareceres e opiniões dos representantes de cotistas devem ser encaminhados ao administrador no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das demonstrações contábeis de que trata a alínea "d" do inciso VI do caput, e, tão logo concluídos, no caso dos demais documentos para que o administrador proceda à divulgação nos termos do art. 61 da parte geral da Resolução e do art. 38 deste Anexo Normativo III.

Art. 23. Os representantes de cotistas devem comparecer às assembleias e responder aos pedidos de informações formulados pelos cotistas.

Parágrafo único. Os pareceres e representações, individuais ou conjuntos, dos representantes de cotistas podem ser apresentados e lidos na assembleia, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

Art. 24. Os representantes de cotistas devem exercer suas atividades com boa fé, transparência, diligência e lealdade em relação à classe de cotas e aos cotistas.

Parágrafo único. Os representantes de cotistas devem exercer suas funções no exclusivo interesse da classe de cotas.

CAPÍTULO VI - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Seção I - Disposições Gerais

Art. 25. A administração do fundo compete, exclusivamente, a bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira de investimento ou carteira de crédito imobiliário, bancos de investimento, sociedades corretoras ou sociedades distribuidoras de valores mobiliários, sociedades de crédito imobiliário, caixas econômicas e companhias hipotecárias.

Parágrafo único. A administração do fundo deve ficar sob a supervisão e responsabilidade direta de um diretor estatutário do administrador, especialmente indicado para esse fim.

Art. 26. O administrador deve prover o fundo com os seguintes serviços, seja prestando-os diretamente, hipótese em que deve estar habilitado para tanto, ou indiretamente, por meio da contratação de prestadores de serviços:

I - departamento técnico habilitado a prestar serviços de análise e acompanhamento de projetos imobiliários; e

II - custódia de ativos financeiros.

§ 1° Sem prejuízo de sua responsabilidade e da responsabilidade do diretor responsável, o administrador pode, em nome do fundo, contratar junto a terceiros devidamente habilitados a prestação dos serviços indicados neste artigo, mediante deliberação da assembleia de cotistas ou desde que previsto no regulamento.

§ 2° Sem prejuízo da possibilidade de contratar terceiros para a administração dos imóveis, a responsabilidade pela gestão dos ativos imobiliários da carteira compete exclusivamente ao administrador, que detém sua propriedade fiduciária.

§ 3° É dispensada a contratação do serviço de custódia para os ativos financeiros que representem até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da classe de cotas, desde que tais ativos estejam admitidos à negociação em mercado organizado de valores mobiliários ou registrados em sistema de registro e de liquidação financeira autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Art. 27. O administrador pode contratar, em nome do fundo, os seguintes serviços facultativos:

I - distribuição primária de cotas;

II - consultoria especializada, que objetive dar suporte e subsidiar as atividades de análise, seleção, acompanhamento e avaliação de empreendimentos imobiliários e demais ativos integrantes ou que possam vir a integrar a carteira de ativos;

III - empresa especializada para administrar as locações ou arrendamentos de empreendimentos integrantes do patrimônio da classe de cotas, a exploração do direito de superfície, monitorar e acompanhar projetos e a comercialização dos respectivos imóveis e consolidar dados econômicos e financeiros selecionados das companhias investidas para fins de monitoramento; e

IV - formador de mercado para as cotas.

§ 1° A contratação do administrador, gestor, consultor especializado ou partes relacionadas para o exercício da função de formador de mercado deve ser submetida à prévia aprovação da assembleia de cotistas.

§ 2° Os custos com a contratação de terceiros para os serviços abaixo relacionados devem ser arcados pelo administrador:

I - departamento técnico habilitado a prestar serviços de análise e acompanhamento de projetos imobiliários;

II - atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos;

III - escrituração de cotas; e

IV - gestão dos valores mobiliários integrantes da carteira de ativos, na hipótese de o administrador ser o único prestador de serviços essenciais.

Art. 28. Caso o administrador seja o único prestador de serviço essencial do fundo, a contratação de serviços deve ocorrer conforme disposto nos arts. 83 e 85 da parte geral da Resolução.

Seção II - Administração

Art. 29. Compete ao administrador, observado o disposto no regulamento:

I - realizar todas as operações e praticar todos os atos que se relacionem com o objeto da classe de cotas;

II - exercer todos os direitos inerentes à propriedade dos bens e direitos integrantes do patrimônio da classe de cotas;

III - abrir e movimentar contas bancárias;

IV - representar a classe de cotas em juízo e fora dele;

V - solicitar, se for o caso, a admissão à negociação de cotas em mercado organizado; e

VI - deliberar sobre a emissão de novas cotas, observados os limites e condições estabelecidos no regulamento, nos termos do inciso VII do § 2° do art. 48 da parte geral da Resolução.

Art. 30. Em acréscimo às obrigações dispostas no art. 104 da parte geral da Resolução, cabe ao administrador:

I - selecionar os bens e direitos que comporão o patrimônio da classe de cotas, de acordo com a política de investimento prevista no respectivo regulamento;

II - providenciar a averbação, no cartório de registro de imóveis, das restrições determinadas pelo art. 7° da Lei n ° 8.668, de 25 de junho de 1993, fazendo constar nas matrículas dos bens imóveis e direitos integrantes da carteira que tais ativos imobiliários:

a) não integram o ativo do administrador;

b) não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação do administrador;

c) não compõem a lista de bens e direitos do administrador, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

d) não podem ser dados em garantia de débito de operação do administrador;

e) não são passíveis de execução por quaisquer credores do administrador, por mais privilegiados que possam ser; e

f) não podem ser objeto de constituição de quaisquer ônus reais;

III - diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

a) a documentação relativa aos imóveis e às operações do fundo; e

b) os relatórios dos representantes de cotistas e dos profissionais ou empresas contratadas nos termos do arts. 26 e 27 deste Anexo Normativo III, quando for o caso;

IV - receber rendimentos ou quaisquer valores devidos à classe;

V - custear as despesas de propaganda da classe, exceto pelas despesas de propaganda em período de distribuição de cotas, que podem ser arcadas pela classe; e

VI - fiscalizar o andamento dos empreendimentos imobiliários que constituem ativo da classe.

Parágrafo único. Os contratos de custódia devem conter cláusula que:

I - estipule que somente as ordens emitidas pelo administrador, pelo gestor ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, podem ser acatadas pela instituição custodiante;

II - vede ao custodiante a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações da classe; e

III - estipule com clareza o preço dos serviços.

Art. 31. Os atos que caracterizem conflito de interesses entre a classe de cotas e o administrador, gestor ou consultor especializado dependem de aprovação prévia, específica e informada da assembleia de cotistas.

§ 1° As seguintes hipóteses são exemplos de situação de conflito de interesses:

I - a aquisição, locação, arrendamento ou exploração do direito de superfície, pela classe de cotas, de imóvel de propriedade do administrador, gestor, consultor especializado ou de pessoas a eles ligadas;

II - a alienação, locação ou arrendamento ou exploração do direito de superfície de imóvel integrante do patrimônio da classe de cotas tendo como contraparte o administrador, gestor, consultor especializado ou pessoas a eles ligadas;

III - a aquisição, pela classe de cotas, de imóvel de propriedade de devedores do administrador, gestor ou consultor especializado, uma vez caracterizada a inadimplência do devedor;

IV - a contratação, pela classe de cotas, de pessoas ligadas ao administrador ou ao gestor para prestação dos serviços referidos no art. 27 deste Anexo Normativo III, exceto a distribuição de cotas constitutivas do patrimônio inicial de classe de cotas; e

V - a aquisição, pela classe de cotas, de valores mobiliários de emissão do administrador, gestor, consultor especializado ou pessoas a eles ligadas, ainda que para as finalidades mencionadas no parágrafo único do art. 41 deste Anexo Normativo III.

§ 2° Consideram-se pessoas ligadas:

I - a sociedade controladora ou sob controle do administrador, do gestor, do consultor especializado, de seus administradores e acionistas, conforme o caso;

II - a sociedade cujos administradores, no todo ou em parte, sejam os mesmos do administrador, gestor ou consultor especializado, com exceção dos cargos exercidos em órgãos colegiados previstos no estatuto ou regimento interno do administrador, gestor ou consultor, desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvida previamente a CVM; e

III - parentes até segundo grau das pessoas naturais referidas nos incisos I e II.

§ 3° Não configura situação de conflito a aquisição, pela classe de cotas, de imóvel de propriedade do empreendedor, desde que não seja pessoa ligada ao administrador, ao gestor ou ao consultor especializado.

Seção III - Vedações

Art. 32. Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, é vedado ao gestor da carteira, utilizando os recursos da classe de cotas:

I - conceder crédito sob qualquer modalidade;

II - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma nas operações da classe de cotas;

III - aplicar no exterior recursos captados no País;

IV - ressalvada a hipótese de aprovação em assembleia de cotistas, nos termos do art. 31 deste Anexo Normativo III, realizar operações da classe de cotas quando caracterizada situação de conflito de interesses entre:

a) a classe de cotas e o administrador, gestor ou consultor especializado;

b) a classe de cotas e cotistas que detenham participação correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do patrimônio da classe de cotas;

c) a classe de cotas e o representante de cotistas; e

d) a classe de cotas e o empreendedor;

V - constituir ônus reais sobre os imóveis integrantes do patrimônio da classe de cotas;

VI - realizar operações com ativos financeiros ou modalidades operacionais não previstas neste Anexo Normativo III;

VII - realizar operações com ações e outros valores mobiliários fora de mercados organizados autorizados pela CVM, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, de exercício de bônus de subscrição e nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização; e

VIII - realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que a exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido.

§ 1° A vedação prevista no inciso V do caput não impede a aquisição de imóveis sobre os quais tenham sido constituídos ônus reais anteriormente ao seu ingresso no patrimônio.

§ 2° A classe de cotas pode emprestar títulos e valores mobiliários, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente por meio de serviço autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, bem como usá-los para prestar garantias de operações próprias.

Seção IV - Remuneração

Art. 33. A remuneração pelos serviços prestados pelo administrador deve constar expressamente do regulamento e pode incluir uma parcela variável calculada em função do desempenho da classe de cotas

ou de indicador relevante para o mercado imobiliário, que com a classe possa ser razoavelmente comparado.

§ 1° A taxa de administração da classe de cotas destinada ao público em geral cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercado organizado de valores mobiliários deve corresponder:

I - a um percentual sobre o valor de mercado da classe, calculado com base na média diária da cotação de fechamento das cotas de emissão da classe no mês anterior ao do pagamento da remuneração, caso referidas cotas tenham integrado ou passado a integrar, nesse período, índice de mercado, conforme definido nas regras específicas aplicáveis aos fundos de investimento em índices de mercado, cuja metodologia preveja critérios de inclusão que considerem a liquidez das cotas e critérios de ponderação que considerem o volume financeiro das cotas emitidas pela classe de cotas; ou

II - a um percentual sobre o valor contábil do patrimônio líquido da classe, a um percentual sobre o rendimento distribuído pela classe, a um percentual sobre a receita total da classe de cotas ou ao percentual mencionado no inciso I deste § 1°, nos demais casos, conforme definido em regulamento.

§ 2° A cobrança da parcela variável mencionada no caput (taxa de performance) deve atender aos critérios estabelecidos na parte geral da Resolução e no Anexo Normativo I, no que não contrariar as disposições deste Anexo Normativo III.

§ 3° O regulamento pode prever um valor mínimo, em moeda corrente, para a remuneração do administrador mencionada no § 1°, a fim de assegurar que, independentemente da metodologia adotada para o seu cálculo, sejam cobertas as despesas incorridas com os serviços prestados para a classe de cotas.

§ 4° A assembleia de cotistas pode estabelecer que o método alternativo de cobrança de taxa de administração, de que trata o inciso II do § 1°, seja aplicado mesmo quando a classe de cotas integre ou passe a integrar índice de mercado no mês anterior, nos termos do inciso I do mesmo dispositivo.

Seção V - Substituição do Administrador

Art. 34. Na hipótese de renúncia, o administrador fica obrigado a permanecer no exercício de suas funções até a averbação, no cartório de registro de imóveis, nas matrículas referentes aos bens imóveis e direitos integrantes da carteira de ativos, da ata da assembleia de cotistas que eleger seu substituto e sucessor na propriedade fiduciária desses bens e direitos.

§ 1° É facultado aos cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas, a convocação da assembleia de cotistas prevista no caput, caso o administrador não a convoque, no prazo de 10 (dez) dias contados da renúncia.

§ 2° Aplica-se o disposto no caput, mesmo quando a assembleia de cotistas deliberar a liquidação do fundo ou da classe de cotas, conforme o caso, em consequência da renúncia, da destituição ou da liquidação extrajudicial do administrador, cabendo à assembleia, nestes casos, eleger novo administrador para processar a liquidação.

3° Se a assembleia geral de cotistas não eleger novo administrador no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial do ato que decretar a liquidação extrajudicial, o Banco Central do Brasil deve nomear uma instituição para processar a liquidação do fundo.

§ 4° Nas hipóteses referidas no caput, bem como na sujeição do administrador ao regime de liquidação judicial ou extrajudicial, a ata da assembleia de cotistas que eleger novo administrador constitui documento hábil para averbação, no Cartório de Registro de Imóveis, da sucessão da propriedade fiduciária dos bens imóveis integrantes do patrimônio da classe de cotas.

§ 5° A sucessão da propriedade fiduciária de bem imóvel integrante de patrimônio de classe de cotas de FII não constitui transferência de propriedade.

Art. 35. Caso o administrador renuncie às suas funções ou entre em processo de liquidação, correrão por sua conta os emolumentos e demais despesas relativas à transferência, ao seu sucessor, da propriedade fiduciária dos bens imóveis e direitos integrantes da carteira de ativos.

CAPÍTULO VII - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Seção I - Informações Periódicas

Art. 36. O administrador deve divulgar as seguintes informações periódicas:

I - mensalmente, até 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referir, o formulário eletrônico cujo conteúdo reflita o Suplemento I;

II - trimestralmente, até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do trimestre a que se referir, o formulário eletrônico cujo conteúdo reflita o Suplemento J;

III - anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem:

a) as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório do auditor independente; e

b) o formulário eletrônico cujo conteúdo reflita o Suplemento K;

IV - anualmente, tão logo receba, o relatório dos representantes de cotistas;

V - até 8 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da assembleia ordinária de cotistas; e

VI - no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na assembleia ordinária de cotistas.

§ 1° O administrador deve reenviar o formulário eletrônico cujo conteúdo reflita o Suplemento K atualizado na data do pedido de registro de distribuição pública de novas cotas.

§ 2° A data de encerramento do exercício social da classe de cotas deve ser 30 de junho ou 31 de dezembro de cada ano.

Seção II - Informações Eventuais

Art. 37. O administrador deve disponibilizar aos cotistas os seguintes documentos, relativos a informações eventuais sobre a classe de cotas:

I - edital de convocação, proposta da administração e outros documentos relativos a assembleias extraordinárias de cotistas, no mesmo dia de sua convocação;

II - até 8 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da assembleia extraordinária de cotistas;

III - fatos relevantes;

IV - até 30 (trinta) dias a contar da conclusão do negócio, a avaliação relativa aos imóveis, bens e direitos de uso adquiridos pela classe de cotas, nos termos do § 3° do art. 40 deste Anexo Normativo III, com exceção das informações mencionadas no item II.7 do Suplemento H quando estiverem protegidas por sigilo ou se prejudicarem a estratégia de investimentos;

V - no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na assembleia extraordinária de cotistas; e

VI - em até 2 (dois) dias, os relatórios e pareceres recebidos dos representantes dos cotistas, com exceção daquele mencionado no inciso IV do art. 36 deste Anexo Normativo III.

§ 1° Para efeitos do inciso III do caput, são exemplos de fatos potencialmente relevantes, além daqueles previstos no § 3° do art. 64 da parte geral da Resolução:

I - o atraso para o recebimento de quaisquer rendimentos que representem percentual significativo dentre as receitas da classe;

II - a desocupação ou qualquer outra espécie de vacância dos imóveis que sejam destinados a arrendamento ou locação e que possa gerar impacto significativo na rentabilidade da classe;

III - o atraso no andamento de obras que possa gerar impacto significativo na rentabilidade da classe;

IV - propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da classe; e

V - a venda ou locação dos imóveis destinados a arrendamento ou locação, e que possam gerar impacto significativo na rentabilidade da classe.

§ 2° Nos casos de classes não listadas em mercado organizado de valores mobiliários e que sejam, cumulativamente, exclusivas, dedicadas exclusivamente a investidores profissionais, ou onde a totalidade dos cotistas mantenha vínculo familiar ou societário familiar, a divulgação das avaliações de que trata o inciso IV do caput é facultativa, devendo, contudo, ser disponibilizada aos cotistas quando requeridas.

Art. 38. A divulgação de informações referidas neste Capítulo deve ser feita na página do administrador na rede mundial de computadores, em lugar de destaque e disponível para acesso gratuito, e mantida disponível aos cotistas em sua sede.

Parágrafo único. O administrador deve, ainda, simultaneamente à divulgação referida no caput, enviar as informações referidas neste Capítulo à entidade administradora de mercado organizado em que as cotas sejam admitidas à negociação, bem como à CVM, por meio de Sistema de Envio de Documentos, disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

Seção III - Uso Indevido de Informação Privilegiada

Art. 39. Em complemento ao disposto no § 1° do art. 45 da parte geral da Resolução, para fins de caracterização do ilícito de negociação com uso indevido de informação privilegiada, presume-se que o representante dos cotistas que se afasta da função dispondo de informação relevante e ainda não divulgada se vale de tal informação caso negocie cotas da classe afetada no período de 3 (três) meses contados do término de seu afastamento da função.

CAPÍTULO VIII - CARTEIRA DE ATIVOS

Art. 40. A participação da classe de cotas em empreendimentos imobiliários pode se dar por meio da aquisição dos seguintes ativos:

I - quaisquer direitos reais sobre bens imóveis;

II - ações, debêntures, bônus de subscrição, seus cupons, direitos e recibos de subscrição, certificados de depósito de valores mobiliários, cotas de fundos de investimento, notas promissórias, notas

comerciais e quaisquer outros valores mobiliários, desde que se tratem de emissores registrados na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos FII;

III - ações ou cotas de sociedades cujo único propósito se enquadre entre as atividades permitidas aos FII;

IV - certificados de potencial adicional de construção emitidos com base na Resolução CVM n° 84, de 31 de março de 2022;

V - cotas de fundos de investimento em participações que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII; e de fundos de investimento em ações que invistam exclusivamente em construção civil ou no mercado imobiliário;

VI - cotas de outros FII;

VII - certificados de recebíveis imobiliários e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII, e desde que estes certificados e cotas tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado;

VIII - letras hipotecárias;

IX - letras de crédito imobiliário; e

X - letras imobiliárias garantidas.

§ 1° Quando o investimento da classe de cotas se der em projetos de construção, cabe ao administrador, independentemente da contratação de terceiros especializados, exercer controle efetivo sobre o desenvolvimento do projeto.

§ 2° O administrador, em nome do FII, pode adiantar quantias para projetos de construção, desde que tais recursos se destinem exclusivamente à aquisição do terreno, execução da obra ou lançamento comercial do empreendimento e sejam compatíveis com o seu cronograma físico-financeiro.

§ 3° Os imóveis, bens e direitos de uso a serem adquiridos devem ser objeto de prévia avaliação pelo administrador, pelo gestor ou por terceiro independente, observados os requisitos constantes do Suplemento H.

§ 4° As classes de cotas que invistam preponderantemente em valores mobiliários devem respeitar os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos no Anexo Normativo I, e a seus administradores serão aplicáveis as regras de desenquadramento e reenquadramento da carteira de ativos conforme estabelecidas no referido Anexo.

§ 5° Os limites de aplicação por modalidade de ativos financeiros de que trata o § 4° não se aplicam aos investimentos previstos nos incisos V, VI e VII do caput.

Art. 41. Uma vez integralizadas as cotas objeto da oferta pública, a parcela do patrimônio que, temporariamente, por força do cronograma físico-financeiro das obras constante do prospecto, não estiver aplicada em ativos imobiliários, deve ser aplicada em:

I - cotas de fundos de investimento ou títulos de renda fixa de liquidez compatível com as necessidades da classe de cotas; e

II - derivativos, exclusivamente para fins de proteção patrimonial, cuja exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido da classe de cotas e desde que previsto na política de investimento.

Parágrafo único. A classe de cotas pode manter parcela do seu patrimônio permanentemente aplicada em cotas de fundos de investimento ou títulos de renda fixa, para atender suas necessidades de liquidez.

CAPÍTULO IX - ENCARGOS

Art. 42. Em acréscimo ao disposto no art. 117 da parte geral da Resolução, constituem encargos do fundo as seguintes despesas:

I - taxa de performance, se houver;

II - comissões e emolumentos pagos sobre as operações, incluindo despesas relativas à compra, venda, locação ou arrendamento dos imóveis que componham seu patrimônio;

III - honorários e despesas relacionadas às atividades previstas nos incisos II a IV do art. 27 deste Anexo Normativo III;

IV - taxa máxima de custódia de ativos financeiros;

V - gastos decorrentes de avaliações que sejam obrigatórias;

VI - gastos necessários à manutenção, conservação e reparos de imóveis integrantes do patrimônio do fundo; e

VII - honorários e despesas relacionadas às atividades previstas no art. 20 deste Anexo Normativo III.

Parágrafo único. O regulamento pode estabelecer que os encargos relacionados à admissão das cotas à negociação em mercado organizado devem ser arcados pelo administrador ou pelos subscritores das cotas que serão admitidas à negociação.

CAPÍTULO X - TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO

Art. 43. Os imóveis integrantes da carteira das classes de cotas objeto de fusão, incorporação ou cisão devem ser avaliados previamente à operação, caso tenham decorrido mais de 3 (três) meses entre a data da última avaliação e aquela de produção de efeitos da operação.

Art. 44. Em acréscimo ao disposto no Capítulo XII da parte geral da Resolução, nas operações de que trata este Capítulo cabe ao administrador:

I - demonstrar a compatibilidade da classe de cotas que será incorporada, fundida, cindida ou transformada com a política de investimento daquela que resultará de tais operações;

II - indicar os critérios de avaliação adotados quanto aos ativos existentes nas classes de cotas envolvidas, bem como o impacto dessa avaliação no valor do patrimônio de cada classe de cotas;

III - descrever os critérios utilizados para atribuição de cotas aos participantes das classes de cotas que resultarem das operações; e

IV - identificar as alterações no prospecto e no regulamento que resultarem da operação.

CAPÍTULO XI - CLASSES RESTRITAS

Art. 45. Em acréscimo às possibilidades previstas no art. 113 da parte geral da Resolução, a classe de cotas destinada exclusivamente a investidores qualificados, desde que previsto em seu regulamento, pode dispensar a elaboração de laudo de avaliação para integralização de cotas em bens e direitos, sem prejuízo da aprovação da assembleia de cotistas quanto ao valor atribuído ao bem ou direito.

CAPÍTULO XII - PENALIDADES

Art. 46. Em acréscimo às condutas previstas no art. 131 da parte geral da Resolução, constitui infração grave a violação dos arts. 13, § 2°; 14; 17; 18; 26, incisos I e II e § 2°; 30; 31; 32; 34 e 37 deste Anexo Normativo III, bem como dos arts. 78; 83, incisos I a III, e 108, caput da parte geral da Resolução."(NR)

ANEXO B

"ANEXO NORMATIVO IV - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em participações.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo IV à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em participações - FIP.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 2° Para os efeitos deste Anexo Normativo IV, entende-se por:

I - AFAC: adiantamento para futuro aumento de capital; e

II - classe de investimento em cotas: classe de cotas que deve aplicar no mínimo 90% (noventa por cento) do patrimônio líquido em cotas de outros FIP e de Fundos de Ações - Mercado de Acesso.

Parágrafo único. Os Fundos de Ações - Mercado de Acesso referidos no inciso II são os fundos de que trata o art. 56, § 3°, do Anexo Normativo I.

Art. 3° Da denominação do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve constar a expressão "Fundo de Investimento em Participações", acrescida da referência ao seu tipo, nos termos do art. 13 deste Anexo Normativo IV.

§ 1° Caso o FIP possua somente classes de investimento em cotas, sua denominação pode utilizar a expressão "Fundo de Investimento em Cotas de FIP".

§ 2° Em se tratando da denominação da classe de investimento em cotas, deve ser utilizada a expressão "Classe de Investimento em Cotas de FIP".

Art. 4° Somente podem investir no FIP investidores qualificados.

Art. 5° As classes de cotas dos FIP devem ser constituídas em regime fechado, sendo destinadas à aquisição de:

I - ações, bônus de subscrição, debêntures simples, notas comerciais e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas;

II - títulos, contratos e valores mobiliários representativos de crédito ou participação em sociedades limitadas;

III - cotas de outros FIP; e

IV - cotas de Fundos de Ações - Mercado de Acesso.

§ 1° A classe de cotas deve participar do processo decisório de suas sociedades investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, exceto as classes de investimento em cotas.

§ 2° A classe de cotas pode realizar AFAC nas companhias que compõem a sua carteira, desde que:

I - possua investimento em ações da companhia investida na data da realização do AFAC;

II - a possibilidade esteja expressamente prevista no seu regulamento, incluindo o limite do capital subscrito da classe que poderá ser utilizado para a realização de AFAC;

III - seja vedada qualquer forma de arrependimento do AFAC por parte da classe investidora; e

IV - o AFAC seja convertido em aumento de capital da companhia investida em, no máximo, 12 (doze) meses.

§ 3° A classe de cotas pode adquirir direitos creditórios que não estão listados no caput, desde que sejam emitidos por companhias ou sociedades investidas.

§ 4° O investimento em sociedades limitadas, nos termos do caput, deve observar o disposto no art. 14 deste Anexo Normativo IV, inclusive quanto ao limite de receita bruta anual da investida.

§ 5° As classes investidoras são obrigadas a consolidar as aplicações das classes investidas, inclusive para fins de apuração dos limites de concentração da carteira, exceto as aplicações em cotas de classes geridas por terceiros não ligados ao administrador ou ao gestor da classe investidora.

§ 6° O investimento em cotas de classes do tipo "Multiestratégia" deve observar o limite referido no caput do art. 12 deste Anexo Normativo IV, sem prejuízo da hipótese prevista no art. 17, § 2°, deste Anexo Normativo IV.

§ 7° A classe de cotas pode investir nas sociedades de que trata o caput por meio de instrumentos que lhe confiram o direito de adquirir participação societária, independente do momento do efetivo aporte dos recursos, tais como contratos de opção de compra ou subscrição de ações ou cotas, mútuos conversíveis em participação societária ou outros instrumentos ou arranjos contratuais que resultem em aporte de capital ou dívida, conversível ou não.

Art. 6° A participação da classe de cotas no processo decisório da sociedade investida pode ocorrer exemplificativamente:

I - pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;

II - pela celebração de acordo de acionistas; ou

III - pela celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração.

Parágrafo único. Fica dispensada a participação no processo decisório da sociedade investida quando:

I - o investimento na sociedade for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da investida; ou

II - o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja aprovação da assembleia de cotistas.

Art. 7° O requisito de efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das sociedades investidas de que trata o § 1° do art. 5° deste Anexo Normativo IV não se aplica ao investimento em companhias investidas listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que corresponda a até 35% (trinta e cinco por cento) do capital subscrito da classe.

§ 1° O limite de que trata o caput será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de cotas previstos no compromisso de investimento.

§ 2° Caso o limite estabelecido no caput seja ultrapassado por motivos alheios à vontade do gestor, e tal desenquadramento perdurar até o encerramento do mês seguinte, o administrador deve:

I - comunicar à CVM imediatamente a ocorrência do desenquadramento passivo, com as devidas justificativas, bem como previsão para reenquadramento; e

II - comunicar à CVM o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer.

Art. 8° As companhias fechadas referidas no art. 5° deste Anexo Normativo IV devem seguir as seguintes práticas de governança:

I - proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;

II - estabelecimento de um mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o conselho de administração, quando existente;

III - disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;

IV - adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

V - no caso de obtenção de registro de companhia aberta na categoria A, obrigar-se, perante a classe investidora, a aderir a segmento especial de entidade administradora de mercado organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas nos incisos I a IV; e

VI - auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

CAPÍTULO III - REGULAMENTO

Art. 9° Em acréscimo às matérias dispostas no art. 48 da parte geral da Resolução, o regulamento do FIP deve dispor sobre:

I - regras e critérios para a fixação de prazo para as aplicações a partir de cada integralização de cotas;

II - regras e critérios sobre a restituição do capital aos cotistas ou prorrogação do prazo previsto no inciso I, no caso de não concretização do investimento no prazo estabelecido, observado o disposto no art. 11, § 5°, deste Anexo Normativo IV;

III - a taxa máxima de custódia, expressa em percentual anual do patrimônio líquido da classe de cotas (base 252 dias);

IV - informações a serem disponibilizadas aos cotistas, sua periodicidade e forma de divulgação, sem prejuízo das informações previstas no art. 26, inciso I, deste Anexo Normativo IV;

V - possibilidades de amortização de cotas e distribuição de rendimentos, com as respectivas condições;

VI - direitos políticos e econômicos de cada subclasse de cotas, se for o caso;

VII - prazo de duração da classe de cotas e condições para eventuais prorrogações;

VIII - indicação de possíveis conflitos de interesses existentes no momento da constituição da classe de cotas;

IX - a possibilidade de realização de operações nas quais os prestadores de serviços essenciais atuem na condição de contraparte, observado, ainda, o disposto no art. 27 deste Anexo Normativo IV;

X - processo decisório para a realização, de investimentos e desinvestimentos;

XI - tratamento a ser dado aos direitos oriundos dos ativos da carteira, incluídos, mas não limitados aos rendimentos, dividendos e juros sobre capital próprio e forma de distribuição ou reinvestimento destes direitos;

XII - possibilidade de utilização de bens e direitos, inclusive créditos e valores mobiliários, na integralização e amortização de cotas, bem como na liquidação da classe de cotas, com o estabelecimento de critérios detalhados e específicos para a adoção desses procedimentos, observado o disposto no art. 20, §§ 4° ao 6°, deste Anexo Normativo IV; e

XIII - limites para as despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação da classe de cotas.

§ 1° Caso o fundo conte com diferentes classes de cotas, as matérias previstas nos incisos do caput devem ser disciplinadas no anexo descritivo da classe a que se referirem, assim como no apêndice da subclasse de cotas a que se referirem, conforme o caso.

§ 2° A política de investimentos deve indicar os ativos que podem compor a sua carteira e conter explicação sobre eventuais riscos de concentração e iliquidez desses ativos, inclusive no que se refere à possibilidade de realização de AFAC, conforme disposto no art. 5°, § 2°, deste Anexo Normativo IV.

§ 3° É vedada a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações:

I - forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial da classe de cotas; ou

II - envolverem opções de compra ou venda de ações das companhias que integram a carteira de ativos, com o propósito de:

a) ajustar o preço de aquisição da companhia com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou

b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Art. 10. A classe de cotas que obtenha apoio financeiro direto de organismos de fomento está autorizada a contrair empréstimos ou financiamentos diretamente dos organismos de fomento, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos da respectiva carteira.

§ 1° O exercício da faculdade prevista no caput somente é permitido após a obtenção do compromisso formal de apoio financeiro de organismos de fomento, que importe na realização de investimentos ou na concessão de empréstimos ou financiamentos em favor da classe de cotas.

§ 2° Para efeitos do disposto no caput, são considerados como organismos de fomento os organismos multilaterais, as agências de fomento ou os bancos de desenvolvimento que possuam recursos provenientes de contribuições e cotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, nacionais ou estrangeiros, e cujo controle seja governamental ou multigovernamental.

CAPÍTULO IV - CARTEIRA

Art. 11. A classe de cotas deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido investido nos ativos previstos no art. 5° deste Anexo Normativo IV.

§ 1° Exceto para as classes de cotas referidas nos arts. 14 e 16 deste Anexo Normativo IV, o investimento em debêntures e outros títulos de dívida não conversíveis está limitado ao máximo de 33% (trinta e três por cento) do total do capital subscrito.

§ 2° O limite estabelecido no caput não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido conforme art. 9°, inciso I, deste Anexo Normativo IV, de cada um dos eventos de integralização de cotas previstos no compromisso de investimento.

§ 3° O administrador deve comunicar à CVM, até o final do dia útil seguinte ao término do prazo referido no § 2°, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da carteira, assim que ocorra.

§ 4° Para fins de verificação do enquadramento previsto no caput, devem ser somados aos ativos previstos no art. 5° deste Anexo Normativo IV os valores:

I - destinados ao pagamento de despesas do fundo, desde que limitados a 5% (cinco por cento) do capital subscrito;

II - decorrentes de operações de desinvestimento:

a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2° mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no art. 5° deste Anexo Normativo IV;

b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no art. 5° deste Anexo Normativo IV; ou

c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido.

III - a receber decorrentes da alienação a prazo dos ativos previstos no art. 5° deste Anexo Normativo IV; e

IV - aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras.

§ 5° Caso o desenquadramento ao limite estabelecido no caput perdure por período superior ao prazo de aplicação dos recursos, estabelecido conforme art. 9°, inciso I, deste Anexo Normativo IV, o gestor deve, em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos:

I - reenquadrar a carteira; ou

II - solicitar ao administrador a devolução dos valores que ultrapassem o limite estabelecido aos cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

Art. 12. A classe de cotas pode investir até 33% (trinta e três por cento) de seu capital subscrito em ativos no exterior, desde que tais ativos possuam a mesma natureza econômica dos ativos referidos no art. 5° deste Anexo Normativo IV.

§ 1° Para fins deste Anexo Normativo IV, considera-se ativo no exterior quando o emissor tiver:

I - sede no exterior; ou

II - sede no Brasil e ativos localizados no exterior que correspondam a 50% (cinquenta por cento) ou mais daqueles constantes das suas demonstrações contábeis.

§ 2° Para fins deste Anexo Normativo IV, não é considerado ativo no exterior aquele cujo emissor tiver sede no exterior e ativos localizados no Brasil ou receita bruta apurada no Brasil que correspondam a 90% (noventa por cento) ou mais daqueles ou daquela constantes das suas demonstrações contábeis.

§ 3° Para efeitos do disposto nos §§ 1° e 2°, devem ser consideradas as demonstrações contábeis individuais, separadas ou consolidadas, prevalecendo a que melhor representar a essência econômica dos negócios para fins da referida classificação.

§ 4° A verificação quanto às condições dispostas nos §§ 1° e 2° deve ser realizada no momento do investimento em ativos do emissor.

§ 5° Os investimentos referidos no caput podem ser realizados de forma indireta, por meio de outros fundos ou sociedades de investimento no exterior, independentemente de sua forma ou natureza jurídica.

§ 6° A participação da classe no processo decisório da investida no exterior, com a efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, deve ser assegurada pelo gestor do FIP no Brasil e pode ocorrer por meio do administrador ou gestor do veículo intermediário utilizado para o investimento no exterior.

§ 7° Os requisitos mínimos de governança corporativa previstos no art. 8° deste Anexo Normativo IV devem ser cumpridos pelas investidas no exterior, ressalvadas as adaptações necessárias decorrentes da regulamentação da jurisdição onde se localiza o investimento.

CAPÍTULO V - CLASSIFICAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Art. 13. Quanto à composição de sua carteira, cada classe de cotas do FIP deve configurar um dentre os seguintes tipos:

I - Capital Semente;

II - Empresas Emergentes;

III - Infraestrutura;

IV - Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); ou

V - Multiestratégia.

Parágrafo único. As classes destinadas à aplicação em empresas cuja atividade principal seja a inovação, nos termos da Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004, devem conter, em sua denominação, a expressão "Inovação".

Seção II - Capital Semente

Art. 14. As sociedades investidas pela classe do tipo "Capital Semente":

I - devem ter receita bruta anual de até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte da classe, sem que tenha apresentado receita superior a esse limite nos últimos 3 (três) exercícios sociais; e

II - estão dispensadas de seguir as práticas de governança previstas no art. 8° deste Anexo Normativo IV.

§ 1° Nos casos em que, após a realização do investimento, a receita bruta anual da sociedade investida exceda ao limite referido no inciso I, a investida deve, em até 2 (dois) anos contados a partir da data de encerramento do exercício social em que apresente receita bruta anual superior ao referido limite:

I - atender ao disposto no art. 8°, incisos III, V e VI, deste Anexo Normativo IV enquanto a sua receita bruta anual não exceder a R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); ou

II - atender integralmente ao art. 8° deste Anexo Normativo IV, caso a sua receita supere o montante referido no inciso I.

§ 2° A receita bruta anual referida no inciso I do caput e no inciso I do § 1° deve ser apurada com base nas demonstrações contábeis consolidadas do emissor.

§ 3° As sociedades investidas referidas no caput não podem ser controladas, direta ou indiretamente, por sociedade ou grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresente superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) no encerramento do exercício social imediatamente anterior ao primeiro aporte da classe.

§ 4° O disposto no § 3° não se aplica quando a sociedade investida for controlada por outra classe de cotas de FIP, desde que as demonstrações contábeis dessa classe não sejam consolidadas nas demonstrações contábeis de qualquer de seus cotistas, hipótese em que a sociedade investida se sujeitará às regras contidas no § 3°.

§ 5° Caso a classe do tipo Capital Semente não seja qualificada como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica, as sociedades por ele investidas devem ter suas demonstrações contábeis anuais auditadas por auditores independentes registrados na CVM, não se aplicando a dispensa do disposto no art. 8°, inciso VI, deste Anexo Normativo IV, conforme previsto no inciso II do caput.

Seção III - Empresas Emergentes

Art. 15. As sociedades investidas pela classe do tipo "Empresas Emergentes":

I - devem ter receita bruta anual de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro investimento, sem que tenha apresentado receita superior a esse limite nos últimos 3 (três) exercícios sociais; e

II - estão dispensadas de seguir as práticas de governança de que trata o art. 8°, incisos I, II e IV, deste Anexo Normativo IV.

§ 1° Nos casos em que, após a realização do investimento, a receita bruta anual da companhia investida exceda ao limite referido no inciso I do caput, a companhia investida deve atender às práticas de governança de que trata o art. 8° deste Anexo Normativo IV, no prazo de até 2 (dois) anos, contado a partir da data de encerramento do exercício social em que apresente receita bruta anual superior ao referido limite.

§ 2° A receita bruta anual referida no inciso I do caput deve ser apurada com base nas demonstrações contábeis consolidadas do emissor.

§ 3° As sociedades investidas não podem ser controladas, direta ou indiretamente, por sociedade ou grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresente ativo total superior a R$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), no encerramento do exercício social imediatamente anterior ao primeiro aporte da classe.

§ 4° O disposto no § 3° não se aplica quando a companhia for controlada por outra classe de cotas de FIP, desde que as demonstrações contábeis dessa classe não sejam consolidadas nas demonstrações contábeis de qualquer de seus cotistas, hipótese em que a sociedade investida se sujeitará as regras contidas no § 3°.

Seção IV - Infraestrutura e Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

Art. 16. As classes de cotas dos tipos "Infraestrutura" e "PD&I" devem manter seu patrimônio líquido investido em ações, bônus de subscrição, debêntures, conversíveis ou não em ações, ou outros títulos de emissão de sociedades anônimas, de capital aberto ou fechado, nos termos do art. 5° deste Anexo Normativo IV, que desenvolvam, respectivamente, projetos de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação no território nacional, nos setores de:

I - energia;

II - transporte;

III - água e saneamento básico;

IV - irrigação; e

V - outras áreas tidas como prioritárias pelo Poder Executivo Federal.

§ 1° Para efeito do disposto no caput, devem ser considerados os projetos implementados após 22 de janeiro de 2007.

§ 2° São também considerados projetos para os efeitos do caput:

I - os projetos de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação implementados a partir da vigência da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, por sociedades específicas criadas para tal fim e que atendam à regulamentação do Ministério competente; e

II - as expansões de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, desde que os investimentos e os resultados da expansão sejam segregados mediante a constituição de sociedade de propósito específico.

§ 3° As classes de cotas Infraestrutura e PD&I têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da primeira integralização de cotas, para iniciar suas atividades e para enquadrar-se no nível mínimo de investimento estabelecido no art. 11 deste Anexo Normativo IV, observado, ainda, o disposto no caput.

§ 4° O prazo previsto no § 3° também se aplica para a reversão de eventual desenquadramento decorrente do encerramento de projeto que tenha sido investido.

§ 5° Cada classe de cotas "Infraestrutura" e "PD&I" deve ter, no mínimo, 5 (cinco) cotistas, sendo que cada cotista não pode deter mais de 40% (quarenta por cento) das cotas emitidas ou auferir rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do rendimento da classe.

§ 6° O material de divulgação do FIP, inclusive prospecto, se houver, deve destacar os benefícios tributários do fundo e dos cotistas, se for o caso, e as condições que devem ser observadas para a manutenção destes benefícios.

Seção V - Multiestratégia

Art. 17. A classe do tipo "Multiestratégia" é aquela que não se enquadra nas demais classificações, por admitir o investimento em diferentes tipos e portes de sociedades investidas.

§ 1° A classe de cotas "Multiestratégia" faz jus às dispensas de que tratam o:

I - art. 14, inciso II, deste Anexo Normativo IV, ao investir em sociedades que apresentem receita bruta anual nos termos do art. 14, inciso I, deste Anexo Normativo IV, e desde que observe integralmente os demais dispositivos aplicáveis às classes do tipo "Capital Semente"; e

II - art. 15, inciso II, deste Anexo Normativo IV, ao investir em sociedades que apresentem receita bruta anual nos termos do disposto no art. 15, inciso I, deste Anexo Normativo IV, e desde que observe integralmente os demais dispositivos aplicáveis às classes do tipo "Empresas Emergentes".

§ 2° A classe do tipo "Multiestratégia" destinada exclusivamente a investidores profissionais pode investir até 100% (cem por cento) de seu capital em ativos emitidos ou negociados no exterior, desde que:

I - haja previsão expressa em seu regulamento quanto à possibilidade de investimento em ativos no exterior e o respectivo percentual máximo do capital subscrito que poderá ser alocado; e

II - o seu regulamento seja explícito no que se refere à exclusiva participação de investidores profissionais.

CAPÍTULO VI - COTAS

Art. 18. Na hipótese de o regulamento vedar a transferência ou negociação das cotas em mercados secundários, as cotas ficam dispensadas do registro escritural previsto no art. 15 da parte geral da Resolução, sendo a sua propriedade presumida pelo registro do cotista no livro de "Registro de Cotas Nominativas" ou da conta de depósito das cotas aberta em nome do cotista, mantidos sob o controle do administrador.

Art. 19. O regulamento pode atribuir a uma ou mais subclasses de cotas distintos direitos econômico-financeiros, exclusivamente quanto:

I - à fixação das taxas de administração e de gestão; e

II - à ordem de preferência no pagamento dos rendimentos, das amortizações ou do saldo de liquidação da classe de cotas.

§ 1° As classes de cotas destinadas exclusivamente a investidores profissionais ou aquelas referidas no art. 10 deste Anexo Normativo IV podem atribuir a uma ou mais subclasses de cotas distintos direitos econômico-financeiros além daqueles previstos nos incisos I e II do caput.

§ 2° A emissão de cotas de uma mesma subclasse pode ser dividida em séries, com o fim específico de estabelecer, para cada série, datas diversas de integralização e amortização e remuneração.

Art. 20. A subscrição e a integralização de cotas devem atender aos termos e condições estipulados no regulamento.

§ 1° Em até 10 (dez) dias úteis contados da integralização das cotas, o cotista deve receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será emitido pelo administrador ou pela instituição responsável pela escrituração das cotas.

§ 2° A subscrição pode ser realizada mediante lista ou boletim de subscrição, dos quais devem constar:

I - nome e qualificação do subscritor;

II - número de cotas subscritas, valor total a ser integralizado pelo subscritor e respectivo prazo; e

III - preço de subscrição.

§ 3° A subscrição pode ser feita por meio de carta dirigida ao administrador, observadas as disposições deste artigo.

§ 4° Admite-se a integralização de cotas com os ativos referidos no art. 5° deste Anexo Normativo IV.

§ 5° Quando da aplicação de recursos em companhias que estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou em reestruturação financeira, devidamente aprovada pelos órgãos competentes da companhia, é admitida a integralização de cotas em bens ou direitos, inclusive créditos, desde que tais bens e direitos estejam vinculados ao processo de recuperação ou de reestruturação da companhia investida.

§ 6° O valor justo dos ativos utilizados em integralização de cotas deve estar respaldado em laudo de avaliação, o qual deve ser elaborado por empresa especializada independente, conforme norma contábil aprovada pela CVM sobre mensuração do valor justo, quando se tratar das situações previstas no § 5°.

CAPÍTULO VII - ASSEMBLEIA DE COTISTAS

Seção I - Competência

Art. 21. Em acréscimo às matérias previstas no art. 70 da parte geral da Resolução, compete privativamente à assembleia de cotistas deliberar sobre:

I - o requerimento de informações por parte de cotistas, observado o § 1° do art. 26 deste Anexo Normativo IV;

II - a aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre a classe de cotas e seu administrador ou gestor e entre a classe de cotas e qualquer cotista ou grupo de cotistas que detenham mais de 10% (dez por cento) das cotas subscritas, sem prejuízo do disposto no art. 78, § 2°, da parte geral da Resolução;

III - o pagamento de encargos não previstos no art. 117 da parte geral da Resolução e no art. 28 deste Anexo Normativo IV; e

IV - a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de cotas de que trata o art. 20, § 6°, deste Anexo Normativo IV.

Parágrafo único. O regulamento pode estabelecer outras matérias de competência da assembleia de cotistas.

Seção II - Deliberação

Art. 22. Sem prejuízo de o regulamento poder estabelecer outras matérias sujeitas a quórum qualificado, dependem da aprovação de cotistas que representem metade, no mínimo, das cotas subscritas, se maior quórum não for fixado no regulamento, as deliberações relativas às matérias previstas nos arts. 21, incisos II, III e IV, e 27 deste Anexo Normativo IV e dos arts. 70, incisos II a V; 74, 76, § 1°; 96, § 1°, e 97 da parte geral da Resolução.

Parágrafo único. Caso o regulamento não preveja que a gestão da carteira alcança a utilização de ativos na prestação de fiança, aval, aceite ou qualquer outra forma de retenção de risco, nos termos do art. 86, § 1°, da parte geral da Resolução, a medida depende da aprovação de cotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das cotas subscritas.

Art. 23. Os cotistas que tenham sido chamados a integralizar as cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da assembleia não têm direito a voto sobre a respectiva parcela subscrita e não integralizada, podendo o regulamento impor penalidades adicionais, incluindo o impedimento a voto sobre a totalidade das cotas integralizadas.

Art. 24. O cotista deve exercer o direito de voto no interesse da classe de cotas.

CAPÍTULO VIII - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Seção I - Obrigações

Art. 25. Em acréscimo às obrigações dispostas no art. 104 da parte geral da Resolução, cabe ao administrador:

I - receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos à classe de cotas; e

II - manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de ativos custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM.

§ 1° Fica dispensada a contratação do serviço de custódia para os investimentos em:

I - ações, bônus de subscrição, debêntures não conversíveis ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias fechadas;

II - títulos ou valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas; e

III - ativos referidos no art. 11, § 4°, inciso I, deste Anexo Normativo IV, desde que tais ativos estejam admitidos à negociação em mercado organizado ou registrados em sistema de registro e liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

§ 2° Para utilizar as dispensas referidas nos incisos I e II do § 1°, o administrador deve assegurar a adequada salvaguarda desses ativos, o que inclui a realização das seguintes atividades:

I - receber, verificar e fazer a guarda da documentação que evidencia e comprova a existência do lastro dos ativos;

II - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação comprobatória dos ativos; e

III - cobrar e receber, em nome da classe de cotas, rendas e quaisquer outros pagamentos referentes aos ativos custodiados.

Art. 26. Em acréscimo às obrigações dispostas no art. 105 da parte geral da Resolução, cabe ao gestor:

I - fornecer aos cotistas, conforme conteúdo e periodicidade previstos no regulamento, atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

II - firmar os acordos de acionistas em sociedades investidas;

III - manter a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da sociedade investida, nos termos do disposto no § 1° do art. 5°, e assegurar as práticas de governança referidas no art. 8°, ambos deste Anexo Normativo IV; e

IV - diligenciar para que sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, às suas expensas, os livros de atas de reuniões dos conselhos consultivos, comitês técnicos e de investimentos.

§ 1° Sempre que forem requeridas informações na forma do inciso I do caput, os prestadores de serviços essenciais podem submeter a questão à prévia apreciação da assembleia de cotistas, tendo em conta os interesses da classe de cotas e dos demais cotistas, assim como eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais a classe tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

§ 2° Caso o gestor contrate parte relacionada a prestador de serviço essencial para o exercício da função de formador de mercado, a contratação deve ser submetida à aprovação prévia da assembleia de cotistas, nos termos do § 2° do art. 85 da parte geral da Resolução.

Seção II - Vedações

Art. 27. Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, salvo aprovação em assembleia de cotistas, é vedada a aplicação de recursos em sociedades nas quais participem:

I - o administrador, o gestor, os membros de comitês ou conselhos e cotistas titulares de cotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio da classe investidora, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; ou

II - quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da sociedade a ser investida, antes do primeiro investimento por parte da classe investidora.

§ 1° Salvo aprovação em assembleia, é vedada a realização de operações em que a classe de cotas figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do caput, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários geridos por prestador de serviço essencial.

§ 2° O disposto no § 1° não se aplica quando o administrador ou gestor do fundo atuarem:

I - como administrador ou gestor de classes investidas ou na condição de contraparte da classe de cotas, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez da classe; e

II - como administrador ou gestor de classe investida, desde que expresso em regulamento e quando realizado por meio de classe de cotas que invista, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) em uma única classe.

CAPÍTULO IX - ENCARGOS

Art. 28. Em acréscimo aos encargos dispostos no art. 117 da parte geral da Resolução, o regulamento pode prever como encargos as seguintes despesas:

I - taxa de performance;

II - taxa máxima de custódia;

III - encargos com empréstimos contraídos em nome da classe de cotas;

IV - prêmios de seguro; e

V - inerentes à realização de reuniões de comitês ou conselhos, dentro de limites estabelecidos no regulamento.

CAPÍTULO X - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 29. O administrador deve enviar aos cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação, se for o caso, e à CVM, por meio de sistema disponível na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

I - quadrimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do quadrimestre civil a que se referirem, as informações referidas no Suplemento L;

II - semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referir, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

III - anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente;

IV - no mesmo dia de sua convocação, edital de convocação e outros documentos relativos a assembleias de cotistas; e

V - em até 8 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da assembleia de cotistas.

Parágrafo único. A informação semestral referida no inciso II do caput deve ser enviada à CVM com base no exercício social do fundo.

Art. 30. O administrador é o responsável pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, devendo definir a classificação contábil da classe de cotas entre entidade ou não de investimento e efetuar o adequado reconhecimento, mensuração e divulgação do valor dos investimentos, conforme previsto na regulamentação específica.

§ 1° O administrador, sem se eximir de suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis, pode utilizar informações de terceiros, para efetuar a classificação contábil da classe de cotas ou, ainda, para determinar o valor justo dos seus investimentos.

§ 2° Ao utilizar informações de terceiros, nos termos do § 1°, o administrador deve, por meio de esforços razoáveis e no âmbito do seu dever de diligência, obter o conforto necessário sobre a adequação de tais informações obtidas.

§ 3° Caso o gestor participe na avaliação dos investimentos a valor justo, as seguintes regras devem ser observadas:

I - o gestor deve possuir metodologia de avaliação estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação;

II - a remuneração do administrador ou do gestor não pode ser calculada sobre o resultado do ajuste a valor justo dos investimentos ainda não alienados; e

III - a taxa de performance, ou qualquer outro tipo de remuneração de desempenho baseada na rentabilidade da classe de cotas, somente pode ser recebida quando da distribuição de rendimentos aos cotistas.

Art. 31. Na ocorrência de alteração no valor justo dos investimentos que impacte materialmente o patrimônio líquido da classe de cotas, e do correspondente reconhecimento contábil dessa alteração, no caso de a classe ser qualificada como entidade para investimento, o administrador deve:

I - disponibilizar aos cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis após a data do reconhecimento contábil:

a) um relatório, elaborado pelos prestadores de serviços essenciais, com as justificativas para a alteração no valor justo, incluindo um comparativo entre as premissas e estimativas utilizadas nas avaliações atual e anterior; e

b) o efeito da nova avaliação sobre o resultado do exercício e patrimônio líquido apurado de forma intermediária; e

II - elaborar as demonstrações contábeis da classe de cotas para o período compreendido entre a data de início do exercício e a respectiva data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração caso:

a) sejam emitidas novas cotas da mesma classe até 10 (dez) meses após o reconhecimento contábil dos efeitos da nova avaliação;

b) as cotas da mesma classe sejam admitidas à negociação em mercados organizados; ou

c) haja aprovação por maioria das cotas presentes em assembleia de cotistas convocada por solicitação dos cotistas da classe cujo patrimônio líquido foi reavaliado.

§ 1° As demonstrações contábeis referidas no inciso II do caput devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM e enviadas aos cotistas e à CVM em até 90 (noventa) dias após a data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração.

§ 2° Fica dispensada a elaboração das demonstrações contábeis referidas no § 1° quando estas se encerrarem 2 (dois) meses antes da data de encerramento do exercício social, salvo se houver aprovação dos cotistas reunidos em assembleia, nos termos da alínea "c" do inciso II.

CAPÍTULO XI - PENALIDADES E MULTA COMINATÓRIA

Art. 32. Em acréscimo às condutas previstas no art. 131 da parte geral da Resolução, considera-se infração grave a violação dos arts. 4°; 5°; 7°; 8°; 11; 12; 14 ao 17; 21, 66; 72 e 118 da parte geral da Resolução; e 26, § 2°; 27; 29; e 31 deste Anexo Normativo IV.

CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. As companhias investidas pelos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes emissoras de ativos que ainda integram a carteira dos FIP poderão receber novos aportes e estão dispensadas de observar:

I - o exercício da efetiva influência na sua gestão, conforme disposto nos arts. 5° e 6° deste Anexo Normativo IV; e

II - o cumprimento do disposto no art. 8° deste Anexo Normativo IV, exceto quanto ao disposto em seu inciso VI.

Parágrafo único. As classes de investimento em cotas originárias dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes não podem ter o seu prazo de duração prorrogado enquanto adotarem as dispensas previstas no caput.

Art. 34. As classes de investimento em cotas originárias de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações que tenham obtido registro de funcionamento até 31 de agosto de 2016 estão dispensadas de observar a tipificação estabelecida no art. 13 deste Anexo Normativo IV, desde que mantenham, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio aplicado em cotas de FIP ou Fundos de Ações - Mercado de Acesso.

Art. 35. O limite de que trata o caput do art. 11 deste Anexo Normativo IV não é aplicável para classes de cotas originárias de fundos em funcionamento antes de 12 de maio de 2011 e que, a partir dessa data:

I - não efetuaram novas chamadas de capital; ou

II - efetuaram novas chamadas de capital com propósito exclusivo de pagamento de encargos."(NR)

ANEXO C

"ANEXO NORMATIVO V - FUNDOS DE ÍNDICE

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em índice de mercado.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo V à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em índice de mercado - fundos de índice.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 2° O fundo de índice é destinado à aplicação em carteira de ativos financeiros que vise refletir as variações e rentabilidade de um índice de referência, por prazo indeterminado.

§ 1° Para os efeitos deste Anexo Normativo V, índice de referência é o índice de mercado específico reconhecido pela CVM ao qual a política de investimento esteja associada.

§ 2° O reconhecimento do índice de referência pela CVM considera, no mínimo, os seguintes critérios:

I - não são aceitos índices cuja metodologia completa de seu cálculo não seja disponibilizada de forma gratuita e por meio da rede mundial de computadores, incluindo sua composição, os pesos de cada ativo financeiro, os critérios de rebalanceamento e sua frequência, e demais parâmetros necessários à sua replicação;

II - não são admitidos índices cuja metodologia de cálculo não inclua regras predeterminadas e critérios objetivos;

III - a frequência de rebalanceamento do índice não pode impedir que os investidores possam replicá-lo;

IV - o índice não pode estar sujeito a ajustes retroativos;

V - o índice escolhido deve representar um objetivo de investimento claro e único, sem condicionantes;

VI - não são aceitos índices cujo provedor seja parte relacionada ao administrador ou ao gestor;

VII - não são aceitos índices cujo provedor receba pagamentos de potenciais emissores para sua inclusão como componentes;

VIII - o desempenho do índice deve ser público, ter ampla divulgação e fácil acesso por meio da rede mundial de computadores; e

IX - não são aceitos índices que representem múltiplos de outros índices, o inverso destes índices, ou ainda múltiplos do seu inverso.

§ 3° A composição, os pesos de cada ativo financeiro e outros parâmetros que permitam a replicação do índice podem ser divulgados retrospectivamente após cada rebalanceamento do índice, tendo como prazo limite a data do rebalanceamento subsequente.

§ 4° Para fins do disposto no inciso V do caput, entende-se por condicionantes quaisquer cláusulas ou regras que impliquem, em determinadas circunstâncias, que o desempenho do índice não reflita o retorno da carteira teórica de ativos.

Art. 3° É vedada a constituição de classes de cotas:

I - alavancadas;

II - inversas, que visem refletir um desempenho oposto àquele do índice de referência; ou

III - sintéticas, que visem refletir o desempenho do índice de referência por meio de contratos derivativos, exceto por meio de posições em mercados futuros previstas neste Anexo Normativo V.

Art. 4° Da denominação do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve constar a expressão "Fundo de Índice" e a identificação do índice de referência.

Art. 5° A classe de cotas deve ser constituída em regime aberto, por prazo indeterminado, e pode ser destinada ao público em geral, independentemente do índice perseguido, nacional ou estrangeiro.

Parágrafo único. As cotas devem ser admitidas à negociação no mercado secundário, por intermédio de entidade administradora de mercado organizado de valores mobiliários.

Art. 6° Em acréscimo aos documentos e informações requeridos no art. 10 da parte geral da Resolução, o pedido de registro de funcionamento do fundo e, se for o caso, de cada classe de cotas, deve ser instruído com as seguintes informações e documentos:

I - endereço da página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores;

II - declaração da entidade administradora de mercado organizado de valores mobiliários comunicando o deferimento do pedido de admissão das cotas à negociação, condicionado, apenas, à obtenção do registro na CVM, e comprometendo-se a cumprir as obrigações previstas no art. 19 deste Anexo Normativo V; e

III - declaração de não objeção à constituição da classe de cotas pela instituição responsável pelo cálculo do índice, caso sejam cotas distintas das mencionadas no inciso II do caput.

Parágrafo único. A declaração de que trata o inciso II do caput pode ser encaminhada diretamente pela entidade administradora de mercado organizado de valores mobiliários.

CAPÍTULO III - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 7° É vedada a cobrança de qualquer taxa de performance aos cotistas ou à classe de cotas.

Art. 8° Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, é vedado ao administrador praticar os seguintes atos:

I - contrair ou efetuar empréstimos, ressalvado o disposto nos arts. 29 e 43 deste Anexo Normativo V, sem prejuízo dos arts. 113, inciso V, e 122, inciso II, alínea "a", item 3, da parte geral da Resolução;

II - realizar operações com ações fora de mercado organizado de valores mobiliários, ressalvadas as hipóteses de:

a) subscrição em distribuições públicas;

b) exercício de direito de preferência; e

c) operações previamente autorizadas pela CVM; e

III - praticar qualquer ato na qualidade de acionista que possa impedir as negociações das ações em bolsa de valores.

CAPÍTULO IV - COTAS

Art. 9° O custodiante que preste serviços a mercado organizado no qual as cotas estejam listadas deve fornecer ao prestador de serviços de escrituração de cotas, no prazo e condições existentes para o mercado de ações, informações sobre a titularidade das cotas que estejam sob a sua custódia.

Art. 10. O valor patrimonial da cota é o resultante da divisão do valor do patrimônio líquido do fundo, da classe ou da subclasse de cotas, conforme o caso, pelo número de cotas existentes no encerramento do dia, apurado com base nos mesmos critérios utilizados para o cálculo do valor de fechamento do índice de referência.

Art. 11. As cotas da classe de cotas podem ser objeto de empréstimo e de garantia.

§ 1° As cotas referidas no caput devem estar depositadas em centrais depositárias de valores mobiliários autorizadas pela CVM, devendo o cotista autorizar, prévia e expressamente, a realização de operações desta natureza.

§ 2° Aplicam-se ao empréstimo de cotas, no que couberem, as normas em vigor para empréstimo de valores mobiliários.

Art. 12. Observados o regulamento e os procedimentos específicos previstos neste Capítulo, a carteira estabelecida para a integralização ou resgate das cotas pode conter:

I - ativos financeiros que componham o índice de referência;

II - moeda corrente nacional;

III - parcela não superior a 5% (cinco por cento) do montante envolvido na operação, contemplando ativos financeiros que não façam parte do índice de referência; e

IV - parcela não superior a 20% (vinte por cento) do montante envolvido na operação, contemplando ativos financeiros que não façam parte do índice de referência, mas que sejam de mesma natureza daqueles, porém de diferentes emissões, somente no caso de classes de cotas que busquem refletir as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa.

§ 1° Entende-se por ativos financeiros de mesma natureza aqueles que possuam mesmo nível de risco para uma expectativa de retorno similar, por apresentarem semelhanças no que se refere à remuneração, ao risco de crédito do emissor, ao risco de liquidez e à data de vencimento ou maturidade.

§ 2° Na integralização de cotas é facultado ao administrador aceitar que mais de 1 (um) investidor entregue, simultaneamente, carteiras de ativos que, em conjunto, enquadrem-se na proporção estabelecida na carteira pelo gestor, devendo, nesse caso, o número de cotas que cabe a cada investidor ser calculado de maneira proporcional ao valor de mercado das carteiras entregues.

§ 3° Com o objetivo de ajustar a carteira ao índice de referência, e de acordo com o previsto no regulamento, o administrador pode aceitar ou entregar, na integralização ou resgate de cotas, ativos financeiros individuais ou moeda corrente nacional.

§ 4° Na hipótese do § 3°, e havendo solicitações de integralização ou resgate de cotas que superem a necessidade de ajuste da carteira, o aceite ou a entrega de ativos financeiros devem ser rateados entre os cotistas, com base na quantidade do ativo financeiro ofertada ou demandada por cada um.

§ 5° A hipótese descrita no § 3° somente será admitida se, para os ativos financeiros objeto da operação, for realizada marcação a mercado consistente e passível de verificação conforme os critérios de avaliação e apropriação contábil e demais requisitos constantes do Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI, editado pela CVM.

§ 6° A integralização e o resgate das cotas devem ser efetuados sem a cobrança de qualquer taxa ou despesa, ressalvadas as taxas de ingresso e de saída, se for o caso, e as despesas previstas no § 7° deste artigo.

§ 7° Na hipótese prevista no inciso II do caput, as despesas oriundas da integralização ou resgate em moeda corrente devem ser:

I - calculadas por operação de integralização ou resgate; e

II - cobradas diretamente do cotista que disponibilizou os recursos para a integralização ou que solicitou o resgate.

§ 8° A integralização e o resgate das cotas devem ser efetuados nos respectivos prazos dispostos no regulamento, que não podem ser superiores ao necessário à liquidação de operações de compra e venda dos ativos financeiros aceitos nas carteiras de integralização ou resgate das cotas.

§ 9° Alterações na composição das carteiras aceitas para integralização ou resgate devem ser divulgadas ao mercado, na forma do inciso VIII do art. 31 deste Anexo Normativo V, antes da abertura da negociação de cotas, sendo vedadas alterações durante o horário de negociação.

§ 10. Conforme estabelecido no regulamento, durante o período de suspensão da integralização de cotas a que se refere o art. 16 deste Anexo Normativo V, os resgates podem ser efetuados em função de fração ideal da carteira.

§ 11. No processo de integralização ou resgate de cotas, podem ser acrescidos, aos ativos financeiros referenciados no caput, cupons, direitos e recibos de subscrição relativos àqueles ativos financeiros eventualmente existentes na carteira no momento do pedido da integralização ou do resgate, conforme estabelecido no regulamento.

Art. 13. O regulamento pode estabelecer lotes mínimo e máximo de ativos financeiros para emissão ou resgate de cotas, tendo por base a carteira estabelecida pelo gestor.

Art. 14. Tanto na emissão quanto no resgate das cotas deve ser utilizado o valor patrimonial apurado no fechamento do dia de sua solicitação.

Art. 15. O regulamento pode estabelecer a possibilidade de amortização das cotas, considerando-se como tal o pagamento a todos os cotistas de parcela do valor patrimonial de suas cotas.

Art. 16. O administrador pode suspender a integralização de cotas por prazo determinado, entre 5 (cinco) dias úteis antes e 5 (cinco) dias úteis após a data de mudança na composição do índice ao qual a política de investimento esteja associada, devendo o regulamento dispor sobre os procedimentos a serem adotados neste sentido.

§ 1° É facultado ao administrador suspender a integralização de cotas sempre que houver a suspensão da negociação secundária de cotas, conforme disposto no art. 20 deste Anexo Normativo V.

§ 2° A suspensão da integralização de cotas deve ser considerada fato relevante.

CAPÍTULO V - NEGOCIAÇÃO NO MERCADO SECUNDÁRIO

Art. 17. Cabe às entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários a adoção de regras e procedimentos adicionais a este Anexo Normativo V.

Art. 18. É vedado ao gestor da carteira exercer a função de formador de mercado das cotas de fundos sob sua gestão.

Art. 19. Cabe à entidade administradora de mercado organizado na qual as cotas estejam admitidas à negociação:

I - comunicar à CVM a data da primeira negociação de cotas no mercado secundário;

II - observar procedimentos especiais no caso de negociação de cotas em quantidade ou preço sensivelmente diversos em comparação a períodos anteriores ou com o índice de referência, conforme regulamentação em vigor para a negociação de ações, equiparando-se, para esse fim, as cotas às ações preferenciais; e

III - divulgar, por meio do seu sistema de negociação e de informação, as mesmas informações sobre preços e volume que divulga para outros ativos listados, bem como as seguintes informações adicionais:

a) convocação de assembleia de cotistas;

b) fatos relevantes; e

c) diariamente, as informações previstas nos incisos I a III do caput do art. 27 deste Anexo Normativo V, comunicando ao mercado e à CVM se os limites ali estabelecidos forem ultrapassados.

Art. 20. A CVM e a entidade administradora de mercado organizado na qual as cotas do fundo estejam admitidas à negociação podem determinar a suspensão temporária da negociação das cotas no mercado secundário.

Parágrafo único. A suspensão da negociação das cotas no mercado secundário deve ser considerada fato relevante.

Art. 21. A oferta pública secundária de cotas depende de prévia autorização da Superintendência competente.

Parágrafo único. O pedido de autorização para oferta pública secundária de cotas deve ser acompanhado de:

I - declaração de que a classe de cotas contratou instituição integrante do sistema de distribuição para atuar na oferta, quando for o caso;

II - informação sobre a quantidade de cotas a serem ofertadas, o seu valor unitário e outras condições e informações relevantes sobre a oferta pública secundária; e

III - justificativa para o preço utilizado na distribuição.

CAPÍTULO VI - REGULAMENTO

Art. 22. Em acréscimo às matérias dispostas no art. 48 da parte geral da Resolução, o regulamento do fundo de índice deve dispor sobre:

I - o índice de referência ao qual a política de investimento esteja associada, bem como as características básicas desse índice;

II - a entidade administradora de mercado organizado na qual as cotas estejam admitidas à negociação;

III - as regras relacionadas à publicidade, incluindo características do prospecto, se houver;

IV - as informações que podem ser obtidas na página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores;

V - a possibilidade de o administrador, ou de pessoas ligadas, negociarem as cotas, e em que condições; e

VI - a possibilidade e condições de utilização dos ativos financeiros que compõem a carteira para operações de empréstimo de ativos.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste Anexo Normativo V, consideram-se pessoas ligadas:

I - as companhias em que o administrador ou o gestor, seus controladores, administradores ou dependentes destes, ocupem cargo de administração ou que, individualmente ou em conjunto, participem em porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social; e

II - os controladores, funcionários e prepostos dos prestadores de serviços essenciais, bem como seus dependentes.

CAPÍTULO VII - ASSEMBLEIA DE COTISTAS

Seção I - Competência

Art. 23. Em acréscimo às matérias previstas no art. 70 da parte geral da Resolução, compete privativamente à assembleia de cotistas deliberar sobre:

I - a amortização de cotas e a distribuição de resultados, caso não estejam previstas no regulamento;

II - mudança na política de investimento;

III - aumento da taxa de custódia;

IV - mudança do endereço da página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores;

V - alterações no contrato entre a instituição proprietária do índice e o administrador, se houver, caso essas alterações acarretem aumento de despesas para a classe de cotas; e

VI - outras alterações no regulamento que não sejam resultado de decisões relativas aos incisos II a IV do caput.

Art. 24. As modificações no regulamento resultantes de deliberações da assembleia passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

I - lista de cotistas presentes na assembleia;

II - cópia da ata da assembleia; e

III - exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas.

Parágrafo único. O protocolo de que trata o caput deve ser feito dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da realização da assembleia.

Seção II - Convocação

Art. 25. A assembleia deve ser convocada por edital enviado à entidade administradora de mercado organizado na qual as cotas do fundo estejam admitidas à negociação e publicado na página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores.

Art. 26. A assembleia de cotistas deve ser convocada pelo administrador, anualmente, até o dia 30 de junho de cada ano, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso I do § 1° do art. 48 da parte geral da Resolução.

Parágrafo único. A assembleia ordinária de cotistas somente pode ser realizada após a divulgação, com prazo de antecedência mínimo de 15 (quinze) dias, na página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores, das demonstrações contábeis relativas ao exercício, que devem ficar também à disposição dos cotistas na sede do administrador.

Art. 27. A assembleia de cotistas também deve ser convocada pelo administrador, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias, sempre que:

I - verificar-se erro de aderência, calculado como o desvio padrão populacional das diferenças entre a variação percentual diária da cota e a variação percentual do valor de fechamento do índice de referência nos últimos 60 (sessenta) pregões, superior a 2 (dois) pontos percentuais, desde que tal erro de aderência não seja reenquadrado ao limite de 2 (dois) pontos percentuais até o 15° (décimo quinto) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação do respectivo erro de aderência;

II - a diferença entre a rentabilidade acumulada da classe de cotas e do valor de fechamento do índice de referência, em um período de 60 (sessenta) pregões, for superior a 2 (dois) pontos percentuais, desde que tal diferença de rentabilidade não seja reenquadrada ao limite de 2 (dois) pontos percentuais até o 15° (décimo quinto) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação da respectiva diferença de rentabilidade; ou

III - a diferença entre a rentabilidade acumulada da classe de cotas e do valor de fechamento do índice de referência em um período de 12 (doze) meses for superior a 4 (quatro) pontos percentuais, desde que tal diferença de rentabilidade não seja reenquadrada ao limite de 4 (quatro) pontos percentuais até o 30° (trigésimo) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação da respectiva diferença de rentabilidade.

§ 1° No caso de classes de cotas que busquem refletir as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa, os limites percentuais referidos nos incisos I a III do caput serão de 1 (um) ponto percentual, 1 (um) ponto percentual e 2 (dois) pontos percentuais, respectivamente.

§ 2° Os eventos referidos nos incisos do caput devem ser divulgados imediatamente, devendo a primeira divulgação relativa aos incisos I e II ser feita após decorridos 60 (sessenta) pregões da data de listagem das cotas em mercado organizado de valores mobiliários, enquanto a primeira divulgação relativa ao inciso III deve ser feita após decorridos 12 (doze) meses daquela data.

§ 3° A assembleia referida no caput deve ter em sua pauta os seguintes itens:

I - explicações, por parte do gestor, das razões que, no seu entendimento, motivaram o erro de aderência ou a diferença de rentabilidade, as quais devem ser divulgadas também na página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da assembleia, e mantidas até 30 (trinta) dias após sua realização; e

II - deliberação sobre a liquidação ou não da classe de cotas e substituição ou não do administrador, do gestor ou de ambos, item sobre o qual não podem votar pessoas ligadas ao administrador ou ao gestor, conforme o caso.

§ 4° As assembleias convocadas em função das condições previstas no caput devem ter intervalo mínimo de 30 (trinta) dias, no caso da manutenção do gestor, e de 90 (noventa) dias, caso a assembleia anterior tenha decidido por sua substituição.

Seção III - Deliberação

Art. 28. As deliberações da assembleia de cotistas, que deve ser instalada com a presença de pelo menos 1 (um) cotista ou representante legal, são tomadas pelo critério da maioria das cotas de titularidade dos presentes, sendo atribuído 1 (um) voto a cada cota.

§ 1° As matérias previstas nos incisos II e III do caput do art. 23 deste Anexo Normativo V e dos incisos II e IV do art. 70 da parte geral da Resolução devem ser aprovadas pelo voto dos cotistas que detenham a maioria absoluta das cotas, sendo impedidas de votar as pessoas ligadas a prestador de serviço essencial, quando se tratar de deliberação sobre sua destituição.

§ 2° O quórum disposto no § 1° deste artigo não é obrigatório nas deliberações acerca das seguintes matérias:

I - liquidação da classe de cotas e substituição do gestor, conforme hipótese prevista do art. 27, § 3°, inciso II, deste Anexo Normativo V; e

II - substituição do administrador decorrente de sua renúncia ou descredenciamento, nos termos do art. 108 da parte geral da Resolução.

Seção IV - Representação direta

Art. 29. O cotista pode exercer diretamente o direito de voto em assembleia geral de titulares dos valores mobiliários pertencentes à carteira, devendo, para tanto, manifestar sua intenção ao administrador no prazo estabelecido no regulamento, com a antecedência mínima necessária para a efetivação da operação.

§ 1° Cabe ao administrador providenciar o empréstimo gratuito ao cotista, isento de cobrança de taxa de aluguel, dos valores mobiliários necessários ao exercício do direito de voto, promovendo a transferência dos mesmos junto à entidade responsável por sua custódia, mediante caução das cotas de sua propriedade.

§ 2° As cotas caucionadas na forma do § 1° deste artigo podem servir simultaneamente à caução de mais de um empréstimo de valores mobiliários.

§ 3° A quantidade de valores mobiliários a serem mutuados, na forma do § 1° deste artigo, deve ser calculada com base na proporção das cotas detidas pelo requerente em relação aos ativos de titularidade da classe de cotas ao final do dia da manifestação do interesse em exercer o direito de voto.

§ 4° O cotista deve restituir à classe de cotas os valores mobiliários mutuados em até 1 (um) dia útil após a realização da assembleia, não podendo alienar suas cotas dadas em garantia.

§ 5° O administrador pode exigir do cotista o ressarcimento de eventuais custos diretos incidentes sobre o empréstimo, desde que esses custos sejam previamente divulgados, na forma do inciso IX do art. 31 deste Anexo Normativo V.

§ 6° O regulamento poderá prever que, em casos excepcionais, e exclusivamente no período máximo de 5 (cinco) dias úteis que anteceder à alteração da composição oficial da carteira teórica do índice de referência, poderá ser parcialmente restringido o empréstimo de valores mobiliários de que trata este artigo, desde que tal restrição se limite à parcela dos valores mobiliários de titularidade da classe de cotas cujo empréstimo possa vir a causar danos significativos ao seu objetivo.

§ 7° Na hipótese do § 6°, o administrador deverá divulgar, através da página inicial do fundo na rede mundial de computadores, dos endereços de correspondência eletrônicos cadastrados na forma do inciso III do art. 31 deste Anexo Normativo V, e do sistema de divulgação de informações da entidade administradora de mercado organizado na qual as cotas sejam negociadas, uma lista com a identificação e a quantidade dos valores mobiliários de titularidade do fundo da classe de cotas que não estejam sendo disponibilizados para empréstimo na forma deste artigo, devendo, ademais, justificar as razões pelas quais tais valores mobiliários não estarão disponíveis, conforme disposto no § 6° deste artigo.

CAPÍTULO VIII - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Seção I - Página Eletrônica do Fundo na Rede Mundial de Computadores

Art. 30. O principal meio de divulgação de informações do fundo é sua página eletrônica na rede mundial de computadores.

Art. 31. O administrador deve manter página do fundo em endereço na rede mundial de computadores, em língua portuguesa, que deve conter informações sobre os seguintes tópicos, para cada classe de cotas, assim como quaisquer outras informações consideradas relevantes:

I - descrição de fatores que podem afetar a aderência do desempenho da classe de cotas ao do índice;

II - apresentação dos prestadores de serviços essenciais, incluindo telefone de contato e sua experiência;

III - seção que permita que o cotista cadastre o seu endereço de correspondência eletrônico para receber informações sobre o fundo, bem como disponibilização de um endereço de correspondência eletrônico do fundo que permita a comunicação entre o administrador e os cotistas;

IV - íntegra dos contratos estabelecidos entre o fundo e terceiros na forma do parágrafo único do art. 80 da parte geral da Resolução e, se for o caso, na do § 6° do art. 41 deste Anexo Normativo V, cuja existência deve ser destacada na página do fundo na rede mundial de computadores;

V - apresentação das despesas de corretagem e emolumentos em base anual, na forma do percentual do valor total debitado à classe de cotas em relação ao seu patrimônio líquido médio no exercício;

VI - especificação, em destaque e de forma clara, das taxas e demais despesas da classe de cotas;

VII - o telefone de contato e o endereço de correspondência eletrônico da CVM;

VIII - condições atualizadas e detalhadas de integralização e resgate de cotas, compreendendo limites mínimos e máximos de investimento ou desinvestimento, bem como valores mínimos para permanência na classe de cotas;

IX - de forma destacada, as condições para realização do empréstimo de valores mobiliários de que trata o art. 29 deste Anexo Normativo V, incluindo informações sobre prazos e custos;

X - política de distribuição de resultados, compreendendo os prazos e condições de pagamento;

XI - riscos envolvidos;

XII - descrição qualitativa dos componentes da remuneração da instituição proprietária do índice;

XIII - tributação aplicável à classe de cotas e a seus cotistas;

XIV - composição da carteira, diariamente atualizada;

XV - metodologia de cálculo do índice subjacente, observado o disposto nos §§ 6° e 7° deste artigo;

XVI - informações sobre ofertas públicas em curso;

XVII - informações sobre distribuições secundárias em curso;

XVIII - relação dos formadores de mercado autorizados a operar com as cotas;

XIX - uma seção específica para dados estatísticos, acessível a partir da página inicial do fundo na rede mundial de computadores, que deve conter, no mínimo:

a) tabela comparativa da evolução diária do valor patrimonial da cota, do patrimônio líquido da classe de cotas, bem como do valor do índice subjacente desde a data de início de funcionamento da classe até a data da última cota disponível;

b) tabela contendo a rentabilidade mensal da classe de cotas comparado ao índice subjacente, contendo pelo menos os últimos 24 (vinte e quatro) meses;

c) gráfico da evolução da rentabilidade acumulada da classe de cotas comparada ao índice subjacente, desde a admissão para negociação em mercado organizado de valores mobiliários até a última cota disponível; e

d) as informações relativas aos incisos I, II e III do caput do art. 27 deste Anexo Normativo V, incluindo o número de dias úteis decorridos desde o início do desenquadramento, indicando-se junto a essa informação a possibilidade de realização de assembleia de cotistas em caso de erro de aderência excessivo; e

XX - relatório anual do fundo, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado a partir do encerramento do exercício a que se referir, o qual deve conter o seguinte:

a) demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente;

b) análise da carteira em face da estratégia adotada e dos objetivos da política de investimento;

c) apresentação de desempenho, compreendendo as informações constantes no inciso XIX do caput;

d) explicações sobre eventual erro de aderência ou diferença de rentabilidade, nos termos do art. 27 deste Anexo Normativo V;

e) taxas de administração em moeda corrente e em percentual do patrimônio líquido; e

f) outras informações que o administrador julgar relevantes.

§ 1° A página inicial do fundo deve conter, de acordo com o formato padrão definido pela CVM:

I - os seguintes dizeres de forma destacada: "A autorização para venda e negociação de cotas do fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo ou de seu administrador"; e

II - sob as informações da alínea "a" do inciso XIX do caput e, em negrito, um atalho para a seção da página eletrônica da CVM na rede mundial de computadores que contenha o cadastro de entidades

reguladas com os dizeres "Clique aqui para entrar no site da CVM e confirmar que este é um fundo cadastrado".

§ 2° A página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores pode ter seção em língua estrangeira, desde que o conteúdo dessa seção não divirja do conteúdo em português e a parte em língua estrangeira não contemple mais informações do que aquela em português.

§ 3° A comunicação eletrônica entre o administrador e os cotistas feitas por meio do endereço de correspondência eletrônico referenciado no inciso III do caput deve ser mantida pelo administrador pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

§ 4° O administrador deve zelar para que as informações referentes a este artigo sejam divulgadas de forma contínua e atualizada, e que a página do fundo na rede mundial de computadores possua capacidade técnica de acesso simultâneo compatível com o número de cotistas do fundo.

§ 5° A troca da página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores é considerada fato relevante.

§ 6° A divulgação da metodologia de cálculo do índice deve abranger:

I - critérios de inclusão e exclusão de ativos;

II - frequência de rebalanceamento;

III - alterações em relação à metodologia previamente estabelecida pelo provedor de índice; e

IV - composição, pesos de cada ativo financeiro e demais parâmetros necessários à replicação do índice.

§ 7° As informações previstas no inciso IV do § 6° deste artigo podem ser divulgadas até 3 (três) meses após a data a que se refiram.

Art. 32. O administrador deve divulgar, diariamente, à entidade administradora de mercado organizado na qual as cotas estejam listadas, o valor patrimonial da cota, a composição da carteira e o valor do seu patrimônio líquido.

Parágrafo único. É facultada a divulgação de estimativas intradiárias dos indicadores constantes do caput, desde que a metodologia de cálculo dessas estimativas seja divulgada na página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores, e esteja de acordo com o previsto nos arts. 10 e 40 deste Anexo Normativo V.

Art. 33. Os cotistas devem ser comunicados de suas posições pelo prestador de serviços de custódia ou pelo prestador de serviços de escrituração das cotas, conforme legislação em vigor para o mercado de ações.

Parágrafo único. Os cotistas que integralizarem ou resgatarem cotas devem receber comunicação por escrito contendo, no mínimo, data, quantidade de cotas e valor da operação.

Art. 34. O administrador deve encaminhar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

I - diariamente:

a) valor patrimonial da cota;

b) patrimônio líquido da classe de cotas; e

c) valor das emissões e resgates de cotas efetuados no dia;

II - mensalmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referirem:

a) os demonstrativos da composição e diversificação de carteira; e

b) balancete; e

III - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente.

Seção II - Material de Divulgação dos Fundos de Índice

Art. 35. As informações prestadas sobre o fundo ou qualquer material de divulgação não podem estar em desacordo com o conteúdo da página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores, com o seu regulamento ou com o relatório anual enviado à CVM.

Art. 36. Toda informação, divulgada por qualquer meio, deve conter o endereço da página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores e mencionar, com destaque, que a página é a forma de divulgação de informações oficiais do fundo.

Art. 37. Em acréscimo ao disposto no art. 56 da parte geral da Resolução, toda informação na qual seja incluída referência à rentabilidade do fundo, deve obrigatoriamente:

I - abranger, no mínimo, os últimos 3 (três) anos ou o período desde a sua constituição, se mais recente;

II - ser acompanhada da rentabilidade do índice de referência para o mesmo período;

III - ser acompanhada do valor da média aritmética da soma do seu patrimônio líquido apurado no último dia útil de cada mês, nos últimos 3 (três) anos ou desde a sua constituição, se mais recente; e

IV - informar, quando for o caso, a incidência de taxas de ingresso ou de saída e de despesas oriundas de integralização ou resgate em moeda corrente, esclarecendo quanto à sua forma de apuração.

CAPÍTULO IX - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Art. 38. O exercício contábil do fundo e suas classes de cotas, se houver, é de 1 (um) ano e se encerra no dia 31 de março de cada ano.

Art. 39. As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao administrador, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício contábil.

Art. 40. As demonstrações contábeis devem observar o Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI editado pela CVM.

CAPÍTULO X - CARTEIRA

Art. 41. De forma a refletir a variação e rentabilidade do índice de referência, e observado o disposto no art. 27 deste Anexo Normativo V, a classe de cotas deve manter 95% (noventa e cinco por cento), no mínimo, de seu patrimônio aplicado em:

I - ativos financeiros que compõem o índice de referência;

II - posição líquida em contratos futuros; e

III - cotas de outros fundos de índice que visem refletir as variações e rentabilidade do índice de referência da classe investidora.

§ 1° No período entre a divulgação oficial da primeira prévia da nova composição do índice de referência e 1 (um) mês após sua efetiva mudança de composição, é facultado ao gestor, conforme definido no regulamento, efetuar o ajuste da composição da carteira, devendo o mesmo, nesse período, agir de forma a assegurar que a rentabilidade da classe de cotas não se distancie da variação do índice de referência.

§ 2° Quando da distribuição de proventos relacionados aos ativos financeiros subjacentes à carteira, o administrador deve, sempre que possível, seguir a mesma política utilizada no cálculo do índice de referência, podendo, se for o caso, redistribuir esses proventos ou distribuir rendimentos diretamente aos cotistas.

§ 3° Para atingir o objetivo previsto no § 2° deste artigo, a classe de cotas cuja política de investimento esteja associada a índice de ações que considere o reinvestimento dos proventos a partir do momento de sua declaração pode negociar os créditos relativos a quaisquer proventos declarados e ainda não efetivamente pagos.

§ 4° Casos excepcionais de desenquadramento da carteira devem ser justificados por escrito à CVM no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua ocorrência.

§ 5° O total das margens de garantia exigidas da classe de cotas em suas operações com derivativos não pode exceder a 20% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido.

§ 6° Fica autorizada a celebração de contrato a termo de troca de rentabilidade ("swap"), com cláusula de liquidação por ajuste financeiro diário, entre a classe de cotas e terceiros que tenha como objeto de negociação a diferença de variação da rentabilidade entre a classe e o índice de referência.

§ 7° O contrato a que se refere o § 6° deste artigo, bem como eventuais modificações acordadas durante o seu período de vigência, devem ser previamente aprovados pela CVM, divulgados na íntegra na página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores, na forma do inciso IV do art. 31 deste Anexo Normativo V, e registrados em mercado organizado de valores mobiliários.

§ 8° O término da vigência do contrato a que se refere o § 6° deste artigo deve ser divulgado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, sendo considerado fato relevante.

§ 9° São admitidos os seguintes ativos financeiros para fins de composição do índice de referência:

I - valores mobiliários cuja oferta pública tenha sido submetida a registro ou dispensada do registro na CVM ou, quando negociados no exterior, no órgão regulador de sua jurisdição;

II - títulos públicos federais;

III - cotas de fundos de investimento de índice negociados no exterior, desde que registrados no órgão regulador de sua jurisdição, e observem os critérios e as vedações previstas nos §§ 2° a 4° do art. 2° deste Anexo Normativo V; e

IV - outros ativos financeiros, por natureza ou equiparação, nos termos do art. 2° do Anexo Normativo I.

§ 10. Os contratos futuros previstos no caput devem ser negociados em bolsa de mercadorias e de futuros e contar com garantia de liquidação por entidade operadora de infraestrutura do mercado financeiro autorizada pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil para efetuar a compensação e liquidação das operações.

§ 11. No caso de classes de cotas que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa, serão admitidos ativos financeiros que não façam parte do índice de referência, mas que sejam de mesma natureza daqueles, porém de diferentes emissões, limitados a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da classe.

Art. 42. Os recursos excedentes da aplicação mínima fixada no art. 41 deste Anexo Normativo V podem ser investidos em:

I - títulos públicos federais;

II - títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira;

III - cotas de fundo de investimento em renda fixa "Simples", "Curto Prazo" ou "Referenciado";

IV - operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais;

V - operações com derivativos distintas da prevista no inciso II do art. 41 deste Anexo Normativo V, realizadas em mercado organizado de valores mobiliários, exclusivamente para administração dos riscos inerentes à carteira ou dos ativos financeiros subjacentes, observado o limite fixado no § 5° do art. 41 deste Anexo Normativo V;

VI - ativos financeiros com liquidez não incluídos no índice de referência; e

VII - cotas de outros fundos de índice.

Art. 43. A classe de cotas pode realizar operações de empréstimo dos ativos que compõem sua carteira, na forma regulada pela CVM e conforme o limite e as condições estabelecidas no regulamento.

§ 1° As operações de empréstimo referenciadas no caput devem ter prazo determinado para a devolução de ativos.

§ 2° O administrador deve honrar o pagamento de resgates, bem como atender aos pedidos de empréstimo formulados com base no § 1° do art. 29 deste Anexo Normativo V, caso não haja valores mobiliários disponíveis em quantidade suficiente, em decorrência de terem sido emprestados ou dados em garantia pela classe de cotas, e não seja possível os reaver em tempo hábil.

CAPÍTULO XI - ENCARGOS

Art. 44. Em acréscimo ao disposto no art. 117 da parte geral da Resolução, o regulamento pode dispor sobre a possibilidade de as despesas relativas às taxas de administração e de gestão e aos royalties devidos pela utilização do índice de referência serem apropriadas em conta própria e pagas exclusivamente em função das receitas auferidas pela classe de cotas por meio de operações de empréstimo de valores mobiliários ou outras receitas extraordinárias.

Parágrafo único. No caso de uso da faculdade prevista no caput, as referidas receitas podem ser utilizadas, a critério do administrador, para pagamento dos demais encargos da classe de cotas, bem como para corrigir eventuais erros de aderência entre a carteira e o índice de mercado subjacente.

CAPÍTULO XII - INCORPORAÇÃO, FUSÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO, LIQUIDAÇÃO E ENCERRAMENTO DO FUNDO

Art. 45. Somente são permitidas as operações de incorporação e fusão entre classes de cotas que tenham como políticas de investimento o mesmo índice de referência.

Art. 46. A classe de cotas do fundo de índice somente pode ser transformada em classe de fundo de investimento financeiro, observado o Anexo Normativo I desta Resolução.

Art. 47. A cisão será admitida somente na hipótese de criação de classes de cotas, que sigam novos índices de referência, compostos unicamente de parte dos ativos financeiros do índice de referência original.

Art. 48. É facultado ao cotista detentor de cotas cujo valor seja inferior ao do lote padrão definido no art. 13 deste Anexo Normativo V exigir o resgate em dinheiro em caso de liquidação da classe de cotas.

CAPÍTULO XIII - CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE NEGOCIADAS NO EXTERIOR

Seção I - Definições e Características Gerais

Art. 49. Para os efeitos deste Capítulo, entende-se por:

I - administrador: pessoa jurídica que represente o fundo de índice cujas cotas sirvam de lastro para a emissão de BDR-ETF, independentemente da forma de estruturação do veículo de investimento;

II - certificados de depósito de cotas de fundos de índice - BDR-ETF: certificados representativos de cotas de fundo de índice admitidas à negociação em mercados organizados de valores mobiliários no exterior, emitidos por instituição depositária no Brasil;

III - cota: fração ideal do patrimônio do fundo de índice que sirva de lastro para a emissão de BDR-ETF, podendo tal fração ser uma ação, uma cota ou qualquer unidade semelhante;

IV - instituição custodiante: a instituição sediada no exterior, autorizada por órgão similar à CVM a prestar serviços de custódia; e

V - instituição depositária: a instituição que emitir, no Brasil, o correspondente certificado de depósito, com base nas cotas de fundos de índice custodiadas no exterior.

Art. 50. Os BDR-ETF somente podem ser lastreados em cotas de fundos de índice admitidas à negociação em mercados organizados de valores mobiliários e custodiadas em países cujos órgãos reguladores tenham celebrado com a CVM acordo de cooperação sobre consulta, assistência técnica e assistência mútua para a troca de informações, ou sejam signatários do memorando multilateral de entendimentos da Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV.

§ 1° É admitido que as cotas sejam custodiadas e negociadas em países distintos, desde que os órgãos reguladores de ambos os países atendam ao requisito estabelecido no caput.

§ 2° Caso as cotas que sirvam de lastro para a emissão de BDR-ETF sejam negociadas em mais de um país, o disposto no caput se aplica ao país em que as cotas tenham maior volume de negociação.

§ 3° A CVM pode determinar o ajuste ou cancelamento de emissões de certificados lastreados em cotas admitidas à negociação ou custodiadas em países cujo órgão regulador seja, ou passe a ser

considerado pela CVM, como não-cooperante, para fins de assistência mútua para a troca de informações.

§ 4° É vedada a emissão de BDR-ETF lastreados em cotas de fundos de índice não identificados por um código ISIN - International Securities Identification Number.

Art. 51. O administrador do fundo de índice cujas cotas sirvam de lastro para a emissão de BDR-ETF não responde pela prestação das informações previstas neste Anexo Normativo V, porém o programa de BDR-ETF não pode ser realizado sem sua concordância expressa.

Parágrafo único. A instituição depositária deve celebrar com o administrador contrato que assegure a disponibilização das informações que devem ser divulgadas nos termos deste Anexo Normativo V.

Art. 52. Os fundos de índice cujas cotas sirvam de lastro para a emissão de BDR-ETF e seus respectivos índices de referência devem observar os critérios e as vedações previstas nos §§ 2° a 4° do art. 2° deste Anexo Normativo V.

Art. 53. Os fundos de índice cujas cotas sirvam de lastro para emissão de BDR-ETF ficam dispensados de registro junto à CVM e suas cotas não podem ser objeto de distribuição por oferta pública no Brasil.

Art. 54. Os BDR-ETF podem ser negociados em mercado de balcão não organizado ou em segmentos específicos para BDR Nível I de entidade administradora de mercado organizado de valores mobiliários.

Art. 55. A aquisição de BDR-ETF é permitida a:

I - quaisquer investidores, caso:

a) as cotas objeto dos certificados de depósito tenham como mercado de negociação de maior volume uma das bolsas de valores estrangeiras classificadas como "mercado reconhecido" no regulamento de entidade administradora de mercado de valores mobiliários aprovado pela CVM; e

b) o emissor das cotas que servem de lastro aos BDR-ETF esteja sujeito à supervisão por parte da entidade reguladora do mercado de capitais do "mercado reconhecido"; e

II - investidores qualificados, conforme definidos em norma específica, nos demais casos.

§ 1° As entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários que mantiverem segmentos de negociação de BDR-ETF devem estabelecer mecanismos de alerta sobre os riscos inerentes aos ativos ali negociados, em especial quanto ao fato de se tratar de fundo não registrado na CVM e submetido a padrões contábeis e legislação diversos daqueles vigentes no Brasil.

§ 2° A aceitação de ordens para negociação de BDR-ETF por parte dos intermediários é condicionada:

I - à comprovação do enquadramento do investidor em pelo menos uma das condições estabelecidas nos incisos do caput; e

II - à verificação da compatibilidade do investimento em BDR-ETF com o perfil do investidor, nos termos da Resolução CVM n° 30, de 11 de maio de 2021.

Seção II - Informações a Serem Prestadas pela Instituição Depositária

Art. 56. A instituição depositária deve divulgar, no Brasil, todas as informações a respeito do fundo de índice cuja divulgação seja obrigatória em seu país de origem.

§ 1° A instituição depositária deve ainda manter ou informar a página na rede mundial de computadores em que constem, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I - qualificação dos prestadores de serviços essenciais;

II - qualificação do custodiante e da depositária;

III - entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários em que as cotas e os BDR-ETF estejam admitidos à negociação;

IV - regulamento ou documento de natureza similar;

V - descrição do índice de referência ao qual a política de investimento esteja associada, incluindo sua metodologia de cálculo, nos termos previstos no art. 31, §§ 6° e 7°, deste Anexo Normativo V;

VI - política de investimento, público-alvo, metas e objetivos de gestão do fundo, incluindo informação específica sobre como o fundo acompanha as variações e a rentabilidade do índice de referência, se por replicação integral da composição da carteira do índice ou por métodos de otimização da composição da carteira;

VII - riscos envolvidos, incluindo a descrição de fatores que podem afetar a aderência do desempenho do fundo ao índice;

VIII - dados estatísticos, contendo, no mínimo:

a) tabela comparativa da evolução diária do valor patrimonial da cota, do patrimônio líquido, bem como do valor do índice subjacente desde a data de início de funcionamento do fundo até a data da última cota disponível;

b) tabela contendo a rentabilidade mensal da classe de cotas comparada ao índice subjacente, contendo pelo menos os últimos 24 (vinte e quatro) meses;

c) gráfico da evolução da rentabilidade acumulada da classe de cotas comparada ao índice subjacente, desde a admissão para negociação em mercado organizado de valores mobiliários até a última cota disponível; e

d) as informações relativas aos incisos I, II e III do caput do art. 27 deste Anexo Normativo V, incluindo o número de dias úteis decorridos desde o início do desenquadramento, observado ainda o disposto nos §§ 1° e 2° de tal dispositivo;

IX - fatos relevantes relacionados aos BDR-ETF que envolvam o custodiante ou a instituição depositária;

X - principais direitos e responsabilidades dos titulares de BDR-ETF, do administrador, do gestor, do custodiante e da instituição depositária;

XI - taxas de administração, ingresso e saída, cujos parâmetros de cálculo devem estar claramente definidos e destacados;

XII - política de distribuição de resultados;

XIII - se for o caso, destaque sobre a possibilidade de celebração pelo fundo de contrato com o teor previsto no § 6° do art. 41 deste Anexo Normativo V;

XIV - descrição qualitativa dos componentes da remuneração à instituição proprietária do índice;

XV - tributação aplicável aos titulares de BDR-ETF;

XVI - composição da carteira do fundo, diariamente atualizada;

XVII - informações sobre ofertas públicas das cotas que sirvam de lastro aos BDR-ETF;

XVIII - seção que permita que o titular de BDR-ETF cadastre endereço de correspondência eletrônico para receber informações;

XIX - endereço de correspondência eletrônico da instituição depositária que permita comunicação com os titulares de BDR-ETF;

XX - demais informações consideradas relevantes para a decisão de investimento nos BDR-ETF; e

XXI - procedimentos a serem seguidos pela instituição depositária em caso de descontinuidade do programa, nos termos do art. 62 deste Anexo Normativo V.

§ 2° A página inicial na página eletrônica mantida pela instituição depositária na rede mundial de computadores deve conter, de acordo com o formato padrão definido pela CVM:

I - os seguintes dizeres de forma destacada: "A autorização para venda e negociação de certificados de depósitos de cotas de fundos de índice não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo ou de seu representante legal"; e

II - sob as informações do inciso I do § 2° deste artigo e, em negrito, um atalho para a seção da página eletrônica da CVM na rede mundial de computadores que contenha o cadastro de entidades reguladas com os dizeres "Clique aqui para entrar no site da CVM e confirmar que o programa de BDR-ETF foi objeto de registro".

§ 3° As comunicações eletrônicas entre a instituição depositária e os titulares de BDR-ETF feitas na forma dos incisos XIX e XX do caput devem ser mantidas pelo administrador pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

§ 4° A instituição depositária deve zelar para que as informações referentes a este artigo sejam divulgadas de forma contínua e atualizada, e que a página do fundo na rede mundial de computadores possua capacidade técnica de acesso simultâneo compatível com o número de titulares de BDR-ETF.

§ 5° A troca da página eletrônica do fundo na rede mundial de computadores é considerada fato relevante, na forma do inciso IX do caput.

§ 6° A divulgação das informações referidas neste artigo deve ocorrer:

I - no idioma do país de origem do fundo, até a abertura das negociações de BDR-ETF no dia seguinte ao da divulgação das informações no país de origem do fundo; e

II - em português, até a abertura das negociações de BDR-ETF no quinto dia seguinte ao da divulgação das informações no país de origem do fundo.

§ 7° A divulgação das informações no idioma do país de origem do fundo é dispensada caso tais informações sejam apresentadas em português no prazo previsto no inciso I do § 6° deste artigo.

§ 8° A divulgação das informações em português é dispensada caso os BDR-ETF sejam passíveis de aquisição apenas por investidores qualificados.

§ 9° A divulgação de informações previstas neste artigo pode ocorrer por meio de hyperlink à página na rede mundial de computadores mantida pelo administrador ou gestor do fundo de índice, permanecendo a instituição depositária responsável pela disponibilidade de seu conteúdo.

Art. 57. A instituição depositária deve manter atualizados e à disposição da CVM os demonstrativos que reflitam a movimentação diária dos BDR-ETF emitidos e cancelados.

Seção III - Material de Divulgação do BDR-ETF

Art. 58. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação dos BDR-ETF não podem estar em desacordo com o conteúdo da página mantida pela instituição depositária.

Parágrafo único. Caso o material de divulgação apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a CVM pode exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, por meio da mídia utilizada para divulgar o texto publicitário original, devendo constar, de forma expressa, que a informação está sendo republicada por determinação da CVM.

Art. 59. Toda informação sobre os BDR-ETF, divulgada por qualquer meio, deve informar a página eletrônica referida no § 1° do art. 56 deste Anexo Normativo V.

Seção IV - Registro do Programa

Art. 60. O programa de BDR-ETF depende de prévio registro na CVM, o qual será automaticamente concedido mediante o protocolo, pela instituição depositária, de cópia da guia de recolhimento da taxa de fiscalização relativa à distribuição dos BDR-ETF, se houver.

§ 1° O protocolo a que se refere o caput deve ser direcionado à Superintendência competente.

§ 2° Na hipótese de existir restrição subjetiva ou objetiva à negociação das cotas do fundo no país em que forem negociadas, o registro do programa de BDR-ETF no Brasil será concedido com as mesmas restrições.

Art. 61. A instituição depositária dos BDR-ETF pode formular pedido de transferência de suas funções a outra instituição depositária, desde que:

I - os detentores dos BDR-ETF sejam comunicados com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência; e

II - as características dos BDR-ETF não sejam alteradas, exceto pela possibilidade de modificação da instituição custodiante.

Parágrafo único. O pedido de transferência de instituição depositária referido neste artigo deve ser encaminhado à Superintendência competente e será automaticamente concedido.

Art. 62. A instituição depositária pode formular pedido de cancelamento do registro do programa de BDR-ETF, desde que cumpra os procedimentos fixados para esse fim pela entidade administradora de mercados organizados de valores mobiliários.

Parágrafo único. O pedido deve ser encaminhado à Superintendência competente e será automaticamente concedido, se instruído com os documentos que evidenciem o cumprimento do disposto no caput.

Art. 63. A instituição depositária e o diretor responsável por ela indicado respondem perante a CVM por irregularidades relacionadas ao programa e à prestação contínua de informações sobre os BDR-ETF, nos termos deste Anexo Normativo V.

Art. 64. Nos casos em que vier a exercer o direito de voto das cotas dos fundos de índice que sirvam de lastro para programas de BDR-ETF, a instituição depositária deve atuar na forma instruída pelos titulares de BDR-ETF sempre que os contratos relativos ao programa permitam, ou no melhor interesse dos titulares de BDR-ETF, quando tais contratos impeçam o voto por eles instruído.

CAPÍTULO XIV - PENALIDADES

Art. 65. Em acréscimo às condutas previstas no art. 131 da parte geral da Resolução, considera-se infração grave a infração às normas contidas nos arts. 8; 29, § 1°; 52; 55; e 56, todos deste Anexo Normativo V, bem como nos arts. 83 e 118 da parte geral da Resolução.

Art. 66. A multa diária de que trata o art. 132 da parte geral da Resolução não se aplica ao atraso no envio do informe diário, podendo a CVM apurar a responsabilidade do administrador, nos termos do art. 11 da Lei n° 6.385, de 1976, caso a informação não seja encaminhada no prazo aplicável, de acordo com o disposto no inciso I do art. 34 deste Anexo Normativo V.

CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. Considera-se elevação potencial de participação do acionista controlador de companhia aberta a aquisição de cotas de fundo de índice que detenha ações de companhia por ele controlada." (NR)

ANEXO D

"ANEXO NORMATIVO VII - FUNDOS MÚTUOS DE PRIVATIZAÇÃO - FGTS

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos mútuos de privatização - FGTS.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo VII à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos mútuos de privatização - FGTS ("FMP-FGTS").

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 2° O FMP-FGTS é destinado à aquisição de valores mobiliários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990, revogada e substituída pela Lei n° 9.491, de 9 de setembro de 1997, e de Programas Estaduais de Desestatização, mediante aprovação prévia, em ambos os casos, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI.

§ 1° O FMP-FGTS deve ser constituído em regime aberto, tendo seu patrimônio formado, exclusivamente, por recursos de pessoas naturais participantes do FGTS, nos termos da Lei n° 9.491, de 1997, e do Decreto n° 2.430, de 17 de setembro de 1997.

§ 2° Pode ser constituído FMP-FGTS cujas cotas devem ser integralizadas exclusivamente com recursos resultantes da transferência prevista no inciso II do art. 16 deste Anexo Normativo VII.

Art. 3° Da denominação do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve constar a expressão "Fundo Mútuo de Privatização - FGTS", complementada com a identificação do emissor dos valores mobiliários que compõe a carteira, na forma do art. 18 deste Anexo Normativo VII.

Parágrafo único. O fundo previsto no § 2° do art. 2° deste Anexo Normativo VII e suas classes de cotas, caso existentes, devem adotar a denominação "Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Carteira Livre".

CAPÍTULO III - REGULAMENTO

Art. 4° A política de investimentos constante do regulamento ou nos anexos descritivos das classes de cotas, se for o caso, deve indicar os ativos que podem compor a carteira.

CAPÍTULO IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 5° O administrador do FMP-FGTS deve possuir capital realizado e patrimônio líquido não inferiores a:

I - R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para fundos com patrimônio até R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

II - R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para fundos com patrimônio até R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e

III - R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) para fundos com patrimônio superior a R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

§ 1° Caso os valores correspondentes ao capital realizado e ao patrimônio líquido sejam insuficientes para atender às exigências estabelecidas nos incisos do caput, podem ser utilizados os valores de tais rubricas relativas ao grupo econômico a que pertença o administrador.

§ 2° O regulamento pode prever mecanismos de participação de cotistas nas decisões administrativas relacionadas com o fundo, sem ônus para o fundo, nas condições estipuladas no regulamento, sem prejuízo da responsabilidade do administrador e das disposições da parte geral da Resolução.

§ 3° A exigência de capital realizado e patrimônio líquido não se aplica quando o administrador contratar os serviços abaixo relacionados com instituições autorizadas pela CVM para a prestação dos serviços de escrituração de cotas e de custódia de valores mobiliários:

I - escrituração da emissão e resgate de cotas;

II - tesouraria; e

III - organização e o encaminhamento dos documentos e informações previstos nos arts. 23 e 24 deste Anexo Normativo VII.

Art. 6° É vedada a cobrança de taxa de performance, bem como taxas de ingresso e saída.

Art. 7° Nas hipóteses de renúncia e descredenciamento, fica o administrador obrigado a convocar, em até 2 (dois) dias úteis, assembleia geral de cotistas para eleger substituto ou deliberar a incorporação do fundo a outro FMP-FGTS.

Parágrafo único. O administrador deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

Art. 8° Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, é vedado ao administrador:

I - negociar, fora de mercados regulamentados de valores mobiliários, ações de companhias abertas para registro nesses mercados, ressalvadas, quanto à aquisição, as hipóteses de leilões do Programa Nacional de Desestatização ou dos Programas Estaduais de Desestatização, subscrições e bonificações, observado o disposto no §1° do art. 18 deste Anexo Normativo VII; e

II - operar, direta ou indiretamente, na contraparte das operações da classe de cotas.

CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA DE COTISTAS

Art. 9° A assembleia de cotistas somente pode autorizar operações de fusão e incorporação de FMP-FGTS que possuam em sua carteira valores mobiliários de um mesmo emissor, sendo permitida, ainda, a realização de operações de fusão e incorporação de Fundos Mútuos de Privatização - FGTS Carteira Livre com políticas de investimento compatíveis.

§ 1° É vedada a transformação de FMP-FGTS em Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Carteira livre e vice-versa.

§ 2° É vedada a alteração da política de investimentos no tocante ao emissor dos valores mobiliários integrantes da carteira de ativos.

Art. 10. Não se realizando a assembleia, deve ser efetuada segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 11. Na assembleia de cotistas, as deliberações devem ser tomadas pela maioria das cotas dos cotistas presentes:

I - em primeira convocação, com um quórum mínimo de 5% (cinco por cento) das cotas emitidas; e

II - em segunda convocação, com qualquer número.

§1° O quórum de deliberação para o processo de consulta formal previsto no § 5° do art. 76 da parte geral da Resolução deve ser o de maioria absoluta das cotas emitidas, independentemente da matéria.

§2° A ausência de resposta à consulta formal deve ser considerada como anuência por parte do cotista, desde que tal interpretação esteja expressamente prevista no regulamento e conste da própria consulta.

CAPÍTULO VI - COTAS

Art. 12. As cotas do FMP - FGTS correspondem a frações ideais de seu patrimônio e asseguram a seus detentores os mesmos direitos.

Parágrafo único. Caso o fundo conte com classes de cotas, os detentores de cotas de uma classe possuem os mesmos direitos, mas a igualdade não é requerida para detentores de cotas de classes diferentes.

Art. 13. A emissão de cotas deve ser efetuada em conformidade com o disposto no regulamento do FMP-FGTS.

Art. 14. As cotas subscritas devem ser integralizadas exclusivamente com os recursos provenientes:

I - da conversão parcial dos saldos do FGTS dos participantes referidos no § 1° do art. 2° deste Anexo Normativo VII; ou

II - da transferência prevista no inciso II do art. 16 deste Anexo Normativo VII.

Parágrafo único. A data da subscrição das cotas corresponde à data em que o agente operador do FGTS comunicar ao FMP-FGTS o bloqueio da importância respectiva na conta do titular do FGTS ou à data de transferência, na forma do § 2° do art. 16 deste Anexo Normativo VII.

Art. 15. A integralização das cotas dar-se-á concomitantemente à liquidação financeira dos valores mobiliários adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização ou dos Programas Estaduais de Desestatização ou à data da transferência, na forma do § 2° do art. 16 deste Anexo Normativo VII.

Art. 16. São permitidos a transferência e o resgate de cotas, totais ou parciais, nas seguintes hipóteses:

I - nas condições estabelecidas na Lei n° 9.491, de 1997, e no Decreto n° 2.430, de 1997, que devem constar do documento de autorização a ser emitido pelo agente operador do FGTS;

II - decorrido o prazo mínimo de 6 (seis) meses, contados da efetiva transferência dos recursos para o FMP-FGTS escolhido, para transferência total ou parcial do investimento para um outro FMP-FGTS; e

III - após decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da conversão parcial do saldo do FGTS do participante em cotas de Fundo Mútuo de Privatização, para retorno ao FGTS.

§ 1° Na solicitação de resgate, o cotista deve indicar o montante em reais ou o número de cotas a serem resgatadas e o FMP-FGTS para o qual pretende transferir os recursos correspondentes ou o retorno ao FGTS.

§ 2° Quando ocorrer a transferência do investimento para outro FMP-FGTS, o administrador originário deve repassar os recursos na data do resgate, por meio de documento de crédito no qual conste a data da integralização inicial em favor do administrador receptor, que deve proceder à imediata subscrição e integralização de cotas.

§ 3° Quando ocorrer a hipótese de retorno ao FGTS, o administrador deve repassar os recursos mediante quitação junto à Caixa Econômica Federal - CEF, por meio do documento instituído para esse fim pelo agente operador do FGTS.

§ 4° Sempre que ocorrer a hipótese prevista no inciso II do caput, o administrador deve informar ao agente operador do FGTS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as movimentações realizadas.

Art. 17. O resgate deve ser feito pelo valor de fechamento da cota do dia seguinte ao da solicitação de resgate, devendo o mesmo ser efetivado no período máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da formalização do pedido.

CAPÍTULO VII - CARTEIRA

Art. 18. A classe de cotas deve manter o seu patrimônio aplicado exclusivamente em:

I - valores mobiliários adquiridos em oferta pública no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, regulado pela Lei n° 9.491, de 1997, e pelo Decreto n° 2.430, de 1997, ou de Programas Estaduais de Desestatização, mediante aprovação do CPPI; e

II - títulos de renda fixa, privados ou públicos federais, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido.

§ 1° A primeira aquisição de valores mobiliários pela classe de cotas deve ocorrer na forma prevista no inciso I do caput e deve ter por objeto valores mobiliários de um único emissor.

§ 2° A classe de cotas pode adquirir, em mercados organizados de valores mobiliários, valores mobiliários de emissão do mesmo emissor dos valores mobiliários que já integram sua carteira.

§ 3° Os recursos resultantes de transferências de outros Fundos Mútuos de Privatização - FGTS, ocorridas antes da liquidação financeira dos valores mobiliários adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização ou dos Programas Estaduais de Privatização, devem ser aplicados obrigatoriamente em títulos de renda fixa privados ou públicos federais.

§ 4° Caso, após a primeira aquisição de valores mobiliários, as aplicações em títulos de renda fixa representem mais do que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da classe de cotas, a classe deve se enquadrar no referido limite no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da liquidação financeira dos valores mobiliários adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização ou dos Programas Estaduais de Privatização.

Art. 19. Durante o período de 6 (seis) meses após a aquisição de valor mobiliário no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e de Programas Estaduais de Desestatização, o administrador pode alienar, no máximo, 10% (dez por cento) do valor inicialmente adquirido.

Parágrafo único. Este percentual pode ser ultrapassado nas hipóteses previstas nos incisos I a IV, VI a XI e XIII a XVI do art. 20 da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, bem como na hipótese prevista na Lei n° 7.670, de 8 de setembro de 1988.

Art. 20. O Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Carteira Livre deve manter o seu patrimônio aplicado exclusivamente em:

I - valores mobiliários de companhias abertas, negociados em mercados organizados de valores mobiliários, ou objeto de oferta pública registrada na CVM;

II - títulos de renda fixa, privados ou públicos federais, até o limite de 49% (quarenta e nove por cento) do valor do patrimônio líquido da classe de cotas;

III - derivativos, envolvendo contratos referenciados em ações ou índices de ações, com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas; e

IV - cotas de fundos de investimento em índice de mercado, regulado pela CVM.

Parágrafo único. Não é permitida a aplicação em títulos e valores mobiliários emitidos pelo administrador, gestor e suas partes relacionadas.

Art. 21. Os ativos da carteira do FMP-FGTS não podem ser utilizados na prestação de fiança, aval, aceite ou qualquer outra forma de retenção de risco.

CAPÍTULO VIII - ENCARGOS

Art. 22. Em acréscimo aos encargos dispostos no art. 117 da parte geral da Resolução, o regulamento do FMP-FGTS pode prever como encargo a taxa máxima de custódia, que pode ser debitada diretamente de suas classes de cotas.

CAPÍTULO IX - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 23. O administrador deve encaminhar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, os seguintes documentos:

I - informe diário, conforme modelo constante do Suplemento M, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o dia a que se referir a informação;

II - mensalmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referirem:

a) os demonstrativos da composição e diversificação das aplicações da carteira; e

b) balancete mensal; e

III - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente.

Art. 24. O administrador deve divulgar em página na rede mundial de computadores:

I - diariamente, o valor da cota, líquido das taxas apropriadas, o valor do patrimônio líquido e as taxas de administração e gestão da classe de cotas; e

II - semestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira da classe de cotas e a rentabilidade auferida nos últimos quatro semestres.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A multa diária de que trata o art. 132 da parte geral da Resolução não se aplica ao atraso no envio do informe diário, podendo a CVM apurar a responsabilidade do administrador, nos termos do art. 11 da Lei n° 6.385, de 1976, caso a informação não seja encaminhada no prazo previsto no art. 23, inciso I, deste Anexo Normativo VII.

Art. 26. Em acréscimo às condutas previstas no art. 131 da parte geral da Resolução, considera-se infração grave permitir a transferência ou o resgate de cotas em desacordo com o disposto no art. 16 deste Anexo Normativo VII."(NR)

ANEXO E

"ANEXO NORMATIVO VIII - FUNDOS DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de financiamento da indústria cinematográfica nacional.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo VIII à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos de financiamento da indústria cinematográfica nacional - FUNCINE.

CAPÍTULO II - DEFINIÇÕES

Art. 2° Para os efeitos deste Anexo Normativo VIII, entende-se por:

I - projetos aprovados pela Agência Nacional do Cinema - ANCINE: aqueles projetos ou programas aprovados pela ANCINE que sejam destinados a:

a) projetos de produção de obras audiovisuais brasileiras independentes realizadas por empresas produtoras brasileiras;

b) construção, reforma e recuperação das salas de exibição de propriedade de empresas brasileiras;

c) aquisição de ações de empresas brasileiras para produção, comercialização, distribuição e exibição de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, bem como para prestação de serviços de infraestrutura cinematográficas e audiovisuais;

d) projetos de comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente realizados por empresas brasileiras; e

e) projetos de infraestrutura realizados por empresas brasileiras; e

II - produção independente: aquela cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa por assinatura;

III - empresa titular de projeto aprovado pela ANCINE: empresa de capital predominantemente nacional que, podendo revestir-se de qualquer das formas societárias previstas em lei, exceto para os projetos incluídos na alínea "c" do inciso I do caput, é a responsável pela produção ou execução de projeto aprovado pela ANCINE, bem como pela prestação de contas relativa à utilização dos recursos oriundos do FUNCINE, em nome da qual a aprovação do projeto é publicada no Diário Oficial da União, na forma da regulamentação da ANCINE; e

IV - empresa brasileira: sociedade constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja de titularidade direta ou indireta de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 3° O FUNCINE é destinado à aplicação em projetos aprovados pela ANCINE.

Art. 4° A classe de cotas deve ter prazo de duração determinado, na forma estabelecida pelo seu regulamento.

CAPÍTULO IV - CARTEIRA

Art. 5° No mínimo 90% (noventa por cento) dos recursos aplicados no FUNCINE devem ser direcionados para projetos aprovados pela ANCINE, observados, em relação a cada espécie de destinação, os percentuais mínimos a serem estabelecidos em seu regulamento.

§ 1° A parcela do patrimônio do FUNCINE não comprometida com as aplicações de que trata o caput deste artigo deve ser constituída por títulos públicos federais.

§ 2° Os investimentos nas espécies elencadas nas alíneas "a", "b" e "d" do inciso I do art. 2° deste Anexo Normativo VIII devem se dar por meio de contrato a ser firmado entre o administrador do FUNCINE, em seu nome e representação, e a empresa titular de projeto aprovado pela ANCINE, devendo conter as seguintes especificações:

I - denominação do projeto;

II - número de registro e data de aprovação do projeto na ANCINE;

III - qualificação da empresa titular do projeto aprovado pela ANCINE com os números de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e da inscrição estadual ou municipal;

IV - especificação dos direitos assegurados no empreendimento em contrapartida ao investimento por meio do FUNCINE e da sua forma de participação nos resultados do empreendimento em questão;

V - garantias, se houver;

VI - prazo para a conclusão do projeto;

VII - sanções e multas pelo não cumprimento das cláusulas contratuais; e

VIII - assinatura autorizada do responsável pela empresa titular do projeto receptor dos investimentos.

§ 3° No caso de investimentos na espécie de destinação prevista na alínea "a" do inciso I do art. 2° deste Anexo Normativo VIII, deve estar previsto em contrato ou em declaração da empresa titular do projeto aprovado pela ANCINE que as obras audiovisuais objeto do investimento do FUNCINE têm a sua veiculação e difusão contratadas, no prazo e forma especificados no referido contrato ou declaração, conforme o caso.

§ 4° Os investimentos nas espécies de destinação contempladas na alínea "b" do inciso I do art. 2° deste Anexo Normativo VIII podem se dar por meio de qualquer forma legal que assegure ao FUNCINE participação nos resultados do projeto em questão.

§ 5° Os investimentos na espécie de destinação elencada na alínea "c" inciso I do art. 2° deste Anexo Normativo VIII devem se dar por meio da aquisição de ações das referidas companhias pelo FUNCINE em mercados organizados de bolsa ou balcão.

Art. 6° Para efeito da aplicação dos recursos do FUNCINE, as empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens e as prestadoras de serviços de telecomunicações não podem deter o controle acionário das companhias referidas na alínea "c" inciso I do art. 2° deste Anexo Normativo VIII.

Art. 7° É vedada a aplicação de recursos do FUNCINE em projetos que tenham participação majoritária de cotista da própria classe de cotas.

Art. 8° As obras audiovisuais de natureza publicitária, esportiva ou jornalística não podem constituir objeto de investimento do FUNCINE.

Art. 9° Quaisquer alterações nos contratos a que se refere o § 2° do art. 5° deste Anexo Normativo VIII são consideradas fatos relevantes.

Art. 10. O FUNCINE terá o prazo de 360 (trezentos e sessenta dias), contado da data do encerramento da primeira distribuição de cotas, para enquadrar sua carteira nas normas de composição constantes de seu regulamento e da legislação, conforme especificado no art. 5° deste Anexo Normativo VIII, devendo, até o início do processo de sua liquidação, manter a composição de carteira dentro dos referidos parâmetros.

§ 1° A CVM pode, a seu critério, e mediante pedido fundamentado do gestor, prorrogar o prazo a que se refere o caput deste artigo.

§ 2° Sempre que for do interesse do FUNCINE, o gestor deve alienar, trocar, substituir ou de qualquer outra forma transferir ativos da classe, respeitadas as regras da composição de sua carteira, restando claro que, na hipótese de desmobilização temporária dos ativos necessária para fazer frente às referidas mudanças de posição e composição de carteira, os recursos disponíveis devem ser depositados em

banco comercial, ou múltiplo com carteira comercial, em nome do FUNCINE, sendo obrigatória sua aplicação em títulos públicos federais até a determinação de seu destino final.

Art. 11. O descumprimento dos limites de composição e diversificação de carteira definidos neste Anexo Normativo VIII, após o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da data do encerramento da primeira distribuição de cotas ou da prorrogação autorizada pela CVM, conforme o caso, deve ser imediatamente justificado perante a CVM que, sem prejuízo das penalidades cabíveis, pode determinar ao administrador a convocação de assembleia de cotistas para decidir sobre uma das seguintes alternativas:

I - transferência da administração do FUNCINE;

II - cisão da classe de cotas desenquadrada;

III - incorporação do fundo ou da classe de cotas desenquadrada, conforme o caso, por outro FUNCINE; ou

IV - liquidação do FUNCINE ou da classe de cotas desenquadrada, conforme o caso.

CAPÍTULO V - COTAS

Art. 12. A integralização de cotas pode ser realizada em moeda corrente nacional, bens e direitos, conforme estipulado no regulamento do FUNCINE.

Parágrafo único. A integralização em bens e direitos deve ser feita com base em laudo de avaliação elaborado por 3 (três) peritos ou por empresa especializada independente, devidamente fundamentado com a indicação dos critérios de avaliação e elementos de comparação adotados, e aprovado pelo administrador do FUNCINE.

Art. 13. A amortização de cotas deve ser efetivada sempre em moeda corrente nacional, na forma e no prazo dispostos no regulamento do FUNCINE.

Art. 14. A subscrição total das cotas do FUNCINE deve ser encerrada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do início da distribuição, ficando vedada a sua negociação, alienação, cessão ou transferência a qualquer título, até que a distribuição seja encerrada.

§ 1° Caso o número mínimo de cotas previsto no regulamento não seja totalmente subscrito no prazo, os valores obtidos durante a distribuição de cotas devem ser imediatamente rateados entre os subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNCINE.

§ 2° No caso do § 1° deste artigo, o gestor pode optar por reduzir o número total de cotas a ser emitido, readequando as participações percentuais relativas às cotas já colocadas, desde que obtenha, por escrito, a concordância formal dos subscritores com relação às novas condições e efetue a devolução do valor integralizado, devidamente remunerado pelo tempo decorrido, aos subscritores discordantes.

CAPÍTULO VI - REGULAMENTO

Art. 15. Em acréscimo às matérias dispostas no art. 48 da parte geral da Resolução, o regulamento do FUNCINE deve dispor sobre:

I - condições para a amortização de cotas;

II - a possibilidade de novas e futuras emissões de cotas, caso em que deve disciplinar as respectivas hipóteses, os critérios para fixação do preço e o direito de preferência dos cotistas à subscrição de novas emissões; e

III - quantidade mínima de cotas que deve ser subscrita para iniciar o funcionamento da classe de cotas, nos termos do art. 14 deste Anexo Normativo VIII.

CAPÍTULO VII - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 16. Em acréscimo às obrigações dispostas no art. 104 da parte geral da Resolução, cabe ao administrador:

I - manter as ações referidas na alínea "c" do inciso I do art. 2° deste Anexo Normativo VIII, integrantes da carteira do FUNCINE, custodiadas em pessoas jurídicas autorizadas pela CVM a prestar o serviço de custódia de valores mobiliários; e

II - exigir, por meio de cláusula contratual, que a empresa titular de projeto aprovado pela ANCINE encaminhe todos os contratos firmados com terceiros, que impliquem a cessão de direitos patrimoniais ou de participação em receitas do projeto.

Art. 17. Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, é vedado ao gestor realizar operações do FUNCINE quando caracterizada situação de conflito de interesses entre o FUNCINE e o gestor ou administrador.

CAPÍTULO VIII - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 18. O administrador está obrigado a encaminhar aos cotistas:

I - semestralmente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do encerramento do período a que se referirem:

a) extrato de conta contendo:

1. nome do fundo e, caso existentes, das classes de cotas, e número dos registros do fundo e suas classes no CNPJ;

2. nome, endereço e número de registro do administrador no CNPJ;

3. nome do cotista;

4. saldo e valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do período; e

5. local e data de emissão; e

b) relatório semestral previsto no art. 19, inciso II, alínea "a", deste Anexo Normativo VIII; e

II - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente.

Art. 19. O administrador deve enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

I - trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem:

a) valor do patrimônio líquido do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas; e

b) número de cotas emitidas.

II - semestralmente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do encerramento do semestre a que se referirem:

a) relatório semestral, conforme estabelecido no art. 20 deste Anexo Normativo VIII; e

b) relação das demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do FUNCINE, indicando a data do seu início, o estágio em que se encontram e a solução final, se houver; e

III - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente.

Art. 20. Além de outros que o administrador julgar relevantes, o relatório semestral deve abordar os seguintes aspectos:

I - informações básicas, compreendendo a rentabilidade auferida;

II - análise da carteira do FUNCINE em face da estratégia adotada e dos objetivos da política de investimento;

III - apresentação de desempenho, compreendendo evolução do valor da cota no último dia de cada semestre dos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

IV - taxas de administração e de gestão;

V - despesas incorridas em nome do FUNCINE, informando:

a) valor total debitado, discriminando os principais tipos de despesas; e

b) percentual do valor debitado como despesas em relação ao patrimônio líquido médio do FUNCINE;

VI - mudança do administrador, do gestor da carteira ou de seus diretores responsáveis;

VII - descrição dos negócios realizados no semestre, especificando, em relação a cada um, os objetivos, os montantes dos investimentos feitos, as receitas auferidas, a origem dos recursos investidos, bem como a rentabilidade apurada no período;

VIII - programa de investimentos para o semestre seguinte;

IX - informações, baseadas em premissas e fundamentos devidamente explicitados, sobre:

a) a conjuntura econômica do segmento da indústria cinematográfica em que se concentrarem as operações do FUNCINE relativas ao semestre findo; e

b) as perspectivas da administração para o semestre seguinte; e

X - relação das obrigações contraídas no período."(NR)

ANEXO F

"ANEXO NORMATIVO IX - FUNDOS MÚTUOS DE AÇÕES INCENTIVADAS

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos mútuos de ações incentivadas.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo IX à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos mútuos de ações incentivadas - FMAI.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 2° O FMAI é destinado à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do art. 10.

Art. 3° A classe de cotas pode ter prazo de duração determinado, não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, ou indeterminado.

Art. 4° A classe de cotas do FMAI deve ser constituída em regime fechado, admitida sua transformação em classe aberta por deliberação da assembleia de cotistas, após o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de sua constituição.

Art. 5° Da denominação do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve constar a expressão "Fundo Mútuo de Ações Incentivadas".

CAPÍTULO III - REGULAMENTO

Art. 6° A política de investimentos constante do regulamento deve indicar os ativos que poderão compor sua carteira, dispondo inclusive sobre política de diversificação e a possibilidade de aplicação em companhias ligadas a prestador de serviço essencial.

CAPÍTULO IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 7° Em acréscimo às obrigações dispostas no art. 104 da parte geral da Resolução, cabe ao administrador manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de ativos custodiados em entidade de custódia autorizada para o exercício da atividade pela CVM.

Art. 8° Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, é vedado ao gestor:

I - negociar fora de bolsa de valores ações admitidas à negociação em bolsa, ressalvadas, quanto à aquisição de ações, as hipóteses de subscrição, bonificação e conversão de debêntures em ações; e

II - aplicar recursos na subscrição ou aquisição de ações de sociedade de investimento.

CAPÍTULO V - ENCARGOS

Art. 9° Em acréscimo aos encargos dispostos no art. 117 da parte geral da Resolução, o regulamento do FMAI pode prever como encargos as seguintes despesas, que podem ser debitadas diretamente de suas classes de cotas:

I - taxa de performance; e

II - taxa máxima de custódia.

CAPÍTULO VI - CARTEIRA

Art. 10. Cada classe de cotas do FMAI deve manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de seu patrimônio líquido aplicado em:

I - ações de emissão de sociedades beneficiárias de recursos oriundos dos incentivos fiscais, de que tratam os Decretos-Leis n°s 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e 2.298, de 21 de novembro de 1986, e que estejam registradas na CVM, na forma da Resolução CVM n° 10, de 3 de novembro de 2020;

II - certificados de investimentos do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, Fundo de Investimentos Setoriais - FISET e Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES; e

III - ações adquiridas no mercado secundário, nos termos da Resolução CVM n° 10, de 2020, ou através de leilões de títulos incentivados realizados em bolsa de valores.

Art. 11. Para atendimento do limite previsto no art. 10 deste Anexo Normativo IX, admite-se que posições diárias representem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) do valor total das aplicações, desde que a média, a cada 720 (setecentos e vinte) dias, situe-se, no mínimo, em 70% (setenta por cento) do valor total das aplicações.

Art. 12. Os recursos remanescentes poderão ser mantidos aplicados em títulos públicos federais, cotas de fundos de investimento em renda fixa "Curto Prazo" ou "Simples" e ações ou debêntures de emissão de companhias abertas adquiridas em mercado organizado de valores mobiliários ou por subscrição.

Art. 13. As aplicações dos recursos do FMAI devem observar os seguintes requisitos de diversificação:

I - o total das aplicações da classe de cotas em uma única companhia não excederá 5% (cinco por cento) do capital votante ou 20% (vinte por cento) do seu capital, no caso de ações preferenciais sem direito a voto; e

II - em qualquer hipótese, o total das aplicações em valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma companhia, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de suas coligadas sob controle comum não excederá a 1/3 (um terço) do total das aplicações da classe de cotas.

Parágrafo único. Não são consideradas, na determinação dos limites de diversificação estabelecidos neste artigo, as ações recebidas em bonificação ou resultantes da conversão de debêntures e as ações e debêntures conversíveis provenientes do exercício do direito de preferência, desde que o excedente seja zerado no prazo de 6 (seis) meses.

Art. 14. Os FMAI devem se adaptar aos requisitos de composição de diversificação de carteira no prazo máximo de 8 (oito) meses, contado a partir da data de seu registro de funcionamento.

Parágrafo único. O descumprimento dos limites de composição e diversificação de que trata este Anexo Normativo IX no prazo previsto deve ser justificado perante a CVM que, sem prejuízo das penalidades cabíveis, pode determinar a convocação de assembleia de cotistas para decidir sobre uma das seguintes alternativas:

I - transferência da administração do fundo ou cisão da classe de cotas, conforme o caso, para outro administrador; ou

II - liquidação do fundo ou, se for o caso, da classe de cotas.

CAPÍTULO VII - COTAS

Art. 15. A integralização de cotas pode ser efetuada em moeda corrente nacional ou por meio de cessão de cotas dos fundos FINOR, FINAM, FISET e FUNDES, desde que as cotas tenham sido adquiridas diretamente em face das deduções de incentivos fiscais previstas no Decreto-Lei n° 1.376, de 1974, por parte de seus titulares, bem como através de cessão de ações de companhias incentivadas.

Parágrafo único. A integralização por meio de cessão de cotas ou ações deve utilizar o valor patrimonial das ações das companhias incentivadas e de cotas dos referidos fundos, apurados pelos bancos operadores na forma de legislação pertinente, assim como divulgados na forma do art. 64 da parte geral da Resolução.

Art. 16. Independentemente dos pedidos de resgate apresentados pelos cotistas das classes abertas, o FMAI pode realizar leilões especiais de títulos pertencentes à sua carteira, em mercado organizado de bolsa, nos moldes de como procedem os fundos FINOR, FINAM e FISET e de acordo com a Resolução CMN n° 1.660, de 26 de outubro de 1989.

Parágrafo único. Nesses leilões especiais, os investidores podem:

I - converter as suas cotas em títulos da carteira do FMAI; ou

II - adquiri-las para pagamento integral ou parcial em dinheiro, observados os preços mínimos oferecidos pelo gestor.

CAPÍTULO VIII - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 17. O administrador é responsável por:

I - enviar à entidade administradora do mercado organizado em que as cotas estejam admitidas à negociação, para divulgação ao mercado, as seguintes informações:

a) diariamente, o valor da cota, o valor e a data da última distribuição de rendimentos e o valor do patrimônio líquido da classe de cotas; e

b) mensalmente, a rentabilidade auferida no período; e

II - enviar aos cotistas, anualmente, informações sobre:

a) números de cotas de sua titularidade e seu valor;

b) rentabilidade auferida no período;

c) demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente;

d) os encargos debitados da classe de cotas em cada 1 (um) dos 3 (três) últimos anos, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal da classe de cotas, em cada ano; e

e) comprovante para efeito de declaração de imposto de renda.

Art. 18. O administrador deve encaminhar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, os seguintes documentos:

I - mensalmente, no prazo de 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem:

a) balancete; e

b) demonstrativos da composição e diversificação das aplicações, destacando, quando for o caso, as aplicações em companhias ligadas a prestador de serviço essencial; e

II - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente."(NR)

ANEXO G

"ANEXO NORMATIVO X - FUNDOS DE INVESTIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento cultural e artístico.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo X à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento cultural e artístico - FICART.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 2° O FICART é destinado à aplicação em projetos culturais e artísticos.

Art. 3° Para fins de aplicação de recursos do FICART, entende-se por projetos culturais e artísticos aqueles definidos na legislação federal que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

Art. 4° A CVM pode cancelar o registro de funcionamento da classe de cotas que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de seu registro, não tiver obtido os recursos necessários à formação de seu patrimônio inicial.

CAPÍTULO III - DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Art. 5° Em acréscimo às matérias previstas no art. 48 da parte geral da Resolução, o regulamento do FICART deve determinar, em sua política de investimentos, os projetos culturais e artísticos, os setores ou subsetores nos quais serão aplicados seus recursos, bem como a estratégia de diversificação a ser seguida.

Art. 6° O administrador do FICART deve :

I - enviar aos cotistas, até 30 (trinta) dias após a data de cada avaliação patrimonial:

a) número de cotas e valor das aplicações e resgates; e

b) saldo do cotista, em número de cotas e valor patrimonial;

II - enviar semestralmente aos cotistas, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, as seguintes informações:

a) rentabilidade auferida no semestre;

b) valor total da carteira e sua composição, discriminando quantidade, espécie e cotação dos títulos que a integram;

c) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos componentes da carteira; e

d) relatório circunstanciado da situação econômico-financeira dos projetos culturais e artísticos, pertencentes ao patrimônio da classe de cotas; e

III - enviar anualmente aos cotistas, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as seguintes informações:

a) saldo do cotista, em número de cotas e valor;

b) rentabilidade nos últimos 6 (seis) semestres, tomados como base exercícios completos;

c) valor patrimonial da cota, por ocasião dos balanços, nos últimos 6 (seis) semestres, além do valor reajustado aos reinvestimentos ocorridos a cada ano;

d) encargos debitados da classe de cotas em cada um dos 3 (três) últimos anos, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal da classe de cotas, em cada ano; e

e) comprovante para efeitos de declaração de imposto de renda.

Art. 7° O administrador deve encaminhar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, no prazo de 30 (trinta) dias para os incisos I e II e de 90 (noventa) dias para o inciso III, após o encerramento do período a que se referirem, as seguintes informações:

I - nas datas de avaliação patrimonial, cuja periodicidade deverá ser inferior a um semestre:

a) balancete;

b) contratos firmados com a finalidade de aplicar os recursos em projetos culturais e artísticos; e

c) demonstrativo de fluxo de caixa;

II - semestralmente:

a) exemplares das informações fornecidas aos cotistas;

b) informações acerca das condições gerais de cobertura por seguro, no caso de trânsito de títulos;

c) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos títulos; e

d) relação das demandas judiciais e extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do FICART, indicando a data do seu início e a solução final; e

III - anualmente, as demonstrações contábeis do fundo e, caso existentes, de suas classes de cotas, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente.

CAPÍTULO IV - CARTEIRA

Art. 8° A aplicação dos recursos do FICART em projetos culturais e artísticos se fará exclusivamente por meio da:

I - contratação de pessoas jurídicas de natureza cultural com sede no País que tenham por objeto a execução de projetos culturais e artísticos;

II - participação em projetos culturais e artísticos realizados por pessoas jurídicas de natureza cultural com sede no País; e

III - aquisição de direitos para exploração comercial de projetos culturais e artísticos.

Art. 9° Os recursos não aplicados em projetos culturais e artísticos deverão ser mantidos aplicados, exclusivamente, em títulos públicos federais.

CAPÍTULO V - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 10. Em acréscimo às vedações previstas no art. 101 da parte geral da Resolução, é vedado ao administrador praticar os seguintes atos em nome do FICART:

I - organizar esforços com o objetivo de realizar os empreendimentos culturais e artísticos; e

II - aplicar recursos:

a) em projetos culturais e artísticos no exterior; e

b) na aquisição de bens imóveis."(NR)

ANEXO H

"ANEXO NORMATIVO XI - FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar ou a seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, estruturados na modalidade de contribuição variável.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo XI à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para fundos de investimento constituídos por entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras, vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar ou a seguros de pessoas, a que se referem os arts. 76 e seguintes da Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, conforme as regulamentações editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - fundos previdenciários.

§ 1° O patrimônio dos fundos previdenciários não se comunica com o das entidades ou seguradoras que os constituírem, não respondendo, nem mesmo subsidiariamente, por dívidas destas.

§ 2° Os fundos previdenciários não constituem uma categoria específica de fundos de investimento, conforme definição prevista no art. 3°, inciso VIII, da parte geral da Resolução, cabendo à entidade aberta de previdência complementar ou à sociedade seguradora que constituir o fundo definir sua categoria.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 2° Para os efeitos deste Anexo Normativo XI, entende-se por:

I - entidades ou seguradoras: as entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras que tenham instituído planos de previdência complementar, e as seguradoras responsáveis por seguros de pessoas, respectivamente; e

II - participantes ou segurados, respectivamente: os participantes de planos de previdência complementar, e os segurados que figurem nas apólices de seguro, cuja aquisição se opera mediante a subscrição de cotas de classes de cotas constituídas com base neste Anexo Normativo XI.

Art. 3° As classes de cotas de fundos previdenciários devem ser constituídas em regime aberto.

Art. 4° Podem ser cotistas somente os segurados, os participantes e a pessoa jurídica adquirente que houver instituído o plano ou o seguro coletivo para seus respectivos participantes ou segurados.

§ 1° A entidade e a seguradora, conforme o caso, podem ser cotistas em decorrência da concessão de benefício de caráter continuado por plano ou seguro estruturado, na forma do art. 76 da Lei n° 11.196, de 2005, observado o disposto no § 2° do art. 7° deste Anexo Normativo XI.

§ 2° A subscrição de cotas far-se-á perante o administrador.

Art. 5° A constituição de fundos previdenciários, bem como de suas classes, caso existentes, deve se dar exclusivamente por deliberação de entidades e seguradoras, a quem incumbe, no mesmo ato, designar o administrador e o gestor.

§ 1° A entidade e a seguradora devem aprovar o regulamento em conjunto com o administrador e o gestor, no ato de constituição do fundo e a cada classe de cotas, se for o caso.

§ 2° A substituição de prestador de serviços essenciais compete com exclusividade à entidade ou seguradora que houver deliberado a constituição do fundo.

CAPÍTULO III - CARTEIRA

Art. 6° A composição da carteira de ativos deve observar a regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP sobre a matéria.

CAPÍTULO IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 7° Em acréscimo às obrigações previstas na parte geral da Resolução, incumbe ao administrador, mediante instrução da entidade ou da sociedade seguradora que houver constituído o fundo:

I - promover a transferência de titularidade das cotas, não se aplicando a vedação disposta no art. 16 da parte geral da Resolução:

a) da pessoa jurídica adquirente que houver instituído plano ou seguro coletivo, para seus respectivos participantes ou segurados, conforme o caso, nos termos dos §§ 1° a 3° do art. 77 da Lei n° 11.196, de 2005; e

b) do participante ou segurado, para a entidade ou a seguradora, conforme o caso, na hipótese de concessão de benefício de caráter continuado, nos termos do art. 82 da Lei n° 11.196, de 2005; e

II - no caso de morte do participante ou do segurado, providenciar o pagamento do valor correspondente ao resgate das cotas aos beneficiários informados pela entidade ou seguradora, independentemente de inventário, caso estes tenham optado pelo resgate, na forma do art. 79 da Lei n° 11.196, de 2005.

§ 1° Nos casos previstos nos incisos I e II do caput, o administrador deve dar estrito cumprimento às instruções recebidas pela entidade ou pela seguradora, não sendo responsável por eventuais erros ou incorreções atribuíveis exclusivamente a estas.

§ 2° Na hipótese da alínea "b" do inciso I do caput, após efetuada a transferência de titularidade para a entidade ou a seguradora, as cotas devem ser resgatadas em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V - COTAS

Art. 8° Os pedidos de resgate de cotas devem ser apresentados à entidade ou à seguradora, conforme o caso, que devem repassá-los ao administrador, no prazo estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Parágrafo único. O resgate deve ser efetuado no prazo estabelecido no regulamento, que não pode ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento, pelo administrador, do pedido de resgate encaminhado pela entidade ou pela seguradora, conforme o caso.

Art. 9° Em acréscimo às matérias dispostas no art. 48 da parte geral da Resolução, o regulamento deve:

I - na hipótese de portabilidade, conter autorização para o administrador entregar o valor correspondente ao resgate das cotas do participante ou do segurado:

a) ao administrador do fundo vinculado ao novo plano ou seguro de vida designado pelo participante ou segurado, para os quais devem ser transferidos os recursos investidos, observada a regulamentação editada pela SUSEP; e

b) à seguradora ou à entidade, conforme o caso, na hipótese de portabilidade para planos ou seguros cujos recursos não sejam aplicados em fundos constituídos de acordo com este Anexo Normativo XI;

II - prever que a liquidação, a incorporação, a fusão e a cisão do fundo somente podem ocorrer nas hipóteses previstas no plano ou na apólice de seguro, conforme o caso;

III - estabelecer que a destituição do administrador e a nomeação de substituto cabem, com exclusividade, à entidade ou à seguradora a que estiver vinculado o plano ou o seguro, conforme o caso; e

IV - conter autorização para as entidades autorizadas pela CVM a prestar serviços de compensação e liquidação de valores mobiliários colocarem à disposição da SUSEP informações relativas à carteira e às operações do fundo.

Parágrafo único. O material de divulgação do fundo, se houver, deve descrever os procedimentos a serem adotados para efeito do disposto nos incisos I a IV do caput.

Art. 10. Não é admitida a cobrança de taxa de performance, bem como de taxas de ingresso ou de saída de cotistas.

Art. 11. A escrituração, avaliação de ativos, reconhecimento de receitas e apropriação de despesas e elaboração das demonstrações contábeis dos fundos previdenciários regem-se pelas regras específicas editadas pela CVM, sem prejuízo das disposições deste Anexo Normativo XI.

§ 1° Os ativos integrantes das carteiras dos fundos previdenciários devem ser registrados pelo valor efetivamente contratado ou pago, incluindo corretagens e emolumentos, e ajustados, diariamente, ao valor de mercado, sendo vedada a classificação de qualquer ativo na categoria de mantidos até o vencimento.

§ 2° A constituição e a reversão das provisões matemáticas de benefícios a conceder dos planos ou seguros são escrituradas nas demonstrações contábeis dos fundos e suas classes de cotas, caso existentes, e devem observar as normas expedidas pela SUSEP e pelo CNSP.

§ 3° O valor da cota do fundo, classe ou subclasse, conforme o caso, corresponde ao resultante da divisão do valor do patrimônio líquido, acrescido das provisões referidas no § 2°, pelo número de cotas, apurados, ambos, a partir de seus montantes do dia anterior, devidamente atualizado por um dia.

Art. 12. Caso as cotas de fundos previdenciários sejam oferecidas em garantia de contratos de financiamento imobiliário, o instrumento contratual previsto no art. 86 da Lei n° 11.196, de 2005, deve ser averbado pelo administrador no registro de cotistas.

Art. 13. Os fundos previdenciários só podem receber recursos de participantes ou segurados de produtos de uma mesma entidade ou seguradora."(NR)

ANEXO I

"ANEXO NORMATIVO XII - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO PROGRAMA DE INCENTIVO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL

Dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em direitos creditórios constituídos no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - FIDC- PIPS.

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1° Este Anexo Normativo XII à Resolução CVM n° 175 ("Resolução") dispõe sobre as regras específicas para os fundos de investimento em direitos creditórios constituídos no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - FIDC- PIPS, instituído pela Lei n° 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Os FIDC-PIPS devem observar o disposto no Anexo Normativo II da Resolução, prevalecendo, em caso de conflito, as regras específicas deste Anexo Normativo XII.

CAPÍTULO II - DEFINIÇÕES

Art. 2° Para os efeitos deste Anexo Normativo XII, entende-se por:

I - Projetos: projetos e/ou programas aprovados pelo Governo Federal, destinados à criação e à implementação de núcleos habitacionais que tornem acessível moradia para segmentos populacionais de diversas rendas familiares, mediante a construção de núcleos habitacionais providos de serviços públicos básicos, comércio e serviços;

II - direitos creditórios: direitos de crédito e títulos representativos de direitos creditórios originários de operações realizadas no âmbito dos Projetos; e

III - fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC-PIPS: fundos de investimento destinados à aplicação em direitos creditórios originários dos Projetos.

CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO

Art. 3° As classes de cotas dos FIDC- PIPS devem ser constituídas em regime fechado e ter prazo de duração determinado no regulamento.

Parágrafo único. Os FIDC- PIPS são exclusivamente destinados a investidores qualificados.

Art. 4° Da denominação do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve constar a expressão "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - PIPS" e o seu objeto de investimento.

Art. 5° A data do encerramento do exercício social do fundo e de suas classes de cotas, caso existentes, deve ser o dia 31 de dezembro.

Art. 6° As taxas, as despesas e os prazos adotados pelo FIDC-PIPS devem ser idênticos para todos os cotistas.

CAPÍTULO IV - COTAS

Art. 7° As cotas da classe de cotas devem ter seu valor calculado pelo menos por ocasião das demonstrações financeiras mensais e anuais.

Parágrafo único. Caso o número mínimo de cotas previsto no regulamento não seja totalmente subscrito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do início de distribuição de cotas, os valores obtidos durante a distribuição devem ser imediatamente rateados entre os subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FIDC-PIPS.

Art. 8° As importâncias recebidas na integralização de cotas, durante o processo de distribuição de cotas, devem ser depositadas em conta corrente de instituição financeira, em nome do FIDC-PIPS, sendo obrigatória sua imediata aplicação em títulos públicos federais, ou, ainda, em operações compromissadas lastreadas nesses títulos, até o enquadramento de sua carteira, na forma do disposto no art. 26 deste Anexo Normativo XII.

Parágrafo único. O administrador deve remeter mensalmente à CVM, durante o período de distribuição, o demonstrativo das aplicações da carteira, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do encerramento do mês a que se referir.

CAPÍTULO V - REGULAMENTO

Art. 9° Em acréscimo às matérias dispostas no art. 48 da parte geral da Resolução e no art. 20 do Anexo Normativo II, o regulamento do FIDC-PIPS deve dispor sobre a possibilidade de nomeação de representante de cotistas, nos termos do art. 10 deste Anexo Normativo XII.

CAPÍTULO VI - REPRESENTANTE DOS COTISTAS

Art. 10. A assembleia de cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações da classe de cotas, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Parágrafo único. Somente pode exercer as funções de representante de cotistas, pessoa natural ou jurídica, que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;

II - não exercer cargo ou função no prestador de serviço essencial, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo em cedente de direitos creditórios integrantes da carteira de ativos.

Art. 11. É facultada ao representante dos cotistas a prerrogativa de convocação de assembleia prevista no art. 108 da parte geral desta Resolução.

CAPÍTULO VII - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 12. A administração fiduciária deve ser exercida por instituição financeira, de acordo com os requisitos estabelecidos na regulamentação específica.

Art. 13. Uma vez apresentado o Projeto pelo órgão público, o gestor deve fazer uma criteriosa e rígida análise de risco do Projeto, podendo utilizar sua experiência na área habitacional ou contratar terceiros de reconhecida capacidade técnica para esta avaliação.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios da qualidade e viabilidade econômico-financeira do Projeto devem ser disponibilizados a qualquer interessado pelo administrador.

CAPÍTULO VIII - CARTEIRA

Art. 14. Até 30 (trinta) dias após a subscrição total das cotas, no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos aplicados no FIDC-PIPS devem ser direcionados para aquisição dos recebíveis originados nos Projetos, observados, em relação a cada espécie de destinação, os percentuais mínimos a serem estabelecidos em seu regulamento, podendo a Superintendência competente, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo, desde que o gestor apresente motivos que justifiquem a prorrogação.

Parágrafo único. A parcela do patrimônio da classe de cotas não aplicada em direitos creditórios deve ser constituída por títulos públicos federais ou por operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos, respeitado o limite de 5% (cinco por cento).

CAPÍTULO IX - ENCARGOS

Art. 15. Em acréscimo ao disposto no art. 117 da parte geral da Resolução e no art. 53 do Anexo Normativo II, constituem encargos do fundo honorários e despesas relacionados às atividades de representação dos cotistas, nos termos do art. 10 deste Anexo Normativo XII.

CAPÍTULO X - PENALIDADES

Art. 16. Em acréscimo às condutas previstas no art. 131 da parte geral da Resolução e no art. 56 do Anexo Normativo II, considera-se infração grave, para efeito do disposto no art. 11, § 3°, da Lei n° 6.385, de 1976, a não observância do disposto nos arts. 12 e 13 deste Anexo Normativo XII."(NR)

ANEXO J

"SUPLEMENTO H - LAUDO DE AVALIAÇÃO - FII

Conteúdo informacional mínimo para o Laudo de Avaliação, conforme previsto no art. 9° do Anexo Normativo III

I - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Identificação da empresa avaliadora e das pessoas responsáveis pela avaliação, com descrição da experiência da empresa na avaliação de imóveis e histórico de empreendimentos avaliados;

2. Identificação do imóvel objeto da avaliação;

3. Identificação do FII e de seu administrador;

4. Datas de referência da atual e da última avaliação realizada do imóvel.

II - ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO

1. Descrição das características do imóvel abrangendo sua localização, estado de conservação, tipo de construção e finalidade a que se destina;

2. Análise da localização geográfica do imóvel, compreendendo a existência de melhorias e outros aspectos que possam afetar-lhe o valor, descrição do mercado imobiliário da região e informações relativas a empreendimentos concorrentes;

3. Descrição das diligências efetuadas, de estudos e dados setoriais utilizados, bem como de outras informações relevantes para a determinação do valor do imóvel;

4. Fundamentação da escolha do método de avaliação e descrição detalhada de sua aplicação, acompanhada das razões pelas quais tenham sido excluídos os demais métodos de avaliação possíveis;

5. Caso tenha sido utilizado como base de avaliação o fluxo de caixa descontado, descrição da (i) taxa de desconto utilizada para avaliação dos fluxos projetados; (ii) incidência ou não de tributos no cálculo do fluxo; (iii) risco de vacância; (iv) valor individualizado de aquisição utilizado para cada imóvel em relação ao valor de mercado; e (v) análise de sensibilidade da valorização do fluxo de caixa, com explicitação das variáveis sensibilizadas;

6. O valor, à data da avaliação, dos rendimentos recebidos, se o imóvel estiver arrendado ou alugado, ou, caso contrário, a estimativa dos rendimentos que possa vir a gerar;

7. Caso o imóvel esteja alugado, descrição das principais cláusulas dos contratos de aluguel utilizadas para fins da avaliação, explicitando prazos, atualizações, descontos, multas, hipóteses de rescisão e revisão dos valores;

8. Estimativa dos encargos de conservação, manutenção e outros que sejam indispensáveis à exploração econômica do imóvel;

9. Justificativa utilizada para escolha das taxas de atualização, remuneração, capitalização, depreciação, bem como de outros parâmetros predeterminados pelo avaliador;

10. Indicação de eventuais transações ou propostas de aquisição em que se tenha baseado a avaliação, relativas a imóveis com idênticas características;

11. Indicação do valor final proposto para o imóvel, de acordo com o método de avaliação escolhido pelo avaliador e independentemente de valores diversos que tenham sido demonstrados por meio da aplicação de outros métodos.

III - ELEMENTOS DE RESPONSABILIDADE

1. Indicação de eventuais ressalvas ao valor proposto para o imóvel, bem como da existência de circunstâncias especiais que não permitam a determinação adequada de seu valor;

2. Sempre que informações ou elementos relevantes, que possam influenciar a determinação do valor do imóvel, não estejam disponíveis, ou não tenham sido apresentados, indicação das limitações decorrentes desse fato para a análise;

3. Declaração do avaliador de que elaborou o laudo em consonância com as exigências deste Suplemento H;

4. Identificação das sociedades controladoras ou controladas pelo administrador, com as quais o avaliador mantenha relação de trabalho ou de subordinação;

5. Indicação das cotas que detenha na classe à qual se refere o imóvel objeto da avaliação."(NR)

ANEXO K

"SUPLEMENTO I - INFORME MENSAL - FII

Conteúdo do Informe Mensal, conforme previsto no art. 36, I, do Anexo Normativo III

Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	Data de Funcionamento
Público-Alvo (Investidores em geral, Investidor Qualificado ou Profissional)	Código ISIN	Quantidade de cotas emitidas
Fundo Exclusivo (Sim ou Não)	Cotistas possuem vínculo familiar ou societário familiar (Sim ou Não)	
Classificação autorregulação (se houver)		
Prazo de Duração	Encerramento do exercício social	
Mercado de negociação das cotas (Bolsa/MBO/MB não organizado)	Entidade administradora de mercado organizado	
Nome do Administrador	CNPJ do Administrador	
Endereço	Telefones	
Site	E-mail	
Competência	mm/aaaa	

Número de cotistas [1]		xxxxx
Pessoa física		
Pessoa jurídica não financeira		
Banco comercial		
Corretora ou distribuidora		
Outras pessoas jurídicas financeiras		
Investidores não residentes		
Entidade aberta de previdência complementar		
Entidade fechada de previdência complementar		
Regime próprio de previdência dos servidores públicos		
Sociedade seguradora ou resseguradora		
Sociedade de capitalização e de arrendamento mercantil		
Fundos de investimento imobiliário		
Outros fundos de investimento		
Cotistas de distribuidores da classe (distribuição por conta e ordem)		
Outros tipos de cotistas não relacionados		

1	Ativo - R$	
2	Patrimônio Líquido - R$	
3	Número de Cotas Emitidas	
4	Valor Patrimonial das Cotas - R$	
5	Despesas com a taxa de administração em relação ao patrimônio líquido do mês (%)	
6	Despesas com o agente custodiante em relação ao patrimônio líquido do mês (%)	
7	Rentabilidade Efetiva Mensal (7.1+7.2)	
7.1	Rentabilidade Patrimonial do Mês de Referência [2]	
7.2	Dividend Yielddo Mês de Referência [3]	
8	Amortizações de cotas do Mês de Referência [4] (%)	
Informações do Ativo		**Valor (R$)**

9	Total mantido para as Necessidades de Liquidez (art. 41, parágrafo único, Anexo Normativo III)	
9.1	Disponibilidades	
9.2	Títulos Públicos	
9.3	Títulos Privados	
9.4	Fundos de Renda Fixa	
10	Total investido	
10.1	Direitos reais sobre bens imóveis	
10.1.1	Terrenos	
10.1.2	Imóveis para Renda Acabados	
10.1.3	Imóveis para Renda em Construção	
10.1.4	Imóveis para Venda Acabados	
10.1.5	Imóveis para Venda em Construção	
10.1.6	Outros direitos reais	
10.2	Ações	
10.3	Debêntures	
10.4	Bônus de Subscrição, seus cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramentos	
10.5	Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários	
10.6	Fundo de Investimento em Ações (FIA)	
10.7	Fundo de Investimento em Participações (FIP)	
10.8	Fundo de Investimento Imobiliário (FII)	
10.9	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	
10.10	Outras cotas de Fundos de Investimento	
10.11	Notas Promissórias	
10.12	Notas Comerciais	
10.13	Ações de Sociedades cujo único propósito se enquadra entre as atividades permitidas aos FII	
10.14	Cotas de Sociedades cujo único propósito se enquadre entre as atividades permitidas aos FII	
10.15	Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)	
10.16	Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	
10.17	Letras Hipotecárias	
10.18	Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	
10.19	Letra Imobiliária Garantida (LIG)	
10.20	Outros Valores Mobiliários	
11	Valores a Receber	
11.1	Contas a Receber por Aluguéis	
11.2	Contas a Receber por Venda de Imóveis	
11.3	Outros Valores a Receber	
Informações do Passivo		**Valor (R$)**
12	Rendimentos a distribuir	
13	Taxa de administração a pagar	
14	Taxa de performance a pagar	
15	Obrigações por aquisição de imóveis	
16	Adiantamento por venda de imóveis	
17	Adiantamento de valores de aluguéis	
18	Obrigações por securitização de recebíveis	
19	Instrumentos financeiros derivativos	

20	Provisões para contingências	
21	Outros valores a pagar	

Notas:

1. A relação de cotistas por tipo de investidor deve ser encaminhada, obrigatoriamente, apenas para os meses de março, junho, setembro e dezembro cada ano. Nos demais meses o administrador deve informar apenas o número total de cotistas.

2. Rentabilidade Patrimonial do Mês de Referência (%) = [(Valor patrimonial da cota do último dia útil do mês de referência + Soma das amortizações por cota realizadas no mês de referência)/Valor patrimonial da cota do último dia útil do mês anterior ao de referência)] - 1.

3. Dividend Yield do Mês de Referência (%) = Rendimentos declarados por cota no mês de referência/ Valor patrimonial da cota do último dia útil do mês anterior ao de referência.

4. Amortizações de cotas do Mês de Referência (%) = [(Soma das amortizações por cota realizadas no mês de referência) / (Valor patrimonial da cota do último dia útil do mês anterior ao de referência)] - 1. As amortizações não se confundem com os rendimentos declarados/distribuídos."(NR)

ANEXO L

"SUPLEMENTO J - INFORME TRIMESTRAL -FII

Conteúdo do Informe Trimestral de FII, conforme previsto no art. 36, II, do Anexo Normativo III

Nome da Classe				CNPJ da Classe		Data de Funcionamento	
Público-Alvo (Investidores em geral, Investidor Qualificado ou Profissional)				Código ISIN		Quantidade de cotas emitidas	
Classe Exclusiva (Sim ou Não)				Cotistas possuem vínculo familiar ou societário familiar (Sim ou Não)			
Classificação autorregulação (se houver)							
Prazo de Duração				Encerramento do exercício social			
Mercado de negociação das cotas (Bolsa/MBO/MB não organizado)				Entidade administradora de mercado organizado			
Nome do Administrador				CNPJ do Administrador			
Endereço				Telefones			
Site				E-mail			
Competência				t/aaaa			
1.	Informações por tipo de ativo						
1.1	Direitos reais sobre bens imóveis						
1.1.1	Terrenos						
	Relação de terrenos (endereço, entre outras características relevantes[1])			Área (m2)	% do terreno em relação ao total investido (% em relação ao valor total de terrenos)		% em relação às receitas do FII.
	Terreno 1						
	Terreno 2						
	Terreno N						
1.1.2	Imóveis						
1.1.2.1	Imóveis para renda acabados						
1.1.2.1.1	Relação de Imóveis para renda acabados (nome, endereço,	% de Vacância	% de Inadimplência (a partir de 90 dias de atraso)	% em relação às receitas do FII.	Relação de setores de atuação dos inquilinos responsáveis por	% em relação às receitas oriundas	% em relação às receitas

	área - m2, n° de unidades ou lojas, entre outras características relevantes[1])				mais de 10% das receitas oriundas do imóvel	do imóvel	do FII.
	Imóvel 1				Setor de atuação do Inquilino 1		
					Setor de atuação do Inquilino 2		
					Setor de atuação do Inquilino N		
	Imóvel 2						
	Imóvel N						

1.1.2.1.2	Distribuição dos contratos de locação dos imóveis por prazo de vencimento	% de contratos dos imóveis alocados na faixa (% em relação ao valor total das receitas auferidas pela classe advindas de imóveis para renda acabados)	% de contratos dos imóveis alocados na faixa (% em relação às receitas da classe)
	Até 3 meses		
	De 3 meses e 1 dia a 6 meses		
	De 6 meses e 1 dia a 9 meses		
	De 9 meses e 1 dia a 12 meses		
	De 12 meses e 1 dia a 15 meses		
	De 15 meses e 1 dia a 18 meses		
	De 18 meses e 1 dia a 21 meses		
	De 21 meses e 1 dia a 24 meses		
	De 24 meses e 1 dia a 27 meses		
	De 27 meses e 1 dia a 30 meses		
	De 30 meses e 1 dia a 33 meses		
	De 33 meses e 1 dia a 36 meses		
	Acima de 36 meses		
	Prazo indeterminado		
1.1.2.1.3	Distribuição dos contratos dos imóveis por indexador de reajuste	% de contratos dos imóveis reajustados pelo respectivo indexador (% em relação ao valor total das receitas auferidas pela classe advindas de imóveis para renda acabados)	% de contratos dos imóveis reajustados pelo respectivo indexador (% em relação às receitas da classe)
	IGP-M		
	INPC		
	IPCA		
	INCC		
	Indicador 1		
	Indicador 2		
	Indicador N		
1.1.2.1.4	Principais características contratuais comuns (Cláusulas de reajuste, indexadores, cláusulas de rescisão, garantias exigidas, entre outras informações relevantes):		
1.1.2.1.5	Características contratuais individualizadas por imóvel relevante que destoem sensivelmente dos demais		

	contratos (dispor, no mínimo, a respeito dos itens discriminados acima, quando não protegidas por cláusula de sigilo, entre outras informações relevantes) [2]:					
	Imóvel (nome, ou endereço, caso não possua um nome)		Características contratuais			
	Imóvel 1					
	Imóvel 2					
	Imóvel N					
1.1.2.1.6	Política de contratação de seguros para preservação dos imóveis dessa categoria:					
1.1.2.2	Imóveis para renda em construção					
1.1.2.2.1	Relação de Imóveis para renda em construção (nome, endereço, área - m2, n° de unidades ou lojas, entre outras características relevantes[1])	% locado	% de conclusão das obras (acumulado)		Custos de construção (acumulado)	
			Realizado (%)	Previsto (%)	Realizado (R$)	Previsto (R$)
	Imóvel 1					
	Imóvel 2					
	Imóvel N					
1.1.2.2.2	Justificativas de desempenho por imóvel					
	Relação de Imóveis para renda em construção (nome, ou endereço, caso não possua um nome)		Justificativas para evolução de construção inferior ao previsto (acumulado)		Justificativas para a ocorrência de custos superiores ao previsto (acumulado)	
	Imóvel 1					
	Imóvel 2					
	Imóvel N					
1.1.2.2.3	Política de contratação de seguros para a preservação dos imóveis dessa categoria:					
1.1.2.3	Imóveis para Venda Acabados					
1.1.2.3.1	Relação de Imóveis para venda acabados (nome, endereço, área - m2, n° de unidades ou lojas, entre outras características relevantes[1])		% do Imóvel em relação ao total investido (% em relação ao valor total de imóveis para venda acabados)			
	Imóvel 1					
	Imóvel 2					
	Imóvel N					
1.1.2.3.2	Política de contratação de seguros para a preservação dos imóveis dessa categoria:					
1.1.2.4	Imóveis para Venda em Construção					
1.1.2.4.1	Relação de Imóveis para venda em construção (nome, endereço, área - m2, n° de unidades ou lojas, entre outras características relevantes[1])	% vendido	% de conclusão das obras (acumulado)		Custos de construção (acumulado)	
			Realizado (%)	Previsto (%)	Realizado (R$)	Previsto (R$)
	Imóvel 1					
	Imóvel 2					
	Imóvel N					
1.1.2.4.2	Justificativas de desempenho por imóvel					
	Relação de Imóveis para venda em construção (nome, ou endereço, caso não possua um		Justificativas para evolução de construção inferior ao previsto (acumulado)		Justificativas para a ocorrência de custos superiores ao previsto (acumulado)	

	nome)					
	Imóvel 1					
	Imóvel 2					
	Imóvel N					
1.1.2.4.3	Política de contratação de seguros para a preservação dos imóveis dessa categoria:					
1.2	Ativos financeiros					
1.2.1	Fundos de Investimento Imobiliário - FII					
	Classe	CNPJ		Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.2	Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)					
	Companhia Emissora	CNPJ	Emissão	Subclasse	Quantidade	Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.3	Letras de Crédito Imobiliário (LCI)					
	Emissor	CNPJ	Vencimento	Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.4	Letra Imobiliária Garantida (LIG)					
	Emissor	CNPJ	Vencimento	Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.5	Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)					
	Emissor	CNPJ		Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.6	Ações					
	Companhia	CNPJ	Código da Ação	Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.7	Ações de Sociedades cujo único propósito se enquadra entre as atividades permitidas aos FII					
	Sociedade	CNPJ		Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.8	Cotas de Sociedades que se enquadre entre as atividades permitidas aos FII					
	Sociedade	CNPJ		Quantidade		Valor
	Emissor 1					
	Emissor 2					
	Emissor N					
1.2.9	Fundo de Investimento em Ações (FIA)					
	Classe	CNPJ		Quantidade		Valor

	Emissor 1			
	Emissor 2			
	Emissor N			
1.2.10	Fundo de Investimento em Participações (FIP)			
	Classe	CNPJ	Quantidade	Valor
	Emissor 1			
	Emissor 2			
	Emissor N			
1.2.11	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)			
	Classe	CNPJ	Quantidade	Valor
	Emissor 1			
	Emissor 2			
	Emissor N			
1.2.12	Outras cotas de Fundos de Investimento			
	Classe	CNPJ	Quantidade	Valor
	Emissor 1			
	Emissor 2			
	Emissor N			

2.	Aquisições e Alienações		
2.1	Terrenos		
2.1.1	Aquisições realizadas no trimestre (endereço, área - m2, entre outras características relevantes)	% do Terreno em relação ao total investido (R$)	% do Terreno em relação ao PL (R$)
	Terreno 1		
	Terreno 2		
	Terreno N		
2.1.2	Alienações realizadas no trimestre (endereço, área - m ^{2} , data da alienação, entre outras características relevantes)	% do Terreno em relação ao total investido à época da alienação (R$)	% do Terreno em relação ao PL (R$)
	Terreno 1		
	Terreno 2		
	Terreno N		
2.2	Imóveis		
2.2.1	Aquisições realizadas no trimestre (nome, endereço, área - m ^{2} , n° de unidades ou lojas, entre outras características relevantes)	% do Imóvel em relação ao total investido	Categoria (Renda ou Venda)
	Imóvel 1		
	Imóvel 2		
	Imóvel N		
2.2.2	Alienações realizadas no trimestre (nome, endereço, área - m ^{2} , n° de unidades ou lojas, data da alienação, entre outras características relevantes)	% do Imóvel em relação ao total investido à época da alienação (R$)	% do Imóvel em relação ao PL (R$)
	Imóvel 1		
	Imóvel 2		
	Imóvel N		
3.	Outras Informações		
3.1	Rentabilidade Garantida		

3.1.1	Relação de Ativos sujeitos à garantia de rentabilidade [3]	% garantido relativo	Garantidor	Principais características da garantia (tempo, valor, forma, riscos incorridos, entre outros aspectos relevantes)
	Ativo 1			

	Ativo 2			
	Ativo N			
3.1.2	Rentabilidade efetiva no período sob a vigência de garantia			
	Mês de referência	Rentabilidade efetiva do FII no mês (%)		Rentabilidade auferida na hipótese de ausência de garantia (%)
	mm/aaaa (último mês do trimestre)			
	(mm-1)/aaaa			
	(mm-2)/aaaa			

	Demonstrações Trimestrais dos Resultados Contábil e Financeiro	Valor (R$)	
		Contábil	Financeiro [4]
A	Ativos Imobiliários		
	Estoques:		
	(+) Receita de venda de imóveis em estoque		
	(-) Custo dos imóveis em estoque vendidos		
	(+/-) Ajuste ao valor de realização dos estoques		
	(+/-) Outras receitas/despesas de imóveis em estoque		
	Resultado líquido de imóveis em estoque		
	Propriedades para investimento:		
	(+) Receitas de aluguéis das propriedades para investimento		
	(-) Despesas com manutenção e conservação das propriedades para investimento		
	(+) Receitas de venda de propriedades para investimento		
	(-) Custo das propriedades para investimento vendidas		
	(+/-) Ajuste ao valor justo das propriedades para investimento		
	(+/-) Outras receitas/despesas das propriedades para investimento		
	Resultado líquido de imóveis para renda		
	Ativos imobiliários representados por Títulos e Valores Mobiliários ("TVM"):		
	(+) Receitas de juros dos ativos imobiliários representados por TVM		
	(+/-) Ajuste ao valor justo dos ativos imobiliários representados por TVM		
	(+) Resultado na venda de ativos imobiliários representados por TVM		
	(+/-) Outras receitas/despesas de ativos imobiliários representados por TVM		
	Resultado líquido de ativos imobiliários representados por TVM		
	Resultado líquido dos ativos imobiliários		
B	Recursos mantidos para as necessidades de liquidez		
	(+) Receitas de juros de aplicações financeiras		
	(+/-) Ajuste ao valor justo de aplicações financeiras		
	(+/-) Resultado na venda de aplicações financeiras		
	(+/-) Outras receitas/despesas de aplicações financeiras		
	Resultado líquido dos recursos mantidos para as necessidades de liquidez		
C	Resultado líquido com instrumentos financeiros derivativos		
D	Outras receitas/despesas		
	(-) Taxa de administração		
	(-) Taxa de desempenho (performance)		
	(-) Consultoria especializada de que trata o art. 27, II, Anexo Normativo III		
	(-) Empresa especializada de que trata o art. 27, III, Anexo Normativo III		
	(-) Formador de mercado de que trata o art. 27, IV, Anexo Normativo III		
	(-) Custódia dos títulos e valores mobiliários do FII		
	(-) Auditoria independente		

	(-) Representante(s) de cotistas		
	(-) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais (incluindo a CVM)		
	(-) Comissões e emolumentos pagos sobre as operações do FII		
	(-) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em defesa dos interesses do FII (Judicial ou Extrajudicialmente)		
	(-) Gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos do FII		
	(-) Despesas com avaliações obrigatórias		
	(-) Taxa de ingresso ou saída dos fundos de que o FII seja cotista		
	(-) Despesas com o registro de documentos em cartório		
	(+/-) Outras receitas/despesas		
	Total de outras receitas/despesas		
E = A+B+C+D	Resultado contábil/financeiro trimestral líquido		

Distribuição do resultado acumulado no trimestre/semestre *		**Valor (R$)**
F = ΣE	**Resultado financeiro líquido acumulado no trimestre/semestre corrente**	
G = 0,95 x F	**95% do resultado financeiro líquido acumulado (art. 10, parágrafo único da Lei 8.668/93)**	
H.1	(-) Parcelamento dos rendimentos retidos na classe, conforme aprovado em Assembleia de Cotistas de _/ /___ (N1)	
H.2	(-) Parcelamento dos rendimentos retidos na classe, conforme aprovado em Assembleia de Cotistas de _/ /___ (N2)	
H.n	(-) Parcelamento dos rendimentos retidos na classe, conforme aprovado em Assembleia de Cotistas de _/ /___ (Nx)	
I	(+) Lucro contábil passível de distribuição que excede ao total do resultado financeiro 5	
J = G - ΣH + I	**Rendimentos declarados**	
K	(-) Rendimentos pagos antecipadamente durante o trimestre/semestre	
L = J - K	**Rendimento líquido a pagar remanescente no encerramento do trimestre/semestre**	
M = J/F	% do resultado financeiro líquido declarado no trimestre/semestre	

* Quando se referir ao Informe Trimestral do 2° e 4° trimestre de cada ano, onde as informações deverão acumular também os valores correspondentes ao trimestre imediatamente anterior, ou seja, 1° e 3° trimestre, respectivamente.

Notas:

1. Dentre as características relevantes dos imóveis, (i) descrever os direitos que o fundo detém sobre os imóveis, com menção aos principais termos de quaisquer contratos de financiamento, promessas de compra e venda, bem como quaisquer outros instrumentos que lhe assegurem tais direitos; (ii) descrever os ônus e garantias que recaem sobre os imóveis; (iii) indicar se o imóvel foi adquirido em regime de condomínio, e se existe acordo dispondo sobre a constituição da propriedade em comum e repartição dos rendimentos por ela gerados; (iv) prazo para conclusão do empreendimento.

2. Nos os casos em que a divulgação de tais informações prejudique as relações contratuais estabelecidas, o administrador deve informar a quantidade de imóveis que se encontram em tal situação e o percentual de receitas oriunda desse rol de ativos.

3. No item que trata da relação de ativos sujeitos à garantia, o Ativo deverá ser identificado. No caso de (i) imóveis, pelo nome, ou endereço, caso o imóvel não possua um nome, (ii) terrenos, pelo endereço e (iii) demais ativos, pelas características principais que possibilitem a perfeita identificação pelo cotista.

4. O resultado financeiro representa o quanto do resultado contábil foi efetivamente pago/recebido no mês ou o montante recebido/pago no mês que tenha sido objeto de apropriação em meses anteriores. Em resumo, corresponde ao efeito caixa das receitas e despesas.

5. Corresponde a parcela do lucro contábil apropriado no período ainda não recebida, a qual o administrador declara distribuir como excedente ao total do resultado financeiro.

6. Para os fundos não listados em bolsa de valores, mercado de balcão organizado e que sejam, cumulativamente, exclusivos, dedicados exclusivamente a investidores profissionais, ou onde a totalidade dos cotistas mantém vínculo familiar ou societário familiar, nos termos das regras gerias sobre fundos de investimento, a divulgação das seguintes informações é facultativa, devendo, contudo, ser disponibilizada aos cotistas do fundo quando requeridas:

- Item 1.1.1 - outras características relevantes.

- Item 1.1.2.1.1 - outras características relevantes.

- Itens 1.1.2.1.4, 1.1.2.1.5 e 1.1.2.1.6 - todo o conteúdo.

- Item 1.1.2.2.1 - outras características relevantes, % locado, e colunas % de conclusão das obras e custos de construção.

- Itens 1.1.2.2.2 e 1.1.2.2.3 - todo o conteúdo.

- Item 1.1.2.3.1 - outras características relevantes.

- Item 1.1.2.3.2 - todo o conteúdo.

- Item 1.1.2.4.1 - outras características relevantes, % vendido, e colunas % de conclusão das obras e custos de construção.

- Itens 1.1.2.4.2 e 1.1.2.4.3 - todo o conteúdo.

- Itens 2.1.1, 2.1.2, 2.2.1, 2.2.2 - outras características relevantes."(NR)

ANEXO M

"SUPLEMENTO K - INFORME ANUAL - FII

Conteúdo do Informe Anual, conforme previsto no art. 36, III, do Anexo Normativo III

Nome da Classe	CNPJ da Classe	Data de Funcionamento
Público-Alvo (Investidores em geral, Investidor Qualificado ou Profissional)	Código ISIN	Quantidade de cotas emitidas
Classe Exclusiva (Sim ou Não)	Cotistas possuem vínculo familiar ou societário familiar (Sim ou Não)	
Classificação autorregulação (se houver)		
Prazo de Duração	Encerramento do exercício social	
Mercado de negociação das cotas (Bolsa/MBO/MB não organizado)	Entidade administradora de mercado organizado	
Nome do Administrador	CNPJ do Administrador	
Endereço	Telefones	
Site	E-mail	
Competência	mm/aaaa	

1.	Prestadores de serviços	CNPJ / Endereço / Telefone

1.1	Gestor:	
1.2	Custodiante:	
1.3	Auditor Independente:	
1.4	Formador de Mercado:	
1.5	Distribuidor de cotas:	
1.6	Consultor Especializado:	
1.7	Empresa Especializada para administrar as locações:	
1.8	Outros prestadores de serviços [1] :	
	Prestador de serviços 1:	
	Prestador de serviços 2:	
	Prestador de serviços N:	

2.	Investimentos do FII			
2.1	Descrição dos negócios realizados no período			
	Relação dos Ativos adquiridos no período	Objetivos	Montantes Investidos	Origem dos recursos
	Ativo 1			
	Ativo 2			
	Ativo N			
3.	Programa de investimentos para os exercícios seguintes, incluindo, se necessário, as informações descritas no item 1.1 com relação aos investimentos ainda não realizados:			
4	Análise do administrador sobre:			
4.1	Resultado da classe no exercício findo			
4.2	Conjuntura econômica do segmento do mercado imobiliário de atuação relativo ao período findo			
4.3	Perspectiva para o período seguinte com base na composição da carteira			
5.	Riscos incorridos pelos cotistas inerentes aos investimentos do FII:			

6.	Valor Contábil dos ativos imobiliários do FII	Valor Justo, nos termos da ICVM 516 (SIM ou NÃO)	Percentual de Valorização/Desvalorização apurado no período
	Ativo 1		
	Ativo 2		
	Ativo N		

6.1	Critérios utilizados na referida avaliação				
7.	Relação de processos judiciais, não sigilosos e relevantes				
	Processo 1, 2, 3,..., N.				
	N° do Processo	Juízo	Instância	Data da Instauração	Valor da causa (R$)
	Partes no processo:				
	Principais fatos		Chance de perda (provável, possível ou remota)		
	Análise do impacto em caso de perda do processo:				

8.	Relação de processos judiciais, repetitivos ou conexos, baseados em causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes	
	Processo 1, 2, 3,..., N.	
	N° do Processo	Valores envolvidos
	Causa da contingência:	
9.	Análise dos impactos em caso de perda e valores envolvidos relacionados aos processos judiciais sigilosos relevantes:	
10.	Assembleia de Cotistas	
10.1	Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia de cotistas estarão à disposição dos	

	cotistas para análise:		
10.2	Indicação dos meios de comunicação disponibilizados aos cotistas para (i) a inclusão de matérias na ordem do dia de assembleias gerais e o envio de documentos pertinentes às deliberações propostas; (ii) solicitação de lista de endereços físicos e eletrônicos dos demais cotistas para envio de pedido público de procuração.		
10.3	Descrição das regras e procedimentos aplicáveis à participação dos cotistas em assembleias gerais, incluindo (i) formalidades exigidas para a comprovação da qualidade de cotista e representação de cotistas em assembleia; (ii) procedimentos para a realização de consultas formais, se admitidas em regulamento; (iii) regras e procedimentos para a participação à distância e envio de comunicação escrita ou eletrônica de voto.		
10.4	Práticas para a realização de assembleia por meio eletrônico.		
11.	Remuneração do Administrador		
11.1	Política de remuneração definida em regulamento:		
	Valor pago no ano de referência (R$):	% sobre o patrimônio contábil:	% sobre o patrimônio a valor de mercado:
12.	Governança		
12.1	Representante(s) de cotistas		
	Nome:		
	Profissão:		
	CPF/CNPJ:		
	E-mail:		
	Formação acadêmica:		
	Forma de remuneração (conforme definido em Assembleia):		
	Valor pago no ano de referência (R$):	% sobre o patrimônio contábil:	% sobre o patrimônio a valor de mercado:
	Quantidade de cotas detidas do FII:		
	Quantidade de cotas do FII compradas no período:	Quantidade de cotas do FII vendidas no período:	
	Data da eleição em Assembleia de Cotistas:		
	Término do Mandato:		
	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos		

Nome da empresa	Período	Cargo e funções inerentes ao cargo	Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
Empresa 1			
Empresa 2			
Empresa N			

Relação de classes em que exerça a função de Representante de Cotistas	Data da eleição em Assembleia	Término do mandato
Classe 1		
Classe 2		
Classe N		

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	
Evento	Descrição
Qualquer condenação criminal	
Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	

12.2	Diretor Responsável pelo FII
	Nome:
	Idade:
	Profissão:
	CPF:
	E-mail:
	Formação acadêmica:
	Quantidade de cotas detidas do FII:

	Quantidade de cotas do FII compradas no período:			Quantidade de cotas do FII vendidas no período:		
	Data de início na função:					
	Principais experiência profissionais durante os últimos 5 anos					
	Nome da empresa	Período	Cargo e funções inerentes ao cargo	Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram		
	Empresa 1					
	Empresa 2					
	Empresa N					
	Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos					
	Evento	Descrição				
	Qualquer condenação criminal					
	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas					
13	Distribuição de cotistas, segundo o percentual de cotas adquirido					
	Faixas de Pulverização	N° de cotistas	N° de cotas detidas	% de cotas detido em relação ao total emitido	% detido por PF	% detido por PJ
	Até 5% das cotas					
	Acima de 5% até 10%					
	Acima de 10% até 15%					
	Acima de 15% até 20%					
	Acima de 20% até 30%					
	Acima de 30% até 40%					
	Acima de 40% até 50%					
	Acima de 50%					
14.	Transações a que se refere o art. 31 e inciso IV do art.32, do Anexo Normativo III					
14.1	Ativo negociado	Natureza da transação (aquisição, alienação ou locação)	Data da transação	Valor envolvido	Data da assembleia de autorização	Contraparte
	Ativo 1					
	Ativo 2					
	Ativo N					
15.	Política de divulgação de informações					
15.1	Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo administrador, ou disponibilizar o link correspondente da página do administrador na rede mundial de computadores, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas, locais onde estarão disponíveis tais informações, entre outros aspectos.					
15.2	Descrever a política de negociação de cotas da classe, se houver, ou disponibilizar o link correspondente da página do administrador na rede mundial de computadores.					
15.3	Descrever a política de exercício do direito de voto em participações societárias da classe, ou disponibilizar o link na rede mundial de computadores.					
15.4	Relacionar os funcionários responsáveis pela implantação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações, se for o caso.					
16.	Regras e prazos para chamada de capital:					

Nota: A relação de prestadores de serviços de que trata o item 1.8 deve ser indicada quando o referido prestador de serviços representar mais de 5% das despesas do FII."(NR)

ANEXO N

"SUPLEMENTO L - INFORME QUADRIMESTRAL - FIP

Conteúdo do Informe Quadrimestral, conforme previsto no art. 29, inciso I do Anexo Normativo IV

Nome do fundo:	CNPJ do Fundo:
Nome da classe (se houver)	CNPJ da classe (se houver)
Tipificação (art. 13 do Anexo Normativo IV):	
Entidade de Investimento: Sim/Não	
Público-alvo: Investidores qualificados/Somente investidores profissionais	
Nome do Administrador:	CNPJ do Administrador:
Diretor responsável:	
Período de Competência: q/aaaa	

ESPECIFICAÇÕES	VALORES/INFORMAÇÕES
Patrimônio líquido (em R$):	
Valor total do capital comprometido (em R$):	
Quantidade de cotas subscritas:	
Valor total do capital subscrito (em R$):	
Quantidade de cotas integralizadas:	
Valor total do capital integralizado (em R$):	
Valor total investido em cotas de outros FIP (em R$):	

N° de cotistas por categoria	Número de cotistas subscritores	% das cotas subscritas
Pessoa física		
Pessoa jurídica não financeira		
Banco comercial		
Corretora ou distribuidora		
Outras pessoas jurídicas financeiras		
Investidores não residentes		
Entidade aberta de previdência complementar		
Entidade fechada de previdência complementar		
Regime próprio de previdência dos servidores públicos		
Sociedade seguradora ou resseguradora		
Sociedade de capitalização e de arrendamento mercantil		
Fundos de investimento imobiliário		
Outros fundos de investimento		
Cotistas de distribuidores por conta e ordem		
Outros tipos de cotistas não relacionados		
Número total de cotistas subscritores		

Subclasse de cotas	N° de cotistas subscritores	Quantidade atual de cotas subscritas	Quantidade atual de cotas integralizadas	Valor atual da cota (R$)	Possui direitos políticos especiais?	Possui distintos direitos econômico-financeiros?
Subclasse 1					Sim/Não	Sim/Não
Subclasse 2					Sim/Não	Sim/Não
Subclasse N					Sim/Não	Sim/Não

ESPECIFICAÇÕES	VALORES/INFORMAÇÕES
Patrimônio líquido (em R$):	
Valor total do capital comprometido (em R$):	
Quantidade de cotas subscritas:	
Valor total do capital subscrito (em R$):	
Quantidade de cotas integralizadas:	
Valor total do capital integralizado (em R$):	

Valor total investido em cotas de outros FIP (em R$):		
N° de cotistas por categoria	**Número de cotistas subscritores**	**% das cotas subscritas**
Pessoa física		
Pessoa jurídica não financeira		
Banco comercial		
Corretora ou distribuidora		
Outras pessoas jurídicas financeiras		
Investidores não residentes		
Entidade aberta de previdência complementar		
Entidade fechada de previdência complementar		
Regime próprio de previdência dos servidores públicos		
Sociedade seguradora ou resseguradora		
Sociedade de capitalização e de arrendamento mercantil		
Fundos de investimento imobiliário		
Outros fundos de investimento		
Cotistas de distribuidores por conta e ordem		
Outros tipos de cotistas não relacionados		
Número total de cotistas subscritores		

Subclasse de cotas	**N° de cotistas subscritores**	**Quantidade atual de cotas subscritas**	**Quantidade atual de cotas integralizadas**	**Valor atual da cota (R$)**	**Possui direitos políticos especiais?**	**Possui distintos direitos econômico-financeiros?**
Subclasse 1					Sim/Não	Sim/Não
Subclasse 2					Sim/Não	Sim/Não
Subclasse N					Sim/Não	Sim/Não

" (NR)

ANEXO O

"SUPLEMENTO M - INFORME DIÁRIO DO FMP-FGTS

Conteúdo do Informe Diário, conforme previsto no art. 23, inciso I, do Anexo Normativo VII

Informe Diário	
Nome do Fundo:	
CNPJ	
Data de referência: DD/MM/AAAA	
total da carteira - em unidades de Real, com centavos (R$ 1,00)	
valor do PL - em unidades de Real, com centavos (R$ 1,00)	
valor da cota	
captações - em unidades de Real, com centavos (R$ 1,00)	
resgates - em unidades de Real, com centavos (R$ 1,00)	
número de cotistas	

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.142, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 26.05.2023) - Edição Extra)

Altera a Instrução Normativa RFB n° 2.003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

A SECRETÁRIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e a Portaria de Pessoal SE/MF n° 711, de 23 de abril de 2023, e tendo em vista o disposto no § 3° do art. 11 da Lei n° 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei n° 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e nos arts. 1° e 2° do Decreto n° 6.022, de 22 de janeiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1° A Instrução Normativa RFB n° 2.003, de 18 de janeiro de 2021, passa vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5° A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao anocalendário a que se refere a escrituração.

.....

§ 3° .....

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD deve ser entregue até o último útil do mês de junho do mesmo ano; ou

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre junho e dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

....." (NR)

Art. 2° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ATO COTEPE ICMS N° 063, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 29.05.2023)

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, e no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, no dia 26 de maio de 2023, registrada no Processo SEI n° 12004.100550/2023-71, torna público:

Art. 1° O campo referente ao Estado de Santa Catarina, com os itens 1 a 3, fica acrescido ao Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43, de 27 de abril de 2023, com a seguinte redação:

SANTA CATARINA							
ITEM	**UF**	**TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)**	**TIPO DE DIFERIMENTO(IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**	**DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO**
1	SC	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0045-22	253133971	PETROLEO BRASILEIRO S.A	1°.05.2023 (gasolina em 1°.06.2023)
2	SC	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0028-21	253175291	PETROLEO BRASILEIRO S.A	1°.05.2023 (gasolina em 1°.06.2023)
3	SC	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0017-79	253190720	PETROLEO BRASILEIRO S.A	1°.05.2023 (gasolina em 1°.06.2023)

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE ICMS N° 064, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 29.05.2023)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18.

O DIRETOR DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, no dia 26 de maio de 2023, na forma do inciso I do § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3/18, registrada no Processo SEI n° 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1° Os itens 16 a 18 ficam acrescidos ao campo referente ao Estado do Rio de Janeiro do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 5, de 10 de janeiro de 2020, com as seguintes redações:

Unidade Federada: RIO DE JANEIRO				
ITEM	**UF**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**
16	RJ	30.653.538/0006-70	12.729.979	PETRONAS PETRÓLEO BRASIL LTDA.

17	RJ	30.653.538/0007-51	12.729.995	PETRONAS PETRÓLEO BRASIL LTDA.
18	RJ	30.653.538/0008-32	12.729.987	PETRONAS PETRÓLEO BRASIL LTDA.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE ICMS N° 065, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Altera o Ato COTEPE ICMS n° 82/22, que divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110, de 28 de setembro de 2007, e o disposto no § 2° da cláusula décima nona do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, considerando a solicitação apresentada pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais em face da relevância e urgência do tema, torna público:

Art. 1° Os dispositivos a seguir indicados do Ato COTEPE/ICMS n° 82, de 5 de setembro de 2022, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se referem o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto, e o § 1° da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS n° 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.";

II - do anexo único:

a) o título da primeira coluna do "Calendário 2023":

"INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO CONVÊNIO ICMS 110/07 E INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DO CONVÊNIO ICMS N° 199/22";

b) os prazos de transmissão de informações a que se referem o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110, de 28 de setembro de 2007, e o § 1° da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, referentes ao "MÊS DE TRANSMISSÃO" junho de 2023:

CALENDÁRIO 2023	
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO CONVÊNIO ICMS 110/07 E INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DO CONVÊNIO ICMS 199/22	MÊS DE TRANSMISSÃO
	JUN
I	1,2
II	3,4,5
III	6
IV	1,2,3,4,5,6
V - a	Até dia 13
V - b	Até dia 23

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE ICMS N° 066, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, e no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, no dia 29 de maio de 2023, registrada no Processo SEI n° 12004.100550/2023-71, torna público:

Art. 1° O campo referente ao Estado do Espírito Santo, com os itens 1 a 4, fica acrescido ao Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43, de 27 de abril de 2023, com a seguinte redação:

ESPÍRITO SANTO							
ITEM	UF	TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	TIPO DE DIFERIMENTO(IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
1	ES	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0004-54	082119368	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1°.05.2023 para diesel, GLP/GLGN; 1°.06.2023 para gasolina.

2	ES	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0114-99	08248067 2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1°.05.2023 para diesel, GLP/GLGN; 1°.06.2023 para gasolina.
3	ES	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0118-12	08247293 9	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1°.05.2023 para diesel, GLP/GLGN; 1°.06.2023 para gasolina.
4	ES	ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GLP/GLGN	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0210-28	08271656 0	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1°.05.2023 para diesel, GLP/GLGN; 1°.06.2023 para gasolina.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE ICMS N° 067, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Altera o Ato COTEPE ICMS n° 82/22, que divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110, de 28 de setembro de 2007, e o disposto no § 2° da cláusula décima nona do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, considerando a solicitação apresentada pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais em face da relevância e urgência do tema, torna público:

Art. 1° Os prazos de transmissão de informações a que se referem o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS n° 110, de 28 de setembro de 2007, e o § 1° da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, referentes ao "MÊS DE TRANSMISSÃO" junho de 2023, divulgados no Ato COTEPE/ICMS n° 82, de 5 de setembro de 2022, passam a vigorar com as seguintes redações:

CALENDÁRIO 2023	
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO CONVÊNIO ICMS 110/07 E INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DO CONVÊNIO ICMS 199/22	MÊS DE TRANSMISSÃO
	JUN
I	1
II	2,3,4
III	5

IV	1,2,3,4,5
V - a	Até dia 13
V - b	Até dia 23

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 068, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023)

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, e no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023.

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, no dia 31 de maio de 2023, registrada no Processo SEI n° 12004.100550/2023-71,

TORNA PÚBLICO:

Art. 1° Os itens 4 a 43 ficam acrescidos ao campo referente ao Estado de Minas Gerais do Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43, de 27 de abril de 2023, com a seguinte redação:

"

MINAS GERAIS							
ITEM	UF	TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	TIPO DE DIFERIMENTO (IMPORTAÇÃO/TRANSFERÊNCIA)	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
4	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	05.495.024/0006-97	003.087572.00-13	AGRICOLA PONTE ALTA LTDA	1°.06.2023
5	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	16.617.789/0001-64	520.316928.00-26	AGROPEU-AGRO INDUSTRIAL DE POMPEU S/A	1°.06.2023
6	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	19.818.301/0001-55	725.062302.00-90	ARAPORA BIOENERGIA S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1°.06.2023
7	M	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	07.930.999/0	001.00371	BAMBUI	1°.06.20

	G			002-06	4.01-08	BIOENERGIA S.A.	23
8	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	12.103.781/0006-33	003.561071.00-90	BCI COMERCIALIZADORA LTDA	1°.06.2023
9	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	08.355.201/0001-13	001.051182.00-38	BIOENERGETICA AROEIRA S.A.	1°.06.2023
10	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	08.793.343/0001-62	001.058894.00-62	BIOENERGETICA VALE DO PARACATU SA	1°.06.2023
11	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	28.144.326/0001-01	003.222525.00-57	CANÁPOLIS AÇÚCAR E ETANOL S.A.	1°.06.2023
12	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	42.865.864/0003-88	004.468483.00-98	CANEX BIO COMBUSTIVEIS LTDA	1°.06.2023
13	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	00.969.790/0005-41	035.193694.00-64	CJ SELECTA S.A.	1°.06.2023
14	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	23.796.998/0001-88	705.067162.00-62	COMPANHIA AGRICOLA PONTENOVENSE	1°.06.2023
15	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	61.149.589/0051-48	725.466854.05-09	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO.	1°.06.2023
16	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	61.149.589/0052-29	725.466854.06-81	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO.	1°.06.2023
17	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	03.937.452/0004-35	003.166002.00-34	CRV INDUSTRIAL LTDA.	1°.06.2023
18	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	17.869.587/0001-72	118.183204.00-68	DAMFI - DESTILARIA ANTONIO MONTI FILHO EIRELI	1°.06.2023
19	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	18.054.379/0001-88	668.389077.00-21	DASA - DESTILARIA DE ALCOOL SERRA DOS AIMORES S/A	1°.06.2023
20	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	13.537.735/0002-81	001.762466.01-80	DELTA SUCROENERGIA S.A.	1°.06.2023
21	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	13.537.735/0003-62	001.762466.02-61	DELTA SUCROENERGIA S.A.	1°.06.2023
22	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	19.680.743/0001-88	696.448769.00-96	DESTILARIA CACHOEIRA LTDA.	1°.06.2023
23	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	21.783.238/0001-00	363.299979.00-67	DESTILARIA RIO DO CACHIMBO LTDA.	1°.06.2023

24	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	10.452.413/0001-60	001.097855.00-05	DESTILARIA VEREDAS INDUSTRIA DE ACUCAR E ALCOOL LTDA.	1°.06.2023
25	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	07.455.944/0001-00	271.363690.00-15	FRUTAL BIOENERGIA LTDA.	1°.06.2023
26	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	06.059.962/0001-00	334.269820.00-45	ITAPAGIPE BIOENERGIA LTDA.	1°.06.2023
27	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	08.164.344/0001-48	001.012313.00-26	ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA.	1°.06.2023
28	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	29.116.635/0001-30	003.082365.00-57	MINAS BIOENERGIA LTDA.	1°.06.2023
29	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	15.527.906/0029-37	001.039931.00-02	RAIZEN CENTRO-SUL S.A	1°.06.2023
30	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	12.229.415/0010-01	344.876699.00-54	S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL	1°.06.2023
31	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	12.229.415/0014-35	114.876699.02-92	S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL	1°.06.2023
32	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	12.229.415/0016-05	742.876699.03-71	S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL	1°.06.2023
33	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	06.044.698/0008-08	325.274255.02-30	SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA.	1°.06.2023
34	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	05.980.986/0001-27	577.261983.00-48	SANTA JULIANA BIOENERGIA LTDA.	1°.06.2023
35	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	07.981.751/0001-85	001.009393.00-97	SANTA VITORIA ACUCAR E ALCOOL LTDA.	1°.06.2023
36	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	19.537.471/0001-61	507.378071.00-36	U.S.A. - USINA SANTO ANGELO LTDA.	1°.06.2023
37	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	08.056.257/0001-77	001.009549.00-60	USINA CERRADAO S.A.	1°.06.2023
38	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	22.587.687/0001-46	430.061329.00-90	USINA MONTE ALEGRE LTDA.	1°.06.2023
39	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	07.674.341/0001-91	701.399971.00-30	USINA UBERABA S/A	1°.06.2023
40	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	07.459.492/0001-27	470.354772.00-75	VALE DO PARACATU BIOENERGIA S.A	1°.06.2023
41	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	08.057.019/0001-86	001.009449.00-90	VALE DO PONTAL ACUCAR E ETANOL LTDA.	1°.06.2023
42	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	08.493.354/0001-27	001.028639.00-27	VALE DO TIJUCO ACUCAR E ALCOOL S.A.	1°.06.2023
43	MG	EAC	IMPORTAÇÃO E SAÍDAS	01.105.558/0001-02	363.965125.00-98	WD AGROINDUSTRI	1°.06.2023

						AL LTDA.	

".

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 006, DE 25 DE MAIO DE 2023 (Disponibilizado na página da Receita Federal, em "Agenda Tributária")

Divulga a Agenda Tributária do mês de junho de 2023.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 284, de 27 de julho de 2020,

DECLARA:

Art. 1° O pagamento de tributo e a apresentação de declarações, demonstrativos ou documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) devem ser efetuados, no mês de junho de 2023, nas datas previstas na Agenda Tributária constante do Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, sem prejuízo do disposto na legislação específica de cada tributo.

§ 1° Em caso de feriado estadual ou municipal, a data prevista na Agenda Tributária para o cumprimento da obrigação deverá ser antecipada ou prorrogada de acordo com a legislação específica de cada tributo.

§ 2° O pagamento a que se refere o caput deverá ser efetuado por meio de:

I - Guia da Previdência Social (GPS), se tiver por objeto contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, contribuições instituídas a título de substituição ou contribuições devidas a outras entidades ou fundos; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), se tiver por objeto outros tributos administrados pela RFB.

§ 3° A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet, no endereço eletrônico <www.gov.br/receitafederal>.

Art. 2° As Entidades financeiras e equiparadas a que se refere a Agenda Tributária, obrigadas ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), são as pessoas jurídicas enumeradas pelo § 1° do art. 22 da Lei n° 8.212, de 1991.

Art. 3° Em caso de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em situação ativa no ano do evento, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15° (décimo quinto) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DCTF Mensal, na forma prevista no caput, não se aplica à pessoa jurídica incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 4° Verificada a hipótese prevista no art. 3°, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar o Demonstrativo de Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

I - do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 5° Em caso de extinção da pessoa jurídica em decorrência de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, deverá ser apresentada Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) em nome da pessoa jurídica extinta, relativa ao ano-calendário em que o evento ocorrer, até o último dia útil:

I - do mês de março, se o evento ocorrer no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 6° Dirf de fonte pagadora pessoa física deverá ser apresentada:

I - em caso de saída definitiva do País, até a data de saída em caráter permanente, ou em até 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, em caso de saída do País em caráter temporário; e

II - no caso de encerramento de espólio, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento, exceto se este ocorrer no mês de janeiro, hipótese em que a Dirf poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março.

Art. 7° A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada:

I - ao da decisão judicial sobre a partilha dos bens inventariados, desde que esta tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente ou, se o trânsito em julgado se der a partir de 1° de março, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao do trânsito em julgado; ou

II - até o último dia do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da lavratura da escritura pública de inventário e partilha.

Art. 8° A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que o declarante tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:

I - no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva; ou

II - no ano-calendário em que a condição de não-residente se confirmar, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da confirmação.

§ 1° Deverão ser apresentadas no prazo previsto no inciso I do caput as declarações referentes a anos-calendário anteriores que ainda não tenham sido entregues, se obrigatórias.

§ 2° A pessoa física residente no Brasil que se retirar do território nacional deverá apresentar, além da declaração a que se refere o caput, a Comunicação de Saída Definitiva do País:

I - a partir da data da saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou

II - a partir da data em que a condição de não-residente se confirmar até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Art. 9° Em caso de extinção, fusão, incorporação ou cisão total de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob), nos termos do art. 1° da Instrução Normativa RFB n° 1.115, de 28 de dezembro de 2010, a declaração de Situação Especial deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.

Art. 10. Em caso de recolhimento de contribuições previdenciárias para o qual tenha sido informado o código de recolhimento 1708, 2801, 2810, 2909 ou 2917, referente a contribuições incidentes sobre valores pagos em reclamatória trabalhista, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço pelo reclamante, e como vencimento, o determinado pela legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador, incluídos os acréscimos legais referentes ao período compreendido entre a data de vencimento e a data de recolhimento.

§ 1° Verificada a hipótese prevista no caput, caso não tenha sido reconhecido vínculo empregatício entre o reclamante e o reclamado nem conste da sentença ou do acordo homologado a indicação do período em que os serviços foram prestados, será considerado como competência o mês em que a sentença foi proferida ou que o acordo foi homologado, ou o mês de pagamento dos créditos reclamados, se este anteceder àquele.

§ 2° Em caso de pagamento parcelado dos créditos trabalhistas, as contribuições incidentes sobre cada parcela devem ser recolhidas até o dia 20 do mês seguinte ao do recebimento do crédito, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

§ 3° Se a sentença condenatória ou o acordo homologado não prever prazo para pagamento dos créditos trabalhistas nem se referir ao período em que os serviços foram prestados pelo reclamante, o recolhimento das contribuições devidas deve ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 11. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação da pessoa jurídica, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) de que trata o art. 72 da Resolução CGSN n° 140, de 22 de maio de 2018, deverá ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao do evento, exceto se este ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a apresentação deve ser efetuada até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Em caso de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, a Declaração a que se refere o caput, referente ao ano-calendário em que a exclusão se verificou, deve ser apresentada até o último dia do mês de março do ano-calendário subsequente.

Art. 12. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) de que trata a Instrução Normativa RFB n° 2.003, de 18 de janeiro de 2021, a apresentação deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras nos seguintes prazos:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de junho do mesmo ano; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre junho e dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 13. Em caso de extinção ou encerramento de CNPJ de empresário individual, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) relativa à situação especial deverá ser entregue até:

I - o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário; ou

II - o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

Art. 14. A EFD-Contribuições deve ser transmitida mensalmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o 10° (décimo) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao mês a que a escrituração se refere, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Art. 15. A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que ela se refere.

§ 1° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica, a apresentação da ECF deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do 3° (terceiro) mês subsequente ao do evento.

§ 2° A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 1°, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 3° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação ocorrida durante os meses de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo a que se refere o § 1° será até o último dia útil do mês de julho do referido ano.

Art. 16. A DCTFWeb Diária, utilizada para prestação de informações relativas a receita de espetáculos desportivos realizados por associação desportiva que mantém clube de futebol profissional, deve ser transmitida pela entidade promotora até o 2° (segundo) dia útil após a realização do evento desportivo.

Art. 17. A DCTFWeb Aferição de Obras deverá ser transmitida até o último dia útil do mês em que as informações referentes à obra forem prestadas por meio do Sero, mesmo quando não forem apurados créditos tributários na aferição da obra.

Parágrafo único. O valor das contribuições previdenciárias constantes na DCTFWeb Aferição de Obras deverá ser recolhido por meio de Darf gerado pelo sistema, até o dia 20 do mês subsequente ao do envio da DCTFWeb Aferição de Obras, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 18. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação na Internet.

Assinatura digital

GUILHERME HENRIQUE DIOGO FERREIRA

ANEXO ÚNICO

Agenda Tributária

Junho de 2023

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

OBS: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
Diária	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos do Trabalho			
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063		FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422		FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473		"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481		"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192		"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412		"
	Remuneração de direitos	9427		"
	Previdência privada e Fapi	9466		"
	Aluguel e arrendamento	9478		"
	Outros Rendimentos			
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	**Imposto sobre a Exportação (IE)**	0107		Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	**Cide - Combustíveis - Importação - Lei n° 10.336/01**			
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438		Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Importação de serviços (Lei n° 10.865/04)	5434		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Importação de serviços (Lei n° 10.865/04)	5442		FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)		4316	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)

Até o 2° dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684		**Maio/2023**
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 10 do ADE Corat n° 6, de 2023)	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep		1708	**Mês da prestação do serviço**
	Reclamatória Trabalhista - CEI		2801	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai etc.)		2810	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ		2909	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai etc.)		2917	"
5	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital	8053		**21 a 31/maio/2023**
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	3426		"
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	6800		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6813		"
	Fundo de Investimento em Ações	5273		"
	Operações de swap	8468		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	5557		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5706		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5232		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	0924		"
	Demais rendimentos de capital	3699		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	5029		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)			
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior	5286		**21 a 31/maio/2023**
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	0490		"
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	9453		"
	Juros remuneratórios de capital próprio			
	Outros Rendimentos	0916		**21 a 31/maio/2023**
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	8673		"
	Prêmios obtidos em bingos	9385		"
	Multas e vantagens			
5	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		**21 a 31/maio/2023**
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"

	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
5	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		**21 a 31/maio/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
5	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo -Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		**21 a 31/maio/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
7	**Simples Doméstico** - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico		**Maio/2023**
7	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público -CNPJ		7307	**1° a 31/maio/2023**
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque		7315	"
9	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi)	1020		**Maio/2023**
9	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Outros Rendimentos			
	Juros de empréstimos externos	5299		**Maio/2023**
14	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		**1° a 10/junho/2023**
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
14	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		**1° a 10/junho/2023**
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"

	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		**1° a 10/junho/2023**
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		**1° a 10/junho/2023**
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
14	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150		**1° a 10/junho/2023**
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
14	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150		**Maio/2023**
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893		"
15	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		**16 a 31/maio/2023**
15	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		**16 a 31/maio/2023**
15	**Cide - Combustíveis** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9331		**Maio/2023**
15	**Cide - Remessas ao Exterior** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses tratadas no art. 2° da Lei n° 10.168/2000, alterado pelo art. 6° da Lei n° 10.332/2001.	8741		**Maio/2023**
15	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		**1° a 10/junho/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
15	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			

	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		**1° a 10/junho/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
15	**Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep**		1007	**1° a 31/maio/2023**
	Contribuinte Individual - recolhimento mensal - com dedução de 45% (Lei n° 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep		1120	"
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento Mensal - NIT/PIS/Pasep		1163	"
	Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1406	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1473	"
	Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1503	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei n° 12.470/2011		1830	"
	MEI - Complementação Mensal		1910	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1929	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento		1945	"
20	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		**Maio/2023**
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979		"
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		**Maio/2023**
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960		"
20	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		**Maio/2023**
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987		"
20	**Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta**			
	Art. 7° da Lei n° 12.546/2011	2985		**Maio/2023**
	Art. 8° da Lei n° 12.546/2011	2991		"
20	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Entidades financeiras e equiparadas	4574		**Maio/2023**
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Entidades financeiras e equiparadas	7987		**Maio/2023**
20	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208		**Maio/2023**
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277		"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva	3223		"

	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva	3556		"
	Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	3579		"
	Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva	3540		"
	Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	5565		"
	Rendimentos do Trabalho			
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561		**Maio/2023**
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588		"
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533		"
	Participação nos Lucros ou Resultados - PLR	3562		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	5936		"
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	1889		"
	Outros Rendimentos			
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708		**Maio/2023**
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944		"
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280		"
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204		"
20	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Outros Rendimentos			
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891		**Maio/2023**
	Indenização por danos morais	6904		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	5928		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	1895		"
	Demais rendimentos	8045		"
20	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI		2852	**Diversos**
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2879	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ		2950	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2976	"
20	Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6106	**Diversos**
	Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência		6505	"
20	**Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)**			

	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Maio/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112		"
20	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Maio/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153		"
20	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Maio/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4138		"
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Maio/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções.	4166		"
20	**Simples Nacional** - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Maio/2023**
23	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		**11 a 20/junho/2023**
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de	5232		"

	quotas			
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		**11 a 20/junho/2023**
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		**11 a 20/junho/2023**
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
23	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		**11 a 20/junho/2023**
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
23	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Posição na Tipi Produto			
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;	0676		**Maio/2023**
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676		"
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097		"
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097		"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097		"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097		"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097		"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de	1097		"

	mercadorias; 87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto- socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097		"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097		"
23	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110		**Maio/2023**
23	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123		**Maio/2023**
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0821		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838		"
23	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Faturamento	8109		**Maio/2023**
	Folha de salários	8301		"
	Pessoa jurídica de direito público	3703		"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496		"
	Combustíveis	6824		"
	Não-cumulativa	6912		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691		"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no § 4° do art. 5° da Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906		"
23	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Demais Entidades	2172		**Maio/2023**
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645		"
	Combustíveis	6840		"
	Não-cumulativa	5856		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015	0760		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776		"

	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §° 4° do art. 5° da Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929		"
26	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		**11 a 20/junho/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
26	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		**11 a 20/junho/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
30	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232		**Maio/2023**
30	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior - Pessoa Jurídica			
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473		**Maio/2023**
30	**Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)**			
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190		**Maio/2023**
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600		"
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas liquidações e resgates de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015		"
	2ª quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211		**Ano-Calendário 2022**
30	**Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)**			
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	1599		**Janeiro a Março/2023**
	Estimativa Mensal	2319		**Maio/2023**
	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	0220		**Janeiro a Março/2023**
	Estimativa Mensal	2362		**Maio/2023**
	Optantes pela apuração com base no lucro real			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	3373		**Janeiro a Março/2023**
	Estimativa Mensal	5993		**Maio/2023**
	Lucro Presumido (3ª quota)	2089		**Janeiro a Março/2023**
	Lucro Arbitrado (3ª quota)	5625		"
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317		**Maio/2023**
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa -	0231		"

	Lucro Presumido ou Arbitrado			
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507		"
30	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Contrato de Derivativos	2927		**Maio/2023**
30	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		**1° a 15/junho/2023**
30	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		**1° a 15/junho/2023**
30	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	2030		**Janeiro a Março/2023**
	Estimativa Mensal	2469		**Maio/2023**
	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	6012		**Janeiro a Março/2023**
	Estimativa Mensal	2484		**Maio/2023**
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado (3ª quota)	2372		**Janeiro a Março/2023**
30	**Programa de Recuperação Fiscal (Refis)**			
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100		**Diversos**
	Parcelamento alternativo	9222		"
	ITR/Exercícios até 1996	9113		"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126		"
30	**Parcelamento Especial (Paes)**			
	Pessoa física	7042		**Diversos**
	Microempresa	7093		"
	Empresa de pequeno porte	7114		"
	Demais pessoas jurídicas	7122		"
	Paes ITR	7288		"
30	**Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1° MP n° 303/2006**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830		**Diversos**
	Demais pessoas jurídicas	0842		"
30	**Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8° MP n° 303/2006**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927		**Diversos**
30	**Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9° MP n° 303/2006**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919		**Diversos**
30	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB	4983		**Diversos**
	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGFN	4990		"
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 767/2007**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285		**Diversos**
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7° § 4° IN/RFB n° 767/2007**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4324		**Diversos**
30	**Parcelamento para Ingresso no Simples**			

	Nacional - 2009 Art. 7° § 3° IN/RFB n° 902/2008			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873		**Diversos**
30	**Parcelamento - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 1.508/2014**			
	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Diversos**
30	**Parcelamento - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 1.508/2014**			
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		**Diversos**
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5° § 3° IN/RFB n° 1.677/2016**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Diversos**
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4° § 3° IN/RFB n° 1.713/2017**			
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		**Diversos**
30	**Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)**	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Diversos**
30	**Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI) Microempreendedor Individual**	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		**Diversos**
30	**Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7° § 4° IN/RFB n° 902/2008**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4359	**Diversos**
30	**Parcelamento - CEI**		4105	**Diversos**
30	**Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009**			
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1136		**Diversos**
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1165		"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1194		"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1204		"
	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	1210		
30	**Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009**			
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1233		**Diversos**
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1240		"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1279		"

	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1285		"
	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	1291		"
30	**Reabertura Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009**			
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3780		**Diversos**
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3796		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3835		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3841		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	3858		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3870		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3887		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3926		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3932		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	3955		"
30	**Parcelamento Lei n° 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL**			
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4059		**Diversos**
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4065		"
30	**Parcelamento Lei n° 12.865, de 2013 - PIS/Cofins**			
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4007		**Diversos**
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4013		"
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1°	4020		"
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1°	4042		"
30	**Parcelamento Lei n° 12.996, de 2014**			
	Lei n° 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos	4720		**Diversos**

	Previdenciários - Parcelamento			
	Lei n° 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento	4737		"
	Lei n° 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4743		"
	Lei n° 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4750		"
30	**Programa de Regularização Tributária (PRT)**			
	PRT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica		4135	**Diversos**
	PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física		4136	"
	PRT - Demais Débitos	5184		"
30	**Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)**			
	PERT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica		4141	**Diversos**
	PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física		4142	"
	PERT - Demais Débitos	5190		"
30	**Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)**	5525		**Diversos**
30	**Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)**	5161		**Diversos**
30	**Parcelamento Constitucional Excepcional dos Débitos Decorrentes de Contribuições Previdenciárias dos Municípios**	6063		**Diversos**
30	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei n° 8.212/91 NIT/PIS/Pasep		1759	**Diversos**
	GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		1201	"
	ACAL - CNPJ		3000	"
	ACAL - CEI		3107	"
	GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		3204	"
	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4006	"
	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ		4103	"
30	Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4200	**Diversos**
	Pagamento de parcelamento administrativo - número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4308	"
	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC = 104)		4995	"
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6009	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6203	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6300	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6408	"
	Comprev - pagamento de Dívida Ativa - não parcelada de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência		6513	"

Agenda Tributária
Junho de 2023

Data de apresentação: data em que se encerra o prazo legal para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil sem a incidência de multa.

Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos	Período de Apuração
	De Interesse Principal das Pessoas Jurídicas	
9	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos.	1° a 31/maio/2023
15	**EFD-Contribuições** - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita **- Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins** - Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda. **- Contribuição Previdenciária sobre a Receita** - Pessoas Jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7° e 8° da Lei n° 12.546, de 2011. **(Consulte a Instrução Normativa RFB n° 1.252, de 1° de março de 2012)**	Abril/2023
15	**DCTFWeb** - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos	Maio/2023
15	**EFD-Reinf** - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras informações Fiscais **(Consulte a Instrução Normativa RFB n° 2.043, de 12 de agosto de 2021)**	Maio/2023
20	**PGDAS-D** - Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional	Maio/2023
22	**DCTF Mensal** - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - Mensal	Abril/2023
30	**DME** - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	Maio/2023
30	**DOI** - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Maio/2023
30	**ECD** - Escrituração Contábil Digital	Ano-calendário de 2022
Data de Apresentação	**Declarações, Demonstrativos e Documentos**	**Período de Apuração**
	De Interesse Principal das Pessoas Físicas	
30	**DME** - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	Maio/2023
30	**DOI** - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Maio/2023

PORTARIA MGI N° 2.386, DE 26 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 29.05.2023)

Altera a Portaria n° 11.090, de 27 de dezembro de 2022, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 32, inciso V, da Medida Provisória n° 1.154, de 1° de janeiro de 2023, e com o que consta no Processo administrativo 19975.131741/2022-66,

RESOLVE:

Art. 1° A Portaria ME n° 11.090, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

.....

VIII-A - 9 de junho (ponto facultativo);

....." (NR)

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB N° 008, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023 - Edição Extra)

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB n° 1, de 12 de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF).

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL E O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF n° 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020,

RESOLVEM:

Art. 1° A Portaria Conjunta PGFN/RFB n° 1, de 12 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6° A adesão ao PRLF poderá ser formalizada das 8h de 1° de fevereiro de 2023 até às 19h, horário de Brasília, do dia 31 de julho de 2023.

....." (NR)

Art. 2° Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

PORTARIA PGFN/MF N° 491, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Dispõe sobre a Reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária para as Santas Casas, os Hospitais e as Entidades Beneficentes que atuam na área da Saúde (PES) de que trata o art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022, para os débitos inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme previsto pelo art. 8° da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020, o art. 10, I, do Decreto-Lei n° 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n° 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o art. 8°, § 15, da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Portaria dispõe, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sobre a reabertura, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme previsto no art. 8° da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023, do Programa Especial de Regularização Tributária para as Santas Casas, os Hospitais e as Entidades Beneficentes que atuam na área da Saúde (PES), portadoras da certificação prevista na Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, instituído pelo art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022.

Art. 2° A Portaria PGFN n° 5.883, de 30 de junho de 2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° Poderão ser incluídos no programa os débitos, de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de maio de 2023 e inscritos na dívida ativa da União até a data de adesão ao Parcelamento, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício pelas santas casas, pelos hospitais e pelas entidades beneficentes que atuam na área da saúde, portadoras da certificação prevista na Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, que figurem na condição de contribuinte ou responsável.

..... " (NR)

"Art. 4° O requerimento de adesão ao parcelamento deverá ser realizado das 8h, horário de Brasília, de 1° de junho de 2023 até às 19h, horário de Brasília, de 30 de agosto de 2023 exclusivamente por meio do portal Regularize, no sítio da PGFN na Internet, no endereço http://www.regularize.pgfn.gov.br.

..... " (NR)

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA

PORTARIA SUFRAMA N° 858, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023 - Edição Extra)

Dispõe sobre o formato, os elementos essenciais e os procedimentos para apresentação dos planos de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I de que trata o art. 20 do Decreto n° 10.521, de 15 de outubro de 2020.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 15 da Portaria n° 9.835, de 17 de novembro de 2022, do Ministério da Economia e da Suframa, e o constante do processo n° 52710.008992/2022-24, resolve:

Art. 1° Esta Portaria dispõe sobre o formato, os elementos essenciais e os procedimentos para apresentação dos planos de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I de que trata o art. 20 do Decreto n° 10.521, de 15 de outubro de 2020.

Art. 2° O plano de PD&I compreende os investimentos de dois anos-base, devendo ser apresentado em um dos formatos a seguir, conforme o caso:

I - plano de PD&I completo: plano de PD&I que contém todas as informações necessárias para a avaliação do mérito de suas atividades, conforme previsto no art. 18 da Portaria Conjunta n° 9.835, de 17 de novembro de 2022, do Ministério da Economia e da Suframa; ou

II - plano de PD&I simplificado: plano de PD&I que não contém todas as informações necessárias para a avaliação do mérito de suas atividades, conforme previsto no parágrafo único do art. 19 da Portaria Conjunta n° 9.835, de 2022, do Ministério da Economia e da Suframa.

§ 1° O plano de PD&I completo deve ser apresentado de acordo com o formato e os elementos essenciais constantes do Anexo I desta Portaria.

§ 2° O plano de PD&I simplificado deve ser apresentado de acordo com o formato e os elementos essenciais constantes do Anexo II desta Portaria.

§ 3° O plano de PD&I simplificado somente poderá ser apresentado caso haja justificativa técnica para a não apresentação do plano de PD&I completo.

Art. 3° O plano de PD&I apresentado em desacordo aos Anexos I ou II desta Portaria não será considerado válido.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no caput, a empresa deverá apresentar versão ajustada do plano de PD&I no prazo de até quinze dias após notificação, estando sujeita às penalidades previstas no art. 34 do Decreto n° 10.521, de 2020, em caso de descumprimento.

Art. 4° A apresentação do plano de PD&I deverá ser efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com encaminhamento à Superintendência-Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Suframa.

Parágrafo único. Após a implementação de módulo específico no Sistema de Acompanhamento, Gestão e Análise Tecnológica - SAGAT, a apresentação de que trata o caput deverá ser realizada por meio desse sistema.

Art. 5° O disposto nesta Portaria aplica-se no que couber à apresentação de revisões de plano de PD&I previstas no art. 24 e no art. 25 da Portaria Conjunta n° 9.835, de 2022, do Ministério da Economia e da Suframa.

Art. 6° Fica revogado o art. 2° da Portaria n° 222, de 4 de julho de 2017, da Suframa.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

ANEXO I
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PLANO DE PD&I - COMPLETO

1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Nome da Empresa:			
Razão Social:			
Representante legal da empresa**: Cargo na empresa: Celular (com DDD)/e-mail:			
Nome do responsável pelas Informações do Plano: Cargo na empresa: Celular (com DDD)/e-mail:			
Data do preenchimento:			
Vigência do Plano:			
Dados dos produtos incentivados:			
NCM	Cód. Suframa	Descrição do Produto	Documento Aprobatório

**Em caso de representação terceirizada, encaminhar procuração.

2. GESTÃO DA PD&I

2.1. A empresa tem pessoal próprio dedicado às atividades de PD&I? [opções excludentes] ( ) Sim, pessoal próprio dedicado exclusivamente para atividades de PD&I ( ) Sim, pessoal próprio dedicado parcialmente para atividades de PD&I ( ) Sim, pessoal próprio dedicado e atividades de PD&I parcialmente terceirizadas. ( ) Não, as atividades PD&I são realizadas integralmente de forma terceirizada ( ) Não existe pessoal dedicado à PD&I, próprio ou terceirizado		
Caso a empresa possua equipe própria de PD&I, responda aos itens seguintes		
2.2. Informe o número de pessoas, do quadro da empresa, total e normalmente ocupadas em atividades de PD&I em 2020, segundo o nível de qualificação e o tempo de dedicação a estas atividades.		
Número total de ocupações na empresa:		
Ocupação segundo níveis de qualificação	Número de pessoas em dedicação exclusiva	Número de pessoas em dedicação parcial
Doutores		
Mestres		
Especialistas		
Graduados		
Nível médio ou fundamental		
2.3. Qual o nível de centralização das atividades de PD&I na empresa? [opções excludentes] ( ) As atividades de PD&I são centralizadas em um único departamento/área (ou estrutura similar) da empresa (ou grupo). Localização do departamento/área: Brasil (UF):_____ Exterior (país): ____ ( ) As atividades de PD&I são descentralizadas em vários departamentos/áreas (ou estruturas similares) da empresa (ou grupo), com a predominância de um destes departamentos/áreas, para o qual os demais se reportam. Localização do departamento/área: Brasil (UF):_____ Exterior (país): ____ ( ) As atividades de PD&I são descentralizadas em vários departamentos/áreas (ou estruturas similares) da empresa (ou grupo), sem a predominância de um departamento/áreas sobre as demais.		

2.4. A empresa realiza planejamento em PD&I? ( ) Sim, porém de maneira não estruturada - não há etapas e processos formais, nem registro e acompanhamento de planos de PD&I ( ) Sim, de maneira estruturada. ( ) Sim, outros:_____ ( ) Não realiza planejamento de PD&I
2.5. Indique a(s) metodologia(s) utilizada(s) no planejamento da PD&I :

3. ESTRATÉGIA DA PD&I

3.1. Descrição da estratégia de PD&I da empresa para a Amazônia Ocidental e Amapá - máximo de 2.000 caracteres: Descrever resumidamente os objetivos e princípios que norteiam a empresa no exercício das atividades de PD&I na Amazônia Ocidental
3.2. Estratégia do Plano de PD&I:
3.2.1. Indique o principal elemento motivador dos objetivos estratégicos do Plano de PD&I: ( ) Desenvolvimento de novos nichos de mercado ( ) Melhoria do processo produtivo ( ) Atualização tecnológica para manter competitividade no mercado ( ) Outro:_____
3.2.2. Descreva os objetivos estratégicos do Plano de PD&I - máximo 2.000 caracteres
3.2.3. Descreva os principais desafios tecnológicos que pretende abordar e os macrorresultados que pretende atingir a partir da resolução dos desafios - máximo de 2.500 caracteres. Conceito de 'desafio tecnológico' - Incerteza científica ou tecnológica, cuja resolução demanda atividades investigativas e de experimentação, incorre em riscos para obtenção dos resultados e gera novos conhecimentos. Macrorresultados -indicar os macrorresultados esperados a partir da resolução dos desafios e que contribuam para os objetivos estratégicos da Lei de Informática Como referência, pode-se utilizar os resultados esperados da Lei de Informática.

4. INVESTIMENTOS EM PD&I

4.1. Valores previstos de investimentos em PD&I		
Valor total previsto para o Plano de PD&I		
Valor previsto das Contrapartidas	Ano 1	Ano 2
Valor previsto dos investimentos de PD&I	Ano 1	Ano 2
Valor previsto nos projetos internos (2,7%)	Ano 1	Ano 2
Valor previsto nos projetos externos (2,3%)	Ano 1	Ano 2

4.2. Modalidades previstas de investimentos em PD&I				
Modalidades de Investimento	Ano 1	%	Ano 2	%
Projetos de PD&I externos - ICTs credenciadas CAPDA				
Projetos de PD&I externos - ICTs públicas				
Projetos externos - Organizações Sociais				
Programas prioritários				
Fundos de Investimentos em Participações (FIPs)				
Implantação e Operação de incubadoras ou aceleradoras				
FNDCT				
SUB-TOTAIS (R$)				
Projetos de PD&I internos				
Projetos de PD&I contratados com empresas ou ICTs				

Projetos Indústria 4.0				
Projetos tecnológicos sustentáveis (PROTECSUS)				
Projetos Internos de Capacitação				
Capitalização de Startups (EBTs)				
Projetos internos - Organizações Sociais				
SUB-TOTAIS (R$)				

5. PROJETOS DE PD&I

As informações a serem apresentadas, estão organizadas por modalidade de projeto. As informações devem ser apresentadas individualmente para cada projeto.

Para cada modalidade, os projetos deverão ser numerados numa sequência. Por exemplo, no caso dos projetos internos e externos, se houver cinco projetos, eles deverão ser identificados como 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5. Para cada um deles, responder a todos os itens, de a) até f).

Não serão aceitos projetos que já foram executados em sua totalidade.

5.1. Projetos de PD&I Externos e Internos

a) Identificação do Projeto
Projeto : <Código do projeto - empresa beneficiária>
Título: <máximo 100 caracteres>
Tecnologia: <máximo 150 caracteres> P.ex. Inteligência Artificial, IoT, Big Data etc.
Valor estimado do Projeto: R$ xxxx
Modalidade: ( ) Totalmente executado pela empresa beneficiária ( ) Totalmente executado pela Instituição convenente ( ) Atividade principal executada por empresa terceirizada ( ) Parcialmente executado pela empresa beneficiária e parcialmente pela Instituição convenente
Instituição Convenente: <em caso de projeto externo>
Obs. - No preenchimento do projeto, não colocar informações que identifiquem a empresa (nome da empresa, marca, etc.)
b) Vínculo com os objetivos estratégicos do Plano de PD&I
Objetivos do Projeto: Máximo de 500 caracteres
Vínculo com os objetivos do Plano de PD&I: indicar qual(is) objetivos do Plano de PD&I este projeto se vincula (Item 3.2.2 - estratégicos do Plano de PD&I): Máximo 100 caracteres.
c) Intensidade do desafio tecnológico
Descrever qual é o tipo de desafio tecnológico a ser equacionado pelo projeto, indicando em que medida este desafio demanda a realização de atividades de pesquisa básica/aplicada ou se trata da utilização de tecnologias ou conhecimentos existentes para a melhoria significativa de performance de produtos, processos ou serviços: Máximo de 750 caracteres
Justificar a relevância do desafio - apresentar artigos, documentos, estudos, links de sites especializados ou outros tipos de conteúdos que comprovem a intensidade descrita do desafio: Máximo 2000 caracteres.
d) Equacionamento da solução
Descrever como o desafio será equacionado: quais os métodos, etapas pensadas para a solução; em que medida serão buscados novos conhecimentos no estado da arte; se será necessária a construção e testes de hipóteses, provas de conceitos, testes de validação etc: Máximo de 5.000 caracteres
e) Grau de novidade
Indique se a inovação é de: ( ) produtos ( ) processos ( ) serviços

Indique se a inovação tecnológica também leva à inovação no processo de negócio: ( ) Produção de bens e serviços ( ) Distribuição e logística ( ) Marketing e vendas ( ) Sistema de informação e comunicação ( ) Administração e Gestão ( ) Desenvolvimento do produto e do processo de negócio
Descrever os principais resultados esperados, identificando se a disseminação da novidade destes resultados será no âmbito da empresa, da região da Amazônia Ocidental/Amapá, do país ou do mundo: Máximo de 1.000 caracteres
f) Cronograma, resultados esperados e recursos
Cronograma - descrever as macroatividades de PD&I do projeto e respectivos prazos de realização em uma linha temporal:
Recursos - valores totais do projeto agrupados pelas rubricas de equipamentos e programas de computador, implantação e ampliação de laboratórios, recursos humanos, serviços técnicos de terceiros, materiais de consumo e outros correlatos:
Resultados - Indicar principais resultados previstos, correlacionando com os macrorresultados do plano (item 3.2.3): Máximo de 1.000 caracteres.

5.2. Projetos de PD&I Internos de Indústria 4.0

a) Identificação do Projeto
Projeto : <Código do projeto - empresa beneficiária>
Título: <máximo 100 caracteres>
Tecnologia: <máximo 150 caracteres> P.ex. Inteligência Artificial, IoT, Big Data etc.
Valor estimado do Projeto: R$ xxxx
Obs. - No preenchimento do projeto, não colocar informações que identifiquem a empresa (nome da empresa, marca, etc.)
b) Vínculo com os objetivos estratégicos do Plano de PD&I
Objetivos do Projeto: Máximo de 500 caracteres
Vínculo com os objetivos do Plano de PD&I: indicar qual(is) objetivos do Plano de PD&I este projeto se vincula (Item 3.2.2 - estratégicos do Plano de PD&I): Máximo 100 caracteres.
c) Maturidade do processo
Descrever qual é o tipo estágio de maturidade de processo de Indústria 4.0 pretendido (4 a 6), conforme descrito no anexo 1 da Portaria 2.091/18: Máximo de 100 caracteres
Caracterizar o estágio de maturidade a ser atingido, contextualizando-o com os processos e subprocessos a serem desenvolvidos, a vinculação com os conceitos de Indústria 4.0 e as melhorias pretendidas no processo produtivo: Máximo 2000 caracteres.
d) Equacionamento da solução
Descrever como o desafio será equacionado: quais os métodos, etapas pensadas para a solução; em que medida serão buscados novos conhecimentos no estado da arte; se será necessária a construção e testes de hipóteses, provas de conceitos, testes de validação etc: Máximo de 5.000 caracteres
e) Grau de novidade
Indique se a inovação é de: ( ) produtos ( ) processos ( ) serviços
Indique se a inovação tecnológica também leva à inovação no processo de negócio: ( ) Produção de bens e serviços ( ) Distribuição e logística ( ) Marketing e vendas ( ) Sistema de informação e comunicação ( ) Administração e Gestão ( ) Desenvolvimento do produto e do processo de negócio
Descrever os principais resultados esperados, identificando se a disseminação da novidade destes resultados será no âmbito da empresa, da região da Amazônia Ocidental/Amapá, do país ou do mundo: Máximo de 1.000 caracteres
f) Cronograma, resultados esperados e recursos
Cronograma - descrever as macroatividades de PD&I do projeto e respectivos prazos de realização em uma linha

temporal:
Recursos - valores totais do projeto agrupados pelas rubricas de equipamentos e programas de computador, implantação e ampliação de laboratórios, recursos humanos, serviços técnicos de terceiros, materiais de consumo e outros correlatos:
Resultados - Indicar principais resultados previstos, correlacionando com os macrorresultados do plano (item 3.2.3): Máximo de 1.000 caracteres.

5.3. Projetos de capitalização de Empresas Emergentes de Base Tecnológica

Para Empresas Beneficiárias que ainda não identificaram uma Startup: Apresentar somente plano de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme anexo I da Portaria 2.145/2018.

Para Empresas Beneficiárias que já identificaram a Startup: Apresentar o plano de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme anexo I e II da Portaria 2.145/2018 e as seguintes informações

a) Identificação do Projeto
Projeto : <Código do projeto - empresa beneficiária>
Título: <máximo 100 caracteres>
Tecnologia: <máximo 150 caracteres> P.ex. Inteligência Artificial, IoT, Big Data etc.
Valor estimado do Projeto: R$ xxxx
b) Vínculo com os objetivos estratégicos do Plano de PD&I
Objetivos do Projeto: Máximo de 500 caracteres
Vínculo com os objetivos do Plano de PD&I: indicar qual(is) objetivos do Plano de PD&I este projeto se vincula (Item 3.2.2 - estratégicos do Plano de PD&I): Máximo 100 caracteres.
c) Maturidade Tecnológica - TRL
Descrever qual é o nível de prontidão tecnológica pretendida (3 a 6) para a solução, conforme metodologia do indicadorTechnology Readness Level, desenvolvido pelaNational Aeronautics and Space Agency(NASA). Máximo de 10 caracteres
Caracterizar as atividades de PD&I necessárias para atingir o nível de prontidão pretendido: Máximo 2.000 caracteres.
d) Gestão da inovação e comercialização
Descrever resumidamente quais as técnicas, procedimentos ou metodologias que a empresa startup utiliza para a gestão do processo inovativo e para a criação de estratégias de comercialização. Máximo 2.000 caracteres.
As técnicas, procedimentos ou metodologias são utilizados: ( ) de maneira informal e não estruturadas ( ) de maneira estruturados, mas não fazem parte do planejamento da empresa ( ) de maneira estruturada e fazem parte do planejamento da empresa. Para qualquer das opções, explique: máximo de 1.000 caracteres.
Obs. - Se houver mais de um projeto para investimento em startups, este campo só necessita ser preenchido uma única vez.
e) Necessidade do mercado
Descrever resumidamente as demandas existentes no mercado para a solução a ser desenvolvida. Há demanda(s) definida(s)? Indique dados, informações, estudos etc., que comprovem a existência da demanda. Máximo de 2.000 caracteres.
Classifique o impacto da demanda: ( ) Demanda com impacto potencial na Amazônia Ocidental/Amapá ou outra região do Brasil; ( ) Demanda com impacto potencial no mercado brasileiro como um todo ( ) Demanda com impacto potencial no mercado internacional ( ) Demanda indefinida em função do caráter disruptivo Justifique:Máximo de 2.000 caracteres.
f) Contribuições para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Descrever os tipos de resultados esperados a partir do desenvolvimento da solução, relacionando-os, quando couber, a um dos 4 temas: geração de empregos, melhoria da qualidade de acesso a serviços públicos, redução das desigualdades ou conservação dos recursos naturais e redução de resíduos. Indique o potencial resultado previsto.
Geração de empregos ( ) geração de novos empregos formais na startup - quantidade prevista: XX ( ) geração de novos empregos indiretos formais pela aplicação da solução. Quantidade prevista: XX Qualificação dos empregos - %:

( ) Pós-graduados ( ) nível superior ( ) Técnicos ( ) Sem qualificação
Melhoria nos serviços públicos (saúde, educação, informações das autarquias, pagamento de tributos etc) ( ) Maior abrangência e alcance do serviço público (áreas de atendimentos e número de beneficiários) ( ) Diminuição do tempo de atendimento de serviços públicos ( ) Maior transparência às informações dos serviços públicos ( ) Outros impactos:_____ Justifique a(s) opção(ões). Máximo de 2.000 caracteres.
Redução das desigualdades ( ) Aumento dos níveis de bem-estar de pessoas em situação de vulnerabilidade social ( ) Aumento da agregação de valor a serviços ou produtos de grupos em vulnerabilidade social (incluindo repartição justa dos benefícios advindos da biodiversidade) ( ) Outros:_____ Justifique as opções, quantificando sempre que possível: Máximo de 2.000 caracteres.
Conservação dos recursos naturais ( ) Redução do desmatamento ( ) Redução da geração de resíduos ( ) Aumento da utilização de materiais recicláveis ( ) Redução do consumo de energia ( ) Outros:_____ Justifique as opções, quantificando sempre que possível:
Máximo de 2.000 caracteres.
f) Cronograma, resultados esperados e recursos
f) Cronograma, resultados esperados e recursos
Cronograma - descrever as macroatividades de PD&I do projeto e respectivos prazos de realização em uma linha temporal:
Recursos - valores totais do projeto agrupados pelas rubricas de equipamentos e programas de computador, implantação e ampliação de laboratórios, recursos humanos, serviços técnicos de terceiros, materiais de consumo e outros correlatos:
Resultados - Indicar principais resultados previstos, correlacionando com os macrorresultados do plano (item 3.2.3): Máximo de 1.000 caracteres.

5.4. Projetos Internos e Externos de Capacitação/ Formação

a) Identificação do Projeto
Projeto : <Código do projeto - empresa beneficiária>
Título: <máximo 100 caracteres>
Valor estimado do Projeto: R$ xxxx
Instituição Convenente: <em caso de projeto externo>
Obs. - No preenchimento do projeto, não colocar informações que identifiquem a empresa (nome da empresa, marca, etc.)
b) Vínculo com os objetivos estratégicos do Plano de PD&I
Objetivos do Projeto: Máximo de 500 caracteres
Vínculo com os objetivos do Plano de PD&I: indicar o alinhamento com os objetivos estratégicos do Plano de PD&I. ( ) Forte alinhamento - novas modalidades de formação de RH para atendimento dos objetivos de PD&I do Plano. ( ) Médio alinhamento - formações específicas já existentes, para atendimento aos objetivos de PD&I do Plano ( ) Pouco alinhamento - formações básicas já existentes, para atendimento aos objetivos de PD&I do Plano ( ) Nenhum alinhamento - as formações atendem prioritariamente a demandas da empresa e não tem ligação com o Plano de PD&I Justifique as opções. Máximo de 2.000 caracteres.
c) Grau de formação
Indicar o tipo de formação a ser realizada.
( ) Curso formal. Nível de pós-graduação ou certificação externa, com mínimo de 320 horas ( ) Curso formal, nível superior ou com certificação externa à empresa com mínimo de 160 horas ( ) Curso formal, nível superior ou com certificação externa à empresa com mínimo de 160 horas ( ) Curso informal e/ou operacional, interno à empresa Descreva resumidamente o tipo de curso de formação. Máximo de 1.000 palavras
d) Abrangência da formação
Indicar o grau em que a formação inclui os eixos de formação: tecnologias disruptivas, soft skills e práticas, legais, éticas e sociais.

Eixos de formação: · Tecnologias disruptivas: IoT, I4.0, Big Data, Inteligência Artifical, etc. · Soft Skills: habilidades de interação do indivíduo - comunicação, flexibilidade, criatividade, gestão de conflitos, adaptabilidade etc. · Práticas legais, éticas e sociais: referências para o desenvolvimento e conduta profissional - comportamento ético, compliance, propriedade intelectual, sustentabilidade etc.
( ) Formação aborda os três eixos, porém sem inter-relações entre as formações. ( ) Formação aborda dois dos eixos de formação ( ) Formação aborda somente um dos eixos de formação. Descreva resumidamente o vínculo com o(s) eixo(s) de formação. Máximo de 2.000 palavras.
e) Cronograma, resultados esperados e recursos
Cronograma - descrever as macroatividades de PD&I do projeto e respectivos prazos de realização em uma linha temporal:
Recursos - valores totais do projeto agrupados pelas rubricas de equipamentos e programas de computador, implantação e ampliação de laboratórios, recursos humanos, serviços técnicos de terceiros, materiais de consumo e outros correlatos:
Resultados - Indicar principais resultados previstos, correlacionando com os macrorresultados do plano (item 3.2.3): Máximo de 1.000 caracteres.

ANEXO II
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PLANO DE PD&I - SIMPLIFICADO

1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE PD&I SIMPLIFICADO

Máximo 2.000 caracteres

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Nome da Empresa:			
Razão Social:			
Representante legal da empresa**: Cargo na empresa: Celular (com DDD)/e-mail:			
Nome do responsável pelas Informações do Plano: Cargo na empresa: Celular (com DDD)/e-mail:			
Data do preenchimento:			
Vigência do Plano:			
Dados dos produtos incentivados:			
NCM	Cód. Suframa	Descrição do Produto	Documento Aprobatório

**Em caso de representação terceirizada, encaminhar procuração.

3. GESTÃO DA PD&I

3.1 A empresa tem pessoal próprio dedicado às atividades de PD&I? [opções excludentes] ( ) Sim, pessoal próprio dedicado exclusivamente para atividades de PD&I ( ) Sim, pessoal próprio dedicado parcialmente para atividades de PD&I ( ) Sim, pessoal próprio dedicado e atividades de PD&I parcialmente terceirizadas. ( ) Não, as atividades PD&I são realizadas integralmente de forma terceirizada ( ) Não existe pessoal dedicado à PD&I, próprio ou terceirizado
3.2 Caso a empresa possua equipe própria de PD&I, responda aos itens seguintes
3.2.1 Informe o número de pessoas, do quadro da empresa, total e normalmente ocupadas em atividades de PD&I em 2020, segundo o nível de qualificação e o tempo de dedicação a estas atividades.
3.2.2 Número total de ocupações na empresa:

Ocupação segundo níveis de qualificação	Número de pessoas em dedicação exclusiva	Número de pessoas em dedicação parcial
Doutores		
Mestres		
Especialistas		
Graduados		
Nível médio ou fundamental		

3.2.3 Qual o nível de centralização das atividades de PD&I na empresa? [opções excludentes]
( ) As atividades de PD&I são centralizadas em um único departamento/área (ou estrutura similar) da empresa (ou grupo).
Localização do departamento/área: Brasil (UF):_____ Exterior (país): ____
( ) As atividades de PD&I são descentralizadas em vários departamentos/áreas (ou estruturas similares) da empresa (ou grupo), com a predominância de um destes departamentos/áreas, para o qual os demais se reportam.
Localização do departamento/área: Brasil (UF):_____ Exterior (país): ____
( ) As atividades de PD&I são descentralizadas em vários departamentos/áreas (ou estruturas similares) da empresa (ou grupo), sem a predominância de um departamento/áreas sobre as demais.

3.2.4 A empresa realiza planejamento em PD&I?
( ) Sim, porém de maneira não estruturada - não há etapas e processos formais, nem registro e acompanhamento de planos de PD&I
( ) Sim, de maneira estruturada.
( ) Sim, outros:_____
( ) Não realiza planejamento de PD&I

4. ESTRATÉGIA DA PD&I

4.1 Descrição da estratégia de PD&I da empresa para a Amazônia Ocidental e Amapá - máximo de 2.000 caracteres: Descrever resumidamente os objetivos e princípios que norteiam a empresa no exercício das atividades de PD&I na Amazônia Ocidental

4.2 Estratégia do Plano de PD&I:

4.2.1 Indique o principal elemento motivador dos objetivos estratégicos do Plano de PD&I:
( ) Desenvolvimento de novos nichos de mercado
( ) Melhoria do processo produtivo
( ) Atualização tecnológica para manter competitividade no mercado
( ) Outro:_____

4.2.2 Descreva os objetivos estratégicos do Plano de PD&I - máximo 2.000 caracteres

4.2.3 Descreva os principais desafios tecnológicos que pretende abordar e os macrorresultados que pretende atingir a partir da resolução dos desafios - máximo de 2.500 caracteres.
Conceito de 'desafio tecnológico' - Incerteza científica ou tecnológica, cuja resolução demanda atividades investigativas e de experimentação, incorre em riscos para obtenção dos resultados e gera novos conhecimentos.
Macrorresultados -indicar os macrorresultados esperados a partir da resolução dos desafios e que contribuam para os objetivos estratégicos da Lei de Informática Como referência, pode-se utilizar os resultados esperados da Lei de Informática.

5. INVESTIMENTOS EM PD&I

5.5 Valores previstos de investimentos em PD&I		
Valor total previsto para o Plano de PD&I		
Valor previsto das Contrapartidas	Ano 1	Ano 2
Valor previsto dos investimentos de PD&I	Ano 1	Ano 2
Valor previsto nos projetos internos (2,7%)	Ano 1	Ano 2
Valor previsto nos projetos externos (2,3%)	Ano 1	Ano 2

5.6 Modalidades previstas de investimentos em PD&I				
Modalidades de Investimento	Ano 1	%	Ano 2	%
Projetos de PD&I externos - ICTs credenciadas CAPDA				
Projetos de PD&I externos - ICTs públicas				
Projetos externos - Organizações Sociais				
Programas prioritários				
Fundos de Investimentos em Participações (FIPs)				
Implantação e Operação de incubadoras ou aceleradoras				
FNDCT				
SUB-TOTAIS (R$)				
Projetos de PD&I internos				
Projetos de PD&I contratados com empresas ou ICTs				
Projetos Indústria 4.0				
Projetos tecnológicos sustentáveis (PROTECSUS)				
Projetos Internos de Capacitação				
Capitalização de Startups (EBTs)				
Projetos internos - Organizações Sociais				
SUB-TOTAIS (R$)				

6. PROJETOS DE PD&I

As informações a serem apresentadas, estão organizadas por modalidade de projeto. As informações devem ser apresentadas individualmente para cada projeto.

Para cada modalidade, os projetos deverão ser numerados numa sequência. Por exemplo, no caso dos projetos internos e externos, se houver cinco projetos, eles deverão ser identificados como 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5. Para cada um deles, responder a todos os itens, de a) até f).

Não serão aceitos projetos que já foram executados em sua totalidade.

Projeto : <Código do projeto - empresa beneficiária>
Título: <máximo 100 caracteres>
Caracterização do projeto : <máximo 150 caracteres> ( ) PD&I; ( ) Capacitação; ( ) Indústria 4.0; ( ) Capitalização de Startups;
Valor estimado do Projeto: R$ xxxx
Modalidade: ( ) Totalmente executado pela empresa beneficiária; ( ) Totalmente executado pela Instituição convenente ( ) Atividade principal executada por empresa terceirizada; ( ) Parcialmente executado pela empresa beneficiária e parcialmente pela Instituição convenente
Instituição Convenente: <em caso de projeto externo>
Objetivo do Projeto: Máximo de 500 caracteres
Vínculo com os objetivos do Plano de PD&I: indicar qual(is) objetivos do Plano de PD&I este projeto se vincula (Item 4.2.2 - estratégicos do Plano de PD&I): Máximo 100 caracteres.
Resultados - Indicar principais resultados previstos, correlacionando com os macrorresultados do plano (item 4.2.3): Máximo de 1.000 caracteres.
Obs. - No preenchimento do projeto, não colocar informações que identifiquem a empresa (nome da empresa, marca, etc.)

PORTARIA PGFN/MF N° 491, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Dispõe sobre a Reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária para as Santas Casas, os Hospitais e as Entidades Beneficentes que atuam na área da Saúde (PES) de que trata o art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022, para os débitos inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme previsto pelo art. 8° da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020, o art. 10, I, do Decreto-Lei n° 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n° 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o art. 8°, § 15, da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Portaria dispõe, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sobre a reabertura, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme previsto no art. 8° da Lei n° 14.592, de 30 de maio de 2023, do Programa Especial de Regularização Tributária para as Santas Casas, os Hospitais e as Entidades Beneficentes que atuam na área da Saúde (PES), portadoras da certificação prevista na Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, instituído pelo art. 12 da Lei n° 14.375, de 21 de junho de 2022.

Art. 2° A Portaria PGFN n° 5.883, de 30 de junho de 2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° Poderão ser incluídos no programa os débitos, de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de maio de 2023 e inscritos na dívida ativa da União até a data de adesão ao Parcelamento, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício pelas santas casas, pelos hospitais e pelas entidades beneficentes que atuam na área da saúde, portadoras da certificação prevista na Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, que figurem na condição de contribuinte ou responsável.

..... " (NR)

"Art. 4° O requerimento de adesão ao parcelamento deverá ser realizado das 8h, horário de Brasília, de 1° de junho de 2023 até às 19h, horário de Brasília, de 30 de agosto de 2023 exclusivamente por meio do portal Regularize, no sítio da PGFN na Internet, no endereço http://www.regularize.pgfn.gov.br.

..... " (NR)

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA

PORTARIA NORMATIVA MF Nº 504, DE 1º DE JUNHO DE 2023 – (DOU de 02/06/2023)

Altera a Portaria MF nº 20, de 17 de fevereiro de 2023, que disciplina o julgamento realizado no âmbito das Delegacias de Julgamento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, no parágrafo único e *caput* do art. 23 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e no Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - A Portaria MF nº 20, de 17 de fevereiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º - .....

I - em primeira instância, por decisão colegiada, a impugnação ou manifestação de inconformidade relativa a contencioso administrativo fiscal cujo lançamento ou controvérsia supere sessenta salários mínimos;

....." (NR)

"Art. 18 - .....

.....

§ 4º - Aplica-se o disposto no § 3º, na hipótese de designação como julgador monocrático, desde que o processo esteja abrangido no conceito de pequeno valor.

....." (NR)

"Art. 24 - .....

.....

IV - proferir decisão monocrática, no caso de processo apreciado em primeira instância no rito do contencioso administrativo fiscal de pequeno valor.

....." (NR)

"Art. 35 - Considera-se atendida a exigência prevista no *caput* do art. 34 se o relator, nos processos submetidos ao rito especial do contencioso administrativo fiscal de pequeno valor:

....." (NR)

"Art. 36 - A decisão proferida por unanimidade que exonerar crédito tributário cujo valor seja inferior ao limite para interposição de recurso de ofício e superior a um sexto do referido limite deverá ser assinada por todos os membros do colegiado.

....." (NR)

"Art. 49 - Nos julgamentos dos processos relativos ao contencioso administrativo fiscal de pequeno valor, a decisão será proferida nos termos do disposto nesta Seção.

....." (NR)

"Art. 50 - É cabível recurso voluntário da decisão de que trata a alínea "a" do inciso II do *caput* do art. 3º, relativo ao contencioso administrativo fiscal de pequeno valor, às Turmas Recursais, no prazo de trinta dias, contado da data da ciência da decisão.

....." (NR)

"Art. 56 - Serão julgados, preferencialmente, no plenário virtual de que trata o inciso II do *caput* do art. 55 os processos de pequeno valor previstos no inciso III do *caput* do art. 3º." (NR)

Art. 2º - A Seção II do Capítulo V da Portaria MF nº 20, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Seção II

Do Rito Especial no Contencioso Administrativo Fiscal de Pequeno Valor" (NR)

Art. 3º - Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria MF nº 20, de 17 de fevereiro de 2023:

I - a alínea "b" do inciso II do art. 3º; e

II - o parágrafo único do art. 56.

Art. 4º - Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

1.03 SOLUÇÃO DE CONSULTA

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 094, DE 28 DE ABRIL DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

REGIME NÃO CUMULATIVO. CRÉDITO. INSUMO. DESPESAS. VIABILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE.

Os dispêndios para viabilização da mão de obra, tais como alimentação; cesta de Natal; cesta básica (in natura ou ticket) e apólice de seguro de vida dos empregados da pessoa jurídica que trabalham no processo de produção de bens ou na prestação de serviços, não podem ser considerados insumos para fins de apuração dos créditos da não cumulatividade da Cofins.

A previsão de referidos gastos em cláusulas de convenção ou acordo coletivo de trabalho aplicável à pessoa jurídica não lhe permite a apropriação e a utilização dos créditos da Cofins nos termos do inciso II do art. 3° da Lei n° 10.833, de 2003.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 45, de 2020, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 57, DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei n° 10.833, de 2003, art. 3°, inciso II Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 175, § 2°, inciso VI, art. 176, incisos I e II, e art. 177; Parecer Normativo Cosit/RFB n° 5, de 2018; Decreto-Lei n° 5.452, de 1943, arts. 166 e 611.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

REGIME NÃO CUMULATIVO. CRÉDITO. INSUMO. DESPESAS. VIABILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE.

Os dispêndios para viabilização da mão de obra, tais como alimentação; cesta de Natal; cesta básica (in natura ou ticket), e apólice de seguro de vida dos empregados da pessoa jurídica que trabalham no processo de produção de bens ou na prestação de serviços, não podem ser considerados insumos para fins de apuração dos créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep.

A previsão de referidos gastos em cláusulas de convenção ou acordo coletivo de trabalho aplicável à pessoa jurídica não lhe permite a apropriação e a utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep nos termos do inciso II do art. 3° da Lei n° 10.637, de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 45, de 2020, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 57, DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei n° 10.637, de 2002, art. 3°, inciso II; Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 175, § 2°, inciso VI, art. 176, incisos I e II, e art. 177; Parecer Normativo Cosit/RFB n° 5, de 2018; Decreto-Lei n° 5.452, de 1943, arts. 166 e 611.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 099, DE 15 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 02.06.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. CESSÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS. SECURITIZAÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (CCB). NÃO-POSSIBILIDADE. OBRIGATORIEDADE AO LUCRO REAL.

Empresa securitizadora que explore a atividade de aquisição de direitos creditórios lastreados em cédulas de crédito bancário (CCB) não pode optar pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido, se enquadrando na obrigatoriedade de apuração pelo Lucro Real.

Dispositivos Legais Lei n° 9.718, de 1998, art. 14, inciso VII; PN Cosit n° 5, de 2014. Resolução CMN n° 2.686, de 2000. Resolução CMN n° 4.656, de 2018.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

Para leitura do relatório completo da solução disponibilizado pela RFB, acesse: SC Cosit n° 099/2023.pdf

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 102, DE 19 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O acondicionamento ou reacondicionamento que cumprir os requisitos cumulativos presentes no § 1° do art. 6° do RIPI/2010 (com a excludente do § 2° do mesmo artigo) será considerado "para transporte", para efeitos de incidência do IPI.

O reacondicionamento de produtos em embalagens sem acabamento e rotulagem de função promocional e que não objetive valorizar o produto em razão da qualidade do material nele empregado, da perfeição do seu acabamento ou da sua utilidade adicional, caracteriza reacondicionamento para transporte e não configura operação de industrialização.

A mera colocação no envoltório plástico do nome da pessoa jurídica que proceda ao reacondicionamento para transporte não confere à embalagem a característica de embalagem de apresentação, já que a função promocional deve ser associada ao produto e não à empresa.

Dispositivos Legais: Decreto n° 7.212, de 2010 (RIPI/2010), arts. 2°, 3°, 4° e 6°; Parecer Normativo RFB/Cosit n° 19, de 2013.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 103, DE 22 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. FONOAUDIOLOGIA. PERCENTUAL PRESUNÇÃO. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.

A partir de 1° de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplicase o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa n° 50, de 2002, entre os quais se incluem os serviços de fonoaudiologia, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Tal regra não se aplica, portanto, às sociedades simples e aos empresários individuais, aos quais se aplica o percentual de 32%.

Dispositivos Legais: Lei n° 9.249, de 1995, art. 15, caput, §§ 1° , inciso III, alínea "a" , e 2° ; Lei n° 9.430, de 1996, arts. 25, inciso I; Lei n° 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, inciso VI; Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 2012, arts. 31, parágrafo único, e 38, inciso II; Instrução Normativa RFB n° 1.700, de 2017, art. 33, §§ 1° , inciso II, alínea "a" , e 3° , e art. 215; Ato Declaratório Interpretativo RFB n° 4, de 2014; Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Repetitivo n° 1.116.399/BA (Tema n° 217); Parecer SEI n° 7689/2021/ME (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN); Nota PGFN/CRJ/n° 359/2017.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador Geral

Para leitura do relatório completo da solução disponibilizado pela RFB, acesse: SC Cosit n° 103/2023.pdf

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 104, DE 22 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

O pagamento de parcelas remuneratórias devidas pela empresa, em razão de acordo, convenção e decisão em dissídio coletivo de trabalho, que retroage ao mês da data-base da respectiva categoria profissional, vincula-se aos fatos geradores ocorridos nas competências abrangidas pela retroação, o que obrigaria à retificação das bases de cálculo consideradas nos referidos fatos geradores das contribuições previdenciárias e das devidas a terceiros arrecadadas pela RFB. Todavia, o art. 80, da IN RFB n° 2.110, de 2022, traz solução prática de tratamento da situação, regulando a apuração e recolhimento das ditas contribuições sem a incidência de juros ou multas moratórias, desde que recolhidas no prazo previsto em seu § 2°, nos termos de seu § 3°.

Quanto à contribuição do segurado, será calculada mês a mês, considerando-se os valores originalmente pagos em cada uma das competências, observada a alíquota e o limite máximo do salário-de-contribuição, que não se aplica à contribuição patronal.

Embora tal necessidade de cálculo mês a mês, em relação à contribuição previdenciária do segurado empregado ou trabalhador avulso também se aplica a não incidência de juros e multas moratórias quando recolhida no referido prazo.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB n° 2.110, de 2022, arts. 27, § 3°; 29; 80; e 81.

Assunto: Normas de Administração Tributária

Não produz efeitos a dúvida de natureza operacional que foge ao escopo do instituto da consulta disciplinada na IN RFB n° 2058, de 2021, cujo objeto é a interpretação da legislação tributária e aduaneira relativa aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e sobre classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio.

CONSULTA PARCIALMENTE INEFICAZ

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB n° 2.058, de 2021, art. 1°.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.007, DE 04 DE MAIO DE 2023 - 2ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 15.05.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

PRECATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. PESSOA FÍSICA. RETENÇÃO. OBRIGATORIEDADE.

O órgão responsável pelo pagamento do precatório referente aos honorários contratuais devidos a advogado (pessoa física) deve reter o imposto sobre a renda incidente sobre o valor pago ou creditado, aplicando a tabela progressiva vigente no mês do pagamento ou crédito.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 61, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, (CTN), arts. 45, 121 e 128; Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988, arts. 2°, 3° e 7°; Lei n° 8.541, de 23 de dezembro de 1992, art. 46 e Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), aprovado pelo Decreto n° 9.580, de 22 de dezembro de 2018, arts. 34 caput e parágrafo único; 677; 681; 739, caput e §§1° ao 4°.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.009, DE 9 DE MAIO DE 2023 - 2ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 15.05.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

PREVIDÊNCIA PRIVADA. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS. INDEDUTIBILIDADE.

Os dispêndios realizados a título de contribuições extraordinárias para planos de previdência complementar, destinadas a custear déficits, não são dedutíveis da base de cálculo para fins de apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 354, DE 6 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos legais: Lei Complementar n° 109, de 2001, arts. 19 e 69; Lei n° 9.250, de 1995, art. 4°, V, 8°, II, e.

Assunto: Normas de Administração Tributária

CONSULTA À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico ou que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida ou sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária ou aduaneira.

Dispositivos legais: IN RFB n° 2058, de 2021, art. 27, II e VIII.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 4.018, DE 19 DE ABRIL DE 2023 - 4ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 22.05.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE. PGBL. IRRF. DDA. DEDUÇÃO. NÃO SUJEIÇÃO.

A contribuição previdenciária complementar, na modalidade PGBL, incidente sobre o 13° (décimo terceiro) Salário, em virtude de este ser tributado no IRPF exclusivamente na fonte, não se sujeita à dedução de até 12% (doze por cento) do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual - DAA.

Dispositivos Legais: Lei n° 9.250, de 1995, arts. 4°, inciso V, e 8°, inciso II, alínea "e"; Lei n° 9.532, de 1997, art. 11; caput, e IN RFB n° 2.060, de 2021, Anexos I e II.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 224 - COSIT, DE 12 DE MAIO DE 2017.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 5.003, DE 25 DE ABRIL DE 2023 - 5ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 26.05.2023)

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. GANHO DE CAPITAL. ISENÇÃO ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. GANHO DE CAPITAL. ISENÇÃO.

O ganho de capital auferido pela venda de imóvel, por entidade prevista no art. 15 da Lei n° 9.532, de 1997, quando se trate de situação eventual e não configure ato de natureza econômico-financeira, não prejudica a isenção do IRPJ, caso os demais requisitos legais sejam cumpridos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 70, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei n° 9.532, de 1997, arts. 12 e 15.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 5.004, DE 2 DE MAIO DE 2023 - 5ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 26.05.2023)

Assunto: Simples Nacional

Os serviços de instalação e manutenção em geral, inclusive de sistemas de ar-condicionado, são tributados pelo Anexo III da Lei Complementar n° 123, de 2006. Se esses serviços forem prestados mediante cessão ou locação de mão de obra, tal fato constitui motivo de vedação à opção pelo Simples Nacional ou mesmo de exclusão desse regime de tributação.

Caso a empresa optante pelo Simples seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços de instalação façam parte do respectivo contrato, poderá prestar o serviço mediante cessão de mão-de-obra sem prejuízo à opção pelo Simples.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA à Solução de Divergência Cosit n° 36, de 4 de dezembro de 2013 e à Solução de Consulta Cosit n° 169, de 25 de abril de 2014.

Dispositivos Legais: Lei Complementar n° 123, de 2006, artigos 17, XII, e 18, §5°-B, IX e ADI RFB n° 8, de 2103.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 5.005, DE 11 DE MAIO DE 2023 - 5ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 26.05.2023)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela remuneração por serviços de recrutamento, agenciamento e seleção de mão-de-obra não se sujeitem à retenção na fonte da Cofins, por ausência de previsão legal - não constam do rol do art. 30 da Lei n° 10.833, de 2003, nem tampouco do art. 714, § 1°, do RIR 2018.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA à Solução de Consulta Cosit n° 50, de 20 de fevereiro de 2014.

Dispositivos Legais: Lei n° 10.833, de 2003, art. 30; Instrução Normativa SRF n° 459, de 2004, arts. 1° e 2°; Decreto n° 9.580, de 2018 (RIR 2018), art. 714; Parecer Normativo CST n° 8, de 1986, §§ 11 a 13.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela remuneração por serviços de recrutamento, agenciamento e seleção de mão-de-obra não se sujeitem à retenção na fonte do PIS por ausência de previsão legal - não constam do rol do art. 30 da Lei n° 10.833, de 2003, nem tampouco do art. 714, § 1°, do RIR 2018.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA à Solução de Consulta Cosit n° 50, de 20 de fevereiro de 2014.

Dispositivos Legais: Lei n° 10.833, de 2003, art. 30; Instrução Normativa SRF n° 459, de 2004, arts. 1° e 2°; Decreto n° 9.580, de 2018 (RIR 2018), art. 714; Parecer Normativo CST n° 8, de 1986, §§ 11 a 13.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

2.00 ASSUNTOS ESTADUAIS

2.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

DECRETO N° 67.727, DE 29 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 30.05.2023)

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, e dá outras providências.

TARCÍSIO DE FREITAS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, no Convênio ICMS 199/22, de 22 de dezembro de 2022, e no Convênio ICMS 15/23, de 31 de março de 2023,

DECRETA:

Artigo 1° Passam a vigorar, com a redação que se segue, os dispositivos adiante indicados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000:

I - o inciso XIV do "caput" do artigo 115:

"XIV - saídas de combustíveis sujeitos ao regime de tributação monofásica, nos termos previstos em acordos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal, promovidas pelo estabelecimento refinador de petróleo ou por estabelecimento formulador de combustíveis:

a) no período de 1° (primeiro) a 10 (dez) de cada mês, observado o disposto no § 6°, no dia 25 (vinte e cinco) do mesmo mês;

b) no período de 11 (onze) a 27 (vinte e sete) de cada mês, observado o disposto no § 6°, até o 3° (terceiro) dia útil do mês subsequente ao das saídas;"; (NR)

II - o § 3° do artigo 3° do Anexo IV:

"§ 3° - Em relação ao estabelecimento refinador de petróleo e suas bases, quanto às operações com combustíveis sujeitos ao regime de tributação monofásica, nos termos estabelecidos em acordos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal, observar-se-á o que segue:

1 - deverá ser recolhido, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador - CPR 1100, o restante do imposto devido, assim considerado o valor total do imposto apurado a recolher, deduzido os recolhimentos efetuados conforme inciso XIV do "caput" do artigo 115 deste regulamento;

2 - o restante do imposto devido a ser recolhido conforme previsto no item 1, poderá ser compensado com eventual saldo credor mantido pelo contribuinte, sendo permitida, nesse caso, a compensação de imposto com até 100% (cem por cento) do valor total do imposto repassado no mês correspondente, nos termos de acordo firmado entres as unidades federadas, na hipótese de ser apurado preliminarmente saldo credor a transportar para o período seguinte.".(NR)

Artigo 2° Fica acrescentado, com a redação que se segue, o item 3 ao § 6° do artigo 115 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000:

"3 - o débito fiscal a recolher poderá ser compensado com eventual saldo credor mantido pelo contribuinte." (NR)

Artigo 3° Excepcionalmente, em relação às operações com combustíveis sujeitos ao regime de tributação monofásica, nos termos estabelecidos em acordos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal, promovidas no período de 1° a 31 de maio de 2023, não se aplica o previsto na alínea "a" dos itens 1 e 2 do § 3° do artigo 3° do Anexo IV do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000.

Artigo 4° Este decreto entra em vigor:

I - na data de sua publicação, relativamente ao artigo 3°;

II - em 1° de junho de 2023, relativamente aos demais artigos.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de maio de 2023.

TARCÍSIO DE FREITAS

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Secretário-Chefe da Casa Civil

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

GILBERTO KASSAB
Secretário de Governo e Relações Institucionais

Publicado na Casa Civil, aos 29 de maio de 2023.

PORTARIA SRE N° 039, DE 29 DE MAIO DE 2023 (*) - (DOE de 30.05.2023)

Altera a Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista o disposto no artigo 250-A do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000, expede a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1° Passam a vigorar, com a redação que se segue, as tabelas a seguir indicadas da Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009:

I - a Tabela 5.1.1 do Anexo VI:

"

Códigos da tabela 5.1.1 para São Paulo		Períodos de apuração em que poderão ser utilizados os códigos	
Código	Descrição	Início	Fim
SP000202	Diferença de imposto apurada por contribuinte	01/2015	

SP000206	Entrada de mercadoria com imposto a pagar ou utilização de serviços com imposto a pagar	01/2015	
SP000207	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado ou utilização de serviço iniciado fora do território paulista - Diferencial de alíquota	01/2015	
SP000208	Complemento do imposto por contribuinte substituído - Complemento de Substituição Tributária	01/2015	
SP000209	Ressarcimento de substituição tributária por Pedido de Liquidação de Débito Fiscal	01/2015	
SP000210	Ressarcimento de substituição tributária por Nota Fiscal de Ressarcimento	01/2015	
SP000211	Ressarcimento de substituição tributária por Pedido de Ressarcimento	01/2015	
SP000212	Estabelecimento que receber de outro Estado, mercadoria abrangida pela substituição tributária, quando a responsabilidade pelo pagamento do imposto seja a ele atribuída - valor do imposto incidente sobre sua própria operação	01/2015	
SP000213	Sujeito passivo por substituição que realizar operação fora do estabelecimento, sem destinatário certo, com mercadoria abrangida pela Substituição Tributária - ICMS próprio em remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP000214	Entrada de resíduo de materiais em estabelecimento industrial	01/2015	
SP000215	Entrada de metais não-ferrosos em estabelecimentos industriais. (Validade até a referência 08/2000)	01/2015	
SP000216	Remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	09/2015
SP000217	Diferença paga por empresa seguradora relativamente a peças adquiridas para emprego em conserto de veículo acidentado	01/2015	
SP000218	Transferência de saldo credor para estabelecimento centralizador	01/2015	
SP000219	Recebimento de saldo devedor - estabelecimento centralizador	01/2015	
SP000220	Devolução de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP000221	Apropriação de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP000222	Transferência de crédito acumulado - Protocolo ICM 12/84	01/2015	
SP000223	Devolução de crédito recebido de Produtor Rural ou Cooperativa de Produtores Rurais mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP000224	Imposto devido na prestação de serviço de comunicação a usuário localizado neste Estado, na hipótese de inexistência de estabelecimento do prestador no território paulista	01/2015	
SP000225	Transferência de Crédito Simples do ICMS, decorrente da entrada de bem destinado ao ativo permanente	01/2015	
SP000226	Transferência de crédito do ICMS para cooperativa centralizadora de vendas	01/2015	
SP000227	Débito relativo ao estoque de mercadoria incluída no regime da substituição tributária	02/2020	
SP000287	Parcela do diferencial de alíquota decorrente de operações e prestações que destinem bens e serviços a não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade federada, líquida das devoluções (EC 87/2015)	01/2016	
SP000299	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP009999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP010301	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou for objeto de roubo, furto ou extravio	01/2015	
SP010302	Estorno de imposto creditado quando o serviço tomado ou a mercadoria adquirida for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada	01/2015	
SP010303	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria adquirida for integrada ou consumida em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída não for tributada ou estiver isenta do imposto	01/2015	
SP010304	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria adquirida for integrada ou consumida em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída tiver base de cálculo reduzida	01/2015	
SP010305	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de café cru, em coco ou em grão	01/2015	
SP010306	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de gado em pé bovino e suíno	01/2015	
SP010307	Ativo Permanente - transferência de crédito remanescente	01/2015	
SP010308	Saídas de produtos agrícolas - ICMS recolhido pelo armazém geral, por guia de recolhimentos especiais	01/2015	
SP010309	Uso ou consumo da mercadoria ou serviço destinado à comercialização ou Industrialização	01/2015	
SP010310	Estorno do imposto creditado na ocorrência 007.08	01/2015	

SP010311	Estorno de imposto creditado nos termos do Artigo 5° da Portaria SRE 09/2022	07/2023	
SP010312	Estorno de imposto creditado nos termos do Artigo 5° da Portaria CAT 55/2017	07/2023	
SP010313	Estorno de imposto creditado nos termos do Artigo 5° da Portaria CAT 35/2017	07/2023	
SP010399	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP019319	Transferência do saldo apurado correspondente ao ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, do registro de apuração de operações próprias do ICMS para o registro de controle de créditos fiscais do ICMS (1200)	01/2017	12/2018
SP020708	Importação de bem ou mercadoria com direito a crédito de ICMS	01/2015	
SP020709	Crédito outorgado sobre o imposto devido na prestação de serviço de transporte, exceto aéreo	01/2015	06/2023
SP020710	Imposto pago indevidamente, em virtude de erro de fato ocorrido na escrituração dos livros fiscais ou no preparo da guia de recolhimento	01/2015	
SP020711	Imposto correspondente à diferença verificada entre a importância recolhida e a apurada decorrente do desenquadramento do regime de estimativa	01/2015	
SP020712	Imposto pago indevidamente, objeto de pedido administrativo de restituição quando a decisão não tiver sido proferida no prazo de 45 dias, contados da data do respectivo pedido	01/2015	
SP020713	Imposto pago indevidamente em razão de destaque a maior em documento fiscal, até o limite estabelecido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento	01/2015	
SP020714	Valor do imposto destacado na nota fiscal relativa à aquisição de bem, objeto de arrendamento mercantil pela empresa arrendadora, por ocasião da entrada no estabelecimento	01/2015	
SP020716	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais nas saídas de álcool carburante e de produtos resultantes da industrialização do petróleo	01/2015	
SP020717	Imposto recolhido pelo destinatário por guia de recolhimentos especiais, relativo a serviço tomado ou mercadoria entrada no estabelecimento	01/2015	
SP020718	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou utilização de serviço iniciado noutro Estado - Diferencial de alíquota	01/2015	
SP020719	Ressarcimento de substituição tributária, por estabelecimento de contribuinte substituído	01/2015	
SP020720	Compensação de imposto pago na operação própria do substituto, por estabelecimento de contribuinte substituído, relativamente a operações com veículos	01/2015	
SP020721	Crédito relativo à operação própria do substituto em operação interestadual promovida pelo contribuinte substituído	01/2015	
SP020722	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com café cru	01/2015	
SP020723	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais pelo abate de gado	01/2015	
SP020724	Crédito outorgado - Abate de bovinos e suínos	01/2015	06/2023
SP020725	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com gado em pé	01/2015	
SP020726	Imposto relativo à entrada de gado em pé originário de outro Estado	01/2015	
SP020727	Recolhimento em outros Estados nas operações de vendas fora do estabelecimento	01/2015	
SP020728	Na desistência de ressarcimento por Nota Fiscal de Ressarcimento, Pedido de Ressarcimento ou Pedido de Liquidação de Débito Fiscal - Reincorporação do imposto	01/2015	
SP020729	Transferência de saldo devedor para estabelecimento centralizador	01/2015	
SP020730	Recebimento de saldo credor - Estabelecimento centralizador	01/2015	
SP020731	Crédito outorgado - Abate de aves	01/2015	06/2023
SP020732	Crédito outorgado - Outros produtos alimentícios	01/2015	06/2023
SP020733	Crédito outorgado - Informática periférico	01/2015	06/2023
SP020734	Crédito outorgado - Telefone celular	01/2015	06/2023
SP020735	Crédito outorgado - Unidade de processamento	01/2015	06/2023
SP020736	Crédito outorgado - Informática outros	01/2015	06/2023
SP020737	Crédito outorgado - Leite Esterilizado UHT (longa vida)	01/2015	06/2023
SP020738	Crédito outorgado - Adesivo Hidroxilado - garrafas PET	01/2015	06/2023
SP020739	Valor destinado ao Programa de Ação Cultural - PAC	01/2015	
SP020740	Recebimento de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020741	Reincorporação de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020742	Valor destinado ao Programa de Incentivo ao Esporte - PIE	01/2015	

SP020743	Recebimento de Crédito Acumulado - Protocolo ICM 12/84	01/2015	
SP020744	Recebimento de crédito de estabelecimento de Produtor Rural ou de estabelecimento de Cooperativas de Produtores Rurais mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020745	Incorporação de Crédito por estabelecimento de Cooperativas de Produtores Rurais mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020746	Crédito oriundo de serviço de comunicação utilizado na prestação de serviço de mesma natureza a usuário localizado neste Estado, na hipótese de inexistência de estabelecimento do prestador no território paulista	01/2015	
SP020747	Recebimento de Crédito Simples do ICMS, a que se refere o Decreto 56.133/2010	01/2015	
SP020748	Recebimento de crédito do ICMS de estabelecimento fabricante de açúcar ou etanol	01/2015	
SP020749	Ressarcimento de Substituição Tributária - Compensação Escritural mediante autorização eletrônica	05/2018	
SP020750	Crédito relativo ao estoque de mercadoria excluída do regime da substituição tributária	02/2020	
SP020751	Crédito outorgado - Convênio ICMS 116/2022	08/2022	12/2022
SP020752	Crédito outorgado - Acetona e Bisfenol	07/2023	
SP020753	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais nas saídas por imposição de regime especial	03/2023	
SP020770	Transferência do ICMS próprio devido ao FECOEP para apuração específica	02/2016	
SP020799	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP030801	Devolução de mercadoria oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou de utilização de serviço iniciado em outro Estado	01/2015	
SP030802	Regularização de documentos fiscais em virtude de diferença no preço, em operação ou prestação, ou na quantidade de mercadoria, quando a regularização se efetuar após o período de apuração	01/2015	
SP030803	Lançamento do imposto, não efetuado em época própria, em virtude de erro de cálculo ou de classificação fiscal, ou outro, quando a regularização se efetuar após o período de apuração	01/2015	
SP030804	Imposto relativo a operações realizadas pelo sujeito passivo por substituição fora do estabelecimento com mercadoria abrangida pela substituição tributária - Estorno do ICMS próprio no retorno - Venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP030805	Operações com café cru - Imposto a ser recolhido em período posterior	01/2015	
SP030806	Imposto destacado em Nota Fiscal de remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	09/2015
SP030807	Estorno de débito decorrente de cancelamento de BP-e escriturado com débito do imposto	12/2018	
SP030899	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP041499	Deduções - RPA - ST - RES	01/2015	
SP100201	Imposto retido em remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP100202	ICMS retido nas vendas efetuadas a revendedores ambulantes para revenda no sistema porta-a-porta para consumidores finais	01/2015	
SP100203	Outros débitos - Anexo VI-M - Convênio ICMS n° 199/2022	05/2023	
SP100299	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP110399	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP120701	Ressarcimento de imposto retido por nota fiscal	01/2015	
SP120702	Dedução de imposto retido - Ressarcimento por depósito bancário	01/2015	
SP120703	Ressarcimento relativo a operações interestaduais com combustíveis	01/2015	
SP120704	Repasse a outras Unidades Federadas relativo a operações interestaduais com combustíveis	01/2015	
SP120705	Outros créditos - Anexo VI-M - Convênio ICMS n° 199/2022	05/2023	
SP120753	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais nas saídas por imposição de regime especial	03/2023	
SP120799	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP130801	Estorno de imposto retido no retorno - Venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP130899	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP141499	Deduções - RPA - ST - RES	01/2015	
SP109999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP019999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP119999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP029999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015

SP129999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP039999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP139999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP049999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP149999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP059999	Débito especial de ICMS	01/2009	
SP159999	Débito especial de ICMS-ST	01/2009	
SP099999	Controle do ICMS extra-apuração	01/2013	03/2015
SP209999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP219999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP229999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP239999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP249999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP259999	Débito especial de ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP120770	Transferência do ICMS ST devido ao FECOEP para apuração específica	02/2016	
SP029719	Transferência do total de créditos de ressarcimento do imposto retido por substituição tributária a ser utilizado no período (campo 06 do Registro 1200) para o registro de apuração de operações próprias do ICMS	01/2017	12/2018
SP099719	Código de controle do saldo de créditos fiscais decorrentes do ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, de uso exclusivo no Registro 1200	01/2017	12/2018
SP209999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP219999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP229999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP239999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP249999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS Difal	01/2017	
SP259999	Débito especial de ICMS Difal	01/2017	
SP309999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS-FCP	01/2017	
SP319999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS-FCP	01/2017	
SP329999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS-FCP.	01/2017	
SP339999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS-FCP	01/2017	
SP349999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS-FCP.	01/2017	
SP359999	Débito especial de ICMS-FCP	01/2017	
SP090001	Uso determinado por regime especial - Controle de créditos de ressarcimento de ST ou antecipação por determinação de regime especial	07/2020	
SP090002	Código de controle do saldo de créditos fiscais decorrentes do tratamento tributário diferenciado no diferimento de ICMS do B100, pela Portaria SRE 109/22, de uso exclusivo no Registro 1200	10/2022	
SP019001	Uso determinado por regime especial - Transferência do valor creditado a título de ressarcimento de ST ou antecipação, da apuração de operações próprias do ICMS para o controle de créditos fiscais do ICMS (registro 1200)	07/2020	
SP029001	Uso determinado por regime especial - Utilização de créditos de ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, ou antecipado, na apuração do ICMS de operações próprias	07/2020	
SP029002	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais para entradas interestaduais (Artigo 426A) - parcela correspondente a ICMS sobre operação própria	07/2020	
SP129001	Uso determinado por regime especial - Utilização de créditos de ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, ou antecipado, na apuração do ICMS-ST	07/2020	
SP129002	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais para entradas interestaduais (Artigo 426-A) - parcela correspondente a ICMS sobre operações subsequentes	07/2020	

” (NR);

II - a Tabela 5.3 do Anexo VIII:

“

Códigos da tabela 5.3 para São Paulo		Períodos de apuração em que poderão ser utilizados os códigos	
Código	**Descrição**	**Início**	**Fim**

SP10090307	Indústria de Informática - Crédito Outorgado - Decreto n° 51.624/07	07/2023	
SP10090311	Transporte - Crédito Outorgado - Artigo 11 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090312	Transporte Aéreo - Crédito Outorgado - Artigo 12 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090313	Lã ou Palha de Aço ou Ferro - Crédito Outorgado - Artigo 13 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090314	Adesivo Hidroxilado - Garrafas PET - Crédito Outorgado - Artigo 14 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090321	Obras de Arte - Crédito Outorgado - Artigo 21 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090326	Embarcações de Recreio ou de Esporte - Crédito Outorgado - Artigo 26 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090334	Fabricação de Móveis - Crédito Outorgado - Artigo 34 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090336	Pá Carregadeira de Rodas e Escavadeira Hidráulica - Crédito Outorgado - Artigo 36 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090337	Cátodo de Cobre - Crédito Outorgado - Artigo 37 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090338	Tubos de Aço - Crédito Outorgado - Artigo 38 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090340	Carne - Saída Interna - Crédito Outorgado - Artigo 40 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090342	Máquina Semiautomática sem Centrífuga - Crédito Outorgado - Artigo 42 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090343	Calçado - Crédito Outorgado - Artigo 43 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090344	Amigos do Bem - Crédito Outorgado - Artigo 44 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090345	Biodiesel - Crédito Outorgado - Artigo 45 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090346	Sucos - Crédito Outorgado - Artigo 46 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090718	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou utilização de serviço iniciado noutro Estado - Diferencial de alíquota - Artigo 117, I, do RICMS/00	01/2016	
SP10090719	Ressarcimento de substituição tributária, por estabelecimento de contribuinte substituído - Artigo s 269 e 270 do RICMS/00	01/2016	12/2018
SP10090721	Crédito relativo à operação própria do substituto em operação interestadual promovida pelo contribuinte substituído - Artigo 271 do RICMS/00	01/2016	12/2018
SP10090722	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com café cru. Artigo 344, II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090723	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais pelo abate de gado. Artigo 367, § 2° e Artigo 381, I, do RICMS/00	01/2016	
SP10090725	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com gado em pé - Artigo 380, II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090726	Imposto relativo à entrada de gado em pé originário de outro Estado - Artigo 381, II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090748	Recebimento de crédito do ICMS de estabelecimento fabricante de açúcar ou etanol - Artigo 70-I do RICMS/00	01/2016	
SP10090749	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações próprias - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP10090750	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações próprias - Artigo 426-A do RICMS, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP10090751	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por fabricante, cooperativa de produtores ou empresa comercializadora de etanol localizado em território paulista não credenciado nos termos do artigo 418-A para destinatário diverso do indicado no inciso II - Artigo 418-B,III-a, do RICMS/00	01/2016	
SP10090752	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por distribuidor de combustíveis localizado em território paulista não credenciado - Artigo 418-C,II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090753	Amendoim - Crédito Outorgado - Artigo 2 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090754	Malte para a fabricação de cerveja ou chope - Crédito Outorgado - Artigo 15 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090755	Farinha de trigo e produtos resultantes de sua industrialização - Crédito Presumido - Artigo 22 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090756	Aquisição de leite cru para produção de queijo ou requeijão - Crédito Outorgado - Artigo 24 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	

SP10090757	Feijão - Crédito Presumido - Artigo 25 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090758	Aves/produtos do abate em frigorífico paulista - Crédito Presumido - Artigo 27 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090759	Amido e fécula da mandioca - Crédito Presumido - Artigo 28 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090760	Produtos da mandioca - Crédito Presumido - Artigo 29 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090761	Carne - Aquisição pela indústria - Crédito Outorgado - Artigo 31 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	09/2022
SP10090762	Leite longa vida - Crédito Outorgado - Artigo 32 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090763	Iogurte e leite fermentado - Crédito Outorgado - Artigo 33 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090764	Aves/produtos do abate em frigorífico paulista - Crédito Outorgado - Artigo 35 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090765	Tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo - Crédito Outorgado - Artigo 39 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090766	Produtos alimentícios - Crédito Presumido - Decreto 51.598/2007 - Regime especial	01/2016	
SP10090767	Saída interna com produto têxtil - Crédito Outorgado - Artigo 41 do Anexo III do RICMS/00	09/2018	
SP11090704	Repasse a outras Unidades Federadas relativo a operações interestaduais com combustíveis - Cláusula Vigésima Segunda, § 1°, do Convênio ICMS 110/2007	01/2016	
SP11090705	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 2, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP11090706	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 2, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP11090707	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por fabricante, cooperativa de produtores ou empresa comercializadora de etanol localizado em território paulista não credenciado nos termos do artigo 418-A para destinatário suspenso da condição de substituto tributário - Artigo 418-B,III-b, do RICMS/00	01/2016	
SP11090708	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por distribuidor de combustíveis localizado em território paulista não credenciado - Artigo 418-C,II, do RICMS/00	01/2016	
SP20090805	Operações com café cru: imposto a ser recolhido em período posterior - Artigo 344, III, do RICMS/00	01/2016	
SP20090807	Estorno de débito correspondente a CT-e / CT-e OS substituído, escriturado com débito do imposto, por ocasião da escrituração de CT-e / CT-e OS de substituição	06/2023	
SP20090808	Estorno de débito correspondente a BP-e substituído, escriturado com débito do imposto, por ocasião da escrituração de BP-e de substituição	12/2018	
SP40090207	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado ou utilização de serviço iniciado fora do território paulista - Diferencial de alíquota - Artigo 117, II, do RICMS/00	01/2016	
SP40090226	Transferência de crédito do ICMS para cooperativa centralizadora de vendas - Artigo 70-I do RICMS/00	01/2016	
SP40090227	Pagamento Antecipado a título de imposto incidente sobre sua própria operação, com IVA-ST - Artigo 277, § 2°, 1-a) ou 2, do RICMS/00	01/2016	
SP40090228	Pagamento Antecipado a título de imposto incidente sobre sua própria operação, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 2°, 1-a) ou 2, do RICMS/00	01/2016	
SP40090229	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por fabricante, cooperativa de produtores ou empresa comercializadora de etanol localizado em território paulista não credenciado com destino a contribuinte credenciado - Artigo 418-B-II, do RICMS/00	01/2016	
SP40090230	Diferimento de cana-de-açúcar e outras matérias-primas relacionadas no artigo 345 do RICMS/00 para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento fabricante - Artigo 345 do RICMS/00	01/2016	
SP41090203	Pagamento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes, com IVA-ST - Artigo 277, § 2°, 1-b), do RICMS/00	01/2016	
SP41090204	Pagamento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 2°, 1-b), do RICMS/00	01/2016	

SP50000319	Dedução do ressarcimento de substituição tributária, por estabelecimento de contribuinte substituído (artigos 269 e 270 do RICMS/00), na entrada por devolução ou retorno da mercadoria	01/2017	12/2018
SP50000321	Estorno do crédito de ICMS relativo à operação própria do remetente, anteriormente apropriado conforme artigo 271 do RICMS/00, na entrada por devolução ou retorno da mercadoria	01/2017	12/2018
SP50090301	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou for objeto de roubo, furto ou extravio - Artigo 67, I, do RICMS/00	01/2016	
SP50090305	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de café cru, em coco ou em grão - Artigo 339, parágrafo único, do RICMS/00	01/2016	
SP50090306	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de gado em pé bovino e suíno - Artigo 371, parágrafo único, do RICMS/00	01/2016	
SP50090309	Uso ou consumo da mercadoria ou serviço destinado à comercialização ou Industrialização - Artigo 67, V, do RICMS/00	01/2016	
SP50090311	Estorno de crédito correspondente a CT-e / CT-e OS substituído, escriturado com crédito do imposto, por ocasião da escrituração de CT-e / CT-e OS de substituição	06/2023	
SP90090101	Operação abrangida por Regime Especial solicitado pelo contribuinte (campo informativo de concessão e uso de Regime Especial) - Artigo 479-A, do RICMS/00	01/2016	
SP90090102	Saída por Retorno Simbólico de Produtos Industrializados por Encomenda, pelo estabelecimento industrializador - Artigo 408, II, b), do RICMS/00	01/2016	
SP90090103	Entrada por Retorno Simbólico de Produtos Industrializados por Encomenda, pelo estabelecimento autor da encomenda - Artigo 408, II, b), do RICMS/00	01/2016	
SP90090104	Valor correspondente à coluna Isentas/Não tributadas e Outras (artigos 214 e 215 do RICMS/00)	07/2018	
SP90090105	Informações sobre o cálculo do recolhimento antecipado do imposto retido incidente sobre entradas interestaduais - Artigo 426-A do RICMS, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	07/2020	
SP90090278	Valor correspondente ao ICMS ST na condição de substituído (artigo 278, § 1°, do RICMS/00)	07/2018	
SP90090106	Informações sobre o cálculo do recolhimento antecipado do imposto retido incidente sobre entradas interestaduais - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	07/2020	

" (NR).

Artigo 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Retificada no DOE de 31.05.2023, por ter saído com incorreções no original.

PORTARIA SRE N° 040, DE 29 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 30.05.2023)

Altera a Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista o disposto no artigo 250-A do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000, expede a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1° Passam a vigorar, com a redação que se segue, as tabelas a seguir indicadas da Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009:

I - a Tabela 5.1.1 do Anexo VI:

“

Códigos da tabela 5.1.1 para São Paulo		Períodos de apuração em que poderão ser utilizados os códigos	
Código	Descrição	Início	Fim
SP000202	Diferença de imposto apurada por contribuinte	01/2015	
SP000206	Entrada de mercadoria com imposto a pagar ou utilização de serviços com imposto a pagar	01/2015	
SP000207	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado ou utilização de serviço iniciado fora do território paulista - Diferencial de alíquota	01/2015	
SP000208	Complemento do imposto por contribuinte substituído - Complemento de Substituição Tributária	01/2015	
SP000209	Ressarcimento de substituição tributária por Pedido de Liquidação de Débito Fiscal	01/2015	
SP000210	Ressarcimento de substituição tributária por Nota Fiscal de Ressarcimento	01/2015	
SP000211	Ressarcimento de substituição tributária por Pedido de Ressarcimento	01/2015	
SP000212	Estabelecimento que receber de outro Estado, mercadoria abrangida pela substituição tributária, quando a responsabilidade pelo pagamento do imposto seja a ele atribuída - valor do imposto incidente sobre sua própria operação	01/2015	
SP000213	Sujeito passivo por substituição que realizar operação fora do estabelecimento, sem destinatário certo, com mercadoria abrangida pela Substituição Tributária - ICMS próprio em remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP000214	Entrada de resíduo de materiais em estabelecimento industrial	01/2015	
SP000215	Entrada de metais não-ferrosos em estabelecimentos industriais. (Validade até a referência 08/2000)	01/2015	
SP000216	Remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	09/2015
SP000217	Diferença paga por empresa seguradora relativamente a peças adquiridas para emprego em conserto de veículo acidentado	01/2015	
SP000218	Transferência de saldo credor para estabelecimento centralizador	01/2015	
SP000219	Recebimento de saldo devedor - estabelecimento centralizador	01/2015	
SP000220	Devolução de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP000221	Apropriação de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP000222	Transferência de crédito acumulado - Protocolo ICM 12/84	01/2015	
SP000223	Devolução de crédito recebido de Produtor Rural ou Cooperativa de Produtores Rurais mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP000224	Imposto devido na prestação de serviço de comunicação a usuário localizado neste Estado, na hipótese de inexistência de estabelecimento do prestador no território paulista	01/2015	
SP000225	Transferência de Crédito Simples do ICMS, decorrente da entrada de bem destinado ao ativo permanente	01/2015	
SP000226	Transferência de crédito do ICMS para cooperativa centralizadora de vendas	01/2015	
SP000227	Débito relativo ao estoque de mercadoria incluída no regime da substituição tributária	02/2020	
SP000287	Parcela do diferencial de alíquota decorrente de operações e prestações que destinem bens e serviços a não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade federada, líquida das devoluções (EC 87/2015)	01/2016	
SP000299	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP009999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP010301	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou for objeto de roubo, furto ou extravio	01/2015	
SP010302	Estorno de imposto creditado quando o serviço tomado ou a mercadoria adquirida for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada	01/2015	
SP010303	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria adquirida for integrada ou consumida em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída não for tributada ou estiver isenta do imposto	01/2015	
SP010304	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria adquirida for integrada ou consumida em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída tiver base de cálculo reduzida	01/2015	
SP010305	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de café cru, em coco ou em grão	01/2015	

SP010306	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de gado em pé bovino e suíno	01/2015	
SP010307	Ativo Permanente - transferência de crédito remanescente	01/2015	
SP010308	Saídas de produtos agrícolas - ICMS recolhido pelo armazém geral, por guia de recolhimentos especiais	01/2015	
SP010309	Uso ou consumo da mercadoria ou serviço destinado à comercialização ou Industrialização	01/2015	
SP010310	Estorno do imposto creditado na ocorrência 007.08	01/2015	
SP010311	Estorno de imposto creditado nos termos do Artigo 5° da Portaria SRE 09/2022	07/2023	
SP010312	Estorno de imposto creditado nos termos do Artigo 5° da Portaria CAT 55/2017	07/2023	
SP010313	Estorno de imposto creditado nos termos do Artigo 5° da Portaria CAT 35/2017	07/2023	
SP010399	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP019319	Transferência do saldo apurado correspondente ao ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, do registro de apuração de operações próprias do ICMS para o registro de controle de créditos fiscais do ICMS (1200)	01/2017	12/2018
SP020708	Importação de bem ou mercadoria com direito a crédito de ICMS	01/2015	
SP020709	Crédito outorgado sobre o imposto devido na prestação de serviço de transporte, exceto aéreo	01/2015	06/2023
SP020710	Imposto pago indevidamente, em virtude de erro de fato ocorrido na escrituração dos livros fiscais ou no preparo da guia de recolhimento	01/2015	
SP020711	Imposto correspondente à diferença verificada entre a importância recolhida e a apurada decorrente do desenquadramento do regime de estimativa	01/2015	
SP020712	Imposto pago indevidamente, objeto de pedido administrativo de restituição quando a decisão não tiver sido proferida no prazo de 45 dias, contados da data do respectivo pedido	01/2015	
SP020713	Imposto pago indevidamente em razão de destaque a maior em documento fiscal, até o limite estabelecido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento	01/2015	
SP020714	Valor do imposto destacado na nota fiscal relativa à aquisição de bem, objeto de arrendamento mercantil pela empresa arrendadora, por ocasião da entrada no estabelecimento	01/2015	
SP020716	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais nas saídas de álcool carburante e de produtos resultantes da industrialização do petróleo	01/2015	
SP020717	Imposto recolhido pelo destinatário por guia de recolhimentos especiais, relativo a serviço tomado ou mercadoria entrada no estabelecimento	01/2015	
SP020718	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou utilização de serviço iniciado noutro Estado - Diferencial de alíquota	01/2015	
SP020719	Ressarcimento de substituição tributária, por estabelecimento de contribuinte substituído	01/2015	
SP020720	Compensação de imposto pago na operação própria do substituto, por estabelecimento de contribuinte substituído, relativamente a operações com veículos	01/2015	
SP020721	Crédito relativo à operação própria do substituto em operação interestadual promovida pelo contribuinte substituído	01/2015	
SP020722	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com café cru	01/2015	
SP020723	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais pelo abate de gado	01/2015	
SP020724	Crédito outorgado - Abate de bovinos e suínos	01/2015	06/2023
SP020725	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com gado em pé	01/2015	
SP020726	Imposto relativo à entrada de gado em pé originário de outro Estado	01/2015	
SP020727	Recolhimento em outros Estados nas operações de vendas fora do estabelecimento	01/2015	
SP020728	Na desistência de ressarcimento por Nota Fiscal de Ressarcimento, Pedido de Ressarcimento ou Pedido de Liquidação de Débito Fiscal - Reincorporação do imposto	01/2015	
SP020729	Transferência de saldo devedor para estabelecimento centralizador	01/2015	
SP020730	Recebimento de saldo credor - Estabelecimento centralizador	01/2015	
SP020731	Crédito outorgado - Abate de aves	01/2015	06/2023
SP020732	Crédito outorgado - Outros produtos alimentícios	01/2015	06/2023
SP020733	Crédito outorgado - Informática periférico	01/2015	06/2023
SP020734	Crédito outorgado - Telefone celular	01/2015	06/2023
SP020735	Crédito outorgado - Unidade de processamento	01/2015	06/2023

SP020736	Crédito outorgado - Informática outros	01/2015	06/2023
SP020737	Crédito outorgado - Leite Esterilizado UHT (longa vida)	01/2015	06/2023
SP020738	Crédito outorgado - Adesivo Hidroxilado - garrafas PET	01/2015	06/2023
SP020739	Valor destinado ao Programa de Ação Cultural - PAC	01/2015	
SP020740	Recebimento de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020741	Reincorporação de crédito acumulado mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020742	Valor destinado ao Programa de Incentivo ao Esporte - PIE	01/2015	
SP020743	Recebimento de Crédito Acumulado - Protocolo ICM 12/84	01/2015	
SP020744	Recebimento de crédito de estabelecimento de Produtor Rural ou de estabelecimento de Cooperativas de Produtores Rurais mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020745	Incorporação de Crédito por estabelecimento de Cooperativas de Produtores Rurais mediante autorização eletrônica	01/2015	
SP020746	Crédito oriundo de serviço de comunicação utilizado na prestação de serviço de mesma natureza a usuário localizado neste Estado, na hipótese de inexistência de estabelecimento do prestador no território paulista	01/2015	
SP020747	Recebimento de Crédito Simples do ICMS, a que se refere o Decreto 56.133/2010	01/2015	
SP020748	Recebimento de crédito do ICMS de estabelecimento fabricante de açúcar ou etanol	01/2015	
SP020749	Ressarcimento de Substituição Tributária - Compensação Escritural mediante autorização eletrônica	05/2018	
SP020750	Crédito relativo ao estoque de mercadoria excluída do regime da substituição tributária	02/2020	
SP020751	Crédito outorgado - Convênio ICMS 116/2022	08/2022	12/2022
SP020752	Crédito outorgado - Acetona e Bisfenol	07/2023	
SP020753	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais nas saídas por imposição de regime especial	03/2023	
SP020770	Transferência do ICMS próprio devido ao FECOEP para apuração específica	02/2016	
SP020799	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP030801	Devolução de mercadoria oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou de utilização de serviço iniciado em outro Estado	01/2015	
SP030802	Regularização de documentos fiscais em virtude de diferença no preço, em operação ou prestação, ou na quantidade de mercadoria, quando a regularização se efetuar após o período de apuração	01/2015	
SP030803	Lançamento do imposto, não efetuado em época própria, em virtude de erro de cálculo ou de classificação fiscal, ou outro, quando a regularização se efetuar após o período de apuração	01/2015	
SP030804	Imposto relativo a operações realizadas pelo sujeito passivo por substituição fora do estabelecimento com mercadoria abrangida pela substituição tributária - Estorno do ICMS próprio no retorno - Venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP030805	Operações com café cru - Imposto a ser recolhido em período posterior	01/2015	
SP030806	Imposto destacado em Nota Fiscal de remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	09/2015
SP030807	Estorno de débito decorrente de cancelamento de BP-e escriturado com débito do imposto	12/2018	
SP030899	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP041499	Deduções - RPA - ST - RES	01/2015	
SP100201	Imposto retido em remessa para venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP100202	ICMS retido nas vendas efetuadas a revendedores ambulantes para revenda no sistema porta-a-porta para consumidores finais	01/2015	
SP100203	Outros débitos - Anexo VI-M - Convênio ICMS n° 199/2022	05/2023	
SP100299	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP110399	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP120701	Ressarcimento de imposto retido por nota fiscal	01/2015	
SP120702	Dedução de imposto retido - Ressarcimento por depósito bancário	01/2015	
SP120703	Ressarcimento relativo a operações interestaduais com combustíveis	01/2015	
SP120704	Repasse a outras Unidades Federadas relativo a operações interestaduais com combustíveis	01/2015	
SP120705	Outros créditos - Anexo VI-M - Convênio ICMS n° 199/2022	05/2023	
SP120753	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais nas saídas por imposição de regime especial	03/2023	
SP120799	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	

SP130801	Estorno de imposto retido no retorno - Venda fora do estabelecimento	01/2015	
SP130899	Outras Hipóteses - Preenchida pelo contribuinte	01/2015	
SP141499	Deduções - RPA - ST - RES	01/2015	
SP109999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP019999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP119999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP029999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP129999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP039999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP139999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP049999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS	01/2009	03/2015
SP149999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS-ST	01/2009	03/2015
SP059999	Débito especial de ICMS	01/2009	
SP159999	Débito especial de ICMS-ST	01/2009	
SP099999	Controle do ICMS extra-apuração	01/2013	03/2015
SP209999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP219999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP229999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP239999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP249999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP259999	Débito especial de ICMS Difal/FCP	01/2016	12/2016
SP120770	Transferência do ICMS ST devido ao FECOEP para apuração específica	02/2016	
SP029719	Transferência do total de créditos de ressarcimento do imposto retido por substituição tributária a ser utilizado no período (campo 06 do Registro 1200) para o registro de apuração de operações próprias do ICMS	01/2017	12/2018
SP099719	Código de controle do saldo de créditos fiscais decorrentes do ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, de uso exclusivo no Registro 1200	01/2017	12/2018
SP209999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP219999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP229999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP239999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS Difal	01/2017	
SP249999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS Difal	01/2017	
SP259999	Débito especial de ICMS Difal	01/2017	
SP309999	Outros débitos para ajuste de apuração ICMS-FCP	01/2017	
SP319999	Estorno de créditos para ajuste de apuração ICMS-FCP	01/2017	
SP329999	Outros créditos para ajuste de apuração ICMS-FCP.	01/2017	
SP339999	Estorno de débitos para ajuste de apuração ICMS-FCP	01/2017	
SP349999	Deduções do imposto apurado na apuração ICMS-FCP.	01/2017	
SP359999	Débito especial de ICMS-FCP	01/2017	
SP090001	Uso determinado por regime especial - Controle de créditos de ressarcimento de ST ou antecipação por determinação de regime especial	07/2020	
SP090002	Código de controle do saldo de créditos fiscais decorrentes do tratamento tributário diferenciado no diferimento de ICMS do B100, pela Portaria SRE 109/22, de uso exclusivo no Registro 1200	10/2022	
SP019001	Uso determinado por regime especial - Transferência do valor creditado a título de ressarcimento de ST ou antecipação, da apuração de operações próprias do ICMS para o controle de créditos fiscais do ICMS (registro 1200)	07/2020	
SP029001	Uso determinado por regime especial - Utilização de créditos de ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, ou antecipado, na apuração do ICMS de operações próprias	07/2020	
SP029002	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais para entradas interestaduais (Artigo 426A) - parcela correspondente a ICMS sobre operação própria	07/2020	
SP129001	Uso determinado por regime especial - Utilização de créditos de ressarcimento do imposto retido por substituição tributária, ou antecipado, na apuração do ICMS-ST	07/2020	
SP129002	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais para entradas interestaduais (Artigo 426-A) - parcela correspondente a ICMS sobre operações subsequentes	07/2020	

” (NR);

II - a Tabela 5.3 do Anexo VIII:

“

Códigos da tabela 5.3 para São Paulo		Períodos de apuração em que poderão ser utilizados os códigos	
Código	Descrição	Início	Fim
SP10090307	Indústria de Informática - Crédito Outorgado - Decreto n° 51.624/07	07/2023	
SP10090311	Transporte - Crédito Outorgado - Artigo 11 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090312	Transporte Aéreo - Crédito Outorgado - Artigo 12 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090313	Lã ou Palha de Aço ou Ferro - Crédito Outorgado - Artigo 13 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090314	Adesivo Hidroxilado - Garrafas PET - Crédito Outorgado - Artigo 14 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090321	Obras de Arte - Crédito Outorgado - Artigo 21 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090326	Embarcações de Recreio ou de Esporte - Crédito Outorgado - Artigo 26 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090334	Fabricação de Móveis - Crédito Outorgado - Artigo 34 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090336	Pá Carregadeira de Rodas e Escavadeira Hidráulica - Crédito Outorgado - Artigo 36 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090337	Cátodo de Cobre - Crédito Outorgado - Artigo 37 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090338	Tubos de Aço - Crédito Outorgado - Artigo 38 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090340	Carne - Saída Interna - Crédito Outorgado - Artigo 40 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090342	Máquina Semiautomática sem Centrífuga - Crédito Outorgado - Artigo 42 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090343	Calçado - Crédito Outorgado - Artigo 43 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090344	Amigos do Bem - Crédito Outorgado - Artigo 44 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090345	Biodiesel - Crédito Outorgado - Artigo 45 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090346	Sucos - Crédito Outorgado - Artigo 46 do Anexo III do RICMS/00	07/2023	
SP10090718	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou utilização de serviço iniciado noutro Estado - Diferencial de alíquota - Artigo 117, I, do RICMS/00	01/2016	
SP10090719	Ressarcimento de substituição tributária, por estabelecimento de contribuinte substituído - Artigo s 269 e 270 do RICMS/00	01/2016	12/2018
SP10090721	Crédito relativo à operação própria do substituto em operação interestadual promovida pelo contribuinte substituído - Artigo 271 do RICMS/00	01/2016	12/2018
SP10090722	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com café cru. Artigo 344, II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090723	Imposto recolhido por guia de recolhimentos especiais pelo abate de gado. Artigo 367, § 2° e Artigo 381, I, do RICMS/00	01/2016	
SP10090725	Imposto recolhido mediante guia de recolhimentos especiais nas operações com gado em pé - Artigo 380, II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090726	Imposto relativo à entrada de gado em pé originário de outro Estado - Artigo 381, II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090748	Recebimento de crédito do ICMS de estabelecimento fabricante de açúcar ou etanol - Artigo 70-I do RICMS/00	01/2016	
SP10090749	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações próprias - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP10090750	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações próprias - Artigo 426-A do RICMS, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP10090751	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por fabricante, cooperativa de produtores ou empresa comercializadora de etanol localizado em território paulista não credenciado nos termos do artigo 418-A para destinatário diverso do indicado no inciso II - Artigo 418-B,III-a, do RICMS/00	01/2016	
SP10090752	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por distribuidor de combustíveis localizado em território paulista não credenciado - Artigo 418-C,II, do RICMS/00	01/2016	
SP10090753	Amendoim - Crédito Outorgado - Artigo 2 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	

SP10090754	Malte para a fabricação de cerveja ou chope - Crédito Outorgado - Artigo 15 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090755	Farinha de trigo e produtos resultantes de sua industrialização - Crédito Presumido - Artigo 22 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090756	Aquisição de leite cru para produção de queijo ou requeijão - Crédito Outorgado - Artigo 24 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090757	Feijão - Crédito Presumido - Artigo 25 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090758	Aves/produtos do abate em frigorífico paulista - Crédito Presumido - Artigo 27 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090759	Amido e fécula da mandioca - Crédito Presumido - Artigo 28 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090760	Produtos da mandioca - Crédito Presumido - Artigo 29 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090761	Carne - Aquisição pela indústria - Crédito Outorgado - Artigo 31 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	09/2022
SP10090762	Leite longa vida - Crédito Outorgado - Artigo 32 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090763	Iogurte e leite fermentado - Crédito Outorgado - Artigo 33 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090764	Aves/produtos do abate em frigorífico paulista - Crédito Outorgado - Artigo 35 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090765	Tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo - Crédito Outorgado - Artigo 39 do Anexo III do RICMS/00	01/2016	
SP10090766	Produtos alimentícios - Crédito Presumido - Decreto 51.598/2007 - Regime especial	01/2016	
SP10090767	Saída interna com produto têxtil - Crédito Outorgado - Artigo 41 do Anexo III do RICMS/00	09/2018	
SP11090704	Repasse a outras Unidades Federadas relativo a operações interestaduais com combustíveis - Cláusula Vigésima Segunda, § 1°, do Convênio ICMS 110/2007	01/2016	
SP11090705	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 2, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP11090706	Recolhimento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 2, do RICMS/00	01/2016	06/2020
SP11090707	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por fabricante, cooperativa de produtores ou empresa comercializadora de etanol localizado em território paulista não credenciado nos termos do artigo 418-A para destinatário suspenso da condição de substituto tributário - Artigo 418-B,III-b, do RICMS/00	01/2016	
SP11090708	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por distribuidor de combustíveis localizado em território paulista não credenciado - Artigo 418-C,II, do RICMS/00	01/2016	
SP20090805	Operações com café cru: imposto a ser recolhido em período posterior - Artigo 344, III, do RICMS/00	01/2016	
SP20090807	Estorno de débito correspondente a CT-e / CT-e OS substituído, escriturado com débito do imposto, por ocasião da escrituração de CT-e / CT-e OS de substituição	06/2023	
SP20090808	Estorno de débito correspondente a BP-e substituído, escriturado com débito do imposto, por ocasião da escrituração de BP-e de substituição	12/2018	
SP40090207	Entrada de mercadoria, oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado ou utilização de serviço iniciado fora do território paulista - Diferencial de alíquota - Artigo 117, II, do RICMS/00	01/2016	
SP40090226	Transferência de crédito do ICMS para cooperativa centralizadora de vendas - Artigo 70-I do RICMS/00	01/2016	
SP40090227	Pagamento Antecipado a título de imposto incidente sobre sua própria operação, com IVA-ST - Artigo 277, § 2°, 1-a) ou 2, do RICMS/00	01/2016	
SP40090228	Pagamento Antecipado a título de imposto incidente sobre sua própria operação, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 2°, 1-a) ou 2, do RICMS/00	01/2016	
SP40090229	Saída de etanol hidratado combustível - EHC promovida por fabricante, cooperativa de produtores ou empresa comercializadora de etanol localizado em território paulista não credenciado com destino a contribuinte credenciado - Artigo 418-B-II, do RICMS/00	01/2016	
SP40090230	Diferimento de cana-de-açúcar e outras matérias-primas relacionadas no artigo 345 do RICMS/00 para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento	01/2016	

	fabricante - Artigo 345 do RICMS/00		
SP41090203	Pagamento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes, com IVA-ST - Artigo 277, § 2°, 1-b), do RICMS/00	01/2016	
SP41090204	Pagamento Antecipado do imposto retido incidente sobre as operações subsequentes, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 2°, 1-b), do RICMS/00	01/2016	
SP50000319	Dedução do ressarcimento de substituição tributária, por estabelecimento de contribuinte substituído (artigos 269 e 270 do RICMS/00), na entrada por devolução ou retorno da mercadoria	01/2017	12/2018
SP50000321	Estorno do crédito de ICMS relativo à operação própria do remetente, anteriormente apropriado conforme artigo 271 do RICMS/00, na entrada por devolução ou retorno da mercadoria	01/2017	12/2018
SP50090301	Estorno de imposto creditado quando a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou for objeto de roubo, furto ou extravio - Artigo 67, I, do RICMS/00	01/2016	
SP50090305	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de café cru, em coco ou em grão - Artigo 339, parágrafo único, do RICMS/00	01/2016	
SP50090306	Estorno do valor do crédito deduzido na guia de recolhimento nas saídas de gado em pé bovino e suíno - Artigo 371, parágrafo único, do RICMS/00	01/2016	
SP50090309	Uso ou consumo da mercadoria ou serviço destinado à comercialização ou Industrialização - Artigo 67, V, do RICMS/00	01/2016	
SP50090311	Estorno de crédito correspondente a CT-e / CT-e OS substituído, escriturado com crédito do imposto, por ocasião da escrituração de CT-e / CT-e OS de substituição	06/2023	
SP90090101	Operação abrangida por Regime Especial solicitado pelo contribuinte (campo informativo de concessão e uso de Regime Especial) - Artigo 479-A, do RICMS/00	01/2016	
SP90090102	Saída por Retorno Simbólico de Produtos Industrializados por Encomenda, pelo estabelecimento industrializador - Artigo 408, II, b), do RICMS/00	01/2016	
SP90090103	Entrada por Retorno Simbólico de Produtos Industrializados por Encomenda, pelo estabelecimento autor da encomenda - Artigo 408, II, b), do RICMS/00	01/2016	
SP90090104	Valor correspondente à coluna Isentas/Não tributadas e Outras (artigos 214 e 215 do RICMS/00)	07/2018	
SP90090105	Informações sobre o cálculo do recolhimento antecipado do imposto retido incidente sobre entradas interestaduais - Artigo 426-A do RICMS, com Preço Sugerido/Pesquisado - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	07/2020	
SP90090278	Valor correspondente ao ICMS ST na condição de substituído (artigo 278, § 1°, do RICMS/00)	07/2018	
SP90090106	Informações sobre o cálculo do recolhimento antecipado do imposto retido incidente sobre entradas interestaduais - Artigo 426-A do RICMS, com IVA-ST - Artigo 277, § 3°, 1, do RICMS/00	07/2020	

" (NR).

Artigo 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNICADO DICAR N° 042, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de ICMS.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei n° 10.175, de 30/12/98, o artigo 96, § 1° da lei n° 6.374/89, com a redação dada pela lei n° 16.497/17, de 18/07/17, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis aos débitos de ICMS, anexa a este Comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - ICMS - APLICÁVEIS ATÉ 30/06/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-42/23

Fatores para vencimentos anteriores a 22/12/2009:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
JANEIRO	3,9721	3,8403	3,6173	3,4573	3,2939	3,1129	2,9083	2,7558	2,5797	2,4418	2,3210	2,1954
FEVEREIRO	3,9621	3,8165	3,6028	3,4471	3,2814	3,0946	2,8975	2,7436	2,5682	2,4318	2,3110	2,1854
MARÇO	3,9521	3,7832	3,5883	3,4345	3,2677	3,0768	2,8837	2,7283	2,5540	2,4213	2,3010	2,1754
ABRIL	3,9421	3,7597	3,5753	3,4226	3,2529	3,0581	2,8719	2,7142	2,5432	2,4113	2,2910	2,1654
MAIO	3,9321	3,7395	3,5604	3,4092	3,2388	3,0384	2,8596	2,6992	2,5304	2,4010	2,2810	2,1554
JUNHO	3,9221	3,7228	3,5465	3,3965	3,2255	3,0198	2,8473	2,6833	2,5186	2,3910	2,2710	2,1454
JULHO	3,9121	3,7062	3,5334	3,3815	3,2101	2,9990	2,8344	2,6682	2,5069	2,3810	2,2603	2,1354
AGOSTO	3,9021	3,6905	3,5193	3,3655	3,1957	2,9813	2,8215	2,6516	2,4943	2,3710	2,2501	2,1254
SETEMBRO	3,8921	3,6756	3,5071	3,3523	3,1819	2,9645	2,8090	2,6366	2,4837	2,3610	2,2391	2,1154
OUTUBRO	3,8821	3,6618	3,4942	3,3370	3,1654	2,9481	2,7969	2,6225	2,4728	2,3510	2,2273	2,1054
NOVEMBRO	3,8721	3,6479	3,4820	3,3231	3,1500	2,9347	2,7844	2,6087	2,4626	2,3410	2,2171	2,0954
DEZEMBRO	3,8621	3,6319	3,4700	3,3092	3,1326	2,9210	2,7696	2,5940	2,4526	2,3310	2,2059	2,0854

Fatores para vencimentos de 22/12/2009 até 31/10/2017:

COMUNICADO DICAR N° 043, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei n° 10.175, de 30/12/98, o artigo 96, § 1° da Lei n° 6.374/89, com a redação dada pela lei n° 16.497/17, de 18/07/17, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis às Multas Infracionais de ICMS, anexa a este Comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - ICMS - APLICÁVEIS ATÉ 30/06/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-43/23

MÊS/ANO DA NOTIFICAÇÃO DO AIIM	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	3,0916	2,9048	2,7077	2,5538	2,3784	2,2420	2,1212	1,9956	2,0023	1,6373	1,2621	1,1099	0,9945	0,8485	0,6777	0,4952	0,3603	0,2981	0,2438	0,2205	0,1649	0,0421
FEVEREIRO	3,0779	2,8870	2,6939	2,5385	2,3642	2,2315	2,1112	1,9856	1,9713	1,6063	1,2342	1,1006	0,9821	0,8361	0,6622	0,4797	0,3550	0,2934	0,2404	0,2185	0,1556	0,0304
MARÇO	3,0631	2,8683	2,6821	2,5244	2,3534	2,2215	2,1012	1,9756	1,9413	1,5763	1,2042	1,0916	0,9701	0,8241	0,6472	0,4647	0,3498	0,2882	0,2376	0,2164	0,1473	0,0212
ABRIL	3,0490	2,8486	2,6698	2,5094	2,3406	2,2112	2,0912	1,9656	1,9103	1,5422	1,1918	1,0823	0,9577	0,8117	0,6317	0,4492	0,3446	0,2828	0,2352	0,2137	0,1370	0,0100
MAIO	3,0357	2,8300	2,6575	2,4935	2,3288	2,2012	2,0812	1,9556	1,8803	1,5092	1,1828	1,0733	0,9457	0,7997	0,6167	0,4342	0,3394	0,2781	0,2331	0,2106	0,1268	-
JUNHO	3,0203	2,8092	2,6446	2,4784	2,3171	2,1912	2,0705	1,9456	1,8493	1,4751	1,1735	1,0640	0,9333	0,7842	0,6012	0,4187	0,3340	0,2724	0,2312	0,2070	0,1165	-
JULHO	3,0059	2,7915	2,6317	2,4618	2,3045	2,1812	2,0603	1,9356	1,8183	1,4441	1,1642	1,0547	0,9209	0,7687	0,5857	0,4063	0,3283	0,2674	0,2296	0,2027	0,1048	-
AGOSTO	2,9921	2,7747	2,6192	2,4468	2,2939	2,1712	2,0493	1,9256	1,7883	1,4141	1,1552	1,0457	0,9089	0,7537	0,5707	0,3943	0,3236	0,2628	0,2280	0,1983	0,0941	-
SETEMBRO	2,9756	2,7583	2,6071	2,4327	2,2830	2,1612	2,0375	1,9156	1,7573	1,3831	1,1459	1,0364	0,8965	0,7382	0,5552	0,3819	0,3182	0,2580	0,2264	0,1934	0,0839	-
OUTUBR	2,96	2,74	2,59	2,41	2,27	2,15	2,02	1,90	1,72	1,35	1,13	1,02	0,88	0,72	0,54	0,37	0,31	0,25	0,22	0,18	0,07	-

O	02	49	46	89	28	12	73	56	73	31	69	74	45	32	02	62	33	42	49	75	37	
NOVEMBRO	2,9428	2,7312	2,5798	2,4042	2,2628	2,1412	2,0161	2,0637	1,6963	1,3221	1,1276	1,0181	0,8721	0,7077	0,5247	0,3708	0,3084	0,2505	0,2233	0,1798	0,0625	-
DEZEMBRO	2,9231	2,7185	2,5660	2,3899	2,2520	2,1312	2,0056	2,0303	1,6653	1,2911	1,1183	1,0057	0,8597	0,6922	0,5092	0,3650	0,3030	0,2467	0,2218	0,1725	0,0513	-

2.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS

ATO DECLARATÓRIO N° 020, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Ratifica Convênio ICMS aprovado na 372ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30.05.2023 e publicado no DOU em 31.05.2023.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, com fulcro no art. 5° da Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho,

CONSIDERANDO a urgência requerida pela Secretária de Estado de Economia do Goiás;

CONSIDERANDO que, após consulta realizada por meio do Ofício Circular SEI n° 873/2023/MF, as Unidades Federadas aprovaram, por unanimidade, a ratificação antecipada, declara ratificado o convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 372ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30 de maio de 2023:

Convênio ICMS n° 76/23 - Altera o Convênio ICMS n° 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 33, DE 30 DE MAIO DE 2023 – (DOU de 31/05/2023)

Publica Ajuste SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 372ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30/05/2023.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 372ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30 de maio de 2023, foram celebrados os seguintes atos:

Nota Editorial

AJUSTE SINIEF Nº 15, DE 30 DE MAIO DE 2023

CONVÊNIO ICMS Nº 75, DE 30 DE MAIO DE 2023

CONVÊNIO ICMS Nº 76, DE 30 DE MAIO DE 2023

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 34, DE 31 DE MAIO DE 2023 – (DOU de 01/06/2023)

Publica Protocolos ICMS celebrados entre os Estados e o Distrito Federal.

O DIRETOR DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos arts. 39 e 40 desse mesmo diploma,

Considerando as manifestações favoráveis das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.100590/2023-13 e nos demais processos correlatos, faz publicar os seguintes protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, que receberam manifestações favoráveis na 326ª Reunião Extraordinária da COTEPE/ICMS, realizada no dia 15 de maio de 2023:

Nota Editorial

PROTOCOLO ICMS Nº 15, DE 31 DE MAIO DE 2023

PROTOCOLO ICMS Nº 16, DE 31 DE MAIO DE 2023

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

CONVÊNIO ICMS N° 075, DE 30 DE MAIO DE 2023 = (DOU de 31.05.2023)

Estabelece parâmetros de regime especial para a Feira Hair Brasília and Beauty, que será realizada no Distrito Federal nos dias 16 a 18 de julho de 2023.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 372ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de maio de 2023, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Distrito Federal fica autorizado a instituir regime especial de fiscalização, apuração e pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - para as vendas efetuadas na Feira Hair Brasília and Beauty que será realizada no Distrito Federal nos dias 16 a 18 de julho de 2023.

Cláusula segunda O regime especial de que trata a cláusula primeira deverá ser efetivado por meio de Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado entre o expositor ou o responsável pelo evento, em nome destes, e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal ou por ato do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

§ 1° O valor do ICMS que cada expositor deverá recolher poderá ser estimado:

I - pelo valor das mercadorias vendidas por ele declarado;

II - pelo valor indicado nas notas fiscais de aquisição;

III - pela área do "stand" de venda.

§ 2° Na hipótese de o regime especial de que trata o "caput" ser celebrado com o responsável pelo evento, este será o responsável solidário pelo pagamento do ICMS devido ao Distrito Federal pelos expositores.

Cláusula terceira O ICMS pago para o Distrito Federal poderá ser deduzido de cobrança adicional realizada pelo estado onde o expositor for inscrito.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de julho de 2023.

Presidente do CONFAZ - Gabriel Muricca Galípolo, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luis Gallo, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

CONVÊNIO ICMS N° 076, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Altera o Convênio ICMS n° 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 372ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de maio de 2023, tendo em vista o disposto nos artigos 102 e 109 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, no Acordo de Conciliação firmado nos autos da Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental n° 984, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, e aprovado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, bem como a decisão judicial prolatada em caráter cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 7164, pelo Min. André Mendonça, e a necessária adequação pelos Estados e Distrito Federal, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o parágrafo único da cláusula terceira fica renumerado para § 1° passando a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1° O disposto nesta cláusula também se aplica ao distribuidor de combustíveis em suas operações como importador.";

II - da cláusula décima:

a) o § 3°:

"§ 3° O recolhimento do imposto incidente sobre o EAC fica diferido, devendo ser recolhido nos termos desta cláusula e nos termos da cláusula décima primeira, nas operações:

I - de importação;

II - internas e interestaduais destinadas a distribuidora de combustíveis;

III - internas destinadas a produtor nacional de biocombustíveis.";

b) do § 6°:

1. o "caput":

"§ 6° O disposto no § 2°, nos incisos I e III do § 3° e no § 5° somente se aplica aos estabelecimentos relacionados em Ato COTEPE/ICMS, observado o seguinte:";

2. O inciso II:

"II - a administração tributária de cada unidade federada comunicará à Secretaria- Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - SE/CONFAZ, a qualquer momento, a inclusão ou exclusão dos estabelecimentos habilitados ao diferimento, e esta providenciará a publicação do Ato COTEPE/ICMS no Diário Oficial da União e disponibilização no sítio eletrônico do CONFAZ;";

3. O inciso III:

"III - o Ato COTEPE/ICMS deve conter, no mínimo: Razão Social, número CNPJ, a unidade federada do domicílio fiscal do contribuinte e a data do início da vigência da concessão prevista no § 2°, nos incisos I e III do § 3° e no § 5°.";

III - da cláusula décima quarta:

a) o "caput":

"Cláusula décima quarta O estabelecimento que tiver importado ou recebido combustível derivado de petróleo ou EAC diretamente do contribuinte sujeito passivo da tributação monofásica, deverá:";

b) o "caput" do inciso I:

"I - quando efetuar operações internas ou interestaduais com combustível derivado de petróleo ou EAC:";

c) a alínea "a" do inciso I:

“a) indicar nos campos próprios ou, nas suas ausências, no campo “Informações Complementares” da nota fiscal o valor do imposto cobrado sujeito a tributação monofásica em operação anterior com o combustível derivado de petróleo e o valor do imposto retido relativo ao biocombustível destinado à UF de origem e de destino, se for o caso, e a expressão “ICMS a ser recolhido e repassado nos termos do Capítulo V do Convênio ICMS n° 15/23;”;

d) o parágrafo único ficando renumerado para § 2°:

“§ 2° A indicação da alíquota específica nas notas fiscais de saídas, observados os §§ 11 e 12 da cláusula décima sexta, deverá ser feita:

I - do dia 1° até o dia 5 do mês, com base na média ponderada da alíquota específica apurada no segundo mês imediatamente anterior ao da remessa;

II - do dia 6 até o último dia do mês, com base na média ponderada da alíquota específica apurada no mês imediatamente anterior ao da remessa.”;

IV - os §§ 10 e 11 da cláusula décima sexta:

“§ 10 Para efeitos de recolhimento ou repasse à UF de destino, fica presumido o consumo interno na UF destinatária dos produtos caso não seja informada subsequente operação interestadual no mesmo período.

§ 11 Para efeito do cálculo do imposto a ser recolhido ou repassado às UFs de origem do EAC e de consumo dos combustíveis derivados de petróleo e do EAC contido na mistura da Gasolina C, serão consideradas as alíquotas específicas vigentes na data da operação tributada.”;

V - os incisos I a VII da cláusula décima oitava:

“I - ANEXO I-M: apurar e informar a movimentação de combustíveis derivados de petróleo realizada por distribuidora, importador e TRR;

II - ANEXO II-M: informar as operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo;

III - ANEXO III-M: informar o resumo das operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo e apurar os valores de imposto cobrado na origem, imposto devido no destino, imposto a repassar, inclusive da parcela sobre o biocombustível, retido por atribuição de responsabilidade;

IV - ANEXO IV-M: informar as operações de aquisições interestaduais de biocombustível puro por UF de origem e determinar o ICMS a ser repassado em favor da UF de Origem pela aquisição;

V - ANEXO V-M: informar o resumo das operações de aquisições interestaduais de biocombustível puro e apurar os valores de repasse pela aquisição em favor da UF de Origem;

VI - ANEXO IV-M-AJ: informar as operações com combustível misturado destinadas a posto revendedor ou consumidor final, apurar a quantidade de biocombustível misturado e determinar o imposto a ser repassado em favor das UFs de origem e destino do biocombustível adicionado ao combustível derivado de petróleo;

VII - ANEXO V-M-AJ: informar o resumo das operações com combustível misturado destinadas a posto revendedor ou consumidor final, e apurar os valores de imposto sobre o biocombustível devidos à UF de origem e à UF de destino;”;

VI - o § 1° da cláusula vigésima primeira:

“§ 1° Para o cálculo do imposto a ser repassado em favor da UF de origem do EAC, de consumo dos combustíveis derivados de petróleo e do EAC contido na mistura da Gasolina C, observado os §§ 11, 12 e 13 da cláusula décima sexta, o programa de computador de que trata o § 2° da cláusula décima nona utilizará como base de cálculo, a quantidade comercializada, aplicando sobre a quantidade as respectivas alíquotas específicas, observada a cláusula segunda.”;

VII - § 6° da cláusula vigésima quarta:

“§ 6° O ofício a ser encaminhado à refinaria ou suas bases, CPQ e Formulador de Combustíveis, deverá informar: o CNPJ e a razão social do emitente dos relatórios, o tipo de relatório, se ANEXO III-M, ANEXO V-M, ANEXO V-M-AJ ou ANEXO XI-M, o período de referência com indicação de mês e ano e os respectivos valores de repasse, bem como a unidade da refinaria, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis com indicação do CNPJ que efetuará o repasse/dedução.”;

VIII - o inciso IV do § 1° da cláusula vigésima nona:

“IV - cópias dos ANEXOS II-M e III-M, IV-M e V-M, IV-M-AJ e V-M-AJ ou X-M e XI-M, de que trata a cláusula décima oitava, conforme o caso.”;

IX - o título do capítulo III:

“CAPÍTULO III
DAS OPERAÇÕES SUBSEQUENTES À OPERAÇÃO TRIBUTADA”.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Convênio ICMS n° 15/23 com as seguintes redações:

I - os §§ 1° e 2° à cláusula segunda:

“§ 1° Para a determinação da repartição definida nos incisos VI e VII, e dos ajustes apurados nos Anexos IV-M-AJ e V-M-AJ, os contribuintes indicados na cláusula terceira, os estabelecimentos dos distribuidores de combustíveis e TRRs deverão, nas operações não destinadas a consumidor final, com EAC puro ou misturado na gasolina C, indicar, nos campos próprios da nota fiscal, se o produto é nacional ou importado e os percentuais destes produtos por UF de origem, apurados nos termos de Ato COTEPE/ICMS.

§ 2° A indicação prevista no § 1° deverá ser feita:

I - do dia 1° até o dia 5 do mês, com base na proporção apurada no segundo mês imediatamente anterior ao da remessa;

II - do dia 6 até o último dia do mês, com base na proporção apurada no mês imediatamente anterior ao da remessa.”;

II - o § 2° à clausula terceira:

“§ 2° Equipara-se ao produtor nacional de biocombustíveis a cooperativa de produtores de etanol e a empresa comercializadora de etanol (ECE), conforme definição e autorização do órgão federal competente (Resolução ANP n° 43/2009).”;

III - os §§ 9°, 10, 11 e 12 à cláusula décima:

“§ 9° O recolhimento do imposto nas operações com EAC não alcançadas pelo diferimento previsto no § 3° deve ser realizado:

I - pelo importador, no momento do desembaraço aduaneiro, a crédito da UF de sua localização;

II - pelo estabelecimento remetente, por ocasião da saída do EAC, antes de iniciado o transporte, observado o disposto nos incisos V a VII da cláusula segunda, devendo uma cópia do comprovante do pagamento do imposto acompanhar o transporte do combustível.

§ 10 Na aplicação do § 9°, caso seja constatado, além do recolhimento na operação, o repasse do imposto, nos termos do Capítulo V, o valor recolhido em duplicidade deverá ser ressarcido, hipótese em que o estabelecimento destinatário deve apresentar o requerimento à unidade federada de sua localização, nos termos previstos na legislação estadual.

§ 11 Fica atribuída ao estabelecimento destinatário do EAC a responsabilidade pelo recolhimento do imposto e seus acréscimos legais quando, notificado, deixar de apresentar a cópia do comprovante de pagamento de que trata o inciso II do § 9°, podendo a unidade federada de origem e a unidade federada de destino cobrar o ICMS relativo as operações com o EAC adquirido, observado o disposto nos incisos V a VII da cláusula segunda e ressalvado o direito do estabelecimento destinatário ao ressarcimento do valor recolhido em duplicidade, caso seja constatado repasse do imposto nos termos do Capítulo V.

§ 12 Nos termos da legislação de cada unidade federada, poderão ser atribuídos outros critérios para a concessão do diferimento nas operações de que trata o inciso II do § 3° desta cláusula.";

IV - o § 1° à cláusula décima quarta:

"§ 1° O disposto nesta cláusula aplica-se também ao estabelecimento que tiver recebido combustível derivado de petróleo ou EAC daquele estabelecimento indicado no "caput".";

V - os incisos VIII a XI à cláusula décima oitava:

"VIII - ANEXO VI-M: demonstrar o recolhimento do ICMS devido pelas refinarias de petróleo ou suas bases, CPQ e Formulador de Combustíveis para as diversas UF;

IX - ANEXO VII-M: demonstrar o recolhimento do ICMS provisionado pelas refinarias de petróleo ou suas bases, CPQ e Formulador de Combustíveis;

X - ANEXO VIII-M: demonstrar as operações com biocombustível puro e misturado e determinar a proporção por UF de origem;

XI - ANEXO XI-M: informar o resumo das operações de saídas com EAC, realizadas por distribuidor e apurar os valores de imposto cobrado na operação tributada, imposto devido na UF de origem, imposto devido na UF de destino, imposto a repassar.";

VI - as cláusulas trigésima quarta-A, trigésima quarta-B e trigésima quarta-C:

"Cláusula trigésima quarta-A No primeiro e segundo meses de produção de efeitos deste convênio, em substituição à previsão do § 2° da cláusula décima quarta, a indicação da alíquota específica nas notas fiscais de saídas deverá ser feita utilizando-se o valor definido na cláusula sétima.

Cláusula trigésima quarta-B No primeiro e segundo meses de produção de efeitos deste convênio, em substituição à previsão do § 2° da cláusula segunda, a indicação na nota fiscal deverá considerar a UF do emitente para 100% do produto.

Cláusula trigésima quarta-C No primeiro e segundo meses de produção de efeitos deste convênio, documentos, declarações e escriturações fiscais poderão ser geradas com utilização de solução sistêmica contingencial, em face das operações com os combustíveis previstos neste convênio.

§ 1° O disposto no “caput” não dispensa a correta identificação do imposto cobrado nos termos deste convênio, de modo a garantir o cumprimento da obrigação principal.

§ 2° É facultado às unidades federadas solicitar a complementação ou a retificação de informações fiscais prestadas em relação às operações realizadas no período previsto no “caput”.”.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Gabriel Muricca Galípolo, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luis Gallo, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

PROTOCOLO ICMS N° 015, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Estabelece procedimentos para operacionalização do benefício previsto no Convênio ICMS n° 27/23, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder crédito presumido ICMS na saída de óleo diesel para embarcação pesqueira, nas condições que especifica.

OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação, tendo em vista o disposto no Convênio ICMS n° 27, de 14 de abril de 2023, e considerando a necessidade de regulamentação uniforme da concessão do benefício fiscal constante do convênio em referência, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira A concessão do benefício de crédito presumido previsto no Convênio ICMS n° 27, de 14 de abril de 2023, relativo às operações com óleo diesel a ser consumido por embarcações pesqueiras nacionais, será efetivada pelas unidades federadas signatárias, desde que obedecidas as seguintes condições:

I - a empresa fornecedora do óleo diesel deverá:

a) possuir autorização para exercício da atividade outorgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

b) estar devidamente credenciada na repartição fazendária da respectiva unidade federada;

II - a embarcação pesqueira deverá possuir Provisão de Registro ou Título de Inscrição da Capitania dos Portos;

III - o beneficiário deverá estar em situação regular perante à administração tributária, assim como todos os estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular.

Parágrafo único. Nos termos da legislação da unidade federada poderão ser:

I - estabelecidas outras condições, além das previstas nos incisos do “caput”;

II - dispensadas quaisquer das condições previstas nos incisos do “caput”.

Cláusula segunda A empresa fornecedora do óleo diesel deverá, conforme condições e periodicidade estabelecidas na legislação da unidade federada, elaborar relatório contendo no mínimo as seguintes informações:

I - identificação do beneficiário e da embarcação;

II - número e data de emissão das notas fiscais de fornecimento do combustível.

Cláusula terceira Até o dia 30 de novembro de cada ano, a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - remeterá às unidades federadas o resultado do levantamento da previsão de consumo para o exercício seguinte, relativamente a cada uma delas, efetuado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contendo, no mínimo, as seguintes indicações:

I - identificação da embarcação, detalhando:

a) nome do beneficiário e número de inscrição no CPF ou CNPJ;

b) nome da embarcação e número de registro na Capitania dos Portos;

c) inscrição no Registro Geral de Atividade Pesqueira;

II - o quantitativo anual do óleo diesel a ser contemplado com o benefício fiscal.

§ 1° Alternativamente ao disposto no “caput”, ficam as unidades federadas autorizadas a utilizar informações constantes de Portaria do Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabeleça a cota anual de óleo diesel atribuída a cada embarcação pesqueira habilitada no programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel.

§ 2° Para o exercício de 2023, a exigência prevista nesta cláusula fica suprida pelas informações constantes nos normativos publicados com base na cláusula terceira do Protocolo ICMS n° 8, de 23 de julho de 1996.

Cláusula quarta A eficácia do benefício fiscal previsto no Convênio ICMS n° 27/23 fica condicionada ao recebimento pelas unidades federadas das informações requeridas na cláusula terceira, nos termos da legislação estadual.

Cláusula quinta O benefício previsto na cláusula primeira será operacionalizado mediante ressarcimento, pela refinaria de petróleo ou suas bases, ao fornecedor do óleo diesel, do valor correspondente ao crédito presumido, nos termos da legislação de cada unidade federada.

Cláusula sexta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 1° de maio de 2023.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luis Gallo, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS N° 016, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 01.06.2023)

Altera o Protocolo ICMS n° 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação.

Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O estabelecimento a seguir indicado fica acrescido ao Anexo Único do Protocolo ICMS n° 64, de 18 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
BW ENERGY MAROMBA DO BRASIL LTDA	04.672.503/0002-45	083.939.07-5

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

2.03 AJUSTE SINIEF

AJUSTE SINIEF N° 015, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOU de 31.05.2023)

Altera o Ajuste SINIEF n° 1/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ E A SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, na 372ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de maio de 2023, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O inciso II do § 2° da cláusula décima nona-A do Ajuste SINIEF n° 1, de 5 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - para o Estado de Tocantins, a partir de 1° de abril de 2023;”.

Cláusula segunda O inciso IX fica acrescido ao § 2° da cláusula décima nona-A do Ajuste SINIEF n° 1/19 com a seguinte redação:

“IX - para o Distrito Federal, a partir de 1° de julho de 2023.”.

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União retroagindo seus efeitos a 1° de abril de 2023.

Presidente do CONFAZ - Gabriel Muricca Galípolo, em exercício, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - Michiaki Hashimura, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luis Gallo, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

2.04 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS

PORTARIA SUBG-CTF N° 003, DE 30 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 31.05.2023)

Disciplina o oferecimento e a aceitação do seguro garantia e da fiança bancária para créditos tributários e não tributários, inscritos e não inscritos na Dívida Ativa.

O SUBPROCURADOR GERAL DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9°, II, da Lei Federal n° 6.830, de 22 de setembro de 1980, nos artigo 835, §2° e 848, parágrafo único, do Código de Processo Civil, bem como os termos do Decreto-Lei Federal n° 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei Complementar Federal n° 126, de 15 de janeiro de 2007, da Lei Federal n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e da Resolução CMN N° 2.325, de 30 de outubro de 1996;

CONSIDERANDO os termos do artigo 20, I da Lei Complementar n° 1.270, de 25 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO os termos do artigo 73 da Resolução PGE n° 44, de 29 de novembro de 2019, na redação da Resolução PGE n° 21, de 29 de maio de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização dos critérios e requisitos para aceitação das garantias nos processos judiciais acompanhados pelo Contencioso Tributário-Fiscal,

RESOLVE:

Artigo 1° O seguro garantia é instrumento hábil para garantir judicialmente os débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo, observadas as regras e critérios estabelecidos pela Circular da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP n° 662/2022.

§ 1° A apresentação de seguro garantia pelo devedor não suspenderá a exigibilidade do crédito tributário e apenas autorizará, se integral, a obtenção de certidão de regularidade fiscal, enquanto vigente a apólice.

§ 2° Excepcionalmente, o seguro garantia poderá ser utilizado administrativamente para garantia de débito transacionado ou objeto de negócio jurídico processual.

Artigo 2° A aceitação do seguro garantia de que trata o art. 1° desta Portaria, prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a operar no Brasil, nos termos da legislação vigente, fica condicionada à observância dos seguintes requisitos, que deverão constar expressamente nas cláusulas do respectivo contrato:

I - valor segurado suficiente para cobertura do montante inscrito ou não inscrito na dívida ativa, incluídos os acréscimos legais e honorários advocatícios, se devidos, atualizado até a data da emissão da apólice;

II - cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito inscrito ou não inscrito na dívida ativa do Estado de São Paulo, não podendo a indicação de um limite máximo ensejar a exclusão de cobertura da atualização do valor segurado;

III - indicação do ente representado pela Procuradoria Geral do Estado como beneficiário segurado;

IV - referência ao número do processo judicial e ao número da inscrição em dívida ativa do débito objeto da garantia e, tratando-se de ação antiexacional relativa a débito não inscrito, ao número do auto de infração e imposição de multa ou outra referência que permita identificar o débito segurado;

V - compromisso de que o seguro oferecido em garantia de débito não inscrito e/ou não ajuizado se estenderá, independente de endosso, à futura execução fiscal;

VI - renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do Decreto-Lei Federal n° 73/1966, com a consignação, nos termos estatuídos no § 1° do art. 16 da Circular SUSEP n° 662/2022, de que "A apólice continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas";

VII - a apólice deverá ter vigência até a extinção das obrigações do tomador, ressalvado o disposto nos §§ 1° a 3° deste artigo;

VIII - previsão das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro, nos termos do disposto no § 3° deste artigo;

IX - previsão de que a empresa seguradora, por ocasião do pagamento da indenização, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput e no inciso II do art. 19 da Lei de Execuções Fiscais;

X - previsão de que, na hipótese do tomador aderir a parcelamento do débito objeto do seguro garantia, a empresa seguradora não estará isenta de responsabilidade em relação à apólice;

XI - endereço e qualificação completa da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora;

XII - endereço eletrônico da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora, anuindo com a sua utilização para o recebimento de intimações judiciais;

XIII - eleição da comarca do Estado de São Paulo em que tramita a ação, ou, se ainda não ajuizada, da comarca com jurisdição para a cobrança executiva do débito inscrito em dívida ativa, para dirimir questões entre segurado e a empresa seguradora.

§ 1° Alternativamente ao disposto no inciso VII deste artigo, o prazo de validade do seguro-garantia poderá ser de, no mínimo, 3 (três) anos, desde que cláusula contratual estabeleça a obrigatoriedade de a empresa seguradora efetuar o depósito integral do valor segurado em juízo, em até 15 (quinze) dias a contar da sua intimação, se o tomador não adotar, antes do vencimento da garantia e de modo a evitar a solução de continuidade, uma das seguintes providências:

I - proceder ao depósito integral do valor segurado em dinheiro;

II - apresentar nova apólice de seguro garantia que atenda aos requisitos desta Portaria;

III - oferecer carta fiança que atenda aos requisitos desta Portaria.

§ 2° Para impulsionar a renovação da garantia, prevista no parágrafo anterior, a Procuradoria da Dívida Ativa - PDA poderá notificar administrativamente o tomador que possuir endereço eletrônico cadastrado no sistema da dívida ativa - SDA, nos 60 (sessenta) dias que antecedem ao vencimento do seguro.

§ 3° Caracteriza-se a ocorrência de sinistro de que se trata o inciso VIII do "caput" deste artigo:

I - o não pagamento, pelo tomador, quando determinado pelo juízo, do valor do objeto da garantia, independentemente do trânsito em julgado ou de qualquer outra ação que discuta o débito, após o recebimento dos embargos à execução ou apelação, sem efeito suspensivo;

II - a não renovação do seguro garantia pelo tomador, no prazo estabelecido no §1° deste artigo, ainda que o débito seja objeto de parcelamento;

III - o rompimento do parcelamento por inadimplemento das obrigações assumidas no Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 4° Ciente da ocorrência do sinistro, o Procurador do Estado deverá requerer, em petição fundamentada ao Juízo, a intimação da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora, preferencialmente pelo endereço eletrônico indicado na apólice, para que efetue o pagamento da dívida garantida, devidamente atualizada, em 15 (quinze) dias, sob pena de contra a seguradora prosseguir a execução nos próprios autos, conforme o disposto no inciso II do artigo 19 da Lei Federal n° 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 5° É vedada a previsão, no contrato de seguro garantia, de cláusula, específica ou genérica, de desobrigação decorrente de atos exclusivos do tomador, da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora, ou de todos.

§ 6° É vedada a previsão, no contrato de seguro garantia, de cláusula compromissória de arbitragem para dirimir questões entre o segurado e a empresa seguradora.

Artigo 3° Por ocasião do oferecimento do seguro garantia, o tomador deverá apresentar, nos autos judiciais, a seguinte documentação:

I - apólice do seguro garantia;

II - certidão de regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguradora e, quando for o caso, da resseguradora, bem como dos seus respectivos administradores;

III - comprovação de registro da apólice junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

IV - comprovação de poderes do tomador para atendimento das exigências previstas no art. 2° desta Portaria.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Estado deverá conferir a validade da apólice no sítio eletrônico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP antes da aceitação da garantia nos autos judiciais (https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia).

Artigo 4° A seguradora poderá efetuar a colocação do excedente de seu limite de retenção em empresas resseguradoras, observadas as exigências legais e regulamentares, conforme disposto no artigo 4° e seguintes da Resolução CNSP n° 451/2022 e nos termos da Lei Complementar Federal n° 126, de 15 de janeiro de 2007.

§ 1° Quando o valor segurado exceder a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ainda que esse valor esteja compreendido no limite de retenção estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a seguradora, será exigida a contratação de resseguro, que se dará nos termos da legislação de regência.

§ 2° Na hipótese da contratação de resseguro, os contratos deverão conter cláusula expressa indicando que o pagamento da indenização correspondente ao resseguro, no caso de insolvência, liquidação ou falência da seguradora, será feito diretamente ao segurado, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar Federal n° 126, de 15 de janeiro de 2007.

Artigo 5° Após a aceitação do seguro garantia, sua substituição deverá ser imediatamente requerida nos autos judiciais caso deixe de satisfazer os critérios e requisitos estabelecidos nesta Portaria, observada a ordem preferencial prevista na legislação de regência.

Artigo 6° A carta de fiança bancária é instrumento hábil para garantir débitos inscritos ou não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo e que são objeto de ações antiexacionais, cautelares ou de execuções fiscais.

Parágrafo único. A apresentação de carta de fiança bancária pelo devedor não suspenderá a exigibilidade do crédito tributário, apenas autorizará, se integral e enquanto vigente, a obtenção de certidão de regularidade fiscal.

Artigo 7° A carta de fiança bancária deverá conter, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - valor afiançado suficiente para cobertura do montante inscrito ou não inscrito na dívida ativa, incluídos os acréscimos legais e honorários advocatícios, se devidos, atualizado até a data em que for prestada a garantia;

II - cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito inscrito ou não inscrito na dívida ativa do Estado de São Paulo;

III - indicação do ente representado pela Procuradoria Geral do Estado como beneficiário afiançado;

IV - referência ao número do processo judicial e ao número da inscrição na dívida ativa do débito objeto da garantia e, tratando-se de ação antiexacional relativa a débito não inscrito, ao número do auto de infração e imposição de multa ou outra referência que permita identificar o débito objeto da fiança;

V - compromisso de que a carta fiança bancária oferecida em garantia de débito não inscrito ou inscrito e não ajuizado se estenderá, independente de endosso, à futura execução fiscal;

VI - cláusula de renúncia ao benefício de ordem instituído pelo parágrafo único do artigo 827 do Código Civil;

VII - cláusula estabelecendo prazo de validade até que ocorra a extinção das obrigações do afiançado devedor, devendo constar, neste caso, expressa renúncia aos termos do artigo 835 do Código Civil;

VIII - cláusula de renúncia, por parte da instituição financeira fiadora, do estipulado no inciso I do artigo 838 do Código Civil;

IX - declaração da instituição financeira de que a carta fiança bancária é concedida em conformidade com o disposto no artigo 34 da Lei Federal n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com redação dada pela Lei Federal n° 13.506, de 13 de novembro de 2017, e também nos termos do art. 2° da Resolução CMN n° 2.325, de 30 de outubro de 1996;

X - previsão de que, na hipótese de adesão a parcelamento do débito afiançado, a fiadora não estará isenta de responsabilidade em relação à carta de fiança bancária;

XI - endereço eletrônico da fiadora, anuindo com a sua utilização para o recebimento de intimações judiciais;

XII - cláusula com a eleição da comarca do Estado de São Paulo em que tramita a ação, ou, se ainda não ajuizada, da comarca com jurisdição para a cobrança executiva do débito inscrito em dívida ativa, para dirimir questões entre fiadora e credor, no que diz respeito à carta de fiança bancária

§ 1° O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas neste artigo.

§ 2° A carta de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria.

§ 3° A Procuradoria Geral do Estado deverá conferir a idoneidade da instituição financeira e a respectiva autorização para funcionamento no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil antes da aceitação da garantia nos autos judiciais (https://www3.bcb.gov.br/certiaut/emissao/emissao).

Artigo 8° Após a aceitação da carta de fiança bancária, sua substituição deverá ser imediatamente requerida nos autos judiciais caso deixe de satisfazer os critérios e requisitos estabelecidos nesta Portaria, observada a ordem preferencial prevista na legislação de regência.

Artigo 9° Nos casos em que o seguro garantia ou a carta de fiança bancária estejam ofertados em ação antiexacional ou cautelar, o Procurador do Estado oficiante deverá solicitar a inscrição do débito em Dívida Ativa ao órgão de origem, se ainda não inscrito, e o ajuizamento prioritário da execução fiscal.

§ 1° O Procurador do Estado oficiante deverá solicitar a transferência da garantia ou da carta de fiança assim que ajuizada a execução fiscal.

§ 2° Após o ajuizamento da execução fiscal, caso o valor da garantia deixe de ser integral, o contribuinte deverá ser notificado para a devida complementação.

Artigo 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em sentido contrário.

COMUNICADO DIGES N° 005, DE 31 DE MAIO DE 2023 - (DOE de 01.06.2023)

Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

O DIRETOR ADJUNTO DE ATENDIMENTO, GESTÃO E CONFORMIDADE,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 4° da Lei n° 12.685, de 28 de agosto de 2007, na alínea a do inciso I do artigo 28 da Resolução SF n° 80, de 04 de julho de 2018 e alínea b do item 9.5 do Ofício Circular SUBFIS, Série O&M N° 01/2019, comunica que:

1. Ficam disponibilizados para consulta no endereço eletrônico https://portal.fazenda.sp.gov.br os números dos bilhetes do sorteio número 175 do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

2. Com o objetivo de assegurar a integridade do arquivo eletrônico que contém a relação de todos os números dos bilhetes e seus respectivos titulares foram gerados os seguintes códigos hash:

Sorteio 175.1 (Pessoas Físicas e Condomínios): 27B002709D50F18058EAC152002B458E

Sorteio 175.2 (Entidades Filantrópicas): 217A95EE0910F947ADE2DE4CD87D6AB9

3. O código hash mencionado no item 2 refere-se à codificação gerada pelo algoritmo público denominado Message Digest Algorithm 5 (MD5).

COMUNICADO DICAR N° 038, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de ITCMD e de IPVA.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis aos débitos de ITCMD e IPVA, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - ITCMD e IPVA - APLICÁVEIS ATÉ 30/06/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-38/23

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	2,6889	2,4843	2,3318	2,1557	2,0178	1,8970	1,7714	1,6514	1,5314	1,4107	1,2907	1,1707	1,0507	0,9217	0,7894	0,6689	0,5489	0,4289	0,3089	0,1889	0,0629
FEVEREIRO	2,6706	2,4735	2,3196	2,1442	2,0078	1,8870	1,7614	1,6414	1,5214	1,4007	1,2807	1,1607	1,0407	0,9117	0,7794	0,6589	0,5389	0,4189	0,2989	0,1789	0,0529
MARÇO	2,6528	2,4597	2,3043	2,1300	1,9973	1,8770	1,7514	1,6314	1,5114	1,3907	1,2707	1,1507	1,0303	0,9001	0,7689	0,6489	0,5289	0,4089	0,2889	0,1689	0,0412
ABRIL	2,6341	2,4479	2,2902	2,1192	1,9873	1,8670	1,7414	1,6214	1,5014	1,3807	1,2607	1,1407	1,0203	0,8895	0,7589	0,6389	0,5189	0,3989	0,2789	0,1589	0,0312
MAIO	2,6144	2,4356	2,2752	2,1064	1,9770	1,8570	1,7314	1,6114	1,4914	1,3707	1,2507	1,1307	1,0103	0,8784	0,7489	0,6289	0,5089	0,3889	0,2689	0,1486	0,0200
JUNHO	2,5958	2,4233	2,2593	2,0946	1,9670	1,8470	1,7214	1,6014	1,4814	1,3607	1,2407	1,1207	0,9996	0,8668	0,7389	0,6189	0,4989	0,3789	0,2589	0,1384	0,0100
JULHO	2,5750	2,4104	2,2442	2,0829	1,9570	1,8363	1,7114	1,5914	1,4714	1,3507	1,2307	1,1107	0,9878	0,8557	0,7289	0,6089	0,4889	0,3689	0,2489	0,1281	-
AGOSTO	2,5573	2,3975	2,2276	2,0703	1,9470	1,8261	1,7014	1,5814	1,4607	1,3407	1,2207	1,1007	0,9767	0,8435	0,7189	0,5989	0,4789	0,3589	0,2389	0,1164	-
SETEMBRO	2,5405	2,3850	2,2126	2,0597	1,9370	1,8151	1,6914	1,5714	1,4507	1,3307	1,2107	1,0907	0,9656	0,8324	0,7089	0,5889	0,4689	0,3489	0,2289	0,1057	-
OUTUBRO	2,5241	2,3729	2,1985	2,0488	1,9270	1,8033	1,6814	1,5614	1,4407	1,3207	1,2007	1,0807	0,9545	0,8219	0,6989	0,5789	0,4589	0,3389	0,2189	0,0955	-

NOVEMBRO	2,5107	2,3604	2,1847	2,0386	1,9170	1,7931	1,6714	1,5514	1,4307	1,3107	1,1907	1,0707	0,9439	0,8115	0,6889	0,5689	0,4489	0,3289	0,2089	0,0853	-
DEZEMBRO	2,4970	2,3456	2,1700	2,0286	1,9070	1,7819	1,6614	1,5414	1,4207	1,3007	1,1807	1,0607	0,9323	0,8003	0,6789	0,5589	0,4389	0,3189	0,1989	0,0741	-

OBS.: Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	0,0197	0,0127	0,0138	0,0143	0,0108	0,0000	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0106	0,0109	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0112
FEVEREIRO	0,0183	0,0108	0,0122	0,0115	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
MARÇO	0,0178	0,0138	0,0153	0,0142	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0104	0,0116	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0117
ABRIL	0,0187	0,0118	0,0141	0,0108	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0106	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
MAIO	0,0197	0,0123	0,0150	0,0128	0,0103	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0186	0,0123	0,0159	0,0118	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0107	0,0116	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0102	0,0000
JULHO	0,0208	0,0129	0,0151	0,0117	0,0000	0,0107	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0118	0,0111	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0103	-
AGOSTO	0,0177	0,0129	0,0166	0,0126	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0107	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0122	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0117	-
SETEMBRO	0,0168	0,0125	0,0150	0,0106	0,0000	0,0110	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0111	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0107	-
OUTUBRO	0,0164	0,0121	0,0141	0,0109	0,0000	0,0118	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0102	-
NOVEMBRO	0,0134	0,0125	0,0138	0,0102	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0106	0,0104	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0102	-
DEZEMBRO	0,0137	0,0148	0,0147	0,0100	0,0000	0,0112	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0116	0,0112	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0112	-

COMUNICADO DICAR N° 039, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicável às Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - ITCMD e IPVA - APLICÁVEIS ATÉ 30/06/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-39/23

MÊS/ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023

DA LAVRATURA DO AIIM																				
JANEIRO	2,6606	2,4635	2,3096	2,1342	1,9978	1,8770	1,7514	1,6314	1,5114	1,3907	1,2707	1,1507	1,0307	0,9017	0,7694	0,6489	0,5289	0,4089	0,2889	0,1689	0,0429
FEVEREIRO	2,6428	2,4497	2,2943	2,1200	1,9873	1,8670	1,7414	1,6214	1,5014	1,3807	1,2607	1,1407	1,0203	0,8901	0,7589	0,6389	0,5189	0,3989	0,2789	0,1589	0,0312
MARÇO	2,6241	2,4379	2,2802	2,1092	1,9773	1,8570	1,7314	1,6114	1,4914	1,3707	1,2507	1,1307	1,0103	0,8795	0,7489	0,6289	0,5089	0,3889	0,2689	0,1489	0,0212
ABRIL	2,6044	2,4256	2,2652	2,0964	1,9670	1,8470	1,7214	1,6014	1,4814	1,3607	1,2407	1,1207	1,0003	0,8684	0,7389	0,6189	0,4989	0,3789	0,2589	0,1386	0,0100
MAIO	2,5858	2,4133	2,2493	2,0846	1,9570	1,8370	1,7114	1,5914	1,4714	1,3507	1,2307	1,1107	0,9896	0,8568	0,7289	0,6089	0,4889	0,3689	0,2489	0,1284	-
JUNHO	2,5650	2,4004	2,2342	2,0729	1,9470	1,8263	1,7014	1,5814	1,4614	1,3407	1,2207	1,1007	0,9778	0,8457	0,7189	0,5989	0,4789	0,3589	0,2389	0,1181	-
JULHO	2,5473	2,3875	2,2176	2,0603	1,9370	1,8161	1,6914	1,5714	1,4507	1,3307	1,2107	1,0907	0,9667	0,8335	0,7089	0,5889	0,4689	0,3489	0,2289	0,1064	-
AGOSTO	2,5305	2,3750	2,2026	2,0497	1,9270	1,8051	1,6814	1,5614	1,4407	1,3207	1,2007	1,0807	0,9556	0,8224	0,6989	0,5789	0,4589	0,3389	0,2189	0,0957	-
SETEMBRO	2,5141	2,3629	2,1885	2,0388	1,9170	1,7933	1,6714	1,5514	1,4307	1,3107	1,1907	1,0707	0,9445	0,8119	0,6889	0,5689	0,4489	0,3289	0,2089	0,0855	-
OUTUBRO	2,5007	2,3504	2,1747	2,0286	1,9070	1,7831	1,6614	1,5414	1,4207	1,3007	1,1807	1,0607	0,9339	0,8015	0,6789	0,5589	0,4389	0,3189	0,1989	0,0753	-
NOVEMBRO	2,4870	2,3356	2,1600	2,0186	1,8970	1,7719	1,6514	1,5314	1,4107	1,2907	1,1707	1,0507	0,9223	0,7903	0,6689	0,5489	0,4289	0,3089	0,1889	0,0641	-
DEZEMBRO	2,4743	2,3218	2,1457	2,0078	1,8870	1,7614	1,6414	1,5214	1,4007	1,2807	1,1607	1,0407	0,9117	0,7794	0,6589	0,5389	0,4189	0,2989	0,1789	0,0529	-

OBS.: Para débitos vencidos a partir de 01/01/99, aplicar o coeficiente de juros correspondente ao mês de vencimento do débito. Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	0,0197	0,0127	0,0138	0,0143	0,0108	0,0100	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112
FEVEREIRO	0,0183	0,0108	0,0122	0,0115	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	0,0178	0,0138	0,0153	0,0142	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117
ABRIL	0,0187	0,0118	0,0141	0,0108	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0197	0,0123	0,0150	0,0128	0,0103	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0186	0,0123	0,0159	0,0118	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
JULHO	0,0208	0,0129	0,0151	0,0117	0,0100	0,0107	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	-
AGOSTO	0,0177	0,0129	0,0166	0,0126	0,0100	0,0102	0,0100	0,0100	0,0107	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117	-
SETEMBRO	0,0168	0,0125	0,0150	0,0106	0,0100	0,0110	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	-
OUTUBR	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-

O	64	21	41	09	00	18	00	00	00	00	00	00	11	05	00	00	00	00	00	02	
NOVEMBRO	0,0134	0,0125	0,0138	0,0102	0,0100	0,0102	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	-
DEZEMBRO	0,0137	0,0148	0,0147	0,0100	0,0100	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112	-

COMUNICADO DICAR N° 040, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Taxas.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 15.266, de 26/12/2013, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis às Taxas, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - TAXAS - APLICÁVEIS ATÉ 30/06/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-40/23

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	1,0507	0,9217	0,7894	0,6689	0,5489	0,4289	0,3089	0,1889	0,0629
FEVEREIRO	-	1,0407	0,9117	0,7794	0,6589	0,5389	0,4189	0,2989	0,1789	0,0529
MARÇO	1,1507	1,0303	0,9001	0,7689	0,6489	0,5289	0,4089	0,2889	0,1689	0,0412
ABRIL	1,1407	1,0203	0,8895	0,7589	0,6389	0,5189	0,3989	0,2789	0,1589	0,0312
MAIO	1,1307	1,0103	0,8784	0,7489	0,6289	0,5089	0,3889	0,2689	0,1486	0,0200
JUNHO	1,1207	0,9996	0,8668	0,7389	0,6189	0,4989	0,3789	0,2589	0,1384	0,0100
JULHO	1,1107	0,9878	0,8557	0,7289	0,6089	0,4889	0,3689	0,2489	0,1281	-
AGOSTO	1,1007	0,9767	0,8435	0,7189	0,5989	0,4789	0,3589	0,2389	0,1164	-
SETEMBRO	1,0907	0,9656	0,8324	0,7089	0,5889	0,4689	0,3489	0,2289	0,1057	-
OUTUBRO	1,0807	0,9545	0,8219	0,6989	0,5789	0,4589	0,3389	0,2189	0,0955	-
NOVEMBRO	1,0707	0,9439	0,8115	0,6889	0,5689	0,4489	0,3289	0,2089	0,0853	-
DEZEMBRO	1,0607	0,9323	0,8003	0,6789	0,5589	0,4389	0,3189	0,1989	0,0741	-

OBS.: Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS, IPVA e ITCMD.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112
FEVEREIRO	-	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	0,0100	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117
ABRIL	0,0100	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
JULHO	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	-
AGOSTO	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117	-
SETEMBRO	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	-
OUTUBRO	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	-
NOVEMBRO	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	-
DEZEMBRO	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112	-

COMUNICADO DICAR N° 041, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOE de 02.06.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-06-2023 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 15.266, de 26/12/2013, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis às Multas Infracionais de Taxas, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - TAXAS - APLICÁVEIS ATÉ 30/06/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-41/23

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	1,0307	0,9017	0,7694	0,6489	0,5289	0,4089	0,2889	0,1689	0,0429
FEVEREIRO	-	1,0203	0,8901	0,7589	0,6389	0,5189	0,3989	0,2789	0,1589	0,0312
MARÇO	1,1307	1,0103	0,8795	0,7489	0,6289	0,5089	0,3889	0,2689	0,1489	0,0212
ABRIL	1,1207	1,0003	0,8684	0,7389	0,6189	0,4989	0,3789	0,2589	0,1386	0,0100
MAIO	1,1107	0,9896	0,8568	0,7289	0,6089	0,4889	0,3689	0,2489	0,1284	-
JUNHO	1,1007	0,9778	0,8457	0,7189	0,5989	0,4789	0,3589	0,2389	0,1181	-
JULHO	1,0907	0,9667	0,8335	0,7089	0,5889	0,4689	0,3489	0,2289	0,1064	-
AGOSTO	1,0807	0,9556	0,8224	0,6989	0,5789	0,4589	0,3389	0,2189	0,0957	-
SETEMBRO	1,0707	0,9445	0,8119	0,6889	0,5689	0,4489	0,3289	0,2089	0,0855	-
OUTUBRO	1,0607	0,9339	0,8015	0,6789	0,5589	0,4389	0,3189	0,1989	0,0753	-
NOVEMBRO	1,0507	0,9223	0,7903	0,6689	0,5489	0,4289	0,3089	0,1889	0,0641	-
DEZEMBRO	1,0407	0,9117	0,7794	0,6589	0,5389	0,4189	0,2989	0,1789	0,0529	-

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS, IPVA e ITCMD.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112
FEVEREIRO	-	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	-	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117
ABRIL	-	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
JULHO	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	-
AGOSTO	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117	-
SETEMBRO	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	-
OUTUBRO	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	-
NOVEMBRO	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	-
DEZEMBRO	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112	-

3.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS

3.01 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 009, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOM de 02.06.2023)

Altera o Anexo Único da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 9 de maio de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Fica incluída na tabela do Anexo Único da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 9 de maio de 2017, a seguinte correspondência de código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE com código referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS:

CNAE	Código ISS
8650099	4588

Art. 2° Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

3.02 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 008, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - (DOM de 02.06.2023)

Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Informações de Meios de Pagamento - DIMP.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 32 da Lei n° 14.256, de 29 de dezembro de 2006, e no artigo 130 do Decreto n° 53.151, de 17 de maio de 2012,

RESOLVE:

Art. 1° A apresentação da Declaração de Informações de Meios de Pagamentos - DIMP pelas instituições responsáveis por transações efetuadas com cartão de crédito, cartão de débito, cartão pré-pago, cartão pós-pago e similares, transferência de recursos, transações eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônicos, observará os procedimentos estabelecidos nesta instrução normativa.

Parágrafo único. Considera-se instituição responsável pelas transações referidas no "caput" deste artigo, em relação aos estabelecimentos prestadores credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações efetuadas com cartão de crédito, cartão de débito, cartão pré-pago, cartão pós-pago e similares, transferência de recursos, transações eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônicos.

Art. 2° A DIMP deverá conter todas as transações referidas no artigo 1° desta instrução normativa, com ou sem transferência eletrônica de fundos, em estabelecimentos credenciados, prestadores de serviços, quando estes forem prestadores de serviços localizados no Município de São Paulo, compreendendo inclusive os montantes globais destes estabelecimentos, de acordo com o leiaute da DIMP previsto em Ato COTEPE/ICMS vinculado ao convênio ICMS n° 134, de 09 de dezembro de 2016, ou ato que lhe sobrevenha.

§ 1° Para fins do disposto no "caput" deste artigo, a Administração Tributária disponibilizará às instituições responsáveis pelas transações referidas "caput" do artigo 1° desta instrução normativa, até o 5° dia útil de cada mês, relação dos estabelecimentos localizados no Município de São Paulo no mês anterior, identificados pelo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 2° A relação a que se refere o § 1° será disponibilizada por meio eletrônico, conforme disposto no manual de que trata o artigo 7° desta instrução normativa, em arquivo de padrão "txt", com chave primária única (CNPJ), com 14 posições fixas sem edição, de tipo numérico e com alinhamento à esquerda.

§ 3° Na falta da disponibilização do arquivo eletrônico, a DIMP deverá ser entregue com base no último arquivo disponibilizado pela Administração Tributária.

Art. 3° As instituições responsáveis pelas transações referidas no "caput" do artigo 1° desta instrução normativa deverão entregar a DIMP em arquivo eletrônico por meio do sistema disponível no endereço http://prefeitura.sp.gov.br/doc, denominado Sistema DOC-DIMP.

§ 1° O acesso ao sistema de que trata o "caput" deste artigo será realizado por meio de Senha Web associada ao CNPJ da instituição obrigada à DIMP, ou certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, tipo A1, A3 ou A4.

§ 2° Após a efetiva transmissão do arquivo contendo a DIMP, será disponibilizado Protocolo Provisório de Entrega, com validade de 30 (trinta) dias.

§ 3° Caso o arquivo transmitido seja validado com sucesso, será disponibilizado Protocolo Definitivo de Entrega.

§ 4° Caso o sistema identifique erro no arquivo transmitido, deverá o declarante corrigi-lo e retransmiti-lo dentro do prazo de validade do Protocolo Provisório de Entrega.

§ 5° A critério da Secretaria Municipal da Fazenda, a DIMP poderá ser entregue com uso de outras mídias ou formas de transmissão.

Art. 4° A DIMP deverá ser elaborada mensalmente e entregue até o último dia do mês seguinte ao da ocorrência das transações referidas no artigo 1° desta instrução normativa.

§ 1° A entrega da DIMP, por meio do Sistema DOC-DIMP será obrigatória a partir da publicação desta instrução normativa, inclusive para as declarações que não foram entregues nos termos das Instruções Normativas SF/SUREM n° 10, de 23 de julho de 2009 e n° 07, de 1° de junho de 2020.

§ 2° Excepcionalmente, as instituições a que se refere o artigo 1° desta instrução normativa poderão, até o último dia do 5° mês subsequente à publicação desta Instrução normativa, apresentar, no lugar da DIMP, a Declaração de Operações de Cartões de Crédito ou Débito - DOC de que trata a Instrução Normativa SF/SUREM n° 07, de 2020.

Art. 5° A Administração Tributária poderá, caso entenda necessário, solicitar a entrega de relatório impresso, conforme orientações do manual de que trata o artigo 7° desta instrução normativa, contendo a totalidade ou parte das informações apresentadas em meio eletrônico.

§ 1° O relatório a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser entregue juntamente com os seguintes documentos:

I - Protocolo de Entrega de Relatório (em duas vias), assinado pelo representante legal ou procurador;

II - cópia simples do RG e CPF do signatário do Protocolo Provisório de Entrega;

III - cópia simples do CNPJ do estabelecimento;

IV - cópia simples do instrumento de constituição e, se for o caso, suas alterações posteriores ou o instrumento de constituição consolidado, regularmente registrado no órgão competente;

V - procuração, acompanhada de documento de identificação do outorgante (cópia simples do RG e CPF), bem como dos documentos pessoais do procurador (cópia simples do RG e CPF), quando o signatário do Protocolo de Entrega de Relatório for procurador.

§ 2° O relatório, a critério da Administração Tributária, deverá conter as seguintes informações:

I - razão social do estabelecimento;

II - número do CNPJ do estabelecimento;

III - número do estabelecimento cadastrado na administradora;

IV - data de emissão do relatório;

V - numeração das páginas;

VI - período solicitado no ofício;

VII - data das transações;

VIII - identificador lógico do equipamento onde foi processada a transação; e

IX - valor da transação.

§ 3° O servidor responsável pela recepção dos documentos deverá proceder à conferência dos dados constantes da declaração com os documentos recebidos e, preenchidos os requisitos, procederá ao recebimento do relatório.

§ 4° O relatório impresso poderá ser substituído por arquivo assinado através de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil, tipo A1, A3 ou A4, devendo conter o número do CNPJ do proprietário do certificado digital.

Art. 6° As instituições responsáveis pelas transações referidas no “caput” do artigo 1° desta instrução normativa que deixarem de apresentar ou apresentarem a DIMP fora do prazo ou com dados inexatos ou incompletos ficam sujeitas às penalidades previstas na legislação municipal.

Art. 7° A Administração Tributária disponibilizará manual do Sistema DOC-DIMP no endereço http://prefeitura.sp.gov.br/doc.

Art. 8° Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada, a partir do primeiro dia do 6° mês subsequente à publicação desta instrução normativa, a Instrução Normativa SF/SUREM n° 07, de 1° de junho de

PORTARIA SF/SUREM N° 027, DE 29 DE MAIO DE 2023 - (DOM de 31.05.2023)

Dispõe sobre o sorteio de prêmios para tomador de serviço identificado na NFS-e

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3°-A da Lei n° 14.097/2005, e no artigo 8°, I, a, da Instrução Normativa SF/SUREM n° 09, de 01 de agosto de 2011,

RESOLVE:

Art. 1° Para o sorteio número 142 do Programa Nota Fiscal Paulistana, foram gerados 2.604.179 bilhetes eletrônicos, os quais podem ser consultados no endereço eletrônico http://notadomilhao.prefeitura.sp.gov.br.

Parágrafo único. Com o objetivo de assegurar a integridade do arquivo eletrônico que contém a relação de todos os números dos bilhetes e seus respectivos titulares, foi gerado o hash 36f80e6851bebe0967ec2a33b0864f0d.

Art. 2° O código hash mencionado no artigo 1° refere-se à codificação gerada pelo algoritmo público denominado Message Digest Algorithm 5 - MD5.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

THIAGO RUBIO SALVIONI
Subsecretário da Receita Municipal

4.00 ASSUNTOS DIVERSOS

4.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS

Cibercriminosos criam golpe com e-mail falso sobre erro na declaração do Imposto de Renda.

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. (FENACON) alerta para golpe com e-mail falso sobre erro na declaração do Imposto de Renda 2023.

Isso porque a Receita Federal divulgou comunicado para chamar atenção das pessoas a respeito da ação criminosa.

Golpistas estão enviando um e-mail falso, simulando ter domínio do governo "@gov .br", e informando que a declaração do contribuinte está errada.

O e-mail direciona a pessoa a clicar em um link que faz o download do suposto relatório, para ver o que tem de errado na declaração.

"Esses e-mails dizem que o Imposto de Renda está divergente. Isso é um golpe.

Alertamos as pessoas, pois são vários e-mails enviados constantemente sobretudo nas últimas semanas do envio da declaração, por causa da malha fina. Fica como alerta.

A orientação é não abrir os e-mails, pois a Receita não se comunica por e-mail, apenas por carta enviada pelos correios ou via portal específico", esclareceu o presidente da FENACON, Daniel Coêlho.

Esse tipo de golpe virtual é chamado de "phishing", palavra que faz um trocadilho com a palavra "fishing" ("pesca", traduzida do inglês).

O golpe consiste no envio de um e-mail fraudulento. Ao clicar no link, a vítima tem informações roubadas.

https://fenacon.org.br/noticias/fenacon-chama-atencao-para-golpe-com-e-mail-falso-sobre-erro-na-declaracao-do-ir/?utm_smid=10601936-1-1

Vai à sanção projeto da igualdade salarial entre mulheres e homens.

O Senado aprovou, nesta quinta-feira (1°), o projeto de lei que torna obrigatória a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função. O texto aprovado determina que o governo federal terá que regulamentar a futura lei por meio de decreto. O PL 1.085/2023 segue para sanção.

A proposta, de autoria da Presidência da República, tramitou em regime de urgência e foi aprovada por três comissões permanentes do Senado na quarta-feira (31), depois de amplo acordo político. Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a relatora foi a senadora Zenaide Maia (PSD-RN). Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a relatora foi a senadora Teresa Leitão (PT-PE).

— Eu peço o voto de todas as senadoras, em primeiro lugar, e de todos os senadores, homens que conosco comungam desta luta pela igualdade entre homens e mulheres em todos os setores da sociedade e do mercado de trabalho, sobretudo onde nós estamos entrando, assim como estamos entrando na política, porque lugar de mulher é aonde ela quiser — afirmou Teresa em Plenário.

Multa
O projeto prevê que, na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas não afasta o direito de quem sofreu discriminação promover ação de indenização por danos morais, considerando-se as especificidades do caso concreto.

O texto modifica a multa prevista no art. 510 da CLT, para que corresponda a dez vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, e eleva ao dobro no caso de reincidência, sem prejuízo de outras medidas legais. Atualmente, a multa é igual a um salário-mínimo regional, elevada ao dobro no caso de reincidência.

Relatório semestral
O projeto também obriga a publicação semestral de relatórios de transparência salarial pelas empresas (pessoas jurídicas de direito privado) com 100 ou mais empregados, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, de 2018) e dispõe que ato do Poder Executivo instituirá protocolo de fiscalização contra a discriminação salarial.

Os relatórios conterão dados e informações, publicados de forma anônima, que permitam a comparação objetiva entre salários, critérios remuneratórios e proporção de ocupação de cargos de

direção, gerência e chefia preenchidos por mulheres e homens, além de informações estatísticas sobre outras possíveis desigualdades decorrentes de raça, etnia, nacionalidade e idade.

Caso seja identificada desigualdade salarial ou de critérios remuneratórios, as empresas privadas deverão criar planos de ação para mitigar essa desigualdade, com metas e prazos, garantida a participação de representantes das entidades sindicais e de representantes dos empregados nos locais de trabalho. Em caso de descumprimento das disposições, será aplicada multa administrativa no valor de até 3% da folha de salários do empregador, limitado a cem salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções.

Combate à desigualdade
O projeto prevê, como medidas para garantia da igualdade salarial, o estabelecimento de mecanismos de transparência salarial; o incremento da fiscalização; a criação de canais específicos para denúncias de casos de discriminação salarial; a promoção de programas de inclusão no ambiente de trabalho; o fomento à capacitação e à formação de mulheres para o ingresso, a permanência e a ascensão no mercado de trabalho, em igualdade de condições com os homens.

O Poder Executivo federal disponibilizará de forma unificada, em plataforma digital de acesso público, as informações fornecidas pelas empresas, e indicadores atualizados periodicamente sobre o mercado de trabalho e renda por sexo, inclusive com indicadores de violência contra a mulher, de vagas em creches públicas, de acesso à formação técnica e superior e de serviços de saúde, bem como outros dados públicos que possam orientar a elaboração de políticas públicas.

Apoios
A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) disse que o Senado estava fazendo história com a aprovação e elogiou os senadores que apoiaram a proposta, como Jaques Wagner (PT-BA) e Paulo Paim (PT-RS).

— Hoje é um dia histórico para nós, mulheres, mas eu preciso fazer justiça aqui com os senadores homens que lutaram tanto para que a gente chegasse a este momento. Senadora Teresa, parabéns pelo trabalho. Todas as senadoras se uniram — direita e esquerda. Essa foi uma pauta que uniu todo mundo, mas eu preciso fazer justiça à bancada masculina, aos homens que foram aguerridos e nos ajudaram — afirmou Damares.

A senadora Leila Barros (PDT-DF) destacou o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para a aprovação do projeto e disse que a futura lei será uma vitória não só das mulheres, mas também uma vitória da sociedade como um todo.

— Chega de discriminação salarial por gênero! — comemorou Leila.

No mesmo sentido, Paim agradeceu o apoio de Pacheco e disse que, embora o projeto seja de autoria do governo Lula, teve apoio também da oposição.

— As mulheres lideraram sempre. Isso eu tenho que dizer. Quem nos liderou foram as mulheres — ressaltou Paim.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que a aprovação da igualdade salarial vai ajudar na “superação de um problema que sempre caracterizou a sociedade, a desigualdade no tratamento e na garantia dos direitos entre homens e mulheres, em várias esferas e, muito particularmente, na esfera do trabalho”.

Também comemoraram a aprovação os senadores Cleitinho (Republicanos-MG), Augusta Brito (PT-CE), Jussara Lima (PSD-PI) e Eliziane Gama (PSD-MA).

A senadora Jussara agradeceu o apoio de Pacheco e de Paim e destacou o trabalho das relatoras Teresa Leitão e Zenaide Maia.

— Para nós esse é um momento de felicidade, é um momento único na história brasileira para as mulheres que tanto lutaram para que esse dia chegasse, que lutaram e que estão lutando para que tenhamos o nosso espaço e para que sejam equiparados os salários das mulheres com os dos homens — afirmou Jussara.

Eliziane pontuou que "a luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil é uma luta que reúne toda a sociedade brasileira". Ela registrou que a maioria das trabalhadoras têm jornadas duplas ou triplas.

— Nós temos, daqui para a frente, ministra [das Mulheres] Cida [Gonçalves], outra grande meta e outro grande desafio, que é a junção da sociedade brasileira na denúncia: chegar às autoridades competentes a informação de que o empresário, aquele que não está fazendo valer e cumprindo a legislação aprovada hoje, aqui no Congresso Nacional, está passível de punições previstas nesta nova legislação. Nós estaremos absolutamente atentos — reforçou Eliziane.

O presidente Rodrigo Pacheco parabenizou a Bancada Feminina do Senado pela conquista.

— Quero agradecer uma vez mais a presença da ministra Cida Gonçalves, ministra de Estado das Mulheres do governo federal. Sua presença no Senado Federal é muito bem-vinda, juntamente com a sua equipe e todas as mulheres que acompanharam essa votação histórica de um projeto muito importante para a Bancada Feminina, a nossa Bancada Feminina no Senado Federal, muito dedicada, muito valorosa em defesa de suas causas.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado

Sefaz-SP inicia fiscalização de ITCMD sobre doação de veículos.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) inicia, nesta terça-feira (30), a Operação Cruzamento, desencadeada para fiscalizar possível incidência de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) na doação de veículos.

Nesta primeira fase, cerca de três mil contribuintes serão contactados por SMS, e-mail e correspondência escrita.

Os trabalhos são realizados pelos auditores fiscais da Unidade Gestora Centralizada do ITCMD (UGC-ITCMD), com auxílio do Centro de Ciência de Dados do Departamento de Tecnologia da Informação da Sefaz-SP.

A equipe promoveu o cruzamento de dados entre transferências de veículos constantes do cadastro do IPVA e informações econômico-fiscais obtidas junto à Receita Federal do Brasil e verificou a ocorrência de milhares de transferências de veículos com indícios de doação, porém, sem o pagamento do imposto.

Foram identificadas transferências entre pessoas com indício de grau de parentesco ou coincidência de endereço, porém, os destinatários dos veículos transmitidos não possuíam, junto à Receita Federal, informações de recebimento de rendimentos que justificassem a aquisição onerosa do veículo.

Os contribuintes serão instados a promoverem a autorregularização do imposto, no site da Sefaz-SP.

No endereço eletrônico, basta fazer a declaração do ITCMD (doação) e o pagamento. Alternativamente, os eventuais débitos de ITCMD podem ser parcelados em 12 vezes, de forma totalmente online.

O contribuinte notificado que quiser contestar a cobrança deverá apresentar, pelo e-mail itcmd@fazenda.sp.gov.br as contrarrazões, acompanhadas dos documentos que comprovem a onerosidade da transferência e a origem do dinheiro utilizado para o respectivo pagamento.

Caso não ocorra a autorregularização, o trabalho poderá resultar em Auto de Infração e Imposição de Multa, com penalidade equivalente a 100% do valor do imposto devido, quando constatada a doação do veículo, ou em comunicação à Receita Federal, quando constatada a aquisição onerosa do veículo com utilização de rendimentos tributáveis não declarados ao Fisco federal.

Sefaz-SP inicia fiscalização de ITCMD sobre doação de veículos (fazenda.sp.gov.br)

Receita Federal facilita acesso a informações sobre interpretações tributárias vinculantes.

A disponibilização das informações na internet foi concluída na última sexta-feira.

Jurisprudência

O sítio da Receita Federal na internet passou a contar com uma seção específica para consulta de informações sobre interpretações tributárias vinculantes (jurisprudência vinculante) relacionadas aos tributos administrados pela instituição.

Trata-se de interpretações favoráveis e desfavoráveis à Fazenda Nacional, estabelecidas a partir de entendimentos firmados por órgãos administrativos e pelo Poder Judiciário, sob determinadas circunstâncias, as quais devem ser observadas pela Receita Federal em sua atuação.

Para facilitar o acesso às informações, as interpretações vinculantes foram distribuídas em nove grupos:

IRPF
IRPJ/CSLL
PIS/Cofins
Comércio Exterior
Simples Nacional
Contribuições Previdenciárias
Normas Gerais de Direito Tributário
Outros impostos

Outras contribuições
O acesso fácil e direto do contribuinte à denominada jurisprudência vinculante é de suma importância para melhor orientá-lo e, assim, permitir que exerça seus direitos e deveres de forma segura, rápida e previsível, proporcionando um ambiente de maior segurança jurídica, confiança, igualdade, menor litigiosidade e adequado equilíbrio concorrencial, gerando benefícios para toda a sociedade.

Esta medida está alinhada à iniciativa institucional denominada MELHOR RECEITA, que congrega um conjunto de ações voltadas à transparência e visa aprofundar a visão de uma administração tributária voltada à orientação ao contribuinte.

Clique aqui para acessar as informações sobre a jurisprudência vinculante no sítio da Receita Federal na internet.

https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/receita-federal-facilita-acesso-a-informacoes-sobre-interpretacoes-tributarias-vinculantes

Por que a aplicação do Valor Justo é boa para os seus negócios?

O Fair Value ou Valor Justo é empregado na mensuração dos valores de negociações de ativos e passivos de uma empresa. Sua adoção no Brasil se adéqua aos padrões internacionais de contabilidade determinados pelo IFRS – International Financial Reporting Standards e pela FASB – Financial Accounting Standards Board, entre outras entidades.

Objeto de estudo e discussões pelos principais órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e o Banco Central do Brasil – BCB, o Valor Justo é considerado uma inovação na contabilidade e substituiu o antigo custo histórico na avaliação econômica.

Neste artigo você vai entender o conceito do Valor Justo, a aplicação nas normas brasileiras e conhecer os métodos de sua utilização.

Explicando o conceito de Valor Justo
A CVM, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 46, define como Valor Justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

Partindo dessa premissa, o Valor Justo de um ativo incide na soma de uma transação de compra e venda de um determinado bem ou direito considerando as condições ideais como operação sem liquidação, sem que essa transação seja forçada e que o ambiente econômico, social e jurídico seja estável.

O Valor Justo do passivo deve apresentar as mesmas condições ideais relativas ao ativo, representando o montante necessário para quitar ou registrar uma ou mais obrigações.

Um exemplo de aplicação do Valor Justo
Para contextualizar e ficar mais clara a aplicação do Valor Justo em uma transação vamos exemplificar certa condição simplificada:

Temos uma empresa de extração de minério de ferro. Suponhamos que a empresa adquire uma jazida mineral no valor de 500 mil reais. No decorrer da retirada da matéria-prima, foi observado que a

extração do minério apresentou maior quantidade do que se previa, aumentando assim, o lucro da companhia, além dos 500 mil reais investidos com a obtenção da jazida.

A situação acima demonstra um exemplo de ganho de Valor Justo. Caso a ação fosse contrária, ou seja, se a extração do minério ficasse aquém do avaliado e do investimento empregado, a empresa teria uma perda de Valor Justo.

Vantagens da utilização do Valor Justo

A implantação da contabilidade de Valor Justo traz benefícios como:

- os valores apresentados são mais representativos e comparáveis dos que se fossem comunicados baseados nos custos históricos;
- é uma forma de limitar a competência da empresa de manipular o lucro líquido porque as perdas e ganhos sobre os ativos e passivos são reportados no período que acontecem;
- possibilita a atualização dos valores de forma contínua.

A aplicação nas normas brasileiras
O conceito de Valor Justo no Brasil é abordado por diferentes órgãos reguladores. Embora possua a mesma essência, algumas variações podem ser constatadas, inclusive sobre a utilização do termo propriamente dito. Em algumas normas é possível encontrar o termo “Valor de Mercado” empregado com sentido semelhante ao Valor Justo.

Veremos a seguir exemplos de como a mensuração de valores de ativos e passivos é realizada conforme cada órgão regulador brasileiro.

Conselho Federal de Contabilidade – CFC:
O CFC aborda conceitos similares de acordo com a Resolução CFC 732/92 em relação à avaliação patrimonial, no qual o valor de mercado e o valor presente são definidos como:

Valor de mercado: é o preço à vista praticado, deduzido das despesas de realização e da margem de lucro.
Valor presente: é o montante ajustado de crédito ou de outras transações em função do tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento.

A norma NBC 19.1 sobre ativos imobilizados apresenta o Valor Justo como o valor que um ativo pode ser negociado entre partes independentes e interessadas em uma operação sem favorecimento e com isenção de outros interesses.

Sobre a permuta de ativos, a norma menciona o Valor Justo na troca do ativo imobilizado. No caso de não poder ser avaliado por valor Justo deverá ser avaliado pelo valor contábil.

Comissão Valores Imobiliários – CVM:
Pela CVM, a reavaliação de ativos, de acordo com a Deliberação CVM 183, o Valor de Mercado significa o montante de entrada que a empresa disponibilizaria no mercado para repor o ativo, sendo considerada negociação normal entre partes independentes e isentas de outros interesses. O valor a ser considerado é o do preço à vista de reposição do ativo, considerando as condições em que o bem se encontra.

Na Instrução CVM 365 é observada uma movimentação da CVM em conjunto com o Banco Central do Brasil para que sigam as mesmas normas referentes aos critérios de registro de avaliação contábil de títulos mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos pelos fundos de investimento.

Sobre o registro contábil do ativo fiscal, a Instrução CVM 371 indica que o estudo técnico precisa ser examinado pelo conselho fiscal e aprovado pela administração da empresa, assim como deve também ser revisado a cada exercício, adequando o valor do ativo fiscal diferido sempre que ocorrer mudança na expectativa da sua realização.

Banco Central do Brasil – BCB:
As circulares fundamentais que regulam o registro de ativos ao valor de mercado que se assemelham ao Valor Justo referem-se:

- à avaliação das aplicações temporárias em ouro e de contratos de mútuo em outro pelo valor de mercado: as entidades financeiras devem ajustar mensalmente o saldo das aplicações em ouro e os contratos de mútuo em ouro;
- aos critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, estes devem ser classificados e avaliados de acordo com categorias determinadas: títulos para negociação e títulos disponíveis para venda devem ser avaliados pelo valor de mercado, já os títulos mantidos até o vencimento devem ser avaliados conforme os custos de aquisição somados os rendimentos auferidos;
- às operações com instrumentos financeiros derivativos, fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, fundos de aposentadoria, entre outros: devem ser avaliadas pelo valor de mercado.

Quais os métodos de avaliação do Valor Justo?
A contabilidade pelo Valor Justo ou Fair Value Accounting estabelece a avaliação do ativo ou passivo por cinco métodos distintos:

1-Valor de Mercado – Market Value
Como já mencionado anteriormente, essa operação consiste no valor adquirido em uma venda corrente em que essa transação não provenha de venda forçada. Nesse caso, as duas partes devem ter acesso às mesmas informações.

2-Valor de Cotação – Quoted Value
O método mais recomendável pelas normas norte-americanas. Determina o valor pela cotação disponível em um mercado ativo que apresente liquidez. No Brasil, a referência para o valor de cotação é B3, Bolsa de Valores de São Paulo.

3-Valor de Troca – Exchange Value
Utilizado na situação em que ao invés da venda do ativo ocorre a troca por outro ativo. É necessário, nesse caso, a mensuração dos ativos usados na troca por valores monetários. Como um bem está sendo valorizado em função de outro bem, o método não é muito utilizado.

4-Valor de Ativos/Passivos Similares – Similar Price
Metodologia também utilizada nos EUA que procura ativos e passivos semelhantes para avaliar um ativo. É uma alternativa quando o valor de cotação no ativo está indisponível ou não apresenta liquidez de mercado.

5-Valor adquirido por Técnicas de Valorização – Valuation Techniques
Consiste em duas técnicas de valorização distintas:

- Valor presente: com o uso de técnicas de matemática financeira estimando taxa de desconto, entradas e saídas de recursos e outras variantes;
- Modelo Black e Scholes: o valor é obtido relativo ao preço-objeto, da volatilidade anual, dos retornos, taxa de juros sem riscos e outras variantes.

Este artigo foi útil para você? Então assine nossa newsletter e tenha acesso a outros textos relativos à contabilidade, finanças e tributos. Para conhecer mais sobre os serviços que a BLB Auditores e Consultores oferece a você e sua empresa acesse aqui.

O que são Propriedades para Investimento?

As Propriedades para Investimento, muitas vezes, são contabilizadas de forma equivocada como Ativo Imobilizado. Isso porque as duas classificações referem-se aos bens de propriedade de uma empresa.

Mas o que são exatamente as Propriedades para Investimento? E quais as diferenças em relação ao Ativo Imobilizado?

Este artigo vai esclarecer as principais dúvidas em relação a esses conceitos, para que, quando contabilizados, sejam referidos de forma correta.

O conceito da Propriedade para Investimento
Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 28, é considerado Propriedade para Investimento qualquer bem, seja ele terreno, edifício, mantido para recebimento de aluguel e/ou para valorização do capital. Por conta disso, são classificados no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante.

Juridicamente, a Propriedade para Investimento não precisa, necessariamente, ser um bem da empresa declarante das Demonstrações Contábeis. Ela pode estar de posse do proprietário ou mantida pelo arrendatário em arrendamento financeiro.

Uma das características principais da Propriedade para Investimento é que ela gera fluxos de caixa totalmente independentes dos outros ativos mantidos pela entidade.

Bens considerados Propriedades para Investimento
De acordo com a CPC 28, são considerados Propriedades para Investimento:

– Edifício desocupado, embora mantido para ser arrendado sob arrendamentos operacionais;
– Edifício de propriedade da empresa ou entidade ou mantido em arrendamento financeiro e que seja arrendado sob arrendamentos operacionais;
– Propriedade em fase de construção ou desenvolvido para uso futuro para fim de investimento;
– Terrenos mantidos para utilização futura indeterminada, desde que não seja para ocupação do proprietário, venda a curto prazo no curso ordinário do negócio;
– Terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo.

Bens não considerados Propriedades para Investimento
De modo geral, não são consideradas Propriedades para Investimentos os imóveis utilizados na produção ou fornecimento de serviços, bens, para fins administrativos, e até mesmo para venda no decorrer do andamento do negócio. Abaixo temos alguns exemplos especificados:

– Propriedade designada para venda no decurso ordinário das atividades ou em vias de construção ou desenvolvimento para tal venda;
– Propriedade em construção ou desenvolvimento por conta de terceiros;
– Propriedade ocupada pelo proprietário, inclusive bem mantido para futura utilização nesse mesmo fim, propriedade ocupada por empregados e propriedade ocupada pelo proprietário na espera de alienação; e
– Propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento financeiro.

Propriedades para Investimentos ou Ativo Imobilizado?
Embora sua caracterização não seja de difícil entendimento, administradores e empresários ainda se confundem, lançando os bens para investimento como Ativos Imobilizados.

Para que não fique dúvida, de acordo com o CPC 27, todos os bens da empresa relacionados à manutenção de suas atividades são considerados Ativos Imobilizados e não Propriedades para Investimento. Temos como exemplos, o imóvel onde está estabelecido o escritório da empresa ou a fábrica, ou até mesmo um imóvel alugado para moradia de funcionários.

Os Ativos Imobilizados compreendem, também, máquinas, equipamentos e custos de benfeitorias realizados em bens.

A vantagem dos bens como Propriedade para Investimento
Uma das principais vantagens das Propriedades para Investimentos está relacionada à reavaliação do imóvel.

A reavaliação é admitida por haver uma diferença relevante entre o valor registrado na contabilização em relação ao seu valor de mercado, depois de um período determinado. Sendo assim, certamente ocorrerá valorização ou desvalorização imobiliária no decorrer dos anos.

Contabilização dos bens em caso de venda
Como já vimos, basicamente, os bens de uma empresa são divididos em propriedades utilizadas para manutenção da produção e fornecimento de bens, serviços e fins administrativos, ou para angariar rendimentos ou valorização de capital.

No caso de venda desses bens, de forma separada, ou até mesmo em situações de arrendamento, a empresa pode contabilizar as partes separadamente sem problema algum.

Já na situação de venda conjunta dessas propriedades, os bens a serem vendidos só podem ser considerados Propriedade para Investimento se apenas um desses bens, de valor irrisório, apresentar caracterização como utilização na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos.

É possível um Ativo Imobilizado ser transformado em Propriedade para Investimento?
Transformar um Ativo Imobilizado em Propriedades para Investimento é possível desde que se respeitem algumas regras.

Na ocasião da transferência, o bem deve ser avaliado pelo valor justo com a diferença acumulada até que seja realizada a transferência. Caso for negativa, precisará ser registrada no resultado do exercício. Se for positiva, o registro deverá ser em Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP.

No caso inverso, ao transformar uma Propriedade de Investimento para um Ativo Imobilizado, o valor justo na data efetiva da utilização deverá ser considerado como custo. Consequentemente, todas as regras contábeis específicas do Ativo Imobilizado serão aplicadas.

Este artigo foi útil para você? Então, assine nosso boletim informativo e tenha acesso a outros temas relacionados a finanças e tributos. Para conhecer mais sobre os serviços que a BLB Brasil pode oferecer para você e sua empresa, acesse aqui.

EBITDA: o que é, qual é a sua fórmula e como calcular?

Um importante indicador financeiro que vem se destacando nas empresas e no mercado financeiro é o chamado EBITDA (lê-se "e-bit-da" ou "e-bi-da"). Em tradução direta para o português, podemos falar em LAJIDA.

Embora muitos gestores utilizem somente informações de lucros e prejuízos para conhecerem a saúde dos negócios, tais dados não são suficientes para entender o desenvolvimento financeiro do negócio como um todo e tampouco estabelecer projeções futuras.

É por isso que vários métodos e técnicas passaram a fazer parte do processo de gestão financeira e orçamentária das empresas, como forma de avaliar a produtividade e a eficiência dos processos e conhecer o real potencial de lucratividade do negócio.

Afinal, o que é EBITDA? Como é feito seu cálculo? Qual sua importância no processo de decisão? Vejamos com mais detalhes cada uma dessas informações e como sua empresa pode se beneficiar desse indicador. Acompanhe!

O que é EBITDA?
EBITDA é uma sigla para o termo em inglês "Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization" ou, em tradução direta, Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Em uma visão geral, empresas utilizam as informações resultantes do cálculo do EBITDA para conhecer o desempenho dos negócios em termos próximos ao fluxo de caixa. Ou seja, é um importante instrumento gerencial que possibilita analisar o desempenho financeiro e não financeiro da empresa.

Como calcular o EBITDA?
O primeiro passo para calcular o EBITDA consiste em saber qual é o lucro operacional da empresa. O lucro operacional nada mais é que aquele lucro gerado pela receita operacional líquida descontando os custos, as despesas administrativas, comerciais e operacionais. Ou seja, exclui-se qualquer movimentação financeira e pagamento de impostos sobre o lucro.

Para que você entenda a estruturação do cálculo daqui por diante, vejamos a fórmula para se chegar ao EBITDA.

EBITDA = Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Receitas/Despesa Financeira + Depreciação + Amortização

Assim, a primeira informação que devemos ter é o valor do lucro operacional. Para isso, é preciso subtrair, a partir da receita líquida, o custo das mercadorias vendidas (CMV) e as despesas operacionais.

Para o cálculo do EBITDA é necessário somar ao lucro operacional a amortização e a depreciação, inclusas nos custos e despesas operacionais.

Como assim?

A depreciação quantifica a perda produtiva de um determinado equipamento, seja pela ação do tempo ou desgaste, e isso é valor referente à própria produção e ao desempenho operacional. Assim, a depreciação representa a perda desse valor para a empresa, ou seja, não há um desembolso financeiro (efeito caixa).

Pode-se usar também, o lucro líquido e somar os Impostos sobre o Lucro, o Resultado Financeiro (Receitas Financeiras – Despesas Financeiras) e as Depreciações e Amortizações. Isso pois, como o próprio nome diz, o EBITDA é o lucro ANTES de tais despesas.

Vejamos um exemplo prático! Vamos supor uma empresa XYZ com os seguintes dados:

Despesas com vendas: R$ 4.200,00
Despesas gerais: R$ 2.100,00
Despesas administrativas: R$ 800,00
Despesas com depreciação: R$ 410,00
Despesas com amortização: R$ 620,00

O primeiro passo é somar as despesas operacionais, cuja fórmula é:

Despesas operacionais = Despesas com vendas + despesas gerais + despesas administrativas + despesas com depreciação + despesas com amortização

Aplicando:
Despesas operacionais = R$ 4.200,00 + R$ 2.100,00 + R$ 800,00 + R$ 410,00 + R$ 620,00 = R$ 8.130,00

A próxima etapa é calcular o lucro operacional líquido, que tem como fórmula:

Lucro operacional líquido = receita operacional líquida – (custos dos produtos vendidos + despesas operacionais)

Considerando a receita líquida como R$ 23.000,00, o CMV de R$ 1.800,00 e as despesas operacionais, calculadas anteriormente, de R$ 8.130,00, vejamos como chegar ao lucro operacional líquido:

Lucro operacional líquido = R$ 23.000,00 – (R$ 1.800,00 + R$ 8.130,00) = R$ 13.070,00

Enfim chegamos ao cálculo do EBITDA. Levando em conta os resultados do lucro líquido (R$ 13.070,00) + depreciação (R$ 410,00) + amortização (R$ 620,00), o resultado da empresa XYZ será de R$ 14.100,00.

Além do valor do EBITDA em termos nominais (R$), é importante analisar sua representatividade com relação ao faturamento líquido do negócio. No nosso exemplo, temos uma Margem EBITDA de (R$ 14.100,00 / R$ 23.000,00) = 61,30%.

EBITDA Ajustado e Múltiplos

Já vimos como o EBITDA contábil é calculado. Agora, podemos nos perguntar se realmente o valor do EBITDA está condizente com a realidade da empresa que estamos estudando.

Em outras palavras, é justo supor que todo o resultado financeiro contábil deve ser excluído do cálculo? Em algumas indústrias, existem receitas e despesas dentro do resultado financeiro que podem ser consideradas como operacionais para fins de EBITDA gerencial. Por exemplo, a antecipação de pagamentos a fornecedores constitui uma redução do CMV, porém, contabilmente esse valor está dentro do resultado financeiro. O mesmo é verdadeiro se a empresa concede um desconto a um cliente, por razões comerciais.

Além de contas financeiras que podem ser reclassificadas como operacionais para comporem o novo cálculo do EBITDA, certas contas fora do resultado financeiro podem ser removidas do cálculo, como possíveis ganhos com título de capitalização e outras receitas não operacionais não recorrentes.

Sabemos também que dentro da contabilidade existe uma despesa com PCLD, ou seja, títulos baixados como perda. No entanto, o critério contábil para tal baixa pode diferir de indústria para indústria. Logo, pode ser feita uma análise mais condizente com o nível real de perdas.

É bastante comum falar em EBITDA Ajustado em processos de M&A (Mergers and Acquisitions). Neles, a transação pode ocorrer baseada em múltiplos de EBITDA. Primeiro calcula-se o EBITDA mais próximo da realidade da empresa, para realmente entender qual é o nível de rentabilidade da companhia. Aqui são excluídas despesas não recorrentes e não operacionais, assim como incluídas receitas e despesas financeiras reclassificadas como operacionais. Com esse número em mãos, aplica-se um múltiplo, usualmente acima de 5x, para se obter o valor da transação.

Qual a diferença entre EBITDA e EBIT?

Apesar de serem dois termos bastante empregados no dia a dia de muitas companhias, ambas as terminações apresentam suas particularidades e especificações.

O EBIT, sigla em inglês para “Earnings Before Interest and Taxes“, que em português significa “Lucros Antes dos Juros e Tributos”, ou melhor, LAJIR, é um indicador que demonstra o lucro operacional da empresa, excluindo o resultado financeiro, juros sobre o capital próprio e dividendos, entre outros resultados não operacionais.

É por meio do EBIT que é possível conhecer o verdadeiro lucro contábil da companhia a partir das atividades que efetivamente fazem parte do negócio, ou seja, o quanto a empresa obteve de lucro considerando apenas as atividades-fim. Já no caso do EBITDA, que também é um importante informativo, a premissa básica é o levantamento dos resultados que refletem diretamente no caixa da empresa.

A grande diferença do EBITDA para o EBIT é que o primeiro considera no seu cálculo os efeitos das depreciações e amortizações, já o segundo não leva em consideração tais fatores.

Vale destacar que tanto o EBIT quanto o EBITDA são excelentes indicadores, que, quando bem aplicados sobre os resultados da empresa, oferecem informações valiosas para o processo de tomada de decisão.

Dessa forma, não existe um indicador melhor, mas sim o mais adequado para cada situação e para cada informação a ser analisada. Em empresas de serviços, os valores tendem a ser os mesmos pois não há depreciação envolvida nas operações.

Para isso, é fundamental que o gestor conheça muito bem seu negócio e faça um bom planejamento e acompanhamento dos resultados, de forma a aplicar o indicador de maior eficiência e que gere os dados que efetivamente serão utilizados em cada momento.

Vale um adendo: o EBITDA é um valor aproximado do potencial de caixa do negócio. Contudo, ele não corresponde ao efetivo fluxo de caixa gerado pelas operações da empresa ocorrido no período, uma vez que determinados valores podem não ser recebidos, bem como certas despesas nunca serem pagas.

A análise isolada do EBITDA pode acarretar resultados discrepantes pelo fato de não ser um valor que gera dados precisos e por ser utilizada de forma equivocada como um número “mágico” nos relatórios financeiros.

É fundamental que o EBITDA seja utilizado em conjunto com outros indicadores, de forma que haja uma consolidação das informações e não traga consigo o risco de uma interpretação errônea da real situação financeira da organização.

Tanto o EBIT quanto o EBITDA são dados utilizados pelas mais diversas pessoas jurídicas, visando a melhoria do nível de compreensão e tornando comparáveis as informações entre empresas.

Qual a importância do indicador no processo de decisão?
O EBITDA é um valioso indicador que possibilita mensurar de forma efetiva os resultados da empresa, uma vez que desconsidera em seu cálculo efeitos financeiros e eventuais decisões contábeis do negócio.

Por meio do EBITDA é possível saber a origem dos recursos e seus possíveis ganhos ou de onde está resultando prejuízo. Investidores, acionistas e instituições financeiras avaliam a variação do EBITDA de forma a saber se realmente a empresa tem potencial de crescimento e de quais devem “passar longe”.

Variações no EBITDA indicam a situação da empresa. Se o indicador aumenta, significa que a empresa está conseguindo ser eficiente e produtiva. Se o EBITDA diminui, é um sinal de alerta para a saúde financeira do negócio.

Como exposto acima, olhar a margem EBITDA também é essencial. É natural que o EBITDA aumente quando o faturamento aumenta, mas nem sempre o aumento é se dá na mesma intensidade. Muitas empresas, ao crescer, sacrificam suas margens. Esse efeito somente é capturado olhando a margem EBITDA.

Mas tome cuidado: quando utilizado de forma isolada, o EBITDA pode dar uma falsa impressão de que a empresa tem liquidez, quando, na verdade, não é bem isso. Ou seja, mesmo que uma empresa tenha bons resultados, certas despesas podem influenciar significativamente a liquidez da organização.

Por isso, ao utilizar o EBITDA, é fundamental associá-lo a outros instrumentos de análise, de forma a resultar em informações mais precisas sobre a viabilidade de se investir em determinados negócios.
BLBBRASIL

Receita Federal publica portaria que dispõe sobre transparência ativa de benefícios fiscais.

Medida atende a demandas da sociedade e de órgãos de controle externo, propiciando maior transparência ao Sistema Tributário Nacional

Superintendência da Receita Federal, em Brasília.

Foi publicada a Portaria RFB 319, de 11 de maio de 2023, que dispõe sobre a transparência ativa de informações relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica (IRBI).

O expediente disciplina o disposto no inciso IV do § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, alterado pela Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, que trouxe a possibilidade de divulgação dessas informações pelo fisco.

A portaria prevê a divulgação de cinco conjuntos de informações, todas relativas a pessoas jurídicas:

- IRBI declarados na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) do contribuinte;

- empresas Imunes e Isentas;

- empresas habilitadas perante a RFB em Regimes Especiais de Tributação;

- IRBI relacionados a PIS/Cofins vinculados à Importação; e

- IRBI relacionados a Imposto de Importação e IPI vinculados à Importação.

As informações individualizadas relativas aos três primeiros conjuntos já se encontram disponíveis em

https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/planilhas/beneficios-fiscais.

As demais, relativas aos IRBI vinculados à importação, serão disponibilizados no mesmo endereço em até 15 dias.

As listas serão periodicamente revisadas e reavaliadas, de modo a promover a ampliação gradual do rol de transparência ativa, sempre com a devida segurança jurídica.

A presente divulgação atende a demandas da sociedade e de órgãos de controle externo, propiciando maior transparência ao Sistema Tributário Nacional, em consonância com a missão, visão e valores da instituição.

A Receita Federal acredita que a transparência é ferramenta fundamental de boa governança e para a necessária prestação de contas de governo, reforça o escrutínio público, aumenta a legitimidade e o envolvimento da sociedade, restabelece a confiança e aumenta e permite a participação dos cidadãos, além de estar profundamente associada ao desenvolvimento da ética e da integridade.

No caso específico dos benefícios fiscais, a transparência permite à sociedade identificar os contribuintes que recebem tratamento tributário diferenciado, propiciando um ambiente de maior confiança entre contribuinte e administração tributária.

Fonte: Receita Federal

Acordo que reduz direitos só vale com autorização constitucional, diz TST.

A possibilidade de redução de direitos trabalhistas mediante negociação coletiva só existe nos casos em que há autorização expressa da Constituição, dos tratados e convenções internacionais ou de normas infraconstitucionais que assegurem o patamar mínimo civilizatório.

Ministros do TST condenaram empresa a pagar diferença de horas extras calculadas com parâmetro escolhido em acordo coletivo

Esse foi o entendimento adotado pela 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para dar provimento a um recurso de revista por violação ao artigo 7º, XVI, da Constituição Federal, condenando uma empresa a pagar as diferenças de horas extras a um trabalhador.

No recurso contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO), o trabalhador sustentou que foi contratado para trabalhar 40 horas semanais e pediu a aplicação da Súmula 431 do TST, que determina que é inaplicável o acordo coletivo que fixa o divisor 220 para empregados que trabalhem 40 horas por semana.

O divisor 220 é um critério matemático usado para o cálculo da remuneração do trabalhador, apontando o valor da hora do salário e o valor do pagamento adicional por hora extra.

No caso julgado, o empregado defendeu que o uso do divisor 220 não era válido, uma vez que ele estabelecia horas extras em valor inferior ao de sua jornada habitual, o que violaria o artigo 7º, inciso XVI, da Constituição e o artigo 64 da CLT.

Ao analisar o caso, a relatora da matéria, ministra Maria Helena Mallmann, lembrou que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 1.121.633, firmou maioria no sentido de que "são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis".

A julgadora, contudo, pontuou que o princípio da proibição do retrocesso foi consagrado na Constituição brasileira. "É verdade que o próprio constituinte incumbiu os atores sociais da possibilidade de mitigar alguns direitos como forma de manutenção de alguns outros benefícios e da própria empregabilidade. Essa autorização, todavia, não importa na remoção da Constituição Federal do vértice de toda a ordem jurídica nacional, porque o princípio do não retrocesso está consagrado no caput do art. 7º da Lei Maior."

A ministra sustentou que, apesar das peculiaridades do Direito do Trabalho, não há como defender que o Supremo, ao julgar a ARE 1.121.633 sob a sistemática da repercussão geral, removeu a supremacia da Constituição Federal frente a qualquer outra norma produzida pelo legislador ordinário ou pelos atores sociais.

"Qualquer norma que seja conflitante com a Lei Maior há de ter a sua eficácia rechaçada pelo Poder Judiciário. Igualmente, aqueles tratados internacionais acerca de direitos humanos não recepcionados na forma do art. 5º, §3º, da Constituição Federal assumem status de normas supralegais, consoante já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (RE 466.343-SP)."

Diante disso, ela votou pela condenação da empresa a pagar as diferenças de horas extras decorrentes da utilização do divisor 220 entre junho de 2012 e outubro de 2014, com repercussão em repouso semanal remunerado, férias com o respectivo terço constitucional, adicional por tempo de serviço, 13º salário, adicional de periculosidade (se devido) e FGTS.

O voto foi seguido por unanimidade.

Clique aqui para ler o acórdão
Processo 866-90.2017.5.10.0007

https://www.conjur.com.br/2023-mai-30/acordo-reduz-direitos-vale-autorizacao-constitucional

Tratamento vexatório a empregada ausente de reunião on-line resulta em indenização.

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região aumentou de R$ 5.000,00 para R$ 8.664,00 a indenização por danos morais devida pela Telefônica à empregada que não compareceu à reunião on-line por motivo de saúde. Para o colegiado, houve evidente estereótipo de gênero, sendo a condição de mulher essencial para o assédio praticado pelo superior hierárquico.

Provou-se que o supervisor escreveu ao lado do nome da reclamante os termos “dor de cabeça” em planilha de metas exibida para as 11 pessoas que participaram do encontro virtual. Na petição inicial, a trabalhadora afirma que precisou comparecer à consulta em razão da dor.

Para a desembargadora-relatora Catarina von Zuben, o homem preferiu tornar público um mal-estar por não aceitar que estivesse ocorrendo ou por não considerá-lo forte o suficiente para justificar a ausência à reunião.

“É um estereótipo de gênero que ignora condições biológicas (hormonais, menstruais) e associa seu acometimento ao absenteísmo e inconstância de atividades, em prejuízo, portanto, ao desempenho laboral. Assim, a dor de cabeça da reclamante, além de exposta a todos, deixou claro o ‘prejuízo’ à equipe compromissada com metas”, afirmou.

No voto, a julgadora citou a Resolução nº 492 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece o uso do protocolo para julgamento de gênero pelo Poder Judiciário. Para decidir, a magistrada considerou provas documentais, além de testemunha da trabalhadora, que confirmou os fatos e, assim como a reclamante, alegou ter sofrido pressão do superior por metas, com ligações em férias e finais de semana.

Ao aumentar a indenização, levando-se em conta o pedido da inicial (condenação em até três vezes o salário), a relatora afirmou que “a situação é agravada pelo fato de que a reclamante sequer recebia corretamente por seu trabalho, tendo que se valer do Judiciário para obter equiparação salarial com dois outros colegas homens”.

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região São Paulo

Instituída Carteira do Beneficiário para fins de comprovação de recebimento de benefício previdenciário

O MPS - Ministro de Estado da Previdência Social, publicou no Diário Oficial de hoje, 23-5, a Portaria 1.773, de 22-5-2023, que instituiu a Carteira do Beneficiário como documento de comprovação de recebimento de benefícios pagos pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social .

Contudo, esta carteira não substitui o documento oficial de identificação.

A Carteira do Beneficiário será disponibilizada para os segurados com benefícios ativos no momento da sua emissão e perderá sua validade na ocasião da cessação ou suspensão do benefício.

A Carteira do Beneficiário não será emitida para o recebedor do seguro-defeso pescador artesanal.

A Carteira do Beneficiário conterá as seguintes informações do titular do benefício: nome completo; CPF - Cadastro de Pessoa Física; número do benefício; espécie do benefício; data de emissão; data de validade; foto; e QR Code.

A Carteira do Beneficiário será emitida por meio de plataforma digital meu INSS.

Sendo a validação da autenticidade da Carteira do Beneficiário realizada por meio do QR Code, que apresentará as informações atualizadas na data da sua consulta. A Declaração de Beneficiário do INSS permanece válida como forma de comprovação da condição de beneficiário.

https://www.coad.com.br/home/noticias-detalhe/119416/instituida-carteira-do-beneficiario-para-fins-de-comprovacao-do-recebimento-de-beneficio

Termos e Condições da Carteira do Beneficiário

1. Propósito da Carteira do Beneficiário

A Carteira do Beneficiário é um documento de comprovação de recebimento de benefícios do INSS e tem como objetivo facilitar o acesso à dados previdenciários úteis ao dia-a-dia dos segurados.

Além disso, identificou-se a oportunidade de permitir que os segurados tenham acesso a benefícios e vantagens a serem oferecidos por meio de entidades públicas e privadas.

2. Não substituição do Documento de Identificação Oficial

A Carteira do Beneficiário não substitui o documento oficial de identificação.

Os segurados devem portar tanto a Carteira do Beneficiário quanto seu documento de identificação válido.

3. Elegibilidade – quem pode ter acesso a Carteira do Beneficiário

A Carteira do Beneficiário será disponibilizada apenas para os segurados do INSS que possuam benefícios ativos no momento da emissão.

A elegibilidade será verificada pelo INSS.

4. Benefícios e Vantagens

Entidades públicas e privadas podem oferecer benefícios e vantagens exclusivas aos segurados do INSS que possuam a Carteira do Beneficiário.

O INSS não é o responsável por oferecer esses benefícios e vantagens.

Os detalhes sobre os benefícios e vantagens disponíveis podem ser obtidos junto às entidades participantes.

5. Uso Adequado

Os segurados devem utilizar a Carteira do Beneficiário de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo INSS e pelas entidades públicas ou privadas participantes.

Qualquer uso inadequado da carteira, como duplicação, falsificação ou uso indevido dos benefícios, poderá resultar na aplicação das sanções cabíveis.

6. Alterações e Cancelamento

O INSS reserva-se o direito de fazer alterações nas condições de uso da Carteira do Beneficiário sem aviso prévio.

Além disso, o INSS pode cancelar a Carteira do Beneficiário caso haja violação desta política ou em conformidade com a legislação aplicável.

Essa política de uso da Carteira do Beneficiário tem o objetivo de estabelecer diretrizes claras e garantir que os segurados do INSS possam utilizá-la na forma regulamentada e para acesso aos benefícios e vantagens a serem oferecidos pelas entidades, de forma adequada e segura.

https://www.gov.br/inss/pt-br/canais_atendimento/meu-inss/termos-e-condicoes-da-carteira-do-beneficiario#:~:text=A%20Carteira%20do%20Benefici%C3%A1rio%20%C3%A9,%2Da%2Ddia%20dos%20segurados. Publicado em 23/05/2023

Veja como emitir a Carteira do Beneficiário do INSS – Meu INSS+ e o Clube de Vantagens

https://www.youtube.com/watch?v=NEjXWdqqKaE

MP que modifica Código de Trânsito Brasileiro segue para sanção.

O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (24) a medida provisória que faz várias mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Lei 9.503, de 1997, em temas como exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais, competência para aplicação de multas e descanso de caminhoneiros (MP 1.153/2022).

Aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/2023 e relatada pelo senador Giordano (MDB-SP), a MP segue agora para a sanção da Presidência da República.

Na opinião do senador Giordano, as alterações relacionadas ao CTB são meritórias.

Ele aponta que é preciso atualizar termos considerados obsoletos, incluir os veículos elétricos dentro das definições de veículo automotor e aperfeiçoar as medidas relacionadas aos exames toxicológicos, entre tantas outras modificações pertinentes.

—A distribuição de competências para os órgãos executivos de trânsito dos municípios também é providência salutar na medida em que permite maior e melhor atuação do poder público em todo o Brasil — afirmou.

O relator informou que foram apresentadas 17 emendas no Plenário do Senado, das quais acatou apenas quatro que faziam ajustes na redação. Uma das emendas, de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), deixa claro que a fiscalização de trânsito prevista em determinados artigos da MP é de competência do município, desde que a infração seja cometida no âmbito de sua circunscrição.

Fiscalização

O texto aprovado dá aos órgãos municipais de trânsito a competência privativa de fiscalização e de aplicação de multas nas principais infrações, como aquelas envolvendo estacionamento ou parada irregulares, excesso de velocidade, veículo com excesso de peso ou acima da capacidade de tração e recolhimento de veículo acidentado ou abandonado. Estados e Distrito Federal terão competência privativa para fiscalizar e multar infrações relacionadas a não realização de exame toxicológico, a falta de registro do veículo, a falta de baixa de veículo irrecuperável, cadastro desatualizado e falsa declaração de domicílio, por exemplo.

As demais infrações serão de competência concorrente. Tanto um quanto outro agente podem atuar. Já as privativas podem ser delegadas a outro órgão por meio de convênio.

A Câmara dos Deputados incluiu dispositivo para especificar que não há infração de trânsito quanto a circulação, parada e estacionamento de veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento ou a veículos de polícia, de fiscalização e operação de trânsito e ambulâncias, mesmo que sem identificação ostensiva.

A fim de prevenir e reprimir os atos relacionados à segurança pública e garantir obediência a normas de segurança do trânsito, a Polícia Militar (PM) poderá realizar atividades de polícia ostensiva de trânsito, respeitadas as competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Seguro de cargas

Um dos pontos modificados foi o da contratação de seguro para a carga transportada. O texto original da MP atribuía exclusivamente ao transportador a contratação desse seguro e não permitia ao dono da carga fazer exigências como as relacionadas a Planos de Gerenciamento de Riscos (PGR).

Mas durante a tramitação na Câmara, foram inseridas regras intermediárias. Assim, os transportadores, ainda que pessoas físicas ou cooperativas, deverão contratar obrigatoriamente seguros de cargas de três tipos: 1) responsabilidade civil para cobertura de perdas ou danos causados por colisão, abalroamento, tombamento, capotamento, incêndio ou explosão; 2) responsabilidade civil para cobertura de roubo, furto simples ou qualificado, apropriação indébita, estelionato e extorsão simples ou mediante sequestro afetando a carga durante o transporte; e 3) responsabilidade civil para cobrir danos corporais e materiais causados a terceiros pelo veículo utilizado no transporte rodoviário de cargas.

Entretanto, tanto o seguro de perdas por acidentes quanto o de roubo e assemelhados deverão estar vinculados a Planos de Gerenciamento de Riscos (PGR) estabelecidos de comum acordo entre o transportador e a sua seguradora. Se o contratante do serviço de transporte quiser impor obrigações ou medidas adicionais na operação de transporte ou no gerenciamento do serviço deverá pagar pelas despesas envolvidas nisso.

Por outro lado, o transportador e o dono da mercadoria poderão contratar outros seguros e este último poderá exigir do transportador uma cópia da apólice de seguro com as condições, prêmio e gerenciamento de risco contratados.

Quando houver subcontratação para o transportador autônomo de cargas (TAC) realizar o serviço, esse caminhoneiro será considerado preposto e contra ele não poderá haver ação de regresso pela seguradora. Já o seguro por danos a terceiros deve ficar em nome do TAC subcontratado. Em qualquer hipótese, os embarcadores, as empresas de transporte e as cooperativas de transporte não poderão descontar do valor do frete do TAC valores de taxa administrativa e de seguros, sob pena de indenização igual a duas vezes o valor do frete.

Exame toxicológico

Sobre o exame toxicológico exigido para condutores com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias C, D e E, a MP aplica novas sanções por sua não realização.

Em vez da suspensão da multa pela falta do exame até 2025, como previa o texto original, o substitutivo aprovado prevê vigência das novas regras a partir de 1º de julho de 2023.

Se o motorista não realizar o exame para obter ou renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), ela será emitida somente com a apresentação de resultado negativo para exame toxicológico e o interessado estará sujeito a multa de cinco vezes o valor base se dirigir veículo sem a devida renovação. Nessa situação, a reincidência resultará em multa de dez vezes e suspensão do direito de dirigir.

Quanto ao exame de mesmo tipo exigido pelo CTB a cada dois anos e meio após a renovação da CNH, se ele não for realizado em até 30 dias após o fim do prazo, o condutor estará sujeito a multa gravíssima (cinco vezes o valor base) a ser aplicada pelo Detran. Caberá à Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) comunicar a proximidade do fim do prazo por meio do sistema de notificação eletrônica.

Já a infração de dirigir qualquer veículo com resultado positivo no exame toxicológico previsto provocará multa gravíssima e a reincidência vai gerar multa de dez vezes e suspensão do direito de dirigir.

Embora o texto tenha imposto penalidades maiores, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) fixará um escalonamento de até 180 dias para a realização dos exames a partir de 1º de janeiro de 2024, resultando em uma espécie de anistia ainda a ser regulamentada.

Descanso e contrato
A medida provisória remete a regulamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a definição dos critérios para que o motorista continue viagem sem observar o descanso obrigatório a cada cinco horas e meia nas situações em que, na rota programada, não houver pontos de parada e descanso disponíveis ou vagas de estacionamento.

O texto também permite aos órgãos de trânsito estaduais contratarem, por meio de credenciamento, empresas registradoras de contrato para registrar quando o veículo comprado é dado em garantia nas operações de financiamento, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/24/mp-que-modifica-codigo-de-transito-brasileiro-segue-para-sancao?utm_smid=10585864-1-1

Sócio responde por dívidas trabalhistas existentes ANTES MESMO DE SEU INGRESSO NA EMPRESA.

Diante do insucesso da execução contra o devedor principal, o sócio responde por todas as dívidas da empresa, mesmo as contraídas antes de seu ingresso na sociedade.

Com esse entendimento, os magistrados da 1ª Turma do TRT da 2ª Região modificaram sentença e declararam a responsabilidade da sócia em um processo trabalhista.

Em agravo de petição, a exequente pleiteava reforma de decisão que julgou improcedente a desconsideração da personalidade jurídica no caso.

Com base no art. 10-A da Consolidação das Leis do Trabalho, ela alega que a sócia ingressante não pode adquirir apenas as benesses da sociedade e não os débitos anteriormente contraídos.

Cita também o Código Civil para fundamentar sua afirmação.

Segundo a relatora do acórdão, desembargadora Maria José Bighetti Ordoño, a limitação da responsabilidade ao período em que fez parte da sociedade cabe apenas ao sócio retirante, não ao sócio ingressante.

“Quando um sócio ingressa no quadro societário de uma empresa, ele se torna responsável por todo o passivo trabalhista, incluindo as execuções cujos fatos geradores tenham ocorrido antes de ele participar da sociedade”, declara.

Considerando a legislação vigente e jurisprudência sobre o tema, a Turma julgou procedente a desconsideração da personalidade jurídica do devedor principal e determinou a inclusão da sócia no polo passivo da reclamação trabalhista.

(Processo nº 1001955-88.2016.5.02.0040)

Entenda alguns termos jurídicos usados no texto:

execução

fase do processo iniciada após o não cumprimento de decisão ou acordo firmado na Justiça, que inclui cobrança forçada dos devedores

agravo de petição

recurso cabível contra decisões tomadas em processo de execução trabalhista

exequente

credor no processo de execução

desconsideração da personalidade jurídica

incidente com o objetivo de alcançar os bens dos sócios e administradores para responder por obrigações de responsabilidade da sociedade

fatos geradores

situação prevista em lei que, ao ocorrer na prática, dá origem a uma obrigação tributária; por exemplo, a aquisição de um imóvel é fato gerador para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano

jurisprudência

conjunto de decisões e entendimentos dos tribunais acerca de um tema

polo passivo

réu; contra quem se abre um processo

Para tirar dúvidas sobre termos e expressões jurídicas, acesse o nosso glossário.

https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/socio-responde-por-dividas-trabalhistas-existentes-antes-mesmo-de-seu-ingresso-na-empresa?utm_smid=10585864-1-1

Rendimentos no exterior no IRPF 2023: como funcionam e como declará-los.

Prazo para a entrega da declaração vai até o dia 31 de maio.

O tratamento de rendimentos recebidos no exterior exige atenção especial do contribuinte na hora de preparar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2023, ano-base 2022.

O auditor-fiscal José Eduardo Ferreira Fusco, da 6ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), adverte que esse é um tema de alta complexidade.

Ao tratar de rendimentos obtidos fora do Brasil, a tarefa exige considerar os diferentes meios e formas de sua obtenção, decorrentes dos diferentes ordenamentos estabelecidos nas jurisdições estrangeiras.

Rendimentos no exterior

Os rendimentos recebidos no exterior deverão ser informados pelos contribuintes residentes no país obrigados a apresentar a DIRPF 2023.

O principal critério que leva a essa obrigatoriedade refere-se a quem obteve rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R$ 28.559,70 no ano passado, entre outros critérios.

Se a o contribuinte apurou rendimentos fora do país durante o ano-calendário, essas informações deverão constar da declaração do Imposto de Renda. Isso vale mesmo para quem trabalhou, por exemplo, apenas um mês fora do país (e obteve rendimento no exterior), para quem teve ganhos em aplicações financeiras ou vendeu um bem fora do Brasil.

A regra é clara: a Pessoa Física sujeita à apresentação da Declaração de Ajuste Anual deve relacionar os bens e direitos que, no Brasil ou no exterior, constituam, em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, seu patrimônio e o de seus dependentes, bem como os bens e direitos adquiridos e alienados no decorrer do ano-calendário de 2022.

Controle internacional

Informações sobre rendimentos recebidos no exterior estão disponíveis à RFB, pois o Brasil tem regramentos específicos sobre a troca de informações tributárias e financeiras com outros países.

As Instruções Normativas nºs 1.680/2016 e 1.681/2016 internalizaram a convenção multilateral que trata do Commom Reporting Standards (CRS), o “Padrão de Declaração Comum”, possibilitando às administrações tributárias dos países signatários a troca de informações financeiras como identificação de contas, saldos e pagamentos relacionados aos residentes.

Entre os signatários, ressalta Fusco, estão boa parte das jurisdições atualmente consideradas “paraísos fiscais”.

Já a Instrução Normativa nº 1.571/2105 alinhou o Brasil ao Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA).

Trata-se da Lei de Conformidade Tributária de Contas Estrangeiras, uma lei federal norte-americana que prevê a obrigatoriedade de instituições bancárias estrangeiras fornecerem dados de seus correntistas às autoridades americanas.

Incidência

Fusco destaca que o primeiro aspecto a ser observado nos rendimentos recebidos no exterior é a regra geral das hipóteses de incidência, ou seja, tributação universal e isonômica.

Sob tal perspectiva, o auditor-fiscal lembra que esse conceito envolve todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro e, ainda, os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.

Ele ressalta que a tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica.

Residência fiscal

O segundo ponto de grande relevância ao tratar dos rendimentos no exterior leva em conta a residência fiscal.

Ou seja, há regras diferentes para o contribuinte residente no Brasil e para quem é considerado "não residente", sob a perspectiva tributária.

Essas condições estão estabelecidas pela Instrução Normativa SRF nº 208/2002. Para comprovação da condição de residência fiscal, os contribuintes devem se valer dos documentos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1226/2011.

Ganhos e rendimentos

O auditor-fiscal lembra que é importante diferenciar a tributação entre ganhos e rendimentos em geral.

Rendimento é tudo aquilo que acresce ao patrimônio.

Já os ganhos estão sujeitos a apuração exclusiva na sistemática do ganho de capital, quando decorre em regra da alienação, a qualquer título, de bens e direitos, bem como da liquidação ou resgate de aplicações financeiras.

Em geral, rendimentos estão sujeitos à tabela progressiva do carnê leão.

Já os ganhos de capital estão sujeitos às alíquotas progressivas atualizadas pela lei nº 13.259 de 2016.

Regimes de câmbio

O tratamento de rendimentos recebidos no exterior exige a conversão das moedas estrangeiras para o real. Isso é obrigatório perante o fisco, alerta Fusco.

No caso de rendimentos, deve ser considerado a cotação do "dólar compra" no último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do recebimento.

Os rendimentos em moeda estrangeira que não sejam o dólar (euro, por exemplo) devem ser convertidos em dólares norte-americanos, pelo valor fixado pela autoridade monetária do país de origem dos rendimentos na data do recebimento.

Em seguida devem ser convertidos em reais, pela cotação do "dólar compra" fixada pelo Banco Central, para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do recebimento.

No caso de ganhos de capital, inicialmente é necessário avaliar a origem do recurso aplicado e que gerou ganho (real ou moeda estrangeira).

Se for em moeda estrangeira, o ganho é apurado inicialmente em dólares e o valor precisa ser convertido para reais, considerando o valor do "dólar compra" na data do recebimento.

Conta remunerada

José Eduardo Ferreira Fusco destaca a importância de declarar valores em "conta remunerada", que se assemelha a uma aplicação financeira.

Há apuração de ganho de capital tributável, desde que o valor creditado seja passível de saque pelo beneficiário.

A tributação da variação cambial (ganho de capital) nas aplicações financeiras realizadas em moeda estrangeira com rendimentos auferidos originariamente em reais só ocorrerá no momento da liquidação ou resgate (parcial ou total) da aplicação financeira.

Atenção: não incide o imposto sobre a renda sobre a variação cambial de aplicações financeiras realizadas com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira.

Criptoativos

São ativos que devem ser declarados na ficha de bens e direitos e que quando negociados podem gerar ganhos de capital.

O valor expresso em moeda estrangeira referente a criptoativos deve ser convertido em dólar norte-americano e, na sequência, em moeda nacional (considerando cotação de venda estabelecida pelo BC), considerando a data da operação ou saldo. A cotação deve ser extraída do boletim de fechamento PTAX divulgado pelo Banco Central.

Saída temporária/definitiva

No caso de pessoa física que se ausentar do Brasil em caráter temporário e permanecer no exterior por mais de 12 meses consecutivos, os rendimentos recebidos nos primeiros 12 meses consecutivos de ausência são tributados como os rendimentos recebidos pelos demais residentes no Brasil.

Os rendimentos recebidos a partir do 13º mês consecutivo de ausência sujeitam-se à tributação exclusiva na fonte ou definitiva, conforme regras estabelecidas pela Instrução Normativa SRF nº 208/2002 (artigos 26 a 45).

No caso de pessoa física residente no Brasil que se retirar em caráter permanente do território nacional no curso do ano-calendário, há obrigações cumulativas.

Uma delas é a necessidade de apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, a partir da data de saída e até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente.

Prazos

A pessoa física que se encontra no exterior deve apresentar sua declaração até 31 de maio de 2023.

Quem estiver em viagem, fora de seu domicílio fiscal, na data final da apresentação da declaração não tem direito à prorrogação desse prazo. A declaração de contribuinte residente no Brasil que esteja no exterior deve ser enviada pela Internet.

Restituição

A restituição para os declarantes no exterior é realizada em conta bancária de titularidade do contribuinte, em qualquer banco no Brasil autorizado pela RFB a efetuar a restituição (a indicação da conta bancária pode ser feita por meio de PIX, utilizando a chave CPF do titular da declaração).

Caso o contribuinte não possua conta bancária no Brasil, deve nomear um procurador no Brasil para receber a sua restituição. O procurador, munido de procuração pública, deve comparecer a uma agência do Banco do Brasil e indicar uma conta de sua titularidade, em qualquer banco, para que seja feito o respectivo crédito.

Acordos

Para evitar situações de dupla tributação, o Brasil firmou acordos internacionais com diversos países.

Conforme estabelece a Instrução Normativa nº 1.500/2014 da RFB, “o contribuinte que houver recebido rendimentos de fonte situada no exterior, incluídos na base de cálculo do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), pode compensar o imposto pago nos países com os quais o Brasil possui acordos, convenções ou tratados internacionais ou naqueles em que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil, desde que não sujeitos à restituição ou compensação no país de origem”.

O Brasil tem acordos vigentes com África do Sul, Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, Filipinas, Finlândia, França, Hungria, Índia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Países Baixos (Holanda), Peru, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça, Trinidad e Tobago, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

O teor e a vigência da lei estrangeira concessiva de reciprocidade devem ser comprovados pelo contribuinte, com cópia da lei publicada em órgão da imprensa oficial do país de origem do rendimento.

A norma precisa estar traduzida por tradutor juramentado e autenticada pela representação diplomática do Brasil no país de origem, ou mediante declaração desse órgão atestando a reciprocidade de tratamento tributário.

Não é necessária a prova de reciprocidade para a Alemanha, o Reino Unido e os Estados Unidos.

Não havendo acordo ou convenção internacional para evitar a dupla tributação, valem disposições da legislação tributária brasileira vigente, não podendo ser compensado o valor do imposto porventura pago no país de origem.

Quem deve declarar

Está obrigado a apresentar a DIRPF 2023 quem recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R$ 28.559,70 no ano passado.

Esse valor inclui salários, aposentadorias, pensões e aluguéis; quem recebeu rendimento isento, não tributável ou tributado exclusivamente na fonte acima de R$ 40 mil; e quem obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do Imposto. O prazo para entrega da declaração termina em 31 de maio.

Deve ainda declarar o IRPF em 2023 quem tinha, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R$ 300 mil.

Em relação àqueles que efetuaram operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, ficam obrigados apenas quem, no ano-calendário, realizou somatório de vendas, inclusive isentas, superior a R$ 40 mil; e, operações sujeitas à incidência do imposto.

Quanto à atividade rural, também deve declarar o cidadão que obteve receita bruta em valor superior a R$ 142.798,50; que pretenda compensar, no ano-calendário de 2022 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2022.

Para acompanhar as entregas, basta clicar AQUI.

Fonte: Receita Federal

Rendimentos no exterior no IRPF 2023: como funcionam e como declará-los – Sistema FENACON

Tudo o que você precisa saber sobre as startups.

Quer saber mais sobre as startups? Tudo o que você precisa saber está nesse artigo.

“Bill Gates e outros milionários investem em startups.” “Crise ajuda a impulsionar startups no Brasil.” “Financiamentos para startups nos EUA têm alta recorde.”

Notícias como essas estão cada vez mais comuns nos veículos de imprensa, demonstrando que as startups são agora o que as franquias eram na década de 90.

Estar “na crista da onda” não significa ter sucesso garantido, ou melhor, sucesso duradouro. Para uma startup ser bem-sucedida e permanecer gerando lucro, que é o que importa de fato, é preciso muito mais do que uma ideia revolucionária.

Vamos abordar neste artigo o que é necessário para abrir uma startup e todas as questões envolvendo esse formato de empreendimento. Mas, antes de entrarmos nesse universo inovador, temos que entender um pouco mais sobre o conceito da startup.

O que é uma startup?
Toda e qualquer empresa que esteja em seu início no mercado pode ser chamada de startup, mas o termo é utilizado hoje com mais frequência para definir um formato específico de empresa com características próprias.

Para ser considerada uma startup, a empresa deve ter um perfil empreendedor e inovador, ou seja, deve apresentar um produto ou serviço diferente do que existe no mercado. Por conta disso, seu ambiente muitas vezes é caracterizado como arriscado, já que com o lançamento de um produto novo, a reação do mercado é incerta.

Sendo um mercado de alto risco, outra característica importante é o baixo custo de investimento, mas sempre buscando alta lucratividade.

Possuir um formato de negócio escalável e constante também são atributos de uma startup, uma vez que esse empreendimento deverá possuir uma estrutura capaz de oferecer o mesmo produto de forma ilimitada sem adaptações e variações.

Por ser um modelo de negócio de baixo custo inicial, a maioria das startups prioriza seu funcionamento pela internet, além de que esse veículo torna mais fácil sua expansão.

Dois exemplos mundiais de startups de sucesso que podemos citar são a Netflix, serviço que disponibiliza filmes e séries via internet, e o Uber, aplicativo de locomoção mais econômico que o táxi.

Quero abrir uma startup
Para abrir qualquer empresa, independente do seu formato ou modalidade, é necessário o cumprimento de algumas regras e obrigações que garantirão segurança e conformidade legal. Com as startups não é diferente. Se você tem interesse nesse negócio, fique atento a algumas orientações:

Entenda a legislação
Informações sobre o tipo de negócio e as leis referentes a ele são fundamentais para começar uma startup. Esse é o primeiro passo para sua criação, pois qualquer irregularidade jurídica pode inviabilizar seu negócio. Direitos do consumidor e resoluções de agências regulatórias também são importantes de serem estudados. Uma maneira segura de começar seu negócio é com ajuda de especialistas. Uma orientação jurídica esclarecerá todas as dúvidas para que sua startup inicie as atividades de acordo com a lei.

Atenção quanto à sua marca
Depois das informações sobre a legislação, você precisa de um nome para seu negócio. Tão importante como a criação do nome é o seu registro. Isso evita que existam outras empresas com o mesmo nome que a sua. Fique atento às regras de registro, como expressões proibidas, por exemplo. O registro é feito pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Crie um Memorando de Entendimentos pelos Empreendedores
Principalmente se sua empresa possuir sócios, uma boa dica é a criação de MOU, Memorandum of Understanding. O MOU é um acordo de cooperação e esclarecimentos entre as partes envolvidas no projeto e pode evitar conflitos. Definição de funções, investimentos individuais e divisão de lucros são alguns dos pontos básicos que devem estar nesse documento.

A importância da confidencialidade
Uma das características principais das startups é a criação de uma nova ideia. Então, para que essa ideia não seja copiada e permaneça segura, um acordo ou contrato de confidencialidade é de extrema importância. Esse acordo deve conter garantias aos criadores da ideia e o comprometimento dos envolvidos no projeto de manter sigilo absoluto sobre informação, dados e documentos. No caso de quebra de sigilo, o responsável pelo “vazamento” de tal informação deve ressarcir os criadores.

Como captar recursos para a criação de startups?
Agora que você já tem orientações sobre como abrir uma startup, é o momento de entender as opções para captação de recursos. Existem inúmeras formas de angariar fundos para viabilizar seu negócio. Listamos algumas que valem a pena serem avaliadas:

Bootstrapping: quando o empreendedor ou o grupo envolvido utiliza do próprio dinheiro para investir na empresa. Essa é a forma mais comum utilizada pelas startups, até obterem investimentos maiores, geralmente oriundo dos primeiros clientes.

Incubadoras: o modelo mais tradicional de investimento, as incubadoras são empresas cuja intenção é fazer com que outras empresas, no caso as startups, se desenvolvam. Elas oferecem um suporte nas formas de negócio, acesso a recursos, técnicas de apresentação, entre outras soluções visando a prosperidade do empreendimento.

Investimento-anjo: esse formato de investimento é realizado por profissionais atualizados nas tendências do mercado e experientes em tecnologia e inovação. O principal objetivo do investidor-anjo é investir em negócios que tenham alto retorno. Muitas vezes sua intenção, além do investimento financeiro, é contribuir também com seu conhecimento técnico. Em troca, ele pode exigir sociedade no negócio.

Capital semente: indicado para startups em fase inicial e na organização das operações. Por meio de fundos privados, os investidores, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, captam recursos em grupo. Como são mais seguros, acabam sendo mais vantajosos financeiramente para os empreendedores.

Crowdfunding: é um financiamento coletivo muito indicado para startups. Por meio de plataformas colaborativas virtuais como a Arara Seed (na internet), o empreendedor apresenta o projeto em forma de uma campanha e o valor necessário para ele sair do papel. Os colaboradores e financiadores geralmente recebem benefícios ou recompensas relacionadas ao produto ou serviço da startup e proporcionais aos investimentos.

Independente se você vai abrir uma startup ou um negócio convencional, amenizar riscos significa ter ajuda de quem entende de negócios e suas obrigações. O Grupo BLB Brasil possui profissionais especializados que podem orientar você no desenvolvimento do seu projeto.

Gostou deste post? Conheça outros textos no nosso blog para conhecer mais sobre Gestão e Finanças.
BLBBRASIL

Ganhos de capital no IRPF 2023: entenda como funcionam e como declará-los

É fundamental que o contribuinte esteja sempre atualizado em relação às regras e orientações relacionadas aos ganhos de capital e outras questões tributárias. Em 2023, o prazo final para a entrega da declaração é 31 de maio.

Os ganhos de capital são um dos temas mais importantes e complexos quando se trata de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Isso porque esses ganhos, que ocorrem quando uma pessoa vende um bem por um valor superior ao que pagou por ele, estão sujeitos à tributação.

Mas como calcular e declarar esses ganhos corretamente?

Para os bens que geram imposto sobre ganho de capital, o contribuinte deve calcular a diferença entre o valor de venda e o valor de compra, além de considerar possíveis despesas com a venda, como corretagem e impostos.

O cálculo é feito por um programa específico chamado GCAP (Programa de Apuração dos Ganhos de Capital) que aufere o valor a ser informado, posteriormente, na declaração do IRPF, na aba "Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva".

A alíquota incidente sobre o ganho de capital é progressiva, que varia de 15% a 22,5%, conforme o valor da alienação. Existem exceções a essa regra com alíquota fixa de 15% ou 20% (consulte a legislação).

Além disso, é importante destacar que a Receita Federal pode cruzar os dados informados na declaração com informações de outras fontes, como a própria corretora ou instituição financeira responsável pela venda do bem.

Por isso, é fundamental que o contribuinte esteja atento às informações que presta na declaração do IRPF.

Além das regras gerais para o cálculo e a declaração dos ganhos de capital, o contribuinte precisa estar atento às particularidades de cada tipo de bem que possa gerar esse tipo de renda.

Por exemplo, no caso de imóveis, é necessário verificar se existem despesas que integrem o custo de aquisição, com exemplo reformas e melhorias que tenham sido realizadas.

Vale relembrar que a partir de 01/01/1996 não é permitida a atualização de valores de bens e direitos.

Outro ponto relevante é que os ganhos de capital podem ser objeto de fiscalização por parte da Receita Federal mesmo após o prazo para a entrega da declaração do IRPF.

Assim, é importante guardar todos os documentos que comprovem a origem e a natureza dos ganhos de capital, bem como o cálculo e o pagamento do imposto correspondente.

Em caso de dúvidas ou problemas, o contribuinte pode buscar a orientação de um contador ou de um advogado especializado em direito tributário.

Vale destacar ainda que existem também algumas situações em que os ganhos de capital podem ser isentos de imposto.

É o caso, por exemplo, da venda de imóveis residenciais para a compra de outros imóveis residenciais no prazo de 180 dias. Outras situações de isenção incluem a venda de bens adquiridos antes de 1988 e a venda de bens ou direitos de pequeno valor.

A declaração do IRPF é uma obrigação legal e o não cumprimento das obrigações fiscais pode gerar multas e outras penalidades.

Além disso, uma declaração imprecisa ou incompleta pode levar a questionamentos por parte da Receita Federal, o que pode gerar um grande transtorno para o contribuinte.

Por isso, é fundamental que o contribuinte esteja sempre atualizado em relação às regras e orientações relacionadas aos ganhos de capital e outras questões tributárias

A Receita Federal disponibiliza um documento de perguntas e respostas com todos os tópicos fundamentais para entender o tema. Vale também buscar a orientação de profissionais especializados em caso de outras dúvidas ou problemas.

Em 2023, o prazo final para a entrega da declaração é em 31 de maio. Aqueles que não entregarem a declaração dentro do prazo estabelecido estarão sujeitos a multas e outras penalidades.

Fonte: Receita Federal

https://fenacon.org.br/noticias/ganhos-de-capital-no-irpf-2023-entenda-como-funcionam-e-como-declara-los/?utm_smid=10585864-1-1

Como o RH lida com os dados pessoais dos colaboradores?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n° 13.709/2018, estabelece alguns cuidados que devem ser tomados pela gestão de recursos humanos de uma empresa no tratamento de dados dos colaboradores.

1. Consentimento: a empresa precisa do consentimento explícito dos colaboradores em relação aos dados que serão coletados.

2. Transparência: é necessário que os colaboradores tenham conhecimento de como seus dados serão utilizados pela empresa, especialmente em caso de compartilhamento e outras formas de tratamento.

3. Segurança: a lei exige que as empresas implementem medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais dos colaboradores.

4. Direitos dos titulares dos dados: segundo a LGPD, os titulares dos dados têm o direito de solicitar ao RH o acesso, correção, exclusão e/ou transferência dos seus dados pessoais.

5. Responsabilidade: as empresas são responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais dos seus colaboradores. Isso significa que o RH deve garantir que tudo esteja em conformidade com a lei, adotando políticas e procedimentos adequados para proteger os dados pessoais.

Esteja adequado à LGPD! Esse é um passo importante para o respeito à privacidade e proteção de dados.

Saiba mais:

https://fenacon.org.br/noticias/como-o-rh-lida-com-os-dados-pessoais-dos-colaboradores/?utm_smid=10571904-1-1

Posso doar todo o meu patrimônio para os meus herdeiros?

Por Raul Bergesch (*)

Inicialmente, o artigo 538 do Código Civil estabelece que doação é um contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra [1].

Portanto, a doação é um contrato unilateral, gratuito e formado mediante declaração receptícia da vontade [2], isto é, declaração de vontade que é de conhecimento do destinatário.

Em regra, a pessoa pode doar o seu patrimônio para quem quiser. Contudo, a lei coloca a salvo algumas hipóteses, como as doações universal, inoficiosa, colacionável e fraudulenta, e, também, as doações feitas por pessoa casada, por cônjuge adúltero a seu cúmplice, por absolutamente incapaz e por pródigo.

A doação universal é aquela que engloba a totalidade de bens do doador, isto é, a pessoa doa todo o seu patrimônio. Entretanto, o artigo 548 do Código Civil veda esta possibilidade ao estabelecer que é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador [3]. Neste caso, busca-se preservar um patrimônio mínimo que possibilite a dignidade do doador.

Por outro lado, a doação inoficiosa é aquela que invade a legítima dos herdeiros necessários. Assim, a pessoa somente poderá doar até o limite máximo da metade de seu patrimônio, uma vez que a outra metade, chamada de legítima, pertence aos herdeiros necessários, nos termos do artigo 1.846 do Código Civil.

Já na doação colacionável, a pessoa pode doar para os seus ascendentes, descendentes ou cônjuges. Porém, este ato será considerado adiantamento da legítima, isto é, um adiantamento que o donatário iria receber como herdeiro no momento da morte do doador.

A doação fraudulenta é aquela realizada pelo devedor insolvente — aquele cujo patrimônio passivo é maior que o ativo — ou que, com a doação, torna-se insolvente. Nestes casos, a doação somente será válida se realizada com o consentimento de todos os credores. Por outro lado, sem o consentimento, estará configurada fraude contra credores.

Na doação feita por pessoa casada, o cônjuge necessita da autorização do outro para doar, salvo no regime da separação absoluta, nas doações propter nuptiaes de bens feitos aos filhos quando casarem ou estabelecerem economia separada, ou na doação remuneratória.

De outro modo, apesar de a doação do cônjuge adúltero a seu cúmplice poder ser realizada, esta doação, nos termos do artigo 550 do Código Civil, poderá ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

A sociedade conjugal estará resolvida com o divórcio, com a anulação, com a morte ou com a separação judicial. Ressalta-se que se a anulação da sociedade conjugal estiver baseada em nulidade absoluta, não houve casamento e, consequentemente, não poderá se falar em doação anulável [4].

No tocante ao absolutamente incapaz, ele não pode realizar doações. Caso realize, o ato será considerado nulo. Por fim, o pródigo pode realizar doações, desde que assistido pelo curador, nos termos do art. 1.782 do Código Civil.

Analisadas todas as exceções, indaga-se: posso doar todo o meu patrimônio para os meus herdeiros?

Se o doador não tiver herdeiros necessários, isto é, se não tiver descendentes, ascendentes e cônjuge, poderá doar livremente o seu patrimônio, desde que não seja doação universal.

Como vimos, a doação universal é aquela que engloba a totalidade de bens do doador e não resguarda o mínimo existencial. Segundo o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, o Código Civil proíbe a doação universal e a doação inoficiosa, aquela que ocorre em prejuízo à legítima dos herdeiros necessários [5].

Segundo Fábio Ulhoa Coelho, a doação universal é vedada porque muitas vezes devemos ser defendidos de nós mesmos, de modo que, mesmo os que não possuem herdeiros, não podem doar simplesmente tudo o que têm, motivo pelo qual o doador sempre deve manter em seu patrimônio bens ou renda suficientes para a sua subsistência [6].

Seguindo este raciocínio, o ministro Edson Fachin afirma que a vedação à doação universal é como um dos testemunhos da existência de um Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo, que impede que a pessoa, ao realizar uma (ou várias) doação, reduza sua situação financeira à miserabilidade [7].

Assim, por parte da lei, não há preocupação com o patrimônio (de per se stante), mas sim com a visão de que o patrimônio é um dos meios de se garantir que a pessoa tenha um mínimo existencial que lhe possibilite a dignidade [8].

Neste mesmo sentido, o ministro Luis Felipe Salomão afirma que a razão da norma, ao prever a nulidade da doação universal, é a de garantir à pessoa o direito a um patrimônio mínimo, impedindo que se reduza sua situação financeira à miserabilidade. Consequentemente, ao vedar a doação universal, mitiga-se, de alguma forma, a autonomia privada e o direito à livre disposição da propriedade, em exteriorização da preservação de um mínimo existencial à dignidade humana do benfeitor, um dos pilares da Constituição da República [9].

Assim, a vedação à doação universal tem caráter de regra inflexível, que considera que o ato de disposição de todo o patrimônio é nulidade absoluta, uma vez que deve ser assegurado o mínimo existencial para a preservação da dignidade da pessoa humana do doador.

Referências bibliográficas

BRASIL. Código Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 28 abr. 2023.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. REsp 1.708.951-SE, relatora ministra Nancy Andrighi, julgado em 14/05/2019 (Info 648). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/710000925/inteiro-teor-710000929>. Acesso em 24 mar. 2023.

_____. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.183.133/RJ, relator ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 01/02/2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/861589259/inteiro-teor-861589342>. Acesso em 24 mar. 2023.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil, 3: contratos. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 244/245.

FACHIN, Luiz Edson. Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 232.

FARIAS, Cristiano Chaves de, FIGUEIREDO, Luciano e DIAS, Wagner Inácio. Código Civil para concursos. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 661, 667 e 669.

https://ber.adv.br/

https://raulbergesch.com.br/

[1] BRASIL. Código Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 28 abr. 2023.

[2] FARIAS, Cristiano Chaves de, FIGUEIREDO, Luciano e DIAS, Wagner Inácio. Código Civil para concursos. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 661.

[3] Idem. Código Civil.

[4] Idem. p. 669.

[5] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. REsp 1.708.951-SE, relatora ministra Nancy Andrighi, julgado em 14/05/2019 (Info 648). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/710000925/inteiro-teor-710000929>. Acesso em 24 mar. 2023.

[6] COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil, 3: contratos. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 244/245.

[7] FACHIN, Luiz Edson. Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 232.

[8] FARIAS, Cristiano Chaves de, FIGUEIREDO, Luciano e DIAS, Wagner Inácio. Código Civil para concursos. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 667.

[9] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.183.133/RJ, relator ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 01/02/2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/861589259/inteiro-teor-861589342>. Acesso em 24 mar. 2023.

Raul Bergesch é advogado na área do Direito Empresarial, especialista em proteção patrimonial, sócio fundador do escritório Raul Bergesch Advogados, membro do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp) e da Comissão de Direito Falimentar da OAB-RS, Subseção de Novo Hamburgo.

Justiça reconhece vínculo de emprego entre rede atacadista e promotora de vendas intermediada por cooperativa.

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região confirmou decisão de 1º grau e manteve o reconhecimento de vínculo empregatício entre a rede atacadista Assaí e uma promotora de vendas contratada por meio de uma cooperativa que, na prática, atuava como fornecedora de mão de obra. O

acórdão determinou, ainda, que a cooperativa responda solidariamente pelas verbas trabalhistas devidas.

Segundo os magistrados, não havia compatibilidade de interesses para alcance de objetivos comuns, próprios das sociedades cooperativas, no vínculo em questão. Existia somente um falso contrato para acobertar a real condição da profissional.

Os autos demonstram também uma disparidade muito grande entre os rendimentos dos dirigentes da cooperativa e dos que executavam as atividades. Além disso, a remuneração era mensal, fixa e estabelecida de acordo com o piso salarial da categoria.

A rede de supermercados tentou afastar a condenação ao afirmar que nunca teve qualquer tipo de relação com a mulher, tendo recebido meramente prestação de serviços. Alegou, ainda, que salários e eventuais benefícios eram pagos diretamente pela cooperativa.

Mas, segundo o redator designado, juiz Wildner Izzi Pancheri, prova oral produzida em audiência demonstrou que, "na realidade, a cooperativa atuava como mera empresa intermediadora de mão de obra, deixando patente que a autora não teve o intuito de constituir sociedade, mas buscou trabalho remunerado com o qual pudesse prover sua própria subsistência. Se houve aceitação às condições previamente impostas pelas empresas, esta decorreu, unicamente, do caráter alimentar que se vislumbra nos salários".

Também foi considerado o fato de que a empregada atuava na atividade-fim, reorganizando estoques e produtos em exposição, com a conclusão de que, a princípio, quem desempenha esse papel deve ser contratado pelo próprio supermercado.

Com isso, as empresas condenadas terão de arcar solidariamente com todas as verbas trabalhistas decorrentes do reconhecimento do vínculo de emprego, horas extras, verbas rescisórias, entre outras. O supermercado também deverá fazer a anotação do período de emprego na carteira de trabalho da empregada.

Processo: 1000234-96.2022.5.02.0491

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região São Paulo

Justiça condena empresa que se recusou a tratar empregado trans pelo nome social.

Sentença proferida na 11ª Vara do Trabalho da Zona Sul-SP condenou a Atento Brasil a pagar indenização por dano moral correspondente a 20 vezes o último salário de um homem trans que era tratado pelo nome civil em vez do nome social.

Para o juiz Gustavo Kiyoshi Fujinohara, a empresa deixou de garantir um local digno e seguro que respeitasse as particularidades do trabalhador.

O atendente afirma que, nos dois contratos que manteve, a instituição se recusou a identificá-lo pelo gênero masculino, obrigando-o a se apresentar como mulher aos clientes, muito embora a alteração do prenome já constasse de sua cédula de identidade.

Em defesa, a Atento alega estar impedida de alterar o sistema de gestão de pessoas, uma vez que ele é vinculado ao registro do CPF/PIS do profissional, no qual consta o gênero feminino.

O magistrado lembra que o processo de transição da pessoa transexual é cercado por burocracias e dificuldades, como a falta de suporte jurídico, financeiro e social.

Nesse sentido, "não é razoável, nem compatível com os ditames previstos na Constituição Federal, exigir do indivíduo a alteração nos mais diversos cadastros governamentais para, só então, adotar a sua identidade de gênero na empresa".

Também chama atenção para o fato de que, na extinção do contrato, a Atento manteve o nome civil na carta de recomendação escrita em favor do empregado, indicando que a "postura discriminatória e transfóbica" não decorria somente do sistema.

E entende que o programa de diversidade e inclusão que a entidade mantém não alcançará o objetivo proposto enquanto "entraves técnicos" forem utilizados como "desculpa para o desrespeito ao que há de mais elementar à pessoa: o seu nome".

Para fundamentar a decisão, o julgador cita o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Convenção nº 190 para a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.

Entenda alguns termos usados no texto:

nome civil >>>>>>> aquele que consta no registro de nascimento da pessoa

nome social >>>>>>> designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida

homem trans >>>>>>> designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida

transexual >>>>>>>>> termo usado para definir pessoas que se identificam com um gênero diferente de seu sexo biológico

Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ

editado em 2021 pelo CNJ, documento que orienta magistrados(as) a julgarem utilizando uma postura ativa de desconstrução e superação de desigualdades históricas e de discriminação de gênero

Para tirar dúvidas sobre termos e expressões jurídicas, acesse o nosso glossário.

https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-condena-empresa-que-se-recusou-a-tratar-empregado-trans-pelo-nome-social?utm_smid=10569672-1-1 Publicada em: 16/05/2023

Empresa é condenada por não homologar rescisões após Reforma Trabalhista.

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a pagar multa prevista em convenção coletiva por não submeter à homologação sindical as rescisões de contratos de empregados.

TST privilegiou a convenção coletiva anterior à Reforma Trabalhista de 2017
TST

Apesar de a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) ter afastado, em geral, essa obrigação a partir novembro de 2017, a convenção que estabeleceu essa necessidade teve vigência iniciada antes e seguiu até junho de 2018.

De acordo com o colegiado, a negativa de eficácia da cláusula desrespeita o instrumento normativo, cujo descumprimento resulta na aplicação da cláusula penal, concluíram os julgadores.

A cláusula estabelecia a obrigação de homologação das rescisões junto ao sindicato dos trabalhadores e, no caso de descumprimento, previa multa no valor de um dia de salário por dia de atraso, em favor do empregado.

Na ação de cumprimento, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Carlos sustentou que a empresa, a partir da vigência da Reforma Trabalhista, deixou de homologar as rescisões no sindicato.

A empresa, em sua defesa, sustentou que a mudança do artigo 477 da CLT eliminou a exigência legal de assistência sindical no ato da rescisão contratual.

Validade limitada

O juízo de primeiro grau condenou ao pagamento da multa referente a todo o período. Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) limitou a eficácia da cláusula até 10 de novembro de 2017.

Segundo o TRT, a obrigação de homologação fora extinta com a Reforma Trabalhista, e o cumprimento da cláusula não poderia ser exigido após a sua entrada em vigor.

O relator do recurso de revista do sindicato no TST, ministro Mauricio Godinho Delgado, explicou que, apesar da nova diretriz do artigo 477 da CLT quanto à desnecessidade da homologação, os sujeitos coletivos podem criar regra autônoma que mantenha a exigência da assistência sindical para a formalização das rescisões ou criem instituto similar.

“Estabelece-se uma garantia adicional, agora supralegal (norma coletiva autônoma), de redução de irregularidades nas rescisões contratuais”.

Para o relator, trata-se de uma condição manifestamente benéfica para a categoria profissional e que deve ser resguardada, prestigiando-se o princípio da criatividade jurídica na negociação coletiva.

“A negativa de eficácia da cláusula, prevista em CCT para gerar efeitos até 30 de junho de 2018, configura nítido desrespeito ao próprio instrumento normativo”, concluiu.

A advogada Poliana Banqueri, do Peixoto & Cury Advogados, destacou que a decisão do TST não retira a validade do artigo 447 da CLT, mas privilegia a negociação coletiva, em linha com a Constituição Federal.

"As empresas devem observar as previsões negociadas, em Acordo ou Convenção Coletiva, já que, em regra, elas prevalecem sobre a lei.

É uma relevante decisão após a decisão do Tema 1046 pelo STF, que consolida o entendimento do Judiciário para valorizar as negociações sindicais", diz.

A decisão foi unânime.

Com informações da assessoria de imprensa do TST.

RR 10032-37.2019.5.15.0008

https://www.conjur.com.br/2023-mai-21/tst-condena-nao-homologar-rescisoes-reforma-trabalhista

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.006, DE 26 DE ABRIL DE 2023 - 2ª REGIÃO FISCAL (DOU de 15.05.2023).

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
PREVIDÊNCIA PRIVADA. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS. INDEDUTIBILIDADE.

Os dispêndios realizados a título de contribuições extraordinárias para planos de previdência complementar, destinadas a custear déficits, não são dedutíveis da base de cálculo para fins de apuração do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 354, DE 6 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos legais: Lei Complementar n° 109, de 2001, arts. 19 e 69; Lei n° 9.250, de 1995, art. 4°, V, 8°, II, e.

Assunto: Normas de Administração Tributária
CONSULTA À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico ou que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida ou sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária ou aduaneira.

Dispositivos legais: IN RFB n° 2058, de 2021, art. 27, II e VIII.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

Justiça confirma dispensa por justa causa de porteiro que dormiu em apartamento de morador.

A 15ª Turma do TRT da 2ª Região manteve dispensa por justa causa de porteiro que, durante o expediente, dormiu em apartamento de morador sem autorização do proprietário.

De acordo com as regras do condomínio, chaves reservas das unidades ficam na portaria para serem usadas em caso de emergência pelo síndico ou zelador ou ainda por outro funcionário “em situações de extrema necessidade”.

Segundo alegações do profissional, no dia do ocorrido, fazia ronda no edifício quando ouviu barulho na caixa d'água do prédio e constatou que o som vinha do apartamento em questão.

Com isso, pegou as chaves e entrou no imóvel. De acordo com ele, a descarga estava acionada e, para cessar o desperdício de água, destravou-a. Mas, quando estava saindo, a proprietária chegou “visivelmente alterada, gritando”, falando que ele a estava lesando e que teria dormido em seu apartamento.

A mulher, ouvida como informante, disse que ao retornar para casa percebeu que havia gente lá dentro e, ao entrar no quarto, viu o trabalhador dormindo na cama.

Perguntou o que ele estava fazendo ali, momento em que o homem se levantou assustado, falou que era porteiro do condomínio e que havia ido fazer um conserto.

Contudo, tanto em audiência quanto em boletim de ocorrência registrado na ocasião, ela relatou que não havia nenhum problema na descarga do banheiro.

Na decisão, a juíza-relatora do acórdão, Maria Fernanda de Queiroz da Silveira, não considerou favorável o argumento do trabalhador de que durante os nove anos que prestou serviços à empresa não se envolveu em qualquer ato ilícito ou desabonador.

Para a magistrada, o porteiro desconsiderou “a existência de atos faltosos que impedem a continuidade da relação contratual por indubitável quebra de confiança, mesmo não tendo o empregado sofrido qualquer advertência ou suspensão”.

Entenda alguns termos usados no texto:

desabonador

inconveniente, degradante, desfavorável, negativo

indubitável

indiscutível, incontestável, inquestionável

Para tirar dúvidas sobre termos e expressões jurídicas, acesse o nosso glossário.

https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-confirma-dispensa-por-justa-causa-de-porteiro-que-dormiu-em-apartamento-de-morador?utm_smid=10571904-1-1 Publicada em: 17/05/2023

TRT/SP condena Stefanini a pagar indenização por PLR. Valor pode passar de R$ 3 milhões.

Ana Paula Lobo*

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) condenou a prestadora de serviços de TI Stefanini ao pagamento de indenização a todos os seus funcionários (representados pelo Sindicato dos Trabalhadores de Informática,

o Sindpd/SP ao pagamento de 7% do salário normativo da categoria por não ter implementado programa de participação de lucros e resultados por cinco anos (2014-2018).

A decisão foi proferida em agosto de 2022, mas somente essa semana houve a notificação ao Sindpd/SP. A Stefanni recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho.

Ao Convergência Digital, a Stefanini reportou que "não vai ficar alimentando a guerra de narrativas criada pelo Sindpd na Imprensa e seguirá com as negociações como sempre fez. Ao término dos processos, ou seja, ao finalizar todos recursos cabíveis, as decisões se tornarão públicas".

A multa é de R$ 108,43 para cada trabalhador, multiplicado por cinco anos, mais juros e correção monetária. Somente em indenização, a empresa terá que desembolsar mais de R$ 3 milhões para distribuir entre os funcionários.

Além da indenização, a empresa deverá arcar com os honorários sucumbenciais no valor de 5% sobre o valor da causa para o sindicato autor.

Recentemente, o sindicato iniciou negociação com a empresa para resolver a pendência do não pagamento de PLR entre os anos de 2019 a 2023. A reivindicação é que seja espelhado o mesmo valor pago aos gerentes, mas ainda não houve acordo entre as partes.

O Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP) abriu um procedimento preparatório de inquérito civil para apurar indícios de demissão forçada de funcionários terceirizados da Stefanini após o fim de um dos contratos de prestação de serviços pela empresa à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp).

*Com informações do Sindpd/SP

https://www.convergenciadigital.com.br/Carreira/TRT%7CSP-condena-Stefanini-a-pagar-indenizacao-por-PLR.-Valor-pode-passar-de-R%24-3-milhoes-63247.html

eSocial: confira 5 dicas para empresas entrarem em conformidade até julho.

Governo adiou para julho a obrigatoriedade do cadastramento de condenações trabalhistas no eSocial

O Governo Federal adiou para o mês de julho a obrigatoriedade do cadastramento de condenações trabalhistas no sistema eSocial por parte das empresas.

Devido a essa mudança, os empregadores deverão lançar as ações trabalhistas no sistema no mês seguinte à data da condenação, caso contrário, poderão sofrer penalidades.

Pensando nisso, o Portal Contábeis convidou a consultora de aplicação e especialista no eSocial, Marta Pierina, para elencar as cinco principais dicas que as empresas podem seguir a fim de entrar em conformidade com o sistema. Confira:

1-Conferir os eventos totalizadores do retorno do Imposto de Renda (IR), uma vez que o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) vence dia 20 de junho, sendo gerado pela Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFweb);

2-Conferir a tabela de rubricas com a tabela 21 do eSocial, olhando a classificação para o IR, pois, em breve, haverá a substituição da Declaração de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) ;

3-É necessário ler o manual do eSocial a respeito dos processos trabalhistas;

4-Conferir a classificação para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) , conferindo os eventos de retorno S-5003 e S-5013, já que, em janeiro de 2024, haverá a substituição da Guia do FGTS pelo FGTS Digital;

5-Conferir o cálculo de diferenças de acordo, convenção e dissídio de anos anteriores. Assim, é importante analisar o cálculo do Rendimento Recebido Acumuladamente (RRA), e se o empresário aplica o desconto do IR com base nisso.

O que é o eSocial?
O eSocial é um projeto do governo federal que tem a intenção de digitalizar e unificar as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas.

Ele faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e foi criado em dezembro de 2014.

Fonte: Portal Contábeis

https://fenacon.org.br/noticias/esocial-confira-5-dicas-para-empresas-entrarem-em-conformidade-ate-julho/?utm_smid=10569672-1-1

4.02 COMUNICADOS

CONSULTORIA JURIDICA

Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo conta com profissionais especializados em diversas áreas jurídicas, com o intuito de oferecer consultoria e suporte à realização das atividades dos profissionais da

Contabilidade, que vão desde direitos trabalhistas até a elaboração de estatutos sociais para entidades do terceiro setor.
A consultoria jurídica é realizada de 2ª a 6ª feira, na sede social do Sindcont-SP, sendo considerada um dos mais importantes e significativos benefícios que a Entidade disponibiliza aos seus associados.
O trabalho realizado pelos advogados especializados em diversas áreas jurídicas consiste em orientar os profissionais da Contabilidade quanto às soluções para os problemas que envolvam assuntos pertinentes à legislação, como:

- **Consultoria Jurídica Tributária Federal, Estadual e Municipal:** IRPF, IRPJ, PIS, Cofins, CSLL, Simples, ISS, ICMS, e outros
- **Consultoria Trabalhista e Previdenciária:** benefícios, fiscalização, parcelamento, fundo de garantia, direitos trabalhistas, entre outros
- **Consultoria do Terceiro Setor:** assessoria sobre entidades sem fins lucrativos e beneficentes, análise de estatuto social, atas e outros
- **Consultoria Societária e Contratual:** orientações técnicas, análises e vistos de contratos em geral
- **Consultoria Contábil**: orientações e esclarecimentos sobre normas e procedimentos contábeis

Confira os horários de atendimento dos profissionais, de acordo com a área de jurídica desejada:

Tributarista		
Telefone: (11) 3224-5134 - E-mail: juridico@sindcontsp.org.br		
Dr. Henri Romani Paganini - OAB nº SP 166.661	3ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	4ª feira	das 9h às 13h
Trabalhista		
Telefone: (11) 3224-5133 - E-mail: juridico3@sindcontsp.org.br		
Dr. Benedito de Jesus Cavalheiro - OAB nº SP 134.366	3ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	4ª feira	das 9h às 13h
Terceiro setor		
Telefone: (11) 3224-5141 - E-mail: juridico4@sindcontsp.org.b		
Dr. Alberto Batista da Silva Júnior - OAB Nº SP 255.606	2ª, 5ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	3ª feiras	das 9h às 13h
	4ª feiras	das 9h às 13h

4.03 ASSUNTOS SOCIAIS

FUTEBOL

Horário: sábados as 11:00hs às 12:30hs.
Sport Gaúcho – Unidade I Limão – quadra 5.
link: http://sportgaucho.com.br/unidade-i-limao/
Endereço: Rua Coronel Mario de Azevedo, 151 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-020 ou Rua Professor Celestino Bourroul, 753 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-001, atrás da Igreja Católica do Limão.

5.00 ASSUNTOS DE APOIO

5.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – ON-LINE (AO VIVO)

MAIO/2023

DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	DESCRIÇÃO	ASSOCIADOS	FILIADOS	DEMAIS INTERESSADOS	C/H	PROFESSOR (A)
29 a 31	segunda a quarta	09:00h às 13:00h	Curso ECF - Escrituração Contábil Fiscal				12	Wagner Mendes

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – PRESENCIAIS

JUNHO/2023

DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	DESCRIÇÃO	ASSOCIADOS	FILIADOS	DEMAIS INTERESSADOS	C/H	PROFESSOR (A)
16	sexta	09:00 h às 18:00h	DCTFWEB/ eSOCIAL X EFD-Reinf	R$ 250,00	R$ 500,00	R$ 500,00	08	Valéria de Souza Telles

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – HIBRIDOS

JUNHO/2023

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
6	terça	09:00h às 18:00h	Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) e CEST				08	Wagner Mendes
22	Quinta	09:00h às 18:00h	ISS – AMPLA ABORDAGEM **				08	Wagner Camilo
28	quarta	09:00h às 18:00h	Lucro Presumido – Apuração do IRPJ e da CSLL				08	Wagner Mendes

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – ON-LINE (AO VIVO)

-JUNHO/2023

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
5 a 29	segunda a sexta	19:30h às 22:30h	Contabilidade Geral				36	Osvaldir J.S. Filho
5 a 30	segunda a sexta	14:00h às 18:00h	Rotina Fiscal para Depto Fiscal				72	Jô Nascimento
29 e 30	quinta e sexta	09:00h às 13:00h	Empreende-dorismo Contábil	R$ 250,00	R$ 500,00	R$ 500,00	08	Sérgio Lopes

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

5.02 AGENDA SEMANAL

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública
Segunda Feira 05-06-2023
Live "Como a Administração Planeje suas Receitas e Despesas.

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações
Terça Feira 06-06-2023
Debate Online "Diferencial de alíquotas para contribuições do ICMS.

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis
Quarta Feira 07-06-2023: Fórum de debate e atualização continua

5.03 ENCONTROS VIRTUAIS

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações
Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis
Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil
Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

Grupo de Estudos Perícia
Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube)

5.04 FACEBOOK

Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook.